



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

GEORGE HENRIQUE DE VASCONCELOS GOMES

***DESTEMIDOS, REBELDES E ANDARILHOS: A População Negra Livre e Pobre no
Cotidiano da Cidade da Parahyba do Norte (1850 – 1867)***

João Pessoa/PB, 2020

GEORGE HENRIQUE DE VASCONCELOS GOMES

DESTEMIDOS, REBELDES E ANDARILHOS: A População Negra Livre e Pobre no Cotidiano da Cidade da Parahyba do Norte (1850 – 1867)

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, em cumprimento às exigências para a obtenção do título de Mestre em História

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Surya Aaronovich Pombo de Barros

João Pessoa/PB, 2020

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

G633d Gomes, George Henrique de Vasconcelos.
Destemidos, Rebeldes e Andarilhos: a População Negra
Livre e Pobre no Cotidiano da Cidade da Parahyba do
Norte (1850 - 1867) / George Henrique de Vasconcelos
Gomes. - João Pessoa, 2020.
163 f. : il.

Orientação: Surya Aaronovich Pombo de Barros.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

1. História - Paraíba. 2. Cidade da Parahyba. 3.
População Negra. 4. Século XIX. I. Barros, Surya
Aaronovich Pombo de. II. Título.

UFPB/BC

CDU 981.33

Dedicatória

Dedico a todos os trabalhadores e trabalhadoras pobres deste imenso país, que em um esforço descomunal, lutam em seu cotidiano pela sua sobrevivência em meio a tamanha barbárie.

AGRADECIMENTOS

É chegado o momento de agradecer. Não foi sem grandes obstáculos que chegamos até aqui, conscientes, porém, do dever cumprido. Assim, vem à memória as experiências acumuladas nestes últimos dois anos em que este trabalho de mestrado se desenvolveu e se realizou. Diante da complexidade, é difícil que me recorde de todas as pessoas com as quais coexisti nestes tempos, porém, farei o possível para recordar-me. Ao meu pai celeste, pelo qual devo minha existência espiritual e de cuja fé foi renovada em meio às dificuldades encontradas neste processo, pela virtude, paciência e perseverança encontradas, gratidão eterna!

À minha progenitora, “mainha”, Luzinete Maria de Vasconcelos Gomes, exemplo de mulher, mãe, guerreira, meu eterno Amor, cuja fé e cuidado tantas vezes nestes últimos anos me ergueu. À minha irmã, Giulliana Helen de Vasconcelos Gomes e ao meu amado sobrinho, Joshua Thomas Vasconcelos que estiveram sempre ao meu lado nos momentos mais complicados, meu amor e minha eterna gratidão. A meu pai, Georgenor da Conceição Gomes da Silva, que mesmo ausente, o agradeço por indiretamente despertar esta paixão que hoje em mim aflora: a ciência História. A meus bisavô e avô, Anésio Gomes da Silva e Nivaldo Gomes da Silva (in memorian), proletários e operários do porto de Cabedelo de cujas histórias ainda guardo na memória, saudoso de suas presenças carais, meu eterno agradecimento. A meus avós que também são respectivamente madrinha e padrinho, Maria Alves de Vasconcelos (in memorian) e João Manoel de Vasconcelos, agricultores e comerciantes pobres do interior de Pernambuco, que imigrando para a Paraíba, construíram nossa família com o suor de seu trabalho, meu agradecimento eterno! A tio Sérgio Ricardo, minha madrinha Clecy Alves de Vasconcelos e João Manoel de Vasconcelos, tia e tio que além do cuidado em minha terna infância, são geógrafos, professores e inspirações para mim: meu eterno agradecimento.

Ter a felicidade de possuir uma família numerosa torna injusta a menção de alguns, porém, tenho carinho e amor por todos e todas. O calor familiar levou-me até aqui, e assim sendo, agradeço a cada um e cada uma que neste período deu-me forças, seja através das atitudes como através de agradecimentos e palavras de carinho. À família Vasconcelos, meu Amor e eterna gratidão por tudo. A Thayane Vasconcelos, mulher admirável, minha companheira, amiga, confidente e sempre presente ao meu lado há mais de um ano, e que tem paciência em escutar as tantas histórias que, naturalmente, este historiador aqui vive a contar em todo lugar que passamos juntos...hoje e daqui para todo o sempre, Amo-te!

Não poderia deixar também de agradecer aos funcionários da UFPB (Campus I), aos funcionários a Biblioteca Central da UFPB, do Arquivo Histórico Waldemar Bispo Duarte na pessoa do sr. Pedro, aos funcionários do IHGP. A seu Marcelo do fiteiro ao lado do PPGH, cujos cafés tanto me tiraram o sono nas tardes da universidade durante a escrita deste trabalho. A Graça Antes e a disponibilidade de acesso ao Arquivo Privado Maurílio de Almeida; ao PPGH na pessoa do prof. Tiago Bernardon de Oliveira, partícipe de meu processo de defesa e em especial à pessoa de Geraldo Neves da secretaria...o que seria de nós sem ele? À minha orientadora original, Solange Pereira da Rocha, de cuja convivência desde 2012 e lições aprendidas sobre a História do Brasil, em especial da população negra, levarei eternamente em meus aprendizados, um caloroso abraço! À professora Surya Aaronovich Pombo de Barros, orientadora da fase final do trabalho, pelo auxílio, pela paciência e dedicação à orientação deste trabalho e da qual muito aprendi e ainda aprendo: gratidão! A Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano, minha orientadora na graduação e uma de minhas mentoras na formação em História da Paraíba.

Aos meus amigos de infância que estiveram comigo nestes últimos dois anos, animando os finais de semana, André Caldas e Igor Nascimento. A André Carvalho, amigo e colega das Relações Internacionais da UEPB com o qual aprendi e ainda aprendo sobre o mundo. A Manoel Neto, irmão que a vida me deu, colega professor, historiador, grande trezeano. Meu eterno agradecimento! A Eduardo Kadoshi, Idevaldo Neto, amigos, colegas, companheiros na política e na arquibancada. A Martin Lucas e a Leandro Vilar, sócios e parceiros nesta trajetória e a Antônio Odon, amigo e camarada. Ao prof. Ângelo Emílio Pessoa, eterno ex-coordenador dos tempos de PIBID, que me despertou o gosto pelo “ser” professor: meu eterno agradecimento! A prof.^a. Regina Célia Gonçalves, cujo portfólio do primeiro período da graduação ainda guardo com imenso carinho! Ao prof. Mozart Vergetti, que me ensinou a paleografar os documentos manuscritos dos séculos XVI ao XIX...o que seria de mim sem os seus ensinamentos? Meu eterno agradecimento! A Wanderson Pimentel, digníssimo colega piauiense e grande estudioso militar, com o qual tenho aprendido muito. Por fim, agradecer da mesma maneira, aos colegas do PPGH que durante dois anos estiveram comigo e dos quais pude aprender mais e mais, em especial a Giuseppe Emmanuel, grande companheiro de estudos e de arquibancada. Dá-lhe Auto! A Diego Chaves, de cuja hospitalidade serei eternamente grato, a Lucas Nóbrega, Wendisy Fortunato, Victor Braga, Carla Shayane, Deis Lima, José Cunha Lima, Ítalo e a todos os demais colegas igualmente!

RESUMO

O presente trabalho foi desenvolvido no Programa de Pós-graduação em História na Universidade Federal da Paraíba, na linha de História e Regionalidades e tem como objetivo apresentar e discutir a complexidade social da população negra livre pobre na Cidade da Parahyba no século XIX. Esta complexidade é entendida aqui como sendo as diferentes relações sociais estabelecidas entre indivíduos negros livres pobres e seus irmãos escravizados bem como com os indivíduos pertencentes a outras categorias sociais, convivendo e compartilhando experiências e vivências nesta região da Província da Paraíba. O desenvolvimento deste estudo se justifica diante da necessidade de se analisar as lacunas na historiografia paraibana no que diz respeito à população negra livre pobre da Província da Paraíba no período Oitocentista. Este trabalho contará com a perspectiva de Edward Palmer Thompson e seu conceito de *experiência*, bem como a variada documentação do período em questão. Utilizamo-nos dos passaportes, do banco de dados dos assentos de batismo da freguesia de N.S. das Neves, listas nominais, relatórios de presidentes de província, relatórios da provedoria de saúde da Província da Parahyba, relatórios da delegacia de polícia da Parahyba e dos jornais em circulação na província da Paraíba entre 1850 a 1867. Da mesma maneira, contamos com apoio da historiografia tradicional e recente produzida na Paraíba e fora dela sobre esta temática. A partir da análise, catalogação e cruzamento das fontes, foi possível observar uma parcela das práticas cotidianas daquela população, desde hábitos alimentares, moradia, condições de vida, redes de sociabilidade e as relações de classe.

Palavras-chave: Paraíba; Cidade da Parahyba; População Negra; Século XIX.

ABSTRACT

The present academic work was developed in association with the History Program (Master Program) of the Federal University of Paraiba, Brazil, on the “History and Regionalism” line of research and has the objective to present and discuss the social complexity of the Free Black and Poor Population at the City of Parahyba at the 19th century. This complexity is understood here as being a variability of social relationships that had been established between these free black and poor individuals and their slaved brothers as well as the individuals that belong to other social categories, living together and sharing experiences at this part of the Province of Paraiba. The development of this study was possible due to the necessity of a more careful analysis of some gaps in the historiography of Paraiba with regard to the free black and poor population at the Province of Paraiba in the 19th century. This work will be guided by the perspectives from Edward Palmer Thompson and his concept of *Experience*, as well as various kinds of primary historical sources from the period in question. At the same time, we count with the support of documentation such as Passports, baptism records from the N.S. das Neves church, nominal lists, presidential province reports, provincial health ombudsman reports from Paraiba, police office reports, the classic and recent bibliography and the newspapers that were produced at the Paraiba Province between 1850 and 1867. These sources made possible to us to comprehend the period and helped to identify aspects of the everyday life and other experiences from the free black and poor population, as well as their paths between the villages and towns of the province of Paraiba and the trade with other provinces with as possible due to the presence of this population on that society. From the analysis, cataloguing and crossing of the mentioned sources, it was possible to observe a significant part of the everyday practices of that social group: their eating habits, housing, living conditions, sociability networks and the relations with other social segments.

Key Words: Paraiba; City of Parahyba; Black Population; 19th Century.

LISTA DE IMAGENS

Figura 1: Reprodução atual da planta original da Cidade da Parahyba – 1858.....	41
Figura 2: Carregadores de Água – Rugendas – 1835.....	50
Figura 3: Planta da Cidade da Parahyba, 1868 – Cândido Mendes.....	54
Figura 4: Planta da Cidade da Parahyba, 1868 – Cândido Mendes (Legendas).....	55
Figura 5: “A Rua do Rosário – Parahyba do Norte – Brazil”. - 1904.....	57
Figura 6: Panorama da Cidade baixa, vista do convento de São Bento, no início do século XX. Fotografia de cartão-postal colorida datada de 16 de Janeiro de 1910.....	59
Figura 7: Planta da Foz do Rio Parahyba do Norte e Porto da Capital da Província, 1868 – Cândido Mendes.....	60
Figura 8: Recorte do Mapa de Cândido Mendes, mostrando a extensão navegável do Rio Paraíba de sua foz até a cidade de Pilar e a Vila de Itabaiana, na região do brejo. – 1868.....	62
Figura 9: Casas de taipa e palha da Povoação de Cabedello no final do século XIX, em 1899.....	66
Figura 10: Maceió de Tambaú. Aspecto daquela povoação fotografada aqui nas primeiras décadas do século XX. – 1922.....	73
Figura 11: Cruz do Peixe e estrada rumo à povoação de Tambaú. – 1914.....	75
Figura 12: Mulher com vestido longo (provavelmente uma quitandeira ou lavadeira) ao lado da Igr. N.S. da Mãe dos Homens (Tambiá), Parahyba do Norte.....	92
Figura 13: Uma venda em Recife, século XIX. Notar a presença das mulheres negras quitandeiras. (RUGENDAS, 1986 (1835)	94
Figura 14: Pátio e Igreja de N.S. das Mercês. Cartão-postal colorido datado de 1913.....	95
Figura 15: Passaporte de Isidório, crioulo escravo – 1854.....	112
Figura 16: Negro Livre vendedor de Capim, trabalhador de uma propriedade rural na província do Rio de Janeiro. Jean-Baptiste Debret, 1839.....	119
Figura 17: Negras Livres nas ruas da Corte – Jean Baptiste Debret, 1839.....	121
Figura 18: Provável rota terrestre utilizada por Negros Livres e Libertos pobres entre as capitais das províncias da Paraíba (nº 1) e Pernambuco (nº 2), baseada em mapa do ano de 1848.....	133
Figura 19: “Barbeiros Ambulantes” – Jean Baptiste Debret, 1839.....	136

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Mappa das Igrejas, Capellas, Ordens Terceiras e Confrarias existentes na Freguesia de N. S. das Neves da cidade da Parahyba do Norte – 25 de Abril de 1854.....	67
Tabela 2: Registro de Assento de Batismo de crianças livres e libertas (forras) das Capelas e Oratórios da freguesia de N.S. das Neves – 1848 – 1854.....	80
Tabela 3: Negros e Negras Livres Pobres Artesãos que solicitaram Passaporte da Cidade da Parahyba para outras localidades - 1850 - 1854.....	114

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Quadro geral da População Livre levando-se em consideração as etnias <i>Parda</i> e <i>Preta</i> – Censo de 1872.....	21
Quadro II: Quadro geral da População Livre Parda da Paraíba e das demais províncias do Império - Censo de 1872.....	22
Quadro III – “Demonstração da Industria, Estradas e Pontes da Parahyba do Norte por municípios”. – 1855.....	71

ABREVIATURAS

AN – Arquivo Nacional, RJ.

ACMJP – Arquivo da Câmara Municipal de João Pessoa, PB.

AEPB – Arquivo Eclesiástico da Paraíba

APMA – Arquivo Privado Maurílio de Almeida, PB.

AHWBD – Arquivo Histórico Waldemar Bispo Duarte, PB.

HDBN – Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, RJ.

RIHGP – Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano

IAHGP – Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco

SUMÁRIO

RESUMO

IMAGENS

QUADROS

SUMÁRIO.....	6
1 INTRODUÇÃO.....	8
2 A POPULAÇÃO NEGRA LIVRE POBRE NA SOCIEDADE ESCRAVISTA: teoria, historiografia, cotidiano e sociabilidades.....	17
2.1 A CONSTRUÇÃO DE UMA CIDADE PRÓPRIA: Sociabilidades da população negra no espaço urbano oitocentista.....	29
2.2 A POPULAÇÃO NEGRA LIVRE E POBRE NAS CIDADES PARAIBANAS NO OITOCENTOS: História e Historiografia.....	37
3 UMA CAPITAL NEGRA NO EXTREMO ORIENTAL BRASILEIRO: a Cidade da Parahyba do Norte e seus arredores no século XIX.....	50
3.1 <i>PELOS HABITOS E COSTUMES DA NAVEGAÇÃO</i> : As Povoações Litorâneas e o cotidiano da gente negra.....	63
3.2 PERFIS DA GENTE NEGRA LIVRE E FORRA EM PARAHYBA: Cores, sexo e condições jurídicas.....	76
3.3 SOCIABILIDADES E COTIDIANO: Ofícios, lazer, consumo e tensões sociais.....	84
3.4 <i>ESTE POVO SE ALVOROÇOU COMO MARIBONDOS AÇANHADOS</i> : Repressões e Resistência da População Negra livre e pobre.....	98
4 <i>APRESENTOU PASSAPORTE COM Q VEIO D'AQUELA PROV^A</i> : A Gente Negra Livre Pobre da Cidade da Parahyba nas vizinhas províncias do Norte.....	108
4.1 EM VIAGEM PELO NORTE DO IMPÉRIO E ALÉM: os caminhos percorridos pela população negra livre e pobre da Parahyba no século XIX.....	111

4.2 PARDOS, MULATOS E FULAS: Negros e Negras Livres e Forras pobres no trabalho doméstico entre as províncias da Paraíba, Pernambuco e a Corte.....	122
4.3 JERÔNIMO EMILIANO E ROBERTO MARINHO FALCÃO: Um <i>crioulo liberto</i> e um <i>pardo livre</i> no Norte do Império.....	131
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	140
REFERÊNCIAS.....	145

1 INTRODUÇÃO

O ano era de 1850, vigésimo oitavo ano da independência. O Brasil Império, nação jovem, liderada pelo imperador Dom Pedro II, vivia momentos turbulentos na política. As disputas entre as alas liberal e conservadora¹ haviam levado o país a diversas revoltas de caráter regional nos anos anteriores². Nas províncias do Norte, em especial na província da Paraíba, estas disputas refletiam-se na imprensa, em que jornais de ambos os partidos se acusavam mutuamente³ trocando acusações em relação a fraudes eleitorais, por exemplo. Em um dado momento, na Paraíba, as péssimas condições de vida em que se encontravam o grosso do que a historiografia denominou pela população livre pobre – a exemplo de vaqueiros, arrendatários, em sua maioria, negros e pardos livres das vilas e povoações do interior da província - revoltou-se contra as autoridades imperiais, movimento que ficou para a posteridade como o *Ronco da Abelha*. José Américo de Almeida comentou em seus escritos que na Paraíba à época

[...] se registraram os levantes populares do *Ronco da Abelha*, em 1852, e do *quebra-quilos*, em 1874 – O primeiro contra a lei do registro de nascimento e óbitos e o segundo, contra o sistema métrico decimal. Foram consequências do **estado de ignorância** que os governos descuidados da instrução pública tinham deixado o interior (ALMEIDA, 1994 (1922), p. 254) (grifos nossos).

Atentando-se a este relato, traz a perspectiva do autor em sua época e lugar histórico. José Américo apresenta uma versão dos eventos sendo frutos da “ignorância” da população, um estereótipo que seria seguido pela intelectualidade paraibana no começo do século XX ao referir-se a eventos como este que tinham caráter popular. O movimento de caráter popular não limitou-se apenas à Paraíba. Estendeu-se para outras províncias, como as de Pernambuco, Rio Grande do Norte, Alagoas, Ceará e Sergipe. O

¹ Ilmar Rohloff de Mattos trabalhou com a política Imperial no 2º Reinado em sua obra intitulada *O Tempo Saquarema: a formação do Estado Imperial*. (1986). Nela, o autor explica as grandes semelhanças e as diferenças entre os membros do Partido Conservador, conhecidos pejorativamente como *Saquaremas* e os Liberais, que por sua vez, eram apelidados de *Luzias* pelos seus adversários.

² Movimentos como a Confederação do Equador (Pernambuco Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará), a Balaiada no Maranhão, a Cabanagem no Pará e a Guerra dos Farrapos no Rio Grande do Sul – Para citar uns poucos -, todos expressaram a ansiedade de grupos sociais para os quais a Independência não parecia oferecer chances de uma vida melhor (REIS, 1986, p. 38).

³ Em Parahyba do Norte, dois jornais em especial refletiam esta disputa, inserida em um contexto de reordenamento do Estado Nacional brasileiro a partir da segunda metade do oitocentos na Paraíba: *A Ordem* e *O Reformista* na década de 50 do século XIX, sendo o primeiro ligado ao Partido Conservador e o segundo, ao partido Liberal. Nos anos 60, esta disputa seria feita entre o jornal *O Publicador* e o *Jornal da Parahyba*.

*Ronco da Abelha*⁴ teve considerável presença da gente livre e forra⁵ pobre, estando junto a outros movimentos sociais em território nacional de grande importância e é possível através deles, compreender parte da complexidade das relações sociais no Brasil Imperial. Por tratar-se de uma classe numerosa, presente tanto nos núcleos rurais, como nos urbanos, exige-se grande cuidado ao estudá-la. No caso dos partícipes da rebelião popular paraibana, esta teve origem a partir dos decretos 797 e 798, que tratavam, respectivamente, do recenseamento da população e do registro civil de nascimentos e óbitos⁶. No entanto, foi interpretado pela população negra livre pobre como uma forma do governo imperial escravizar esta gente. O receio em relação ao cativo por parte da população livre e dos libertos (temor da reescravização), gerou uma grande revolta de trabalhadores contra as autoridades imperiais. Segundo Diniz (2015), o Ronco da Abelha atingiu as vilas de Ingá, Campina Grande, Fagundes, Areia, Alagoa Nova, Alagoa Grande e Independência (Guarabira). Segundo o autor,

Os levantados saqueavam engenhos, invadiam casas de autoridades e provocavam um estado de tensão nos centros das vilas, depois se dispensavam pelas matas e sítios sempre de forma aleatória sem uma liderança responsável pelas manifestações, o que dificultava bastante as manobras do governo em reprimir os levantes (DINIZ, 2015, p. 39).

As cidades, vilas e povoações da província da Paraíba, com suas ruas de pedra e terra batida, becos e vielas, muito barulho, movimento de pessoas, mal cheiro, imundice, doenças e proibições eram o palco perfeito para o “tumulto e a desordem”⁷. Situações de rebeldia contra o *status quo* foram muito comuns no início do século XIX, assim como em várias outras áreas do Brasil. Não tratavam-se apenas de grandes revoltas de natureza revolucionária ou contestatória, mas ao mesmo tempo, de desentendimentos cotidianos entre os indivíduos e as autoridades imperiais. Os adjetivos utilizados pelas elites provinciais para descrever os participantes destas revoltas são uma constante em toda a documentação do império: “ralé”, “gente sem instrução”, “ignorantes”, entre outros

⁴ Em Pernambuco, este movimento ficou conhecido como *Guerra dos Maribondos*. Ler Guillermo de Jesus Palacios (2006).

⁵ A denominação *Forros* foi e ainda é utilizada para referir-se aos Negros Libertos que conseguiram sua liberdade através da aquisição da Carta de Alforria, documento legal que provava o status de liberdade do indivíduo. Por este motivo, em alguns momentos na escrita desta dissertação, iremos nos referir à população Negra Liberta como *Livres Forros e Pobres*.

⁶ Na Paraíba, uma das pioneiras nos estudos acerca da População Livre Pobre foi Ariane Norma de Meneses Sá, com *Escravos, livres e insurgentes Parahyba (1850 – 1888)*. Consequentemente, a autora também aborda os movimentos do Ronco da Abelha e do Quebra-Quilos (1872).

⁷ Estes termos pejorativos refletem a fala das autoridades, que observa-se muitas vezes nos discursos proferidos na imprensa, onde a população negra livre e pobre é protagonista.

termos pejorativos. Comentando acerca do movimento do Ronco da Abelha, Sidney Chalhoub afirma que

Instados a refletir sobre a origem dessa crença que se espalhara como rastilho de pólvora por meia dúzia de províncias do Império, ministros e presidentes de província ensaiaram o ramerrão habitual a respeito do “povo rude”, “parte menos culta” da sociedade, “gente irrefletida”, “espíritos fracos” e sem civilização, prontos a acreditar em qualquer “ideia falsa” que se lhes procurasse inculcar, aderindo a ela com “fanatismo”, “delírio”, “ânimos desvairados” (isso tudo consta nos relatórios dos presidentes das províncias de Pernambuco, Paraíba, Alagoas, Sergipe, Ceará e Minas Gerais às respectivas assembleias legislativas provinciais, referentes ao ano de 1852. (CARVALHO, 2012, p. 40).

As autoridades provinciais da Paraíba, ainda pouco tempo após as insurreições, mantiveram-se alertas acerca da possível reaparição de focos de insurgência, protagonizados especialmente por pretos e pardos livres pobres, que relacionavam o fim do tráfico africano de escravizados decorrido da lei de 1850, com a necessidade de suprir de outro modo a demanda por trabalho escravo nas fazendas, deduzindo daí que seriam eles os escravizados da vez (CARVALHO, 2012, p. 41). O medo das elites em relação à massa de livres pobres era constante, como atestado no jornal a seguir

Ao subdelegado da Taquara, que inteirada a Presidencia do objeto do seu officio de 25 do corrente, cumpria que Smc. Tivesse toda a **cautela**, e **vigilância** com os emissarios que aparecem em seu districto, procurando anarchisar o povo, prendendo aqueles que o fizerem, devendo tambem ser enérgico na perseguição **aos criminosos e vadios**, que sempre estão dispostos a adherir á **anarchia**, exercendo sobre estes o recrutamento, quando isenções não tenão, porque é este talvez o único meio de correcção, que temos [...] (A ORDEM, 1850, ed. 26, p. 2). (Grifos Nossos).

Percebe-se aqui o receio que o então presidente de província, João Antônio de Vasconcellos ainda tinha acerca da possível presença de novos focos de rebeliões na Paraíba. A população livre pobre é taxada pejorativamente de “anarchistas”. As pessoas que aderiam a esses movimentos eram vistas como “criminosas” e “vadias”, “homens perdidos”, “bandidos”, termos corriqueiramente utilizados para descrever a população livre pobre, visando desqualificá-las⁸. O envolvimento popular acabou tendo algumas consequências, entre elas, a carência dos já escassos gêneros de primeira necessidade. Na década de 1850 de acordo com o jornal *A Ordem*, órgão ligado ao partido conservador e diretamente financiado pelo governo provincial, a escassez de gêneros se devia justamente aos conflitos recém-travados em território paraibano.

⁸ Além dos segmentos livres pobres, a maneira como a população negra escravizada percebeu e apreendeu esta mobilização social, ou seja, de sua possível participação nela, apresenta-se como uma oportunidade de pesquisa, pois ainda não mereceu estudos aprofundados por parte dos historiadores.

A **anarchia que se apresentou n'esta província**, ainda que em pequena escala e correu alguns de seus pontos, não podia deixar de trazer apóz si a escacez dos generos de primeira necessidade, que temos sentiddo, posto que não grave, por ter sido o anno bonançoso. **Os homens que se empregão na agricultura, no tempo próprio de prepararem a terra estavam no seio da anarchia, ou nas fileiras do governo, ou fugidos dos anarchistas [...]** (A ORDEM, 1850, ed. 46, p. 2). (Grifos Nossos).

Nota-se aqui que, no contexto da revolta, envolveram-se nas refregas gente negra livre pobre ligada à terra, ou seja, *agricultores, lavradores, foreiros* e possivelmente, negros escravizados das áreas rurais. Imensamente atuantes no processo de independência, estes estratos sociais menos privilegiados não foram devidamente amparados pela emancipação política do país ocorrida em 1822. Viviam em todos os lugares, não apenas nas cidades, mas como agregados nas grandes propriedades próximas a elas, engenhos, engenhocas⁹ ou fazendas, desde o período colonial. Mas esta gente pobre também possuía suas próprias maneiras de sobreviver em meio à dura realidade da sociedade escravista. São estas pessoas, homens e mulheres, os sujeitos que buscamos elucidar com este trabalho de pesquisa, as suas práticas cotidianas, as formas de resistência, conflitos e tentamos, na medida do possível, traçar algumas de suas características, e de fato, alguns dos indivíduos cujas experiências trouxemos aqui, homens e mulheres negras, rebelaram-se contra o sistema.

A proposição feita para esta pesquisa se insere em um contexto histórico mais amplo, afinal, as revoltas envolvendo negros escravizados, livres e libertos tem sido nas últimas décadas, enfoques de estudos complexos em toda a América. A ideia de rebeldia contra o sistema tinha diferentes motivações e nos últimos anos pesquisadores tem tentado construir elos entre as sociedades escravistas a exemplo do Caribe e da América do Sul. Citamos como exemplo, Emília Viotti da Costa, que escreveu sobre a *Rebelião de Demerara*, ocorrida em 1823 na Guiana, território ultramarino inglês. Diz a autora:

A ideia de rebelião devia estar sempre latente em Demerara, assim como estava nas **sociedades escravistas em toda parte** – não uma noção clara e bem delineada, mas mera possibilidade: uma aspiração de liberdade que as circunstâncias poderiam cristalizar numa revolta (COSTA, 1994, p. 209). (grifos nossos).

Podemos pensar até que ponto as notícias sobre estas diversas rebeliões da população negra tenham influenciado a sociedade brasileira daquele período. A província da Paraíba não estava isolada deste processo e certamente, princípios de revoltas podem

⁹ Segundo VAINFAS, 2000, p. 200, uma *Engenhoca* era uma unidade produtiva menor que o Engenho de Açúcar comum, voltada para a produção de Aguardente e de baixo investimento.

ter surgido por todas as partes, algumas ainda por serem reveladas através de pesquisas posteriores, ou simplesmente ignoradas pela historiografia. As terminologias “rebeldia” e “anarquia”, no contexto oitocentista, e pela qual apresentamos nesta introdução, trazem em si, uma conotação de “desordem”, em uma sociedade cujas instituições prezavam pelo controle da população negra livre pobre e escravizada. Apesar da imensa maioria dos documentos policiais afirmar, por exemplo, que “nada de mais grave ou notável havia ocorrido nesta cidade/província ou em nenhuma outra parte dela”, como relatado abaixo, as disputas e a violência entre as pessoas eram cotidianas. Segue o relato:

Ilm^o. Exm^o. Sr^{or}, **Não consta que tenha havido a hontem para hoje, occurencia grande nes'ta Capital ou em alguma outra parte da Província.** Hontem á tarde na rua das Convertidas desta Cidade (da Parahyba), **travaram lucta** o português Joaquim Soares Neves com o brasileiro Victor Jozé Barbosa, resultou a conflicto sahindo ambos feridos levemente, segundo declarou a facultativo, que vistoriou as ferimentas. Forão presos e recolhidos à cadêa os dous indivíduos [...] Forão também recolhidas, hontem à Cadêa á minha ordem, Candida **Joana Maria da Conceição e Guilhermina do Amor Divino** sem declaração de motivo. Deus Guarde a V.S¹⁰.

Algo perceptível nos inúmeros relatos de ocorrências de ordem policial em Cidade da Parahyba e mesmo no restante do território da província a partir de 1855 em diante são o fim de “grandes ocorrências”, entre outras palavras, aparentemente não há movimentos, até onde saibamos, que preocupassem as autoridades provinciais. No entanto, ao mesmo tempo, são relatados os conflitos cotidianos dentro da cidade, aqui com mais detalhes o de dois homens, ocorrido em uma importante rua de comércio da cidade, a rua das Convertidas, entre um brasileiro (não sabemos se era paraibano) e um português. No mesmo relatório nos interessa perceber o conflito entre duas mulheres: Joana e Guilhermina. Infelizmente, as fontes nos limitam ao nome e ao sexo, não dando mais detalhes sobre o ocorrido. “Sem declaração de motivo” suscita, portanto, inúmeros questionamentos: o que levava essas mulheres ao confronto? Ao que indica, os sobrenomes eram comuns especialmente à população negra livre pobre. “da Conceição” e “do Amor Divino” eram sobrenomes muito usados pela população negra, um sinal da forte presença da religiosidade católica na Cidade da Parahyba. Teriam elas disputado espaço nas ruas dentro de seus respectivos mundos de trabalho? Rixas particulares? Sobre estes aspectos podemos por ora, limitados pela disponibilidade das fontes, supor e mais a

¹⁰ Secretaria de Polícia da Parahyba, 30 de Novembro de 1858. Período Imperial, Documentos Manuscritos – CX.35 – AHWDB (Com grifos nossos).

frente, encontrar respostas mais concretas. Porém, de uma coisa é certa: a presença das mulheres negras livres pobres no cotidiano da cidade era muito relevante.

Com efeito, este cotidiano da gente negra (conflituoso ou pacífico) é o principal enfoque desta pesquisa: de ter conhecimento de como os negros livres pobres, vivendo em localidades situadas no litoral da província da Paraíba¹¹ em meados de 1850, atuou de maneira significativa e por quais maneiras construíram seu cotidiano, tecendo seus mundos particulares ou junto a outros de igual ou semelhante condição. Quem eram os negros e negras livres pobres em Parahyba do Norte na metade do oitocentos? Antes de pensar no trabalho de pesquisa ainda durante a graduação, deparamo-nos com a recente e grande contribuição da produção historiográfica sobre a temática da escravidão da população negra, logo, esperamos que este trabalho venha a representar um avanço nos estudos acerca da população negra livre na sociedade escravista da Paraíba oitocentista. Como veremos mais adiante, a população negra livre pobre possuía laços estreitos com os escravizados, tanto de solidariedade, como de parentesco. Logo, era de se supor que eles frequentavam os mesmos ambientes e viviam em semelhantes condições, mesmo com as diferenciações jurídicas.

Então, como era ser um negro ou pardo livre ou forro pobre em Parahyba? Tentamos com este trabalho, e até onde as fontes nos deram suporte, responder a estes e outros questionamentos. Falar acerca da população brasileira no século XIX requer um intenso cuidado, especialmente quando estamos tratando de grupos sociais menos privilegiados (pobres e negros). Durante praticamente todo o período oitocentista, a instituição da *escravidão* que foi legalmente concebida e mantida em território brasileiro durante quase 400 anos foi o principal veio para compreendermos as relações sociais existentes aqui, herdadas do passado colonial construído e implementado pelos portugueses, não apenas no Brasil, mas em todos os lugares onde os mesmos assentaram colônias. A monocultura, a sociedade *patriarcal*, dentre outras características fortes permaneceram por muito tempo conosco, e no período pós-1822, se modificaram. Esses

¹¹ No decorrer deste trabalho, quando estivermos nos referindo à área urbanizada, estaremos nos referindo à Cidade da Parahyba (capital), que apesar de ter-se originado à beira do rio Sanhauá (afluente do Paraíba), encontra-se na região Litorânea da Paraíba, e portanto, próxima também das áreas de praia, a exemplo das povoações com as quais nos debruçamos na pesquisa: Cabedelo, Jacóca (Conde), Taquara (Alhandra), e Livramento (Santa Rita). Todas estas localidades encontram-se no litoral paraibano. Trataremos então, de uma população negra livre pobre litorânea, com características e hábitos ligados à vida na cidade e do mar, mas muito influenciada pela vida rural. Ao nos referirmos ao território da província, utilizaremos o termo “província da Paraíba”, como na escrita atual.

são pontos que aproximam, segundo Souza (2006), todas as formas de sociedades escravocratas nas Américas, seja nos EUA, Brasil ou Cuba (SOUZA, 2006, p. 109). Diz mais o autor que

Este aspecto não deixa de ser sintomático, afinal trata-se da única instituição que logrou, em uma nação tão jovem, quase 400 anos de longevidade e uma penetração, ainda que sob formas peculiares em cada região que abrangeu toda a extensão de uma enorme massa territorial. Foram os interesses organicamente articulados à escravidão que permitiram a manutenção da unidade do vasto território brasileiro e foi também a escravidão [...] que determinou, inclusive, o modo de vida peculiar do homem livre no Brasil (SOUZA, 2006, p. 103).

Ao mesmo tempo, temos o argumento de que a instituição da escravidão, a partir do século XIX, não apenas modificou-se, como foi incrementada e readaptada à nova realidade do crescente mercado mundial. Tomich (2004) nos diz que a versão “moderna” da escravidão não fora sempre a mesma entre os séculos XVI e XIX. As reconfigurações do mercado mundial, principalmente no advento da Revolução Industrial na Inglaterra e sua hegemonia mundial provocaram o desequilíbrio nos preços entre produtos industrializados e agrícolas, o aumento do consumo e consequentemente da demanda (no caso do Brasil, do açúcar e do café), e por fim, o algodão. A escravidão, portanto, com o aumento da demanda por esta produção, tenderá a aumentar durante todo o século XIX, principalmente em áreas como Cuba, os Estados Unidos e o Brasil. Estes grandes centros emergentes escravistas estavam cada vez mais integrados e impelidos pela produção industrial, algo que o autor chamou corretamente ao nosso ver de uma “segunda escravidão” (TOMICH, 2004, p. 87 Apud SALLES, 2013, p. 250).

O lugar estrutural, tanto no sentido social como econômico, do sistema escravocrata lançou sua sombra para todas as outras relações sociais (SOUZA, 2006, p. 121). Com efeito, os negros livres e libertos pobres não fugiam deste processo. O *dependente*, o *agregado*, formalmente livre (e em sua maioria, negros e pardos), mantinha estreitas relações com o senhorio, tanto em contextos rurais, como nos urbanos¹².

Nas suas formas fenomênicas, o agregado poderia assumir a forma do tropeiro, do vendeiro, do sitiante ou, ainda simplesmente, o “cabra” de confiança, o braço armado e camarada de confiança do patrão. O que une todas essas formas concretas é a existência de uma relação pessoal de dependência objetiva que “aparece”, para ambos os lados, como se fosse o resultado de um acordo voluntário (SOUZA, 2006, p. 125).

¹² Neste sentido, corroboro com Maria Sílvia de Carvalho Franco (1997) em seu estudo dos trabalhadores livres do Vale do Paraíba (RJ/SP). A grande maioria dos livres pobres possuíam fortes relações de dependência com ricos donos de terras. Para a autora, estes indivíduos eram condicionados a uma existência “economicamente marginal”, sendo sua sobrevivência dependente e muito das vontades dos senhores.

Na literatura brasileira do período oitocentista, existem diversas destas manifestações fenomênicas. Aloísio de Azevedo demonstra isso em *O Cortiço* (1890), com a narrativa principal centrada em João Romão, mostra a trajetória de um pobre taverneiro, outrora agregado de um comerciante português durante doze anos que, com doses de trabalho árduo, astúcia e quebras de regras, torna-se com o tempo, chefe do cortiço de “*São Romão*”.

João Romão foi, dos treze aos vinte e cinco anos, empregado de um vendeiro que enriqueceu entre as quatro paredes de uma suja e obscura taverna nos refolhos do bairro do Botafogo; e tanto economizou do pouco que ganhara nessa dúzia de anos, que, ao retirar-se o patrão para a terra, lhe deixou, em pagamento de ordenados vencidos, nem só a venda com o que estava dentro, como ainda um conto e quinhentos em dinheiro. Proprietário e estabelecido por sua conta, o rapaz atirou-se à labutação ainda com mais ardor, possuindo-se de tal delírio de enriquecer, que afrontava resignado as mais duras privações. Dormia sobre o balcão da própria venda, em cima de uma esteira, fazendo travesseiro de um saco de estopa cheio de palha [...] (AZEVEDO, 1997, p. 1).

A relação de João Romão como agregado ocorre em um ambiente urbano no Rio de Janeiro Oitocentista. As relações estabelecidas com seu patrão português bem como com seus semelhantes no decorrer da narrativa, possuem semelhanças com algumas das experiências que observamos na pesquisa em Cidade da Parahyba: negros e negras livres pobres que se associaram a outros seguimentos sociais ou semelhantes a eles. Tratam-se de estratégias que serão abordadas com detalhes mais adiante. A historiografia considerada tradicional, vinculada ao Instituto Histórico e Geográfico Paraibano “silenciou” a população negra livre pobre de sua atuação para a construção da História da Paraíba¹³. No entanto, não nos impediu de analisá-la para buscar evidências acerca da vida cotidiana da classe trabalhadora¹⁴. A nossa hipótese fundamental baseia-se na atuação desta população negra livre pobre nas mobilizações sociais do período. Por esta razão, nosso recorte inicial de pesquisa ocorre a partir de 1850, por compreender que este foi um período de muita agitação não apenas na província da Paraíba, mas nas suas vizinhas províncias do Norte¹⁵ durante o Brasil Império, e se conclui em 1867, por entender que a atuação dos negros livres pobres na Paraíba durante a *Guerra do Paraguai* (1864 – 1870), nos levaria a uma abordagem mais complexa, em um outro contexto

¹³ É preciso, ao mesmo tempo, reconhecer o lugar histórico e social de produção de discurso destes historiadores. Os seus trabalhos são importantes para a preservação e construção da História da Paraíba.

¹⁴ Concebe-se aqui *Classe Trabalhadora* como pessoas que, em um mesmo tempo, exerciam ofícios em contextos similares. Eram indivíduos pobres, cujas experiências, ao olhar de Thompson, incluíam as dificuldades cotidianas ligadas ao morar, ao trabalho árduo, às injustiças sociais, baixos salários, etc.

¹⁵ Ao mencionarmos o que conhecemos hoje pela região *Nordeste*, utilizamos a nomenclatura *Norte*, pois à época eram assim chamadas todas as províncias que se localizavam distantes da Corte, além de Minas Gerais.

histórico, em que as fontes, ainda que numerosas, iriam tornar o trabalho de pesquisa mais extenso. O estudo destas relações sociais existentes nesta parte do Brasil em meados do século XIX se faz necessário da mesma maneira, por representar, segundo Sidney Chalhoub, um período divisor de águas na vida política e social do Império (CARVALHO, 2012, p. 38). O fim do tráfico africano ilegal, a lei de terras e a obrigatoriedade do registro civil de nascimentos e óbitos implementados neste período geraram grandes consequências que afetaram não apenas a população escravizada, mas principalmente, para a população negra livre pobre.

Como esta população encontra-se em consonância com o ambiente urbano¹⁶, procuramos nos ater à capital da província, a cidade da Parahyba (freguesia de N.S. das Neves) e caminhamos pelas estradas em direção às vilas e povoações próximas. Ao dar seguimento à narrativa irei, inevitavelmente, citar outras localidades. Isto se fez necessário devido às relações que foram traçadas com pessoas em outras províncias. Neste trabalho, utilizamo-nos de fotografias e cartões-postais coloridos e em preto e branco¹⁷, como iconografia para dar ao leitor e à leitora uma perspectiva de como seria a paisagem da capital paraibana e povoações nas primeiras décadas do século XX. Isto deve-se ao fato de que existe uma grande ausência de fotografias ou mesmo de imagens da Paraíba ainda no século XIX¹⁸, o que não impede sua utilização. Ainda que nestas iconografias apareçam elementos pertencentes ao século seguinte, ela nos serviu como base para extração de informações sobre a paisagem e as pessoas no período oitocentista.

Sendo assim, como complemento, as imagens de pessoas negras livres pobres presentes neste trabalho são fruto tanto de pinturas, como de desenhos ou esboços feitos pelos viajantes estrangeiros que estiveram no Brasil neste período. Esta dissertação está dividida em quatro capítulos. No primeiro, procuramos construir as justificativas do trabalho e realizar uma discussão acerca da presença da população urbana livre e pobre na historiografia nacional, desde as produções mais antigas até as mais recentes, e que serviram de aporte bibliográfico para a construção deste trabalho.

¹⁶ Importante ressaltar que, apesar da área urbanizada da capital, com suas construções públicas, ruas, igrejas, casas de comércio, casarios, etc, existia uma forte presença do mundo rural, com engenhos, engenhocas, casas de farinha de mandioca, chácaras, sítios e outros locais caracteristicamente rurais nos arredores da Cidade da Parahyba no século XIX.

¹⁷ Grande parte deste riquíssimo acervo fotográfico da Paraíba entre o século XIX e o XX encontra-se fora do Nordeste, e ocasionalmente, suas imagens são divulgadas na Internet em sites de leilões para venda.

¹⁸ As únicas fotografias da Paraíba tiradas do século XIX são datadas a partir de 1877, e mostram aspectos urbanísticos, como algumas ruas, espaços abertos, construções, e em raras ocasiões, pessoas.

Além disso, demos destaque no capítulo dois à historiografia da Paraíba sobre a temática dos livres pobres nos ambientes urbanos, desde os clássicos produzidos pelo IHGP, até as produções mais recentes. Isto se faz necessário não apenas como forma de embasar a escrita, mas de orientar o leitor e a leitora para que ele tenha noção da grande dimensão do universo que era esta população negra livre pobre, em sua maioria negra e parda, compreendendo o que e como era a cidade no Norte do Império e seu universo social complexo no século XIX. Compreender a cidade oitocentista demandou o uso de dados populacionais relativos a quantidade de pessoas livres em contraste com a de escravizados. Estes dados aproximados puderam ser verificados nos relatórios de presidente de província da Paraíba, e comparados com dados anteriores, dos séculos XVIII e início do XIX.

No capítulo três, iremos delimitar e apresentar o espaço da pesquisa, que é a Cidade da Parahyba do Norte, descrevendo sua área urbana e seus arredores. Ao adentrar a cidade, procuramos observar os sujeitos negros livres pobres neste espaço, e de como ele construía o seu cotidiano, tecendo suas redes de sociabilidade. As experiências destas pessoas naquele espaço são um dos objetivos primordiais deste capítulo. Foi possível traçar alguns perfis destas pessoas pobres, o gênero, condição jurídica, seus ofícios, seus lugares de morada e suas relações com os demais espaços da cidade. É também neste capítulo que apresentamos algumas das estratégias de resistência da gente negra livre pobre diante das autoridades provinciais. Partindo para um ponto de vista mais ligado à cultura, a historiografia mostra que as manifestações de matriz africana se perpetuaram¹⁹, especialmente nas já muito citadas festas das irmandades católicas. No entanto, existiam outras formas de rebeldia em Parahyba que serão abordadas. Para descrever a cidade, fizemos uso de mapas do período, os relatórios de presidente de província, os relatórios da provedoria de saúde da província da Paraíba, e os relatos de viagem de estrangeiros, bem com os dos memorialistas paraibanos. Este aporte bibliográfico data do início do século XX. Por último, os jornais paraibanos produzidos entre 1850 – 1867, que apresentam vários dados sobre a estrutura da cidade e sua população, e disponíveis no site da biblioteca nacional em sua hemeroteca digital. O arquivo público do estado da

¹⁹ Em relação por exemplo às chamadas “*Festas Negras*”, citamos os estudos de João José Reis em *A Morte é uma Festa* (1991), Martha Abreu com *Festas religiosas no Rio de Janeiro: perspectivas de controle e tolerância no século XIX* (1994), José Ramos Tinhorão, autor de *Os sons dos negros no Brasil: cantos, danças, folgedos* (1988), entre outros autores e autoras.

Paraíba Waldemar Bispo Duarte foi onde obtivemos a maior quantidade de fontes para a construção deste capítulo, tipografadas e manuscritas.

O quarto capítulo tratará principalmente das relações estabelecidas pelos negros livres pobres da Cidade da Parahyba do Norte com outras províncias e regiões distantes da província no Império²⁰. Este capítulo parte do pressuposto de que a Paraíba não se constituía sozinha, e tecia relações comerciais e sociais muito estreitas com as suas províncias irmãs vizinhas, caso do Rio Grande do Norte, do Ceará, de Pernambuco, e demais províncias do Norte próximas. Com efeito, havia uma transitoriedade grande de pessoas entre estas regiões do Império. Esta etapa do trabalho foi possível graças aos passaportes²¹.

²⁰ Os caminhos percorridos pela população Negra Livre e Pobre da Província da Paraíba para outras podem ser observados nos Passaportes.

²¹ Documento manuscrito emitido pelas chefias de polícia das províncias de todo o Império, que conferia permissão ao indivíduo para transitar de uma localidade para outra. Sua aquisição era obrigatória a todas as pessoas livres, inclusive pessoas de posse e pobres. As emissões abrangiam desde proprietários de terras, comerciantes, brasileiros e estrangeiros, até a classe trabalhadora. Diversos perfis de indivíduos negros e negras livres e pobres podem ser encontrados nestes documentos e foram uma fonte primordial para o desenvolvimento deste trabalho. Os detalhes sobre o documento são mostrados no capítulo 4.

2 A POPULAÇÃO NEGRA LIVRE POBRE NA SOCIEDADE ESCRAVISTA: teoria, historiografia, cotidiano e sociabilidades

Quando observamos o dia-a-dia das pessoas, com seus movimentos, idas e vindas, rápidos encontros e desencontros, o desconforto de muitos, as correrias, compromissos e até mesmo, as breves horas de lazer, tento refletir, enquanto participante deste processo, de como teria sido esta situação em outras épocas. Nem sempre as atuais grandes cidades brasileiras foram tão caóticas como nos dias atuais. Mas será mesmo que a situação da classe trabalhadora brasileira, vivendo nestas cidades, se modificou tanto assim de aproximadamente duzentos anos para cá? Em se tratando especificamente da população negra livre pobre, ao contextualizarmos o século XIX, seriam suas condições de trabalho e atuação social e política muito diferentes das atuais? Hoje, em 2020, a situação do trabalhador brasileiro não é tão confortável como se imagina. Em um país que ainda sofre com graves problemas de infraestrutura, cujos dados atuais apontam a existência de 12,8 milhões de desempregados²² (13,3% da população brasileira) e cuja atual reforma da previdência aprovada recentemente, tende a privilegiar os mais ricos diante dos mais pobres, nossas perspectivas de futuro para uma situação de bem-estar social para a classe trabalhadora são ínfimas.

A afirmação de que as condições de vida das pessoas pobres neste país pouco se modificaram de lá para cá levar-nos-ia a comparar diversos dados, entre eles, a proporcionalidade da população, a ascensão social de determinados grupos nas últimas décadas do século XX e começo do XXI, entre outros. E em relação à Paraíba? Existem alguns apontamentos que podemos usar como exemplo a título de comparação. Convivem na Paraíba, uma grande diversidade de pessoas da classe trabalhadora, sobretudo de origem negra e parda²³, assim como se observa em outras capitais da região Nordeste. Os trabalhadores e trabalhadoras vivem ora na informalidade do comércio, setor de serviços, ora no setor público. Estão em todos os lugares da cidade, desde esquinas, praças, shoppings, praias, nos bares entre diversos outros. Torna-se um desafio, mesmo nos dias de hoje, enquadrar esta população em categorias para estudos comparativos ou estatísticos, tendo em vista a sua imensa diversidade. Se os dados acerca da população ainda não são tão precisos, era de se esperar que, nos idos de 1840 a 1860, também não o

²² Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/08/06/desemprego-sobe-para-133percent-em-junho-diz-ibge.ghtml> Acesso em 06 out. 2020.

²³ A população livre pobre também inclui os povos de origem indígena.

fossem. O que resta a nós, historiadores, é apegar-nos aos dados que temos e as fontes que sobreviveram até hoje. Procurando compreender a população negra livre pobre e seus estudos no Brasil, atentamo-nos à historiografia considerada tradicional, especialmente os escritos na metade do século anterior. Estes historiadores já faziam parte de uma geração cujos enfoques de pesquisa haviam se modificado até aquele momento, dando ênfase a grupos sociais “excluídos”²⁴. O leitor e a leitora irá perceber, no decorrer da escrita, que privilegiamos a construção historiográfica nacional no que diz respeito, principalmente às capitais e outras cidades do Norte do império, o que não impediu que outros grandes centros como São Paulo e Rio de Janeiro, fossem igualmente, mencionados aqui como lugares de pesquisa.

Reis (1986) ao estudar a cidade de Salvador na Bahia e o contexto da revolta dos *Malês* (1835), fala da grande atuação desta população negra livre pobre, grupos sociais, segundo o autor, completamente marginalizados do processo político: *lavradores sem-terra, pobres urbanos, libertos, soldados* e, em alguns casos, até mesmo *escravos* (REIS, 1986, p. 37-38). O crescimento populacional dos negros e pardos forros e livres pobres ocorreu gradualmente durante todo o século XIX. Segundo Guimarães (2015), que apresentou dados populacionais tanto da então capitania da Paraíba²⁵ em fins do século XVIII como da primeira metade do oitocentos, a população livre e pobre vinha aumentando, especialmente na capital. Segundo ele,

A Paraíba passou por um importante aumento demográfico que permaneceu constante, tornando-se mais intenso ao chegar na metade da centúria. Entre 1782 e 1805, a capitania viveu com cerca de 50 mil habitantes, tendo variações para baixo em dois momentos, devido aos períodos de grandes secas, caracterizados por muitas mortes e forte migração, interferindo nos dados demográficos. Ao final da primeira década do oitocentos, a tendência foi de crescimento da população, variando na faixa entre 90 e 120 mil pessoas até meados da década de 1820. Os números dos anos de 1830 são esparsos. Entretanto, a queda brusca apontada pode ter sido reflexo da seca de 1838. Não temos os números da província para 1841, mas pela quantidade de habitantes da capital, percebemos que houve considerável crescimento. O que vale destacar por fim é que a década de 1840 representou um novo período de crescimento populacional, estando habitada por cerca de 200 mil pessoas. Ao tomarmos esses dados, percebemos em meio século um crescimento de quatro vezes a população da Paraíba (GUIMARÃES, 2015, p. 148).

²⁴ O grupo de historiadores e memorialistas inseridos neste contexto pertencem ao IHGP (Instituto Histórico e Geográfico Paraibano). Importante lembrar que os seus membros também tinham origens a partir dos grupos dominantes da política local, portanto, os seus escritos tendem a apresentar a História da província a partir do ponto de vista das Elites, abrindo pouco espaço para narrativas sobre os grupos menos privilegiados da sociedade, tal como os negros livres pobres.

²⁵ No período colonial, as unidades administrativas eram denominadas de Capitânias. Com a Independência, em 1822, passaram a ser denominadas como Províncias. Em 1889, com o advento da República, passaram a ser denominadas como Estados, vigente até os dias atuais.

De acordo com os dados levantados sobre a primeira metade do século XIX, a população de Cidade da Parahyba teve crescimento, mas em menor proporção se comparado com o restante da província. Ao mesmo tempo, percebe-se que a população negra livre pobre cresceu em uma proporção maior do que o número de escravizados. Nos últimos anos do século XVIII²⁶, a proporção era de aproximadamente 2,3 livres para cada um cativo. Em 1850²⁷, a relação sobe para 6,2 livres para cada um escravo (GUIMARÃES, 2015, p. 148). Guimarães afirma que esta proporção tornar-se-ia cada vez maior após 1850 com a assinatura da lei Eusébio de Queiroz²⁸. A proibição do comércio transatlântico de escravizados para o Brasil não impediu, evidentemente, a contínua vinda deles para o país, já que o tráfico ilegal foi recorrente nas décadas posteriores.

Schwartz (2001, p. 132-133) afirma que, apesar do número de africanos escravizados que foram importados ter sido grande, a *população negra livre* foi a que mais cresceu no Brasil desde a virada do século XVIII (GUIMARÃES, 2015, p. 149). Não apenas a proibição do comércio transatlântico, como em decorrência deste, a posteriori, o Tráfico Interprovincial²⁹, foram aspectos fundamentais para a gradual redução do número de escravizados em relação ao números de forros e livres pobres. De fato, se analisarmos os dados provenientes dos assentos de batismo da Freguesia de N.S. das Neves a segunda metade do século XIX, é possível observar que a maioria da população é parda ou negra livre. Rocha (2007) trabalhou diretamente com os dados dos assentos de batismo, e a partir deles, pudemos ter ideia desta grande presença da gente negra livre pobre na capital paraibana. Em 1798 (final do século XVIII) na Paraíba, existiam, 39.894 pessoas, dentre as quais, 12.876 eram mulatos e 2.976 eram pretos, todos juridicamente livres³⁰. Rocha pontua que em 1811, houve uma grande expansão da população total, tendo um total de 122.407 habitantes, sendo que 73.794 eram negros

²⁶ Apresentamos aqui dados do século anterior, a fins de comparação. Julgo importante demonstrar ao leitor e à leitora que o crescimento da população negra e parda livre na capitania e depois, província da Paraíba é significativo e fundamental para compreender os motivos pelos quais escolhemos trabalhar com este grupo social.

²⁷ Importante lembrar que a primeira lei de proibição do tráfico é de 1831, e ficou conhecida como a “lei para inglês ver”, uma vez que apesar de estabelecida, na prática, a fiscalização sobre o tráfico era mínima ou ausente. A partir de 1850, a fiscalização tornar-se-ia maior.

²⁸ Para mais informações sobre a extinção do tráfico transatlântico, ler MAMIGONIAN, Beatriz. *Africanos Livres. A abolição do tráfico de escravos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

²⁹ Sobre o tráfico interprovincial de escravizados, ler os trabalhos produzidos por Herbert Klein (1978), Rocha (2009, p. 105-136) e Dourado (2016).

³⁰ ROCHA, 2007, p.133.

(61.458 pardos e 12.336 de pretos) (ROCHA, 2007, p. 135), ou seja, mais da metade da população da Paraíba.

A crise da lavoura açucareira a partir do século XVIII motivada pela baixa do preço do açúcar no mercado externo³¹, as constantes estiagens e falta de investimentos maiores, fez com que vários proprietários em todo Norte começassem a negociar seus escravizados com outros latifundiários do Sudeste/Sul. Os destinos foram as minas de ouro em Minas Gerais e os cafezais nas do Rio de Janeiro e São Paulo, locais que demandavam grande quantidade de mão-de-obra escravizada.

Desde o século XVIII acentuou-se o crescimento da população de cor livre no Brasil tendo sido inclusive considerado um fenômeno típico deste período, devido principalmente à descoberta das minas e a resultante diversificação da economia que proporcionava aos escravos recursos para comprarem suas alforrias. O processo de urbanização e as condições socioeconômicas próprias das cidades também foram considerados elementos estimuladores do aumento do número de libertos (ALGRANTI, 1988, p. 121).

Pouco tempo após a independência existiam no país 2.813.351 habitantes livres para 1.147.515 escravos. Estes últimos concentravam-se, principalmente, no Nordeste e na Bahia, zonas tradicionalmente açucareiras (HOLANDA, 1989, p. 140). Nestas regiões agrícolas, segundo José Murilo de Carvalho encontrava-se uma vasta população civilmente livre, mas econômica e politicamente dependente (CARVALHO, 2012, p. 25).

Talvez a principal evidência do grande crescimento da população negra e parda livre pobre na província da Paraíba no século XIX esteja registrada nos dados levantados no censo de 1872³², o primeiro grande censo geral feito na História brasileira. Ainda que os dados sejam aproximados, através dele vemos que a Paraíba era, na segunda metade do século XIX, uma das localidades com maior índice de pessoas negras livres e forras. Nas tabelas apresentadas a seguir, procuramos apresentar ao leitor/leitora números das populações das províncias do Império no que hoje chamamos por região Nordeste³³ e comparamos com os das províncias do Sul do Império.

³¹ A crise da lavoura paraibana no século XVIII e a conjuntura internacional e nacional daquele período foram explicados por OLIVEIRA, Elza Régis. *A Paraíba na Crise do século XVIII. Subordinação e Autonomia. 1755 – 1799* (2ª ed.). João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2007.

³² Uma discussão mais aprofundada sobre as motivações políticas em torno do censo de 1872 são encontradas em Tarcisio R. Botelho, *Censos e Construção nacional no Brasil Imperial* (2005).

³³ No século XIX, o que hoje chamamos por “Nordeste” fazia parte das ‘Províncias do Norte’ que incluíam também as da região amazônica, como o Amazonas e o chamado Grão-Pará. A mesma situação era vista

Quadro I: Quadro geral da População Livre das Províncias do Norte levando-se em consideração as etnias *Parda e Preta* – Censo de 1872³⁴.

Províncias do Norte (Nordeste)	Pardos Livres ou Libertos	Pretos Livres ou Libertos	População Livre Parda e Preta (Total)
Bahia	565.704	264.727	830.431
Pernambuco	387.851	61.696	449.547
Ceará	339.166	28.934	368.100
Alagoas	200.199	16.307	216.506
Paraíba	178.596	21.816	200.412
Maranhão	144.361	25.284	169.645
Piauí	106.665	14.862	121.527
R.G do Norte	84.090	23.365	107.455
Sergipe	81.583	19.172	100.755

Fonte: Produção própria do autor baseado em dados do Censo de 1872³⁵.

Dentre as províncias do Norte, de acordo com o censo de 1872, a da Paraíba possuía a 6ª maior população de *Pretos e Pretas Livres*, somando 21.816 pessoas. Somando-se os dois grupos (Pretos e Pardos), a província aparece contendo a 5ª maior população desta porção do Norte, com 200.412 pessoas, sem incluir os caboclos e brancos. Comparando-se com os dados das demais onze províncias do Sul do Império, a Paraíba, em relação à População de *Pretos Livres e Forros* fica com a 10ª colocação. Já em relação ao grupo dos *Pardos e Pardas Livres*, a província da Paraíba³⁶, comparando-se às somatórias das populações das províncias do Norte com as do Sul do Império, aparece como uma das maiores, ficando na 6ª posição, com um total de 178.596 indivíduos. Uma população vasta de livres e libertos (forros), que era superior até mesmo

em relação às regiões que hoje conhecemos por “Sul/Sudeste/Centro-Oeste”, que eram genericamente chamadas de “Sul”.

³⁴ Os números acima incluem a somatória entre homens e mulheres. Os números acima não incluem brancos ou caboclos.

³⁵ Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=225477&view=detalhes> Acesso em: 15 out. 2019

³⁶ Importante frisar que os dados apresentados aqui nesta análise, refletem a totalidade da província da Paraíba, e não apenas à capital, a Cidade da Parahyba do Norte.

à de localidades economicamente desenvolvidas, tais como as províncias do Rio de Janeiro (Corte)³⁷, São Paulo e Rio Grande do Sul.

Quadro II: Quadro geral da População Livre Parda da Paraíba e das demais províncias do Norte e Sul do Império de acordo com o Censo de 1872.

Província	Pardos Livres
Minas Gerais	598.813
Bahia	565.704
Pernambuco	387.851
Ceará	339.166
Alagoas	200.199
Paraíba	178.596
Rio de Janeiro*	166.090
São Paulo	151.306
Maranhão	144.361
Piauí	106.665
Grão-Pará	93.727
Goiás	86.389
R.G. do Norte	84.090
Sergipe	81.583
R.G. do Sul	48.666
Paraná	30.636
Mato Grosso	20.914
Espírito Santo	20.529
Santa Catarina	11.737
Amazonas	7.256

Fonte: Produção própria do autor baseado em dados coletados do Censo de 1872³⁸.

Diante destes pressupostos, observamos que até a década de 1870, os números da população livre pobre na Paraíba tiveram crescimento contínuo, vindo a sofrer decréscimos nos anos subsequentes devido à fatores como a seca de 1877. Não apenas dados estatísticos populacionais demonstram este crescimento, mas a sua atuação dentro dos setores produtivos das províncias, em especial os urbanos. Sérgio Buarque de Holanda afirma que o trabalho livre representava, no período colonial, uma força suplementar à grande lavoura e suas condições de vida não se diferiam muito da do

³⁷ Em relação aos números do Rio de Janeiro, somamos a população da província junto à do chamado “Município Neutro”, ou seja, a cidade do Rio de Janeiro, capital do Brasil.

³⁸ Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=225477&view=detalhes> Acesso em: 15 out. 2019.

indivíduo escravizado. No que diz respeito a atuação destes trabalhadores e trabalhadoras (gente livre pobre na cidade), ele afirma que

Nas cidades os **negros de ganho** e os alugados ombreavam com os **artesãos livres**. Havia-os de todos os ofícios: **sapateiros, carpinteiros, funileiros, alfaiates, carregadores, vendedores ambulantes**. Alguns senhores viviam do aluguel de seus escravos. Outros mantinham no ganho grande número de cativos. Os negros saíam pela manhã para os seus afazeres, voltavam à noite para entregar ao senhor o que tinham ganho. Se não traziam uma quantia considerada razoável eram castigados. (HOLANDA, 1989, p. 142). (Grifos nossos).

Nesta afirmação o autor procurou mostrar que o ambiente urbano na época possuía uma vasta diversidade de pessoas negras de diferentes categorias sociais entre livres, libertos e escravizados que conviviam em um espaço comum.

Sendo assim, buscamos delimitar as experiências cotidianas destas pessoas negras livres pobres a partir das concepções teóricas oriundas do pensamento inglês (história social inglesa) de tradição marxista de um de seus principais representantes, Edward Palmer Thompson. Ele traz na sua ideia de *experiência* e *classe* caminhos para analisar a vida cotidiana daqueles que até então, eram indivíduos renegados pela historiografia tradicional inglesa. Em seus escritos, Thompson procurou explicar suas pretensões de apresentar a experiência cotidiana da população pobre nas vilas e cidades entre os séculos XVIII e XIX³⁹. Para o autor, a *experiência cotidiana* dava-se diante de certas vicissitudes da vida da gente pobre, nas suas relações sociais com os seus semelhantes e o patronato e de como estes indivíduos apreendiam os acontecimentos e a maneira pela qual eram afetados por estes. A linha de pensamento “thompsoniana” vem sendo construída entre os anos 60 e 80 em um movimento de renovação da historiografia. Sobre isto, comentam Cardoso e Vainfas que

Nos anos 1980, nota-se, no que acreditavam os historiadores vinculados à história social [...] a flexibilização da crença nos vínculos de determinação entre o contexto social e a consciência. Fala-se de uma autonomia relativa da cultura, ou do imaginário, ou também da política (posto que, desde a década precedente, ocorrera uma retomada de importância de parte de uma história política já não “tradicional”, mas sim atualizada pelos vínculos estabelecidos com a ciência política). Acredita-se em um papel mais ativo dos indivíduos na formação dos significados, e uma nova conceituação das relações sociais insiste na historicização da experiência (E. P. Thompson), mais do que em seus vínculos com uma estrutura abstrata de classes [...] (CARDOSO & VAINFAS, 2012, p. 15).

³⁹ Aqui, trato especificamente de duas obras: A coleção *A Formação da Classe operária Inglesa e Costumes em Comum*.

A forma de pensar de Thompson acerca da classe trabalhadora teve origens em 1964, ao escrever o texto intitulado *A Formação da Classe Operária Inglesa*, liberando a noção de classe de sua ideia puramente produtivista. No caso específico desta pesquisa, por tratar-se de indivíduos da classe trabalhadora da sociedade brasileira no século XIX em evidência nos espaços urbanos, fiz uso de sua obra *A Miséria da Teoria*, no qual o autor explicita suas ideias principais acerca da experiência (cotidiana), vivida e pensada pelos sujeitos (homens e mulheres) no tempo histórico. Segundo palavras do próprio autor

A experiência entra sem bater à porta e anuncia mortes, crises de subsistência, guerra de trincheira, desemprego, inflação, genocídio. Pessoas estão famintas: seus sobreviventes têm novos modos de pensar em relação ao mercado. Pessoas são presas: na prisão pensam de modo diverso sobre as leis. Frente a essas experiências, velhos sistemas conceituais podem desmoronar e novas problemáticas podem insistir em impor sua presença (THOMPSON, 1981, p. 17).

Mattos (2008) explica que o pensamento de Thompson influenciou historiadores da escravidão atlântica nos anos 1970 e 80, a exemplo de Eugene Genovese⁴⁰, Herbert Gutman⁴¹, Eric Foner⁴², Rebeca Scott⁴³, entre outros, que marcaram decisivamente os campos historiográficos da história social do trabalho e da história social da escravidão no Brasil, bem como sinalizaram para uma aproximação crescente entre história e antropologia⁴⁴. A noção de “história vista de baixo” ajudou na construção de inúmeros trabalhos historiográficos no Brasil nos anos 90 e 2000.

O culturalismo marxista de E. P. Thompson e a chamada **história vista de baixo** tiveram um papel pioneiro nesse deslocamento. Thompson, ao criticar o estruturalismo marxista de Althusser e partir do princípio de que as identidades de classe eram construídas a partir de **experiências** culturalmente compartilhadas, foi pioneiro em formular a assertiva de que as identidades coletivas não eram dadas pelas estruturas sociais, mas construídas historicamente. Os processos de construção de identidades deviam ser desvendados pela pesquisa histórica explorando os universos culturais e a agência social dos homens e mulheres comuns (CARDOSO C F & VAINFAS R, 2012, p. 96).

⁴⁰ Um dos pioneiros nos estudos sociais da escravidão, autor de várias obras, sendo a mais conhecida *The Political Economy of Slavery: Studies in the Economy and the Society of the Slave South*, 1961.

⁴¹ Historiador estadunidense que também se embrenhou em pesquisas relativas à História Social da População Negra escravizada. Autor de *The Black Family in Slavery and Freedom, 1750-1925* (1977) e *Work, Culture and Society* (1977).

⁴² FONER, Eric. *Nada Além da Liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

⁴³ SCOTT, Rebecca Jarvis. *Slave Emancipation in Cuba: The Transition to Free Labor, 1860-1899*. 1ª Ed. University of Pittsburgh Press, 1985.

⁴⁴ MATTOS, Hebe. O olhar do historiador: territórios e deslocamentos na história social da escravidão no Brasil. In: HEINZ, Flavio M.; HARRES, Marluza Marques (orgs.). *A história e seus territórios*. São Leopoldo: Oikos, 2008, p. 49-61.

Para Thompson, a diversidade de estudos operários e de diversos outros membros da *classe trabalhadora* inglesa abrem uma enorme gama de possibilidades. Segundo o autor

O que costumava ser a história operária pode, de fato, constituir excelente terreno de teste para a sociologia histórica. Isso não significa – seria deplorável se o fosse – a desajeitada retomada de uma terminologia mal digerida e de categorias de uma determinada escola sociológica impondo-as ao conhecimento histórico existente. Onde isso acontece, o resultado é danoso para ambas as disciplinas. Trata-se muito mais, de uma questão de interpenetração mútua. Por meio dela, o historiador encontra novos problemas para a pesquisa na produção sociológica contemporânea, o novos modos de abraçar velhos problemas. Prossegue, ainda, sua pesquisa com uma concepção simultaneamente fertilizada por conceitos sociológicos e arredia diante de categorias sociológicas, obtendo, enfim, resultados que (espera-se) possam, por sua vez, adicionar uma dimensão histórica à teoria sociológica (THOMPSON, 2001, p. 191).

Buscamos aqui, compreender o que para Thompson seria a *Classe Trabalhadora*. Segundo o autor, a ideia de *Classe* teria origem a partir do próprio processo histórico, e não necessariamente fruto das relações de dominação entre os detentores dos meios de produção sobre o proletariado, tal como na acepção de Marx.

Para Thompson, o auto reconhecimento dos trabalhadores como classe – que conduz à formação das organizações operárias e ao estabelecimento, por meio da **luta de classes**, de novas relações entre capitalistas e operários – encontra-se na base da grande indústria moderna. Assim, ao mesmo tempo em que submete a relação social ao processo histórico, ele apresenta a formação da **classe operária** como condição e não simplesmente resultado da industrialização (THOMPSON, 2001, p. 64). (Grifos nossos).

Importante frisar que o termo “classe operária” que está sendo colocado aqui, não será objeto de análise por nós. Antes disso, se coloca aqui para compreender as motivações na época que levaram o autor inglês a pensar as experiências daquele grupo social em seu país de origem. O operariado inglês, tal como os negros livres pobres, são categorias sociais historicamente distintas pelo espaço, pelas experiências culturais distintas compartilhadas e em certa medida, pela temporalidade, tal como asseverou Lara (1995), porém, há alguns pontos do pensamento thompsoniano onde há possibilidade de se trabalhar. Portanto, a *Classe* para Thompson seria resultado de sua constante e intensa luta. Esta classe, de diferentes apreensões, demandas e formas de organização, só possui sentido para Thompson, a partir das relações que ela estabelece com outras *Classes*. Em *Peculiaridades dos Ingleses*, tentou defini-la da seguinte maneira:

Classe é uma formação social e cultural (frequentemente adquirindo expressão institucional) que não pode ser definida abstrata ou isoladamente, mas apenas em termos de relação com outras classes; e, em última análise, a definição só pode ser feita através do *tempo*, isto é, **ação e reação, mudança e conflito**. Quando falamos de *uma* classe, estamos pensando em **um corpo de pessoas**

definido sem grande precisão, compartilhando as mesmas categorias de interesses, experiências sociais, tradição e sistema de valores, que tem *disposição* para se *comportar* como classe, para definir, a si próprio em suas ações e em sua consciência em relação a outros grupos de pessoas, em termos classistas (THOMPSON, 2001, p. 169). (Grifos nossos).

O pensamento de Thompson atribui um conceito que era puramente econômico na filosofia marxista ortodoxa à cultura. A *Classe*, segundo o autor, é mutável a partir da *Experiência* de homens e mulheres existentes. E essa experiência adquire feições classistas, na vida social e na consciência, no consenso, na resistência e nas escolhas de homens e mulheres (THOMPSON, 2001, p. 260). *Experiência* destes indivíduos tem a ver com a formulação de valores próprios, uma cultura própria, intrínsecos ao seu modo de vida. Suas vivências e valores são afetados pela interferência do sistema dominante, que se apropriam de sua retórica, conferindo-lhe novo propósito (THOMPSON, 2001, p. 261). As dissimulações, negociações e outras formas de lidar com o *status quo* também fazem parte da *Experiência* cotidiana.

A noção de “formação de uma classe” arremete inevitavelmente a outra questão: os negros livres pobres da Cidade da Parahyba constituíram-se em uma *classe*? Até que ponto eles se reconheciam como tal? É correto afirmar que a ideia de classe também surge a partir da noção de que são explorados, ou seja, a resistência dos negros se realiza diante de uma situação de dominação. Para além dos fatores que criariam a consciência dela, o que Gorender (1990) apontou como sendo as tradições culturais, costumes, fé religiosa, laços de parentesco, regras morais, etc. Thompson colocou como primeiro ponto, a *experiência vivenciada* como fator fundamental na fundação desta consciência de classe (GORENDER, 1990, p. 101).

Nestes apontamentos, é possível perceber formações de identidades, organizações que não necessariamente estavam, segundo o autor, relacionadas com a estrutura, ou seja a formação da classe a partir das relações de dominação proporcionada pelos meios de produção. Para uma compreensão maior dessa relação de dominação e resistência a ela, vemos que os negros livres pobres estavam, em primeiro lugar, inseridos em um universo ditado por uma economia capitalista primitiva. A escravidão sendo consequência deste processo, influencia as demais formas de relacionamento entre os indivíduos ou grupos. Uma vez nascidos aqui, os negros, mesmo sendo livres ou libertos, permaneciam sob o estigma da cor: estariam para sempre atrelados à noção de que eram descendentes dos escravizados. Portanto, pensar estas relações demanda bastante cuidado. Há

evidentemente fatores culturais e econômicos envolvidos neste processo, e não é possível dissociar um do outro.

A população negra livre pobre foi vista por muito tempo na historiografia brasileira como “à margem” do processo produtivo, ou seja, do latifúndio agrário exportador, uma noção que felizmente, vem sendo superada pela historiografia mais recente. Não sendo escravizados, não teriam valor como mão-de-obra, algo que em nossas pesquisas revelamos ser um equívoco. Ao contrário, o crescimento da “massa” de negros livres pobres durante todo o século XIX e a constante presença no ambiente urbano e semiurbano de trabalhadores livres e libertos exercendo diferentes formas de ofícios, trabalhos os torna totalmente inseridos dentro deste mundo do trabalho. Portanto, as experiências também são moldadas dentro das relações de produção, um mundo de exploração e resistência dos negros livres pobres⁴⁵. Estas experiências moldadas dentro deste universo de exploração se compreendem por exemplo, nas estratégias de resistência adotadas pelos negros livres na Cidade da Parahyba e apresentados no decorrer da pesquisa, especialmente no que tange ao trabalho ou à “fuga” do cotidiano árduo deste trabalho, que muitas vezes deveria ser desconfortável, insalubre e pouco remunerado. Da mesma forma, ao trabalhar estas conceituações fundamentais para a criação deste trabalho de pesquisa, é preciso que se diga que ela é feita no âmbito da luta de classes, ou seja, há um estado hegemônico (no caso aqui o estado Imperial), tal como na acepção de Gramsci e há uma classe subalterna (os negros livres pobres), que existem a partir das relações estabelecidas entre Estado e a sociedade política em conjunto com a “sociedade civil” (GRAMSCI, 2002, p. 139). Este autor também observa que as classes subalternas não são unificadas, ao contrário são muito dinâmicas e dependem de distintos fatores para se reconhecerem enquanto tal⁴⁶.

De toda forma, a maneira como Thompson apreendeu a *Classe Trabalhadora* na História, segundo Negro (2014), deu margem para que seu pensamento tivesse grande influência na produção historiográfica brasileira entre os anos 1980 e 90.

Notado em sua utilidade para reatar censuras, Thompson foi convocado para rever o corte da **história dos trabalhadores cativos e livres**. Por ter investido contra “as muralhas chinesas que separa o século XVIII do XIX”

⁴⁵ Em “Os despossuídos”, Marx traz caminhos para a compreensão das relações entre exploração e luta de classes dentro de determinadas vicissitudes.

⁴⁶ Os grupos subalternos sofrem sempre a iniciativa dos grupos dominantes, mesmo quando se rebelam e insurgem: só a vitória “permanente” os rompe, e não imediatamente, a subordinação...[...]Por isto, todo traço de iniciativa autônoma por parte dos grupos subalternos deve ser de valor inestimável ao historiador integral...[...]” (GRAMSCI, 2002, p. 135). Sobre classe e classe subalterna.

(THOMPSON, 1987, p. 111), tem encorajado as pesquisas preocupadas em perceber a **formação da classe trabalhadora no Brasil**. Contudo, a essa altura, os usos já vão muito variados e daqui escapam tanto por sua abrangência e multiplicidade quanto pela dispersão regional. A **História social** da cultura, por sua vez, abriu as portas da percepção para taberneiros, prostitutas e ladrões, o teatro de revista, um variado associativismo, incluindo a festa, a literatura, a **sociabilidade**, e muitas outras práticas culturais dos subalternos. (NEGRO, 2014, p. 158) (Grifos nossos).

Sociabilidade, neste caso, é percebida como uma das diversas práticas culturais da classe trabalhadora. Compreender este conceito permite ao historiador olhar as manifestações cotidianas de maneira a apreender as maneiras pelas quais se relacionavam uns com os outros, a forma como se associavam, inclusive com indivíduos das camadas privilegiadas. A sociabilidade como um fenômeno comum à gente negra livre pobre traria a possibilidade da criação de estratégias de sobrevivência em situações difíceis, a exemplo das adotadas pelos negros e negras livres, forros e escravizados no Brasil do século XIX. Sobre a relação existente entre o pensamento de Thompson e as possibilidades de novas análises e estudos da gente negra no Brasil, Lara (1995) asseverou que:

Inspirados pelos desdobramentos teóricos e políticos das análises thompsonianas sobre o século XVIII inglês, alguns historiadores começaram a insistir na necessidade de incluir a experiência escrava na história da escravidão no Brasil. [...] a “inclusão dos excluídos” vem acompanhada, necessariamente, de uma nova abordagem na análise da relação senhor-escravo. (LARA, 1995, p. 46).

Lembra Lara, que com Thompson, as relações históricas são construídas por homens e mulheres num movimento constante, tecidas em lutas, conflitos, resistências e acomodações, cheias de ambiguidades (LARA, 1995, p. 46). Estas ações são tecidas nas *experiências* destes homens e mulheres diversos, que estão imersos em uma vasta rede de relações pessoais de dominação e exploração (LARA, 1995, p. 46).

Uma relação de dominação e exploração, [...] através de suas práticas cotidianas, costumes, lutas, resistências, acomodações e solidariedades, de seus modos de ver, viver, pensar e agir, construíram isso que, no final das contas, chamamos de “escravidão”, de “escravismo”. (LARA, 1995, p. 47).

Importante frisar a partir da fala da autora que, ao falar em escravidão e escravismo, procuremos pensar os estudos acerca de uma população negra livre pobre em uma sociedade que era regida sobre todas as maneiras, a partir do fenômeno da escravidão: o cotidiano⁴⁷ vivenciado pelos negros escravizados tem muitas semelhanças

⁴⁷ As experiências cotidianas nos mundos do trabalho podem ter uma compreensão mais apurada nos escritos de Antônio Cândido. Em “Os Parceiros do Rio Bonito”, o autor trabalha a ideia de *Cotidiano* sendo uma categoria inserida na estrutura para compreensão das relações de exploração e resistência da classe. Cândido fala acerca de um contexto específico, o estereótipo do “caipira” da província de São Paulo, que,

com as experiências vivenciadas pelos negros livres pobres. As relações entre os dois grupos, especialmente das experiências dos libertos no período anterior a 1888, e suas relações com os escravizados, tornaram-se possíveis.

Um estudo importante neste contexto da formação embrionária de uma classe trabalhadora nacional pós-1850 pode ser encontrado em *As Greves antes da “grève”: as paralisações do trabalho feitas por escravos no século XIX*, no qual Antônio Negro e Flávio Gomes, abordaram as greves de escravizados nas cidades de Salvador e no Rio de Janeiro entre as décadas de 1850 e 1860. Dizem os autores:

Numa amostra de cativos recolhidos na Casa de Detenção em 1863, podemos verificar, entre suas motivações, a prisão tanto “a pedido” quanto por “insubordinar-se”, ou mesmo “queixar-se”. Estamos, talvez, diante da formação de uma cultura de classe urbana entre os escravos, haja vista o alto número de cativos domésticos, cozinheiros, lavadeiras etc. Podiam ser cativos que se insurgiam, no âmbito doméstico, contra seus senhores (e assim eram remetidos à Detenção) (NEGRO & GOMES, 2013, p. 58).

O ato de “insubordinar-se”, “queixar-se” dos negros nas áreas urbanas era uma atitude de resistência mais frequente entre os trabalhadores domésticos. No entanto, os autores ressaltam que estes movimentos não eram características exclusivas do ambiente urbano, sendo observada também nas áreas rurais. Diante disso, seria possível falar na formação de uma classe trabalhadora a partir da associação entre negros livres pobres, libertos e escravizados em Cidade da Parahyba na segunda metade do Oitocentos? A análise das trajetórias e perfis de homens e mulheres negras livres pobres e suas possíveis experiências, até o presente momento, nos levam a crer que há sim fortes indícios da existência destas associações e mobilizações entre eles. Por fim, afirmam os autores que:

Os negros vieram, antes de mais nada, para trabalhar e podiam possuir ou adquirir ofício. Eram vitais em seu local de trabalho, no campo ou na cidade. Sua rebeldia, igualmente, era crucial para mobilizações e protestos da classe trabalhadora. Além das manifestações culturais pelas quais são conhecidos (como a arte e a religiosidade), os trabalhadores negros e seus descendentes protagonizaram experiências de greve que, felizmente, são cada vez mais reveladas pela pesquisa histórica. (NEGRO & GOMES, 2013, p. 59).

Mesmo a pesquisa cuidadosa com as fontes apontando para grandes indícios destas “insubordinações” e “queixas” contra os amos e patrões em Cidade da Parahyba, é preciso ter cuidado ao tentar realizar comparações entre os contextos urbanos da Corte e de Salvador, evitando assim, generalizações.

no entanto, traz reflexões importantes no entendimento do cotidiano em outras partes do Brasil, tal o caso da Paraíba.

Assim como Thompson, Eric Hobsbawm realizou pesquisas foram fundamentais para a compreensão de como era o modo de vida da classe trabalhadora da sociedade europeia e de outras regiões do globo como caso do próprio Brasil, nos séculos XIX e XX, e as maneiras com as quais esta se organizava. Sob a égide deste autor, debruçamo-nos sobre duas obras especificamente: *A Era do Capital (1848-1875)* e *Os Trabalhadores*. O recorte histórico da primeira obra coincide com o desta dissertação, ou seja, a segunda metade do século XIX, e aborda o contexto econômico, político e social mundial. Hobsbawm observa que na América Latina

Tinha emergido do *status* colonial espanhol e português como um agregado de Estados tecnicamente soberanos, nos quais as instituições e leis liberais de classe média do tipo conhecido no século XIX (inglês e francês) foram sobrepostas à herança institucional portuguesa e espanhola do passado, **sobretudo um catolicismo romano com cores locais**, passional e profundamente enraizado, característico da **população indígena – que era índia, mesclada e, em grande parte da zona caraíba e da costa do Brasil, largamente africana** (HOBSBAWM, 2014, p. 170). (Grifos nossos).

Nesta afirmativa, o autor atesta a importância das populações indígenas e negra, e que muitos dos cultos africanos sobreviveram em regiões escravistas, em sincretismo com a religião católica. Estas práticas comprovam-se na medida em que se estudam com maior profundidade as irmandades católicas estabelecidas na Cidade da Parahyba do Norte⁴⁸, como em outras regiões do Império, e que possuíam suas próprias maneiras de organizar-se, embora sob orientação das assembleias provinciais. Na segunda obra, Hobsbawm procurou abordar as formas de organização, resistência e condições de vida da classe operária inglesa em fins do século XVIII até a deflagração da I Guerra Mundial.

O autor nos permite visualizar uma classe trabalhadora que não é passiva diante dos mecanismos de controle utilizados pelas autoridades para reprimi-los. Ao contrário, organizaram-se de várias formas, nas passeatas, nas greves e nos sindicatos. Compreender as formas de resistência da classe trabalhadora pobre em outras regiões do mundo, ainda que fossem na mesma temporalidade, podem parecer anacrônicos à primeira vista devido à diferença entre as relações sociais e formas de organização distintas na Inglaterra industrial e o Brasil escravista, no entanto, existem aproximações em ambos os casos.

⁴⁸ Na historiografia paraibana produzida mais recentemente, existem trabalhos acerca das Irmandades Negras. Ler ALVES, Naiara Ferraz Bandeira. *Irmãos de cor e de fé: irmandades negras na Parahyba do século XIX*. Dissertação de Mestrado/PPGH-UFPB, 2006. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/neabi/pdf/Biblioteca%20Digital/Dissertacoes/> Acesso em: 22. jan. 2020.

Com efeito, uma história social da população negra livre pobre na historiografia brasileira, ganhou fôlego justamente entre os anos 1980 e 90. Neste período, vários trabalhos procuraram reinterpretar as concepções acerca da participação social na produção econômica nacional no período escravista, que seria baseada no *plantation* voltado para a exportação. Ao discutir o termo “livre pobre”, Guimarães (2015) expõe que o mesmo se faz necessário para evitar uma homogeneização de uma classe de indivíduos que se assemelham pelas suas condições sociais, mas que se distinguem de várias outras maneiras, tornando mais coerente sua identificação em meio a uma sociedade escravista (como o Brasil do século XIX), uma noção conjunta e aproximada sobre suas condições de vida. “Livre pobre” é um termo complexo, controverso e engloba uma importante parcela da população do Brasil Império (GUIMARÃES, 2015, p. 64). Continua o autor:

Ao mesmo passo em que formaram um grupo extenso naquele período, os **“homens livres e pobres” apresentaram uma enorme complexidade em sua organização social**, o que não nos permite traçar um perfil seguro deles. Utilizamos o termo homem livre e pobre, por ser o mais apropriado para defini-lo, na medida em que é mais abrangente do que as designações caipira e caboclo. Nessa ‘categoria’, podem ser enquadrados lavradores com títulos de suas terras, agregados, ‘dependentes’, posseiros de terras ‘devolutas’, entre outros. (GUIMARÃES, 2015, p. 62). (Grifos nossos).

Portanto, diante desta complexidade, tentativas de definição ou enquadramento tornam-se um desafio. Analisando a documentação acerca da população negra livre pobre na Parahyba do Norte na segunda metade do Oitocentos, observamos a diversidade de categorias nas quais eles se enquadrariam. Importante frisar que possivelmente, entre os próprios livres pobres, existiriam distinções, ainda que mínimas. As décadas finais do século passado, produziram diversos trabalhos acerca da população livre pobre, sendo a pioneira Maria Sylvia de Carvalho Franco, com o livro *Homens Livres na Ordem Escravocrata*, de 1969. A autora abordou a população livre pobre (negros, pardos etc) em um contexto social e espacial específico, a região do Vale do Paraíba do Sul entre as províncias de São Paulo e do Rio de Janeiro, tendo como enfoque principal a população residente nas áreas rurais. Ainda assim, este estudo serviu de referência para outros subsequentes e continua sendo uma das principais obras sobre a temática.

Seguindo a mesma corrente de historiadores que se aprofundaram nos estudos dos setores livres pobres da sociedade oitocentista, encontram-se Ana Maria da Silva Moura (1988), estudando os cocheiros e carroceiros da cidade do Rio de Janeiro e Walter Fraga

(1996)⁴⁹, que analisou a questão da “vadiagem” na cidade de Salvador. Estes dois últimos estudos são importantes referências para esta dissertação, pois tratam especificamente de indivíduos negros livres pobres vivendo dentro de contextos urbanos, lugares cuja relação com o mundo rural era próxima. Ainda assim, eles apresentam alguns traços diferentes no que diz respeito às estratégias de sobrevivência como demonstram Sidney Chalhoub, João José Reis e Maria Odila Silva Leite, autores com os quais trabalhamos por abordarem a população negra no ambiente urbano no século XIX, respectivamente, no Rio de Janeiro, na Bahia e em São Paulo.

Na Paraíba, temos os trabalhos da historiadora Ariane Norma Menezes de Sá, *Escravos, Livres e Insurgentes na Parahyba (1850-1888)* e *O Trabalho na Paraíba: das origens à transição para o trabalho livre* (1999 e 2005). Ao mesmo tempo, contribuíram para a historiografia da população negra (escravizada e livre), as historiadoras Maria Vitória Barbosa Lima com a obra *Liberdade interdita, liberdade reavida: escravos e libertos na Paraíba escravista (século XIX)* (2013) e Solange Pereira Rocha no livro *Gente Negra na Paraíba Oitocentista: População, Família e Parentesco Espiritual* (2007). Lima e Rocha, ao trabalharem com a população negra escravizada e forra na Paraíba no século XIX, discutiram acerca dos espaços e redes de sociabilidade desta população. Ao abordar as irmandades católicas como espaços de vivência destes indivíduos, Rocha (2007) mostra como estes lugares eram ocupados e resignificados. Tratavam-se, com efeito, de lugares de resistência.

Os *pretos livres* também não deixaram de dar novos sentidos às regras sociais cunhadas pela elite e buscaram construir oportunidades para sua sobrevivência na sociedade escravista. Com o sacramento do batismo, além do ato religioso, estabeleceram *relações de compadrio* com o intento de construir a liberdade; em último caso, buscaram criar condições e *sociabilidades* para sobreviverem no cativeiro, mas, quase nunca, abandonando a ideia de se livrarem das amarras do cativeiro (ROCHA, 2007, p. 355).

Estes espaços de *sociabilidade*, tal como nos revelam as fontes pesquisadas, não se limitavam às irmandades católicas⁵⁰. Lima e Rocha abrangeram em suas pesquisas a população negra livre pobre e escravizada, tanto em contextos urbanos como rurais, apontando as proximidades entre estes “mundos”. A cidade da Parahyba fornecia o ambiente perfeito para as disputas, sendo palco de resistências, conflitos e luta pela

⁴⁹ FILHO, Walter Fraga. *Mendigos, Moleques e Vadios na Bahia do Século XIX*. São Paulo, SP/Salvador, BA, Editora Hucitec/Edufba, 1996.

⁵⁰ Estas redes de sociabilidade poderiam ser estabelecidas nos festejos religiosos ou nos batuques, nas ruas, nas fontes de água, nas tavernas, no mercado, nas feiras, entre outros.

sobrevivência desta população negra livre e pobre sobre a qual nos debruçamos neste trabalho de pesquisa.

2.1 A CONSTRUÇÃO DE UMA CIDADE PRÓPRIA: Sociabilidades da população negra livre e pobre no espaço urbano oitocentista

Os espaços urbanos são palcos inevitáveis para os conflitos sociais em determinadas situações. No desenvolvimento desta pesquisa, baseamo-nos em fontes que documentaram as relações cotidianas entre os habitantes deste local. Sendo assim, cremos que a Cidade⁵¹ enquanto lugar de morada da gente negra livre pobre, seja vislumbrada dentro do âmbito da historiografia brasileira, onde a capital da Paraíba está inserida. Originária no contexto colonial brasileiro, Parahyba do Norte⁵² é, a exemplo de outras grandes capitais litorâneas, uma cidade fundada sem um planejamento espacial definitivo, com ruas, vielas, becos desordenados. Não significa dizer que não existiu um objetivo ao fundá-la ou que não se definiram espaços dentro dela para determinados fins. Ao contrário, desde sua fundação, a ambivalência entre as chamadas cidade Alta e a cidade Baixa permaneceu constante, e ainda hoje, estas denominações são comumente utilizadas no cotidiano das pessoas.

Nos dias atuais, um indivíduo atento que se encontre no centro de Parahyba conseguirá observar diferenças claras na configuração da área urbanizada, a começar pelo relevo na qual se encontra, e em seguida, pelas características das construções. Existem algumas diferenças que são perceptíveis entre o que podemos chamar de uma cidade colonial (1585 – 1822), e uma de uma época posterior, preferencialmente a republicana (pós-1889), com suas construções em *art nouveau*. Mas e a cidade Imperial? Onde estaria inserida? Será que esta cidade possuía características específicas que a distinguiu das demais épocas? Enquanto historiadores, podemos nos questionar acerca da versão tão largamente difundida de uma cidade que, no entender da historiografia intitulada tradicional, permanecera com a mesma configuração espacial desde a fundação e só teria conseguido expandir-se nas primeiras décadas do século XX.

⁵¹ Uma discussão mais acentuada e profunda acerca da conceituação do que é a cidade foi elaborada por Ronald Raminelli, em *Domínios da História: Ensaios de Teoria e Metodologia* (1998, p. 258).

⁵² Oficialmente fundada em 1585, com o nome de Nossa Senhora das Neves, teve outros dois nomes anteriores ao período que estamos abordando: Filipéia (por ocasião da União Ibérica) e Frederikstadt (durante o domínio holandês no século XVII). Após a restauração, passou a ser denominada se “Parahyba” ou simplesmente, Cidade da Parahyba.

Ora, ao se transitar na cidade⁵³ nos dias atuais, com bastante atenção, se consegue distinguir a arquitetura característica do período oitocentista. Ela se encontra nas antigas fontes de água, nas igrejas (parte delas infelizmente demolida), casarões, palacetes, casas menores e nas ruas mais ou menos alargadas, com calçamento de pedra ainda oriundas do século XIX, como o caso da atual rua da Areia, ou da ladeira da Borborema. E para além da área da cidade urbanizada, existia uma outra “invisibilizada”, mas nem tão distante. Estamos falando dos caminhos que seguiam para os sítios e chácaras nos arredores, e para as povoações litorâneas. Mais importante de tudo: todos locais frequentados e com grande trânsito da gente negra livre pobre, com suas simples residências e pequenas propriedades. Esta inquietação com relação a nossa cidade e as vivências do povo que residiu neste espaço vem do fato de que estes locais, largamente ocupados no século XIX, ainda não foram estudados com cuidado⁵⁴.

Um dos objetivos deste trabalho é contribuir para a historiografia da Paraíba neste sentido, algo que, felizmente nos últimos anos, tem começado a obter novas e ótimas contribuições por parte de pesquisadores e pesquisadoras⁵⁵. Desde os anos 60 do século passado, os estudos sobre a cidade vem ampliando-se de forma significativa no Brasil. Esta “nova história urbana”, segundo Raminelle (1997), emergiu como um ramo da História Social⁵⁶. Por um longo tempo, a definição de cidade permaneceu atrelada ao âmbito econômico⁵⁷.

Sob uma perspectiva higienista, tentativas de reordenamento urbano foram feitas em meados do século XIX na Cidade da Parahyba, no entanto a sua aplicabilidade foi pífia e quase inexistente. No relatório de presidente de província de 1857, o então presidente Henriques de Beaurepaire Rohan apontava problemas relacionados ao desordenamento da cidade. Engenheiro de formação, desejava que a

⁵³ Descrições de cidades são uma prática historiográfica importante. Ver a obra de Ítalo Calvino (1972), *Cidades Invisíveis*.

⁵⁴ Doralice Satyro construiu importantes trabalhos sobre a capital paraibana do ponto de vista da Geografia urbana.

⁵⁵ Os trabalhos sobre a capital paraibana não se limitam à área de História. São da Geografia, Arquitetura e Urbanismo, Geologia, e outros departamentos.

⁵⁶ Os estudos urbanos têm promovido o surgimento de equipes interdisciplinares, encarregadas de desenvolver investigação de grande amplitude. Consequentemente, os objetos de pesquisa ampliaram-se, reconstruindo a complexidade da estrutura social, destacando as relações travadas entre os vários segmentos sociais do espaço urbano (CARDOSO & VAINFAS, 1997, p. 264-265).

⁵⁷ Na Historiografia brasileira, autores em diferentes épocas debruçaram-se acerca dos estudos urbanos e sua importância na ocupação e formação do território brasileiro, a exemplo de Capistrano de Abreu (1907), com *Capítulos de uma História Colonial*, Sérgio Buarque de Holanda (1936) em *Raízes do Brasil* e Gilberto Freyre (1936) em *Sobrados e Mocambos*.

cidade tivesse uma nova faceta, condizente com o que ele denominava por “modernidade”, e que fossem eliminados os “becos que eram verdadeiros labirintos”. Este processo de reordenamento iniciado no século XIX não privilegiava a população pobre no geral. A cidade idealizada pelo presidente de província não era a mesma em que a população negra livre pobre estabelecia suas residências, mas elas estavam mais próximas do que usualmente se pensava. Estudando a Cidade da Parahyba do Norte em fins do século XIX e começo do XX, Araújo (2001) afirma que a capital paraibana era uma “cidade repleta de flagelados”:

A desordem urbana existente na Parahyba do Norte era apontada como sendo causada pelo desalinhamento das ruas, pela **presença de mendigos, menores abandonados e pobres**, de um modo geral, perambulando pelas ruas, pela frequência das práticas que corrompiam o projeto civilizatório. [...] podemos apontar uma **desordem** que era provocada pela presença de epidemias decorrentes do quadro de insalubridade em que se apresentava a cidade – lixo, água estagnada, lamaçal, falta de higiene dos matadouros, das cacimbas e fontes, da localização imprópria dos cemitérios e dos hospitais, etc. (ARAÚJO, 2001, p. 30-31). (Grifos nossos).

A autora aqui, ao mencionar a presença de “mendigos e menores abandonados pobres”, trata de um contexto muito presente nos de 1860 a 1880 na Cidade da Parahyba, especialmente das consequências das epidemias e secas, situação que refletia as condições sociais daquele tempo. Chalhoub (1990) ao escrever sobre a cidade do Rio de Janeiro, capital do Império, demonstra as maneiras em que as “classes sociais subalternas” lutavam contra a instituição do regime escravista nestes espaços.

Com efeito, os escravos, **libertos e negros livres pobres da corte** haviam instituído uma **cidade própria**, ardua e alternativa ao longo de décadas de luta contra a instituição da escravidão no século XIX. Essa cidade negra se fez através de movimentos e racionalidades cujo sentido fundamental independentemente ou não das intenções dos sujeitos históricos, foi inviabilizar a continuidade da instituição da escravidão na Corte (CHALHOUB, 1990, p. 184). (Grifos nossos).

A instituição de uma “cidade própria” pode ser classificada como uma maneira de resistir à sociedade escravista, seus preconceitos e imposições. Os libertos, livres e escravizados negros em Parahyba do Norte certamente o fizeram, e as fontes dão indicativos da criação destes espaços, presentes geralmente nos arredores da capital da província. Reis (1986) fala acerca dos movimentos populares anteriores à Revolta dos Malês na cidade de Salvador, protagonizados principalmente

Pela **plebe urbana** de Salvador e vilas do Recôncavo. Na Bahia, o termo “plebe” fazia parte do vocabulário da época ao lado de substantivos negativos como “canalha”, “**classe baixa do povo**”, “**populaça**”, etc. Neste texto se refere basicamente às pessoas pobres livres: artesãos, vendedores de rua, lavadeiras, ganhadores, vagabundos, prostitutas, homens e mulheres na

maioria dos casos com alguma ascendência africana, mas também os relativamente minoritários brancos pobres (REIS, 1986, p. 39). (Grifos nossos).

Com efeito, a “plebe urbana”, mal vista pelas autoridades provinciais e presente nos discursos dos jornais da Elite como sendo “classe baixa”, eram construtores e construtoras das cidades litorâneas oitocentistas. As complexas relações estabelecidas entre estes grupos sociais tão diversos protagonizados pelos negros por todo o Império tem sido, portanto, alvo de estudos dos historiadores do oitocentos. A exemplo, uma profunda compreensão do ambiente urbano e as relações sociais neste espaço no período oitocentista podem ser encontrados em duas obras: *Cidades Negras: Africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista do século XIX* (ARAÚJO et al, 2008) e Richard Graham, com *Alimentar a Cidade: das vendedoras de rua à reforma liberal – Salvador, 1780 – 1850* (2015). No primeiro caso, os autores demonstram como o fenômeno urbano neste século é preponderante não apenas no Brasil, mas em outros países da chamada América Espanhola. O comércio transatlântico de escravizados fez com que um número imenso de africanos e seus descendentes ocupassem espaços em todo o continente, criando verdadeiras cidades negras, cuja maioria da população era *preta, parda, crioula, cabra*, entre outras denominações que eram dadas a esses indivíduos.

No século XIX, Brasil e Cuba eram sociedades escravistas com altos índices de população negra (os chamados pretos e pardos) livres, e destacavam-se os cenários urbanos e quem viviam. Mas números, censos e estimativas ainda são incompletos (ARAÚJO, [et al.], 2008, p. 9).

As cidades brasileiras no século XIX eram ambientes insalubres, cuja população, especialmente a livre pobre e cativa, convivia com a imundice e o mal cheiro⁵⁸. Esgotos, animais mortos, lixo, poeira, além do amplo contato social e a presença dos portos⁵⁹ eram condições perfeitas para a deflagração de epidemias, entre elas, varíola, tifo, febre amarela, sífilis e cólera. Araújo (2008) aborda as ações de fuga empreendidas e as estratégias utilizadas pela população negra cativa e liberta em uma nova perspectiva: de simples indivíduos passivos a agentes ativos no mundo oitocentista. As fontes, segundo o texto, revelam as estratégias empregadas e as motivações das fugas. No outro capítulo, as fontes atestam para a existência de verdadeiros “quilombos urbanos e semiurbanos”,

⁵⁸ Sobre a Cidade da Parahyba de fins do século XIX e começo do século XX, ver ARAÚJO, Edna Maria Nóbrega. *Uma cidade, muitas tramas: A Cidade da Parahyba e seus encontros com a modernidade (1880 – 1920)*. Dissertação de Mestrado/PPGH-UFPE, 2001.

⁵⁹ Seria o caso da Cidade da Parahyba do Norte no século XIX, cujo porto (do Capim), abastecia a cidade, e era ponto importante de contato com as novidades oriundas de outras cidades brasileiras e do mundo exterior, especialmente Europa e os Estados Unidos. Outras capitais portuárias como Recife, Salvador, Belém, Manaus e Rio de Janeiro podem ser citadas como exemplos.

que contavam com uma cooperação direta de cativos e libertos, e cuja produção gerava uma imensa rede de relações entre taberneiros, negros e negras de ganho e até mesmo, entre pardos livres e brancos (2008, p. 55-56).

Ao abordar as “negras de tabuleiro e ganho” na cidade de São Paulo no século XIX, a historiadora Maria Odila Leite da Silva Dias (1995) aponta a existência de redes sociais e as frequentes relações mercantis clandestinas envolvendo quitandeira, fugitivos, escravos ao ganho e quilombolas. (ARAÚJO et al, 2008, p. 55).

Acerca das áreas urbanas de São Paulo e seus entornos no século XIX, Wissenbach (1993) destacou os espaços de vivência negra, que ocorriam entre chácaras e casebres que se movimentavam escravos e libertos.

Mundos urbanos e semiurbanos se encontravam conformando estilo das **comunidades negras em gestação**. Cativos e **forros** podiam comercializar gêneros ou trabalhar em improvisadas oficinas nas áreas mais centrais da cidade, fazendo desses trajetos periódicos – dos locais de trabalho às suas casas – *espaços de socialização e construção de autonomia* (ARAÚJO et al, 2008, p. 57). (Grifos nossos).

No decorrer do trabalho de pesquisa, os “mundos semiurbanos” habitados pelos livres, libertos e escravizados negros em Cidade da Parahyba são percebidos através das fontes, da mesma forma como Graham (2015) abordou a cidade de Salvador, na Bahia nos séculos XVIII e XIX, quando o autor expôs uma grande diversidade de indivíduos, especialmente de mulheres, ativamente participantes na economia daquele ambiente urbano, desde o transporte até o comércio de gêneros alimentícios. Analisando os sujeitos na cidade sob um viés mais econômico, o pesquisador estadunidense utilizou-se de uma imensa variedade de fontes manuscritas do referido período, especialmente das atas da câmara municipal no que diria respeito à regulamentação do comércio nas ruas, inventários e testamentos a fim de verificar quem eram estes sujeitos na cidade (homens e mulheres), suas condições financeiras, lugares de moradia e suas heranças, objetivando traçar um perfil dos negros escravizados, forros e livres pobres.

Graham atestou que muitos negros livres pobres, forros e escravizados possuíam um patrimônio considerável, incluindo mesmo eles próprios, de escravizados a seu serviço em suas casas de comércio e residências particulares⁶⁰. Uma documentação rica em informações permitiu perceber se possuíam dívidas com algum outro comerciante mais rico (geralmente portugueses), seus estados de saúde e sua vida familiar, ou seja, o autor pôde traçar as trajetórias de alguns destas pessoas. Isso só foi possível através do

⁶⁰ Em Parahyba do Norte, até o presente momento, não tivemos acesso a estes dados.

cruzamento das fontes. Um fator importante para compreensão das relações sociais complexas existentes nos ambientes urbanos entre a população negra livre pobre, forros (libertos) e negros escravizados pode ser vista nas interações entre eles sob duas perspectivas: a primeira é a de solidariedade e a segunda, de tensões, ou seja, de conflitos entre eles. Neste sentido, Algranti (1988) é incisiva ao tratar desta população residente na cidade do Rio de Janeiro, uma fração social importante, cujo ambiente urbano favorecia os libertos a oferecer oportunidades de trabalho ainda que precárias, e a corte não fugia à regra (ALGRANTI, 1988, p. 122) A exemplo da Província da Paraíba, a autora assevera que a população negra livre pobre da Corte vinha crescendo desde fins do século XVIII, ainda que seus números nesta época ainda fossem bem menores que os dos escravizados.

Na corte, os negros forros mantinham estreitas relações de solidariedade com os escravizados, fossem elas nas horas de lazer nas fontes, ruas, tavernas, sambas, batuques e congadas ou no próprio enfrentamento cotidiano contra as autoridades (ALGRANTI, 1988, p. 126). Conseguimos através da pesquisa identificar algumas destas relações na Cidade da Parahyba, a exemplo de Clementino, identificado como um *cabra Escravo*, que fugiu em 17 de Novembro de 1860 para o “centro d’esta província, levando em sua companhia uma mulher *forra* de nome Paulina”. Segue o relato:

O sobredito escravo é de estatura regular, bem feito de corpo, representa ter idade 22 a 23 anos, rosto largo sem barba, tem apenas um pequeno buço, cabellos moles buscando a carapinhos, muito activo e inteligente, semblante alegre, e é **oficial de sapateiro**. E’ natural que queira passar por **fôrro**, ou mesmo que tenha mudado o nome [...] (A REGENERAÇÃO, 1861, ed. 50, p. 4). (Grifos nossos).

Clementino era oficial de sapateiro. Significa que tinha experiência neste ofício e que provavelmente o transmitia a outros e havia sido preso na região dos Cariris Velhos⁶¹, estando em companhia de Paulina⁶², mas havia conseguido fugir novamente. O senhor que detinha a guarda do dito *cabra* era residente na vila do Pilar, local distante quase 12 léguas da capital da província (cerca de 60 km em medidas atuais aproximadas). Impressiona, além da destreza de Clementino e de Paulina, o esforço do dono no sentido de reaver o seu escravizado, tendo ele solicitado ajuda ao antigo senhor de Clementino, Joaquim de Barros Correia de Queiroz. O mesmo era residente no Engenho Coqueiro na freguesia de Santo Antônio, na vizinha província de Pernambuco, que acreditamos ser o local de origem de Clementino. Além de utilizar-se da imprensa paraibana, oferecia uma

⁶¹ A região dos Cariris Velhos correspondente à Paraíba representa a porção Centro-Sul da província, e abrangia localidades como Monteiro, Campina Grande, Cabaceiras, entre outras.

⁶² A documentação descreve Paulina como sendo “bastante ébria”, e com a qual Clementino “amasiou-se”.

recompensa de 100\$ (cem mil réis) para quem o capturasse e o levasse até a propriedade de seu sócio.

Não sabemos que fim levou este caso. É de se supor que o *cabra* Clementino e a negra *forra* Paulina tenham obtido sucesso, uma vez que não encontramos em outra fonte jornalística, menção às suas capturas. O fato é que aqui fica evidente como as relações entre negros escravizados e forros, homens e mulheres eram cotidianas. A distância entre as localidades não impedia como podemos perceber que eles criassem estreitos laços de solidariedade, uma das muitas estratégias de resistência da população negra livre pobre e escravizada contra a opressão de seus senhores ou das autoridades do império. E quando tratamos de um ambiente urbano, tal qual era a Cidade da Parahyba nos idos de 1860 quando da fuga de Clementino e Paulina, observamos como estes contatos entre os diversos grupos sociais eram corriqueiros. O movimento constante da população negra livre pobre escravizada e forra entre as povoações, vilas e a capital da Província da Paraíba tornava essas relações muito estreitas. Diante desta multiplicidade de relações, é possível afirmarmos ter existido na região da Cidade da Parahyba do Norte, a presença do que autoras como Silva (1988) entre outros chamam por “quilombos suburbanos” ou “quilombos semiurbanos”?

Até o presente momento, não nos ocorreu de encontrarmos evidências sobre a presença desta nomenclatura nem nos relatórios de presidente de província ou nos jornais. Porém, ao que pudemos constatar há indícios da existência de comunidades negras que existiam entre a área urbana e os diversos engenhos da região da várzea do Rio Paraíba. Tratando exclusivamente acerca dos negros escravizados urbanos na Corte, Silva (1988) afirma que

Os negros saíam destes **quilombos suburbanos** para prestar serviços nos centros urbanos, **fazendo-se passar por libertos**, o que todos sabiam não ser verdade. Estes escravos trabalhavam como assalariados e chegaram a representar no Rio e em Salvador uma importante força de trabalho. Apesar da sua notoriedade, estes quilombos eram em geral tolerados. Não apenas porque suplementavam a força de trabalho escravo, como porque todos os policiais e soldados, temiam penetrar naquelas comunidades. Volta e meia as autoridades empreendiam batidas nestes quilombos mas sem resultados decisivos, eles voltavam a se reconstruir rapidamente. **Os primeiros subúrbios dos maiores centros urbanos brasileiros foram nada mais nada menos que quilombos.** (FREITAS, 1977 apud SILVA, 1988, p. 99). (Grifos nossos).

Na Cidade da Parahyba do Norte, a existência destas comunidades negras nos “subúrbios” pode ser vista mais uma vez em um outro anúncio de fuga de escravizados. No dia 24 de Agosto de 1861, noticiava o jornal *A Regeneração*, acerca da fuga de Ellaria,

uma *Crioula escrava* de 40 anos de idade, que fugira do engenho “Oiteiro do Sebastopol” no dia 1º de Agosto daquele ano. Ellaria tinha

[...] Estatura regular, cheia de corpo, côr preta, rosto um pouco descarnado com algumas marcas de bexigas pouco perceptíveis, olho vivos, nariz bem feito, bocca regular, dentes perfeitos, e alimados os do lado superior, pés secos, tendo os calcanhares muito salientes: tem n’uma das espaduas um pequeno botão proveniente de uma cicatriz; a falla é descansada e um pouco cerrada, e fanhoza. **Andava vendendo taboleiro quando evadiu-se e é de presumir, que esteja acoutada pela capital de seus suburbios.** Roga-se às autoridades policiaes e capitães de campo a sua captura; e qualquer pessoa que a aprehender e leval-a a seu senhor Cypriano de Arroxellas Galvão no supradito engenho será generosamente gratificado. (A REGENERAÇÃO, 1861, ed. 31, p. 4). (Grifos nossos).

Uma vez que as suspeitas das autoridades recaiam sobre a “capital e seus subúrbios”, é de se supor que ali, muito provavelmente, Ellaria encontraria refúgio e ajuda de outros indivíduos, quem sabe outros negros e negras escravizados que também buscavam proteger-se nestes locais e possivelmente de negros e negras livres pobres residentes nestas áreas que poderiam se não acoitá-la, dar-lhe o devido apoio de diversas formas. Ellaria por ser uma taboleira⁶³ era uma mulher que vivia em constante movimento, andando entre o engenho onde residia e as ruas da Cidade da Parahyba a vender seus produtos e portanto, deveria ter muitos contatos com a população da cidade. É possível que estas redes de sociabilidade que tecera tenham sido fundamentais para sua fuga, já que do anúncio, fazia quase um mês que ela fugira e até então, as autoridades policiais e capitães do mato haviam falhado em capturá-la.

Medeiros (1994) ao tratar destas regiões nos arredores da Cidade da Parahyba, especificamente da exuberância das matas que iam desde a região conhecida por Cruz do Peixe até a povoação de Tambaú⁶⁴, dizia que tratavam-se de verdadeira floresta, que segundo ele era “coito de pretos fugidos” e malfeitores que, vez por outra, assaltavam os transeuntes, arrebatando-lhes quanto conduziam (MEDEIROS, 1994, p. 26). Logo, analisando parte da historiografia acerca da população negra na cidades oitocentistas e observando algumas das vivências cotidianas e relações sociais de indivíduos que viveram nesta parte da província em meados do oitocentos através das fontes pesquisadas, nos levam a crer que estes “mundos semiurbanos” ou “suburbanos” construídos e ocupados pela população negra livre pobre ou escravizada foram de extrema importância,

⁶³ Trataremos destas mulheres andarilhas mais a frente, no capítulo III.

⁶⁴ No Mapa da página 37, trata-se da letra “U”, que seria continuidade da estrada que parte da Igreja de N.S da Mãe dos Homens em Tambaú, e vai mais a Leste. A continuidade desta estrada fora da área urbana é a região descrita por Medeiros. No capítulo 3, trataremos com maior atenção sobre as povoações litorâneas.

áreas de intensa sociabilidade entre os negros e negras livres, forros e escravizados, suas regiões de trabalho e disputas constantes.

2.2 A POPULAÇÃO NEGRA LIVRE E POBRE NAS CIDADES PARAIBANAS NO OITOCENTOS: História e Historiografia

Ao pesquisar nas fontes manuscritas dos arquivos na capital paraibana, nos deparamos com vestígios de como se configurava a cidade e dos sujeitos que nela habitavam. Conseguimos identificar nas fontes⁶⁵ dados como idade, gênero e ofício; os locais de residência desta população negra livre pobre, os locais onde existiam o comércio, sítios, chácaras e povoações próximas onde eles também conviviam. Estas últimas informações estão contidas nos relatórios de presidente de província, tanto manuscritos quanto tipografados. Os relatórios produzidos pela provedoria de saúde da província da Paraíba foram fundamentais, pois revelam informações cotidianas dos hábitos desta gente livre pobre no ambiente urbano, em se tratando dos problemas de insalubridade.

A documentação produzida pela delegacia do corpo de polícia da Cidade da Parahyba revela locais de *sociabilidade* e conflito na cidade, como as ruas, as fontes, as tavernas e o porto. Para compreender melhor a configuração da *urbs* neste período, a Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP), produzida no ano de 1911-1912, utilizamo-nos do capítulo *Monographia da Cidade da Parahyba do Norte – Capital da Província de mesmo nome por Vicente Gomes Jardim* (1887), onde encontramos algumas descrições das estruturas construídas na área central da cidade e adjacências em meados do século XIX.

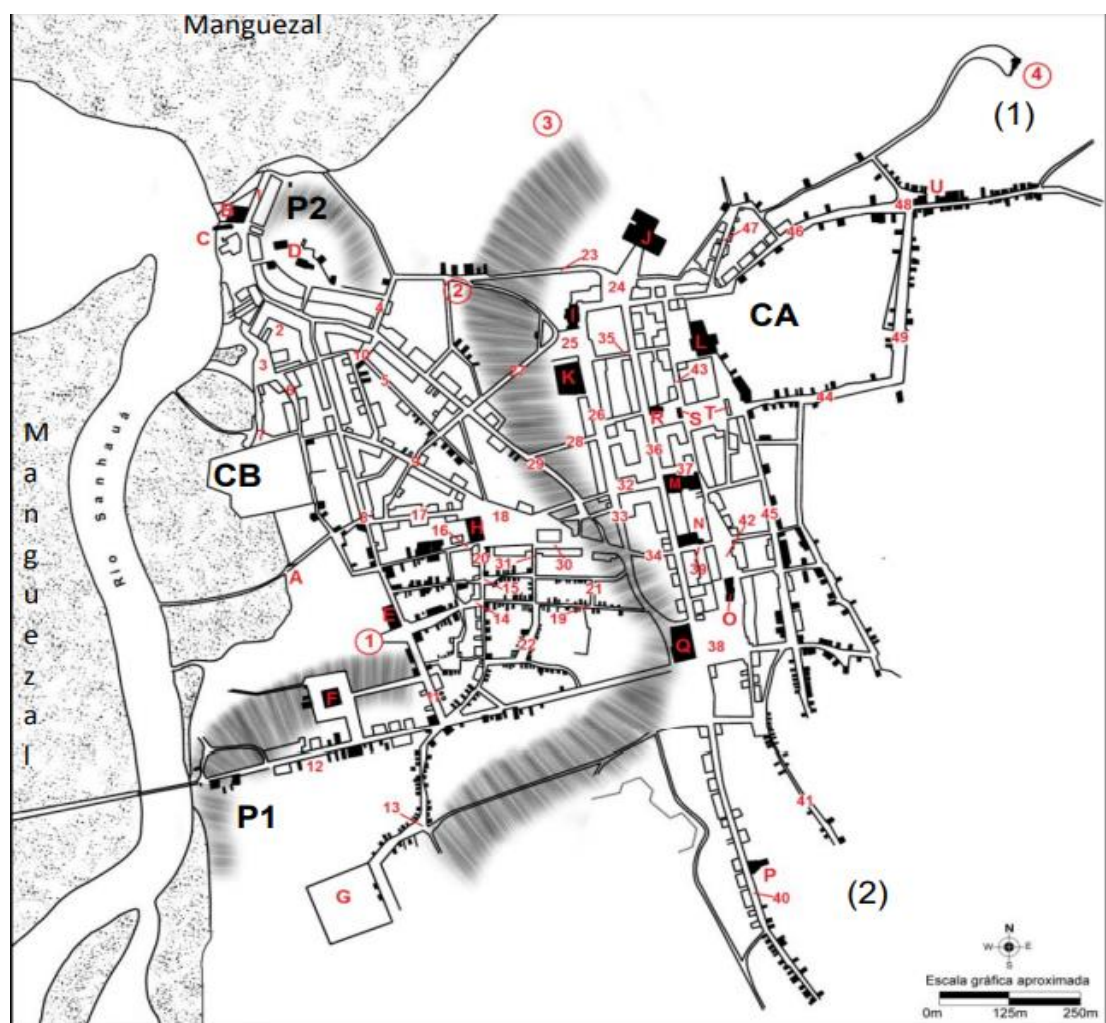
Rua das Trincheiras: Esta rua tem seu começo no campo do comendador Felisardo e é continuação da Duque de Caxias; principia na direcção de 18° nordeste-sudoest, mas vai mudando de rumo, fazendo uma curva até a **igreja dos Martyrios**, dahi em diante a curva vai apertando mais seu raio até o logar denominado Dois Caminhos, onde se encontra com a sahida da rua da Palmeira, tendo ahi a direcção de 45° noroeste-sueste; tem de extensão de 868 metros com 12 de largura média [...] Do lado oposto a embocadura da rua da Laranjeira está o caminho da **Cacimba do Povo** que comunica com outro, que parte da rua do Cajueiro, margeando o morro denominado Forte; é neste caminho que tem uma casa de pólvora e **28 casas de palha**. Tem a edificação de 82 prédios, dentre os quaes 2 são sobrados e 22 **casas de palha**⁶⁶.

⁶⁵ Refiro-me aqui, aos Passaportes emitidos pela Delegacia de Polícia da Parahyba do Norte, que serão elucidados com maior cuidado, no capítulo 4 desta dissertação.

⁶⁶ Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, 1912, p. 88. – RIHGP. (Grifos Nossos).

O relato acima nos proporciona informações importantes para compreendermos como era a Cidade da Parahyba Oitocentista em seus aspectos físicos e locais de sociabilidade da população negra livre pobre: em primeiro lugar, destacamos a presença da igreja dos Martyrios, importante espaço religioso e irmandade de negros livres e libertos. O segundo é o lugar denominado “cacimba do povo”, é outro local importante, pois servia para abastecer a cidade, e era como a própria nomenclatura sugere, frequentado pela população negra livre pobre. Em terceiro, notar a quantidade descrita de casas de palha: 50, moradias simples e frágeis construídas pelos livres, libertos ou escravizados. Para facilitar ao leitor e à leitora, apresentamos a seguir este mapa, baseado em uma planta original de Cidade da Parahyba na década de 1850. Todas as localidades descritas neste trabalho que estão localizadas na capital da província, estão indicadas abaixo, com as legendas vindo em seguida.

Figura 1: Reprodução atual da planta original da Cidade da Parahyba – 1858.



Fonte: ARAÚJO, Magno Erasto de. Água e Rocha na definição do sítio de Nossa Senhora das Neves, atual cidade de João Pessoa – Paraíba. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo – UFBA, (2012, p. 107)⁶⁷.

Legenda:			
Edifícios Públicos etc	T - Mercado	18 - Rua do Consumo	39 - Travessa do Rosário
A - Alfandega	U - Igreja da Mãe dos Homens	19 - " da Palha	40 - Rua das Trincheiras
B - Thezouro Provincial		20 - " do Quartel	41 - Rua do Boi Choco
C - Trapiche da Alfandega	Ruas, Travessas, etc	21 - Rua do Imperio	42 - " das Mercês
D - I. de S. Frei Pedro Gonçalves	1 - Rua do Zumbi	22 - " do Melão	43 - " da Cadeia
E - Quartel de Policia	2 - Rua do Varadouro	23 - Ladeira de S. Francisco	44 - " da Tescura
F - Cadeia Nova	3 - Porto da Gameleira	24 - Largo de S. Francisco	45 - " da Lagoa
G - Cemiterio Publico	4 - Travessa do Tanque	25 - Largo da Matriz	46 - " do Tambiá
H - Hospital e Quartel da Linha	5 - Rua da Alegria	26 - Rua Nova	47 - " da Aurora
I - Matriz	6 - Rua da Gameleira	27 - Ladeira de S. Bento	48 - Largo da Mãe dos Homens
J - Convento de S. Francisco	7 - Bêco do João Magro	28 - Ladeira das Pedras	49 - Largo de S. José
K - Convento de S. Bento	8 - Rua das Convertidas	29 - Rua da Areia	
L - Convento de N. S. do Carmo	9 - " do Carro	30 - " do Fogo	Fontes da cidade
M - Igreja da Misericórdia	10 - " da Viração	31 - " da Macahyba	① Fonte do Gravatá
N - Igreja de N. S. do Rosário	11 - " do Sobradinho	32 - " da Misericórdia	② Fonte dos Milagres
O - Igreja das Mercês	12 - " da Ponte	33 - " da Medalha	③ Fonte de Santo Antônio
P - Igreja S. Bom Jesus	13 - " do Cemitério	34 - Ladeira do Rosário	④ Fonte do Tambiá
Q - Lyceu I do Collegio e Palacio	14 - " da Bica	35 - Rua do Carmo	
R - Thezouraria	15 - " da Raposa	36 - " Direita	
S - Cadeia Velha	16 - " das Flores	37 - Travessa da Misericórdia	
	17 - " da Boa Vista	38 - Largo do Palacio	

Fonte: ARAÚJO, Magno Erasto de. Água e Rocha na definição do sítio de Nossa Senhora das Neves, atual cidade de João Pessoa – Paraíba. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo – UFBA, (2012, p. 107).

O autor explicita os dois planos topográficos da cidade (CA = Cidade Alta e CB = Cidade Baixa), e os dois promontórios adjacentes ao rio Sanhauá (P1 = Promontório do Sul e P2 = Promontório do Norte). O do Norte constitui um pequeno outeiro isolado e, o do Sul, local por onde a Rua da Ponte, por continuidade gráfica, alinha-se com a ponte do rio Sanhauá. Observar também, que naquele tempo as localidades mais distantes do centro primitivo da cidade eram as áreas (1) Tambiá e (2) Trincheiras (ALFREDO, 2012, p. 107). Esta divisão da cidade da Parahyba em Cidade Alta e Cidade Baixa (CA e CB, no mapa) permaneceu constante durante todo o período colonial e imperial, e foi diversas vezes reproduzida pela historiografia paraibana. No entanto, para além da própria área urbanizada, existem regiões no mapa vazias (em branco) que não aparecem na referida documentação, mas que, ao analisar as fontes manuscritas, percebe-se que são locais de trânsito e moradia da população livre pobre. Estas regiões “em branco”, na realidade, eram os locais onde existiam as casas de taipa ou de palha, sítios, chácaras e pequenas outras propriedades, os engenhos de açúcar, as áreas florestais e charcos de rios, e onde muito provavelmente, ocorriam o comércio ilegal, o jogo, as bebedeiras, os sambas e

⁶⁷ Fonte: Rodriguez e Droulers (1981), com adaptações. Primeira Planta da Cidade de Paraíba do Norte, elaborada por Alfredo de Barros Vasconcelos, em 1858.

batuques, entre outras manifestações da população livre pobre com objetivo de ficar fora das vistas das autoridades.

É possível perceber a extensão da estrada em direção à Leste, onde localiza-se a Igreja Nossa Senhora da Mãe dos Homens (nº 48 e letra U, na legenda do mapa), no bairro de Tambiá. Esta estrada era um dos elos de ligação com as povoações que encontravam-se nas praias. Logo, pretendemos destacar estes locais ocupados para além da própria área urbanizada destacada no mapa acima. O contexto urbano na Paraíba no século XIX no tocante à população livre pobre nas cidades, vilas e povoações litorâneas ainda não mereceu uma ampla atenção dos historiadores da Paraíba. Percebendo estas lacunas, decidimos trabalhar diretamente com esta gente em consonância com o espaço urbano. Temos consciência de que, no que diz respeito ao interior da província, alguns trabalhos de pesquisa já foram escritos, tendo como ênfase a população escravizada e, da mesma maneira, a população negra livre pobre⁶⁸.

Uma população em sua maioria negra e parda como anteriormente exposto, e que possuía uma enorme diversidade de sujeitos, atuando em conjunto para a construção de redes de sociabilidade. Para compreender melhor os estudos acerca dos sujeitos na cidade, retornamos à historiografia paraibana considerada clássica, produzida pelo IHGP, as obras escritas pelos memorialistas e demais historiadores e historiadoras Paraíba no início e em meados do século XX. Os relatos de viagens de estrangeiros que visitaram a Paraíba no século XIX contribuíram para complementar esta discussão.

Ainda que as suas formas de escrita fossem diferentes das atuais, com objetivos e enfoques distintos, elas não deixaram de elucidar, ainda que de maneira breve, as pessoas comuns, lembrando sempre, do lugar social ao qual estes historiadores de seu tempo pertenciam. Com o passar dos anos, as mudanças paradigmáticas ocorridas no pensamento historiográfico⁶⁹ levaram os pesquisadores da área a dedicar-se a temas de pesquisa que, até então, eram renegados pela historiografia tradicional⁷⁰. Pela falta de referências mais numerosas a este grupo social, tornou-se um imenso desafio aos

⁶⁹ Como exemplo, podemos citar as tradições historiográficas advindas do século XIX e início do XX influenciadas pelo Positivismo e pelo Historicismo, passando à A Escola dos *Annales*, que foi pioneira neste processo, seguida pelos historiadores de tradição marxista e pelos culturalistas nos anos 70 e 80.

⁷⁰ Um dos grandes desafios nas referências à historiografia paraibana (considerada clássica), além das próprias condições dos documentos, foi a falta de cuidado em citar os arquivos ou fontes de onde obtiveram as informações contidas em seus escritos, caso de Irineu Joffily. No entanto, reconhecemos o lugar social do historiador de seu tempo: um homem que viveu no final do século XIX e começo do XX.

historiadores de nosso tempo conseguir edificar uma trajetória das pessoas comuns. Com efeito, decidimos realizar uma profunda leitura dos clássicos para observar se havia referências, e o que o cruzamento de suas informações com as fontes catalogadas teria a nos dizer acerca desta gente livre pobre.

Talvez a maior representatividade na historiografia clássica paraibana, e ligada ao Instituto Histórico, tenha sido Maximiano Lopes Machado. Em sua *História da Província da Parahyba*, de 1886, descreveu a Paraíba, ainda no século XVIII, durante a colonização portuguesa, onde já se atestava a presença da “gente forra ou livre” na cidade, da qual, davam-se aos ofícios de ferreiro, carpinteiro, alfaiate, sapateiro, etc.; alguns, porém, empregavam-se na cultura da mandioca, fumo e legumes, e outros serviam de auxiliares à indústria pastoril (MACHADO, 1977, p. 489). Na ocasião da Insurreição de 1817⁷¹ na Paraíba, a população negra livre forra participou ativamente daquele movimento. Na documentação transcrita pela Revista do IHGP de 1912 acerca do período da devassa (o julgamento dos *patriotas* após o fim do movimento), identificam-se alguns deles nas fileiras dos insurretos, a exemplo de Luiz José do Nascimento, que era um *preto* pífaro do regimento dos *Henriques*⁷², e tinha aprendido ofício de ferreiro (1912, p. 62) e José Mathias de Jesus, um *pardo livre*, soldado de linha, que seria segundo a documentação, filho de uma parda forra (1912, p. 62-63). Mariano (2013), ao estudar a Insurreição de 1817 na Paraíba, destaca a atuação da população livre pobre neste movimento. Na relação de mortos em combate do lado dos *realistas*, ou seja, os defensores da coroa portuguesa naquela ocasião, estavam *brancos, índios e pardos*, naturais das vilas de Itabaiana e Pilar, no interior da Paraíba. Diz a autora que:

Treinados como batalhão de *Milícias*, os índios estavam subordinados aos capitães-mores e oficiais de *Ordenanças*. As tropas milicianas recrutavam os moradores locais “sem exceção de **“nobres, plebeus, brancos, mestiços, pretos, ingênuos e libertos”**”, ficando os postos mais elevados “aos principais” da terra, que exercitavam um maior controle social (MARIANO, 2013, p. 117) (com grifos nossos).

Destacamos aqui em especial, os termos “plebeus”, “mestiços, pretos e libertos”, ou seja, os livres, libertos e negros pobres que à época, compunham as colunas militares. A segunda grande referência historiográfica acerca da Paraíba é Irineu Joffily. Em *Notas*

⁷¹ A Insurreição de 1817 foi analisada por Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano, com *Gente Opulenta e de boa linhagem: Família, Política e Relações de Poder na Paraíba (1817-1824)*. 2ª ed. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2013.

⁷² Denominação comum dada a todas as forças de milícias formadas por negros durante o período colonial, uma alusão a Henrique Dias, líder negro que lutou contra os holandeses na ocasião da Batalha dos Guararapes em 1654, considerado herói nacional pela historiografia tradicional.

sobre a *Parahyba* (1892), realizou uma densa descrição narrativa da História paraibana, repleta de informações e contendo o que para o autor, eram os principais fatos ocorridos, entre outras palavras, as narrativas baseadas nos grandes heróis das guerras do passado e das atuações políticas das famílias das elites locais, uma forma comum de escrita da época. Homem de seu tempo, não se preocupou em documentar as origens das fontes das informações que coletara, provavelmente perdidas nos dias atuais. Ainda assim, Joffily foi uma importante referência para várias gerações de escritores nas décadas seguintes.

A leitura dos demais autores clássicos demonstrou que eles possuem referências vagas à população negra livre pobre na Paraíba oitocentista. Celso Mariz em *Apanhados Históricos da Paraíba*, trabalho escrito nos anos 20, e tomando como base principal, as referências deixadas por Irineu Joffily. A importância desta obra se dá pela capacidade que o autor teve de contextualizar a Paraíba em outros movimentos sociais marcantes na história do Nordeste, como no caso da *Guerra dos Mascates*, iniciada em Pernambuco em 1710, com reflexos na Paraíba. Fruto de uma tradição historiográfica influenciada pelo modo de escrita do IHGB, Mariz deu enfoque, assim como os anteriormente citados, à atuação das forças políticas ligadas às elites e seu protagonismo nas revoluções do início do século XIX. No entanto, não deixou de apontar, ainda que de forma breve, a presença dos grupos sociais desprivilegiados, a exemplo de quando fala da formação e da destruição do Quilombo do *Cumbe*⁷³, formado por negros e indígenas, e que foi destruído em 1732, por particulares e soldados às ordens de um João Tavares, fazendeiro da região (MARIZ, 1980, p. 50).

Em sua obra, pude constatar algumas pistas que dão conta da atuação da gente livre pobre nos movimentos revolucionários na Paraíba no início do século XIX e em prol da Independência do Brasil. Da Paraíba, a 4 de Dezembro de 1822, seguiram para a Bahia duzentos soldados sob o comando o capitão Teodoro de Macedo Sodré. Este contingente incorporou-se ao batalhão pernambucano que marchou do Recife sob as ordens do Cel. Barros Falcão (MARIZ, 1922, p. 122). Da mesma maneira, na ocasião da guerra de independência no Piauí, ele nos diz que de todo o sertão do Nordeste acorreram voluntários do interior da Paraíba, muitos e muitos figuraram nessa famosa jornada e em

⁷³ Clovis Moura (2004), no *Dicionário da Escravidão* (p. 122), descreve o Quilombo do *Cumbe* como tendo sido um dos principais centros de resistência da população Negra na então Capitania da Paraíba no século XVIII, que aliada dos indígenas, teria resistido por mais de 10 anos a ataques dos portugueses e Senhores de Engenho paraibanos. Localizava-se entre os municípios de Santa Rita e Cruz do Espírito Santo, zona da Mata paraibana e várzea do Rio Paraíba. Teria sido, segundo consta, formado por negros e indígenas da Paraíba e por sobreviventes de Palmares.

Março de 1823 a Junta que então governava esta província enviou ao general cearense um contingente regular, sob o comando do sargento-mor Antônio Vicente Monteiro da Franca (MARIZ, 1922, p. 123).

Infelizmente, ele não relata detalhadamente se os batalhões de homens mobilizados para a guerra eram de pardos livres ou de *Henriques*, no entanto, os praças possuíam origens nas camadas sociais mais pobres. Acerca da população da Paraíba, limita-se a afirmar que dos três milhões da população do Brasil em 1800, a Paraíba sem o Rio Grande do Norte, figuraria com umas oitenta mil almas, inclusive negros e os últimos índios puros meio selvagens, meio cristãos (MARIZ, 1922, p. 53). Em seguida, em se tratando da segunda metade do período oitocentista, o autor cita a *Revolução Praieira*.

A revolução rebentou em novembro de 1848, após a chegada em Recife do presidente Herculano Pena e de seus primeiros atos contra a montagem políticas dos liberais. O grande sucesso da luta foi o ataque do Recife pelos revolucionários, a 2 de Fevereiro de 49. Aí morreu Nunes Machado e começou o declínio da rebelião. Em seguida a esse desastre, Pedro Ivo segue para reerguer tropas e iniciar guerrilhas no sul da província, enquanto o grosso das forças organizadas se junta a Borges da Fonseca em Beberibe e via Iguaçu, Goiana, Itambé, entra na Paraíba. (MARIZ, 1922, p. 149-150).

Mais adiante, afirma que o governo desta província (Paraíba) havia mandado para a fronteira (Alhandra e Pedras de Fogo) umas 400 praças em vários contingentes e que, espalhados pelas requisições da província vizinha, não puderam opor nenhuma resistência à invasão (1922, p. 150). No dia 18 cerca de 700 homens do exército rebelde ocuparam a cidade de Areia, recebidos com entusiasmo pelos seus correligionários, à frente destes Maximiano Machado e Joaquim dos Santos Leal juiz municipal e delegado de polícia, ambos demissionários e desde o princípio da rebelião sob as vistas desconfiadas do governo paraibano.

O autor deixou referências não muito claras sobre a gente livre pobre em sua obra, devido às próprias características e influências intelectuais deste escritor. No entanto, como outros autores paraibanos de seu tempo, ao tratar dos movimentos revolucionários como os da *Guerra de Independência* em 1822-1823 e em seguida, a *Revolução Praieira* em 1848, não deixou de destacar a atuação das forças militares nestes episódios. Entre outras palavras, aqueles que pegaram em armas e lutaram nestes movimentos, ora aliciados, ora voluntariando-se em prol da causa, eram em sua maioria, pessoas vindas da classe trabalhadora.

Procurando mostrar como seria a cidade da Parahyba em meados de 1800, recorreremos aos tradicionais autores e autoras que descreveram-na, a exemplo dos já citados memorialistas. No entanto, outra fonte rica são os relatos de viagem feitos por estrangeiros que aqui estiveram neste mesmo período. O viajante inglês Henry Koster, ao viajar para a cidade da Parahyba na década de 1810 (início do século XIX), descreveu a paisagem urbana da seguinte maneira:

A cidade da Paraíba contém entre 2 a 3 mil habitantes, incluindo a cidade baixa. A estrada principal é pavimentada com largas pedras, mas ainda precisa de reparos. As casas geralmente contém apenas um cômodo, com os andares de baixo usados como lojas. [...] No convento dos jesuítas, se encontra o palácio do governador e o escritório do ouvidor-mor, além de sua residência; a igreja do convento está no centro, entre eles. Os conventos das ordens dos Franciscanos, Carmelitas e Beneditinos são grandes edifícios, e são quase inabitados [...] A cidade baixa consiste de pequenas casas, e está situada entre as margens de uma enseada ou lagoa, formada pela junção de três rios, que por sua vez descarrega suas águas no mar, em uma correnteza considerável [...] (KOSTER, 1816, p. 49-50).

Daniel Kidder, outro viajante que esteve na cidade em 1839, era um pastor metodista norte-americano. Em sua passagem pela capital paraibana, descreveu os aspectos naturais e urbanísticos. Nesta passagem, falou da grande presença de frutos do mar, abundantemente presentes nos manguezais próximos ao porto da cidade e que certamente, eram base da dieta da população.

Parahyba, a capital da Paraíba do Norte, com uma população de 10.000, é situada acima do rio Paraíba, em torno de 10 milhas do mar. O verdejante das duas margens paira sobre o rio estreito de forma tão próxima que parece-se estar adentrando uma caverna de vegetação. Caranguejos vermelhos repousam nas praias lamacentas, e inúmeras espécies de perneiras industriosamente os consomem a todo recuo das marés. No fim desta arqueada avenida de árvores, colina acima em um vale estreito, as construções brancas de Parahyba aparecem, e, na medida em que nossa embarcação chega mais próxima, os sinos da alta catedral são ouvidos...[...] (KIDDER, 1839, p. 526 – 527).

Ainda na Paraíba, Kidder descreveu alguns hábitos alimentares como sendo de uma civilização de hábitos “rudimentares”, que produzia e acumulava couros, sebo, carne bovina e que plantavam e coletavam arroz nas planícies baixas ao redor dos rios (KIDDER, 1839, p. 528). Os aspectos paisagísticos, geográficos e sociais da Cidade da Parahyba no começo do século XIX, até pouco tempo só podiam ser percebidos analisando-se os relatos de viagens e parte da documentação oriunda do Arquivo Histórico Ultramarino, quando a Paraíba ainda encontrava-se sob jugo português. O cotidiano da capital da província e de seus habitantes no período pós-independência (1822) pode ser enfim analisado com mais cuidado após a “descoberta” de parte dos

documentos produzidos pela Câmara Municipal da cidade no ano de 2018, e que datam do período entre 1825 a 1830.

Para as providencias, que no Conselho Adjunto d'este Governo se resolveu tomar V. Ex.^a. me informarão sobre os duzentos reis q' pagão dos **Teáres** d'esta Cidade, e seu Termo, declarando qual a Lei, ou Ordem, q'. authoriza o pagamento desta quantia, e em beneficio de quem ella remete. Deos Guarde a V.S. p^{or}. M^s. An^s. Palacio do Governo da Parahiba a 1º de Março de 1828⁷⁴.

Neles, ficaram registrados diversos aspectos do cotidiano da população livre pobre (e negra) da cidade, locais de sociabilidade, uso de água, espaços de comércio, moradia e conflitos. No que diz respeito aos dados da época específicos acerca dos números da população livre na Cidade da Parahyba, observei que, em 1849, era de aproximadamente 20.099 indivíduos. Em 1851, a população livre contabilizava 24.691 indivíduos⁷⁵. Através dos relatos de viagem e da análise dos documentos provinciais posteriores, percebemos um gradual mas significativo aumento da população. Os dados posteriores sobre a população na capital da província são aproximados. Encontramos números da população livre pobre e escravizada quando vemos as listas produzidas pela provedoria de saúde da província da Paraíba. Dados mais aproximados só irão reaparecer nos censos realizados após 1870. Em um mapa da província da Paraíba produzido no ano de 1868, a cidade da Parahyba aparece representada em destaque, mas com uma população de 14.000 almas⁷⁶, menor do que os dados que encontramos nos relatórios de presidente de província dos anos anteriores.

Os motivos de uma possível redução da população da cidade da Parahyba em fins dos anos 60 do século XIX são diversos. Sabe-se que, em 1856, a província passou por uma grave epidemia de *Cholera Morbus*, doença que ceifou a vida de muitas pessoas, o que possivelmente, poderia ter contribuído para esta situação. De fato, os dados que possuíamos apontam para uma redução da população. Grande parte da população livre pobre que residia na Cidade da Parahyba estava no bairro do Tambiá. Medeiros (1940), em seu livro *O Tambiá da minha Infância*, escreveu sobre as experiências de sua

⁷⁴ Carta de Gabriel Getúlio Monteiro de Mendonça ao Presidente e Vereadores do Senado da Câmara da Cidade da Parahyba do Norte acerca do pagamento dado aos Tecelões. – 1º de Março de 1828. – ACMJP. (grifos nossos).

⁷⁵ Relatório de Presidente de Província da Parahyba do Norte - 1849 – 1851 – APMA.

⁷⁶ MENDES, Cândido. IX: Província da Parahyba do Norte. Rio de Janeiro: Lithografia do Instituto Philomatico, 1868. Disponível em: https://www.davidrumsey.com/luna/servlet/detail/RUMSEY~8~1~305754~90076433:IX--Província-da-Parahyba-do-Norte?sort=Pub_List_No_InitialSort%2CPub_Date%2CPub_List_No%2CSeries_No&qvq=q:Parahyba;sort:Pub_List_No_InitialSort%2CPub_Date%2CPub_List_No%2CSeries_No;lc:RUMSEY~8~1&mi=0&trs=5 Acesso em: 09 nov. 2018.

juventude na cidade da Parahyba no início de 1880, quando residiu na cidade, um relato rico em detalhes, desde a estrutura da cidade, das construções, dos locais como as bicas, fontes e igrejas, até mesmo, da gente que circulava pelas ruas do bairro de Tambiá.

O bairro era o mais populoso da Cidade da Paraíba [...] Em sua maioria, **casas de taipa, de porta e janela**; na parte oriental, porém, já se erguiam vivendas amplas, de bom aspecto, habitadas por famílias mais abastadas (MEDEIROS, 1940, p. 24).

Continuando seus relatos, há menções aos sítios e chácaras⁷⁷ localizados nos arredores da cidade, caso do sítio do inglês Richard Rogers, que deu origem ao atual bairro do Roger (1940, p. 25). O próprio autor, ao residir naquele bairro pela primeira vez, afirmou ter ido morar em um sítio, pertencente a Chico Dezenove, veterano da Guerra do Paraguai. A casa de taipa possuía dois quartos, sala de frente, sala de refeições, cozinha, tinha o piso em barro batido, paredes caiadas e portas pintadas de cor azul (MEDEIROS, 1940, p. 23). Aos lados e ao fundo, no terreno existente, vegetavam cinco umbrosos cajueiros, outros tantos coqueiros esguios, goiabeiras, cafeeiro, um pé de condessa, uma alentada amoreira, pequeno bananal, tudo frutificado (MEDEIROS, 1940, p. 23). Levando em consideração este relato, vemos que a presença de casas de taipa e palha, não estavam distantes dos casarões das elites, sendo muitas destas habitações populares lugares de residência da gente negra livre e pobre, e de onde, inevitavelmente, poderiam retirar parte de seu sustento, garantindo sua sobrevivência.

Este relato condiz com a documentação provincial e reportagens de jornais de meados do século XIX, que atestam a presença destas moradas populares bem próximas da Cidade Alta (bairro alto), como exemplificado no mapa anteriormente exposto. Sobre a gente no referido bairro, dois pontos importantes chamam a atenção: a presença constante das negras vendedoras de rua (talvez livres ou forras) ou mesmo, escravas de ganho, que vendiam especialmente, doces e leite, e o autor recorda-se até mesmo, de suas vozerias pelas ruas.

Na rua do grude, havia coco permanente, nele não tomando parte várias **africanas velhas e libertas** que por ali moravam e ocupavam-se durante o dia, em **vender hortaliças e doces pelas ruas da cidade**, quando não o faziam na **quitanda** [...] (MEDEIROS, 1940, p. 30).

⁷⁷ Além deste sítio do Rogers, mais nove propriedades faziam parte da freguesia da capital. Eram eles: dois, com uma mesma denominação, Mandacaru, um, de propriedade de Manoel Rodrigues de Paiva e, o outro, de Dona Joana Monteiro da Franca; da Graça, de José Luiz Pereira Lima; de Marés, de Francisco Xavier de Abreu; da Água Fria, de Antônio Rabello de Oliveira; da Guia, de José Pereira Guimarães; o Velho, de Bartholomeu Rodrigues de Paiva; o Gramame, dos herdeiros de Manoel de Medeiros Furtado, e o de Jaguaricumbe, de Manoel Caetano Vellozo (SANTANA, 1989, p. 168 Apud ROCHA, 2007, p. 99).

Em segundo lugar, o autor descreve a cidade alta em fins do século XIX, e atestava

Algumas habitações, segundo o autor, podiam ser consideradas “residências de família de meio mais abundante”, isto é, dos que detinham alguma riqueza. Todavia, o interior do bairro era espaço de **trabalho, de diversão, de solidariedades e, ainda, de conflitos entre os moradores das camadas populares** (MEDEIROS, 1994, p. 40).

Um local muito frequentado eram as fontes de água da cidade, locais importantes para o abastecimento local. Ao tratar dos espaços cotidianos da população negra escravizada em Parahyba no século XIX, Solange Rocha afirma que

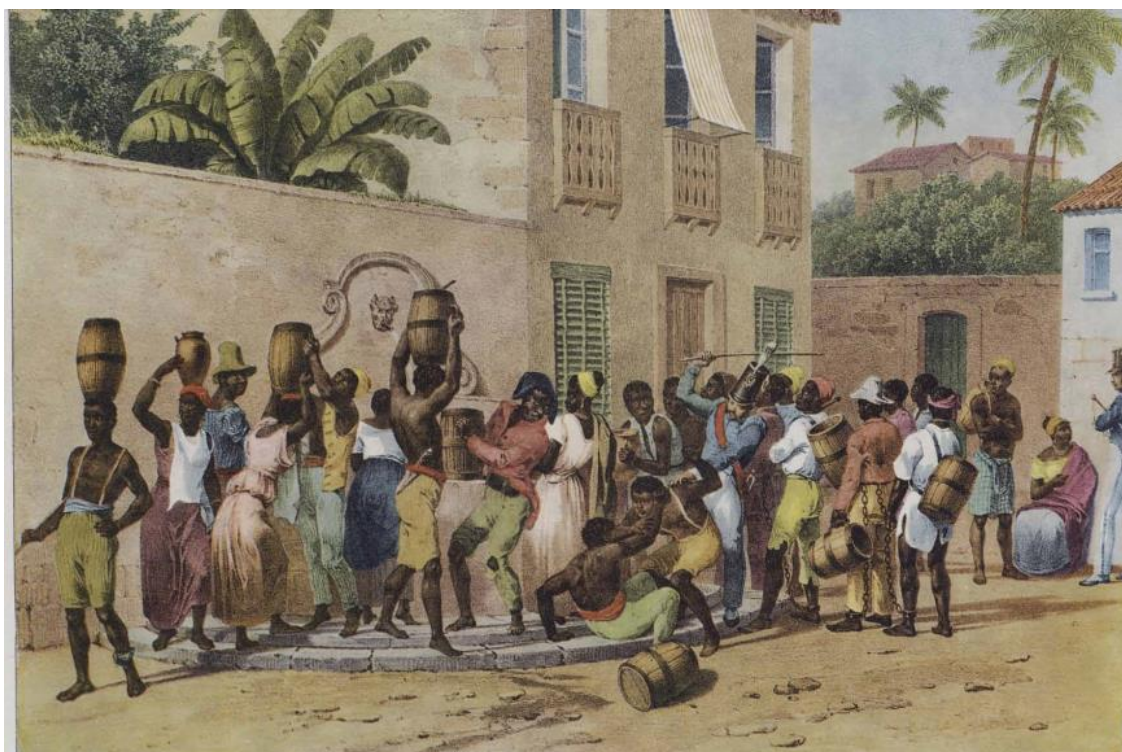
Na Cidade da Parahyba, no final do Oitocentos, havia três principais fontes: a do **Gravatá** (1781), a dos **Milagres** (1849) e a do **Tambiá** (1782). Sendo que a última fornecia a melhor água e, por isso, era procurada por metade da população, em Jardim (1911, p. 111). Na tentativa de controlar o comportamento deles, em 1861, o chefe de polícia da província recomendava aos delegados e subdelegados da capital que evitassem e reprimissem “**os ajuntamentos**”, “**as rixas**” **que costumavam acontecer na fonte do Tambiá**. Ver o livro Correspondência ao governo da província (1860-61), p. 55v, AHPB. (ROCHA, 2007, p. 96). (Grifos nossos).

Mais uma vez, os conflitos cotidianos possíveis que ocorriam entre os negros na cidade por diversas razões, são relatados, muitos dos quais, presentes nos relatórios de polícia da capital. As fontes, por serem locais de intenso movimento não eram apenas espaços para coleta de água, mas de encontros, diálogos, “vozerias”, e mesmo vendas de gêneros, uma vez que toda a população negra livre pobre reunia-se para matar a sede. Ao tratar-se destes conflitos, não há como não recordar as ilustrações feitas por Jean Baptiste Debret e Johan Mouritz Rugendas. Estes europeus retrataram muitos dos costumes da população brasileira na primeira metade do século XIX. A fins de ilustração e para situar melhor o leitor e a leitora, recorrer a algumas delas se faz necessário, procurando demonstrar como eram os hábitos dos negros livres pobres nas ruas da cidade. Nas palavras do próprio Rugendas

Nas cidades, os **negros livres** se distribuem pelas classes inferiores da população: são **operários, vendedores ambulantes, diaristas**. O número dos que conseguiram elevar-se à classe dos burgueses abastados, negociantes ou proprietários, é pequeno; no entanto, é-lhe fácil ganhar a vida, pois no Brasil, como em todos os países onde a escravidão existe, o preço da mão-de-obra é muito elevado e os operários qualificados são muito procurados (RUGENDAS, 1986, p. 151). (Grifos nossos).

Da mesma forma que na Cidade da Parahyba, os negros livres de diferentes ofícios, cores e origens que viviam na Corte ajuntavam-se nestes espaços, tão fundamentais para a sobrevivência da cidade.

Figura 2: “Carregadores de Água” – Rugendas.



Fonte: Rugendas, Johann Moritz. *Malerische reise in Brasilien*. 1986 (1835).⁷⁸.

Como já explicitado anteriormente, a historiografia paraibana tem dado ênfase à população livre pobre na cidade no século XIX. Trabalhos produzidos nas últimas duas décadas nos ajudaram a compreender melhor a atuação destes grupos sociais no ambiente urbano na Paraíba. É o caso de Luciano Mendonça, autor de *Os Escravos e o Quebra-Quilos em Campina Grande* (2003).

Mais recentemente, especialmente na última década, trabalhos de pesquisa construídos junto ao Programa de Pós-graduação em História da UFPB, abordaram a população negra, escravizada, livre e pobre na Paraíba no século XIX. Cito como exemplos os trabalhos de Lucian Souza, *Nada mais sublime que a Liberdade – 1870 – 1888*, (2016) onde aborda a questão abolicionista na cidade de Brejo d’Areia, no interior da província no final do oitocentos, Matheus Guimarães, em *Diáspora Africana na Parahyba do Norte – 1800 – 1850*, (2015) dissertou sobre a questão do tráfico atlântico de escravizados para a Paraíba, Luiza Iolanda, *Crianças abandonadas na cidade da Paraíba oitocentista* (2014), e por fim, o trabalho de Anicleide Sousa intitulado *Nas Veredas do Sertão* (2018), que abordou as trajetórias de mulheres escravizadas na cidade

⁷⁸ Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/227417> Acesso em: 03 abr. 2019.

de Catolé do Rocha, no sertão da Paraíba no século XIX. Desta maneira, ao constataremos a presença importante da gente negra livre pobre na historiografia nacional e paraibana, procuramos apresentar alguns dados iniciais a partir das fontes, além da própria bibliografia. A seguir, adentraremos o espaço físico onde a pesquisa desenvolveu-se, os caminhos percorridos pela população negra livre pobre, algumas de suas características e práticas do cotidiano.

3 UMA CAPITAL NEGRA NO EXTREMO ORIENTAL BRASILEIRO: a Cidade da Parahyba do Norte e seus arredores no século XIX

Julho de 1861. Thereza Maria de Jesus, mulher livre pobre, e que havia ficado viúva recentemente, pediu requerimento à tesouraria da província da Parahyba, solicitando aforamento⁷⁹ de um terreno na então povoação do Cabedello⁸⁰. Ela desejava com esta solicitação, permissão da autoridade competente para a construção de uma casa de palha. No despacho de número 813 do dia 31 de Agosto⁸¹ daquele mesmo ano, estava inclusa a permissão à viúva para a devida construção, e a mesma deveria dirigir-se à tesouraria da fazenda da província para realizar o arrendamento do terreno em questão.

Não muito distante dali, na Cidade da Parahyba, José Pereira do Rosário, artesão, era especialista em couros e no fabrico de calçados. Naquele mês, ganhara permissão da tesouraria da província para a confecção de dez coturnos que seriam utilizados pelo corpo policial da cidade. Recebeu esta encomenda no dia 14 de Agosto. No dia 6 de Setembro, por ter atrasado a entrega da encomenda, recebeu multa, de cujo valor não foi informado. José Pereira não teve outra escolha a não ser pedir súplica para que não saísse prejudicado, o que, para sua sorte, foi deferido pela tesouraria da província, na petição de número 833⁸². Fora assim, dispensado da multa. A mesma sorte não teve Antônio do Santos Coelho. Tendo sua antiga casa já sido demolida na rua do Carro, em razão do alargamento da mesma rua, ao tentar reedificar casa em terreno próprio na rua das Convertidas, foi impedido pela câmara municipal da cidade, que argumentou desapropriação por utilidade pública legalmente verificada⁸³. Antônio pediu petição no dia 29 de Julho daquele ano com este fim. Infelizmente, não soube informar que fim levou este caso.

As pessoas citadas tinham mais em comum do que imaginavam, além do fato de encontrarem-se vivendo no mesmo universo cotidiano de dificuldades diárias. Thereza, José e Antônio eram pessoas livres pobres, que tinham conhecimento ou ajuda de outros para buscarem seus direitos legais. As fontes impressas dos jornais estão repletas de

⁷⁹ É um contrato pelo qual ocorre a transferência do domínio útil e perpétuo de um imóvel por seu proprietário, sob o pagamento de um foro anual, certo e invariável.

⁸⁰ Atualmente, trata-se da cidade de Cabedelo, localizada na fronteira norte com a capital paraibana. Foi emancipado município em 1954.

⁸¹ A REGENERAÇÃO, 1861, ed.34, p.2.

⁸² A REGENERAÇÃO, 1861. ed.37, p.1.

⁸³ A REGENERAÇÃO, 1861, ed.23, p.3.

relatos esparsos como estes, e assim, podemos ter uma ideia de como as relações entre estas pessoas eram ora conflituosas, ora pacíficas. Verificam-se alguns dos caminhos que eles, e incontáveis outras pessoas, percorriam pela cidade e seus arredores. E como ela era na segunda metade do século XIX? A Cidade da Parahyba do Norte⁸⁴, capital da província da Paraíba, havia sido fundada oficialmente no dia 5 de Agosto de 1585, à margem direita do rio Sanhauá, um dos principais afluentes do rio Paraíba.

Desde seus primórdios, a capital paraibana teve seu crescimento econômico ligado inevitavelmente à produção agrícola, especialmente dos canaviais e engenhos da região da várzea do Rio Paraíba⁸⁵. No período holandês, a produção não cessou, tendo inclusive, aumentado consideravelmente. Após a reconquista do território com a restauração de 1650, e adentrando o século XVIII, a agora chamada Cidade da Parahyba obteve crescimento, tanto populacional, como econômico. Neste período, a Paraíba esteve envolvida diretamente no conflito da *Guerra dos Mascates*, iniciada em 1710 em Pernambuco. No entanto, em meados daquele século, a produção econômica da região entrou em profunda crise. Sendo alvo das políticas de contenção econômica originadas da administração do Marquês de Pombal, a Paraíba ficou sob jugo da chamada Companhia de Comércio Paraíba-Pernambuco, perdendo sua autonomia econômica e política, e sendo submetida à anexação territorial de 1755 a 1799⁸⁶.

Retornando a autonomia política e territorial no início do século XIX, a Cidade da Parahyba adentra o período oitocentista com a economia em estado de ruínas e cuja cidade pouco ou em quase nenhuma expansão da área urbana. A configuração da capital paraibana pouco se modificou⁸⁷, sendo continuamente reproduzida pela historiografia. A cidade baixa era, por excelência, o local de comércio. Era formada pelo Porto (Varadouro), pelas casas comerciais, a estrada e rua do Carro (sentido Recife), a ponte sobre o rio Sanhauá, elo de ligação da praça da capital com o interior da província, e a rua das Convertidas. Na cidade alta, ou bairro alto, estava o lugar de morada das pessoas

⁸⁴ Importante sempre lembrar que Parahyba do Norte foi o nome da capital da Paraíba até 1930, quando por ocasião das consequências do movimento de 30, foi denominada de João Pessoa. Anteriormente, a capital paraibana teve outros três nomes: *Nossa Senhora das Neves* (1585), na consolidação da conquista portuguesa, *Filipéia*, por ocasião da União Ibérica e *Frederikstadt* (1634) durante a ocupação holandesa.

⁸⁵ Sobre a Paraíba e sua produção econômica neste período, ler Regina Célia Gonçalves, *Guerras e Açúcares* (2004).

⁸⁶ Sobre este tema na historiografia paraibana, tratam: ALMEIDA, Horácio de. *História da Paraíba*. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 1978; MACHADO, Maximiano Lopes. *História da Província da Paraíba*. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 1977; OLIVEIRA, 2007, p. 112-113 e SILVA, 2013, p. 80-81.

⁸⁷ Até o século XIX, a Cidade da Parahyba não apresenta expansão significativa de sua área urbana.

mais ricas da sociedade paraibana, lugar onde estavam as centenárias igrejas com suas ordens monásticas, os prédios da administração colonial como a casa da pólvora e casa do capitão-mor. Em todas as áreas da cidade, eram eretas casas de palhas e de pedra e cal⁸⁸. Poucas eram bem estruturadas e de alvenaria, e os casarões térreos e primeiro andar eram destinados às elites. No início do século XIX, a Paraíba envolveu-se nos movimentos insurrecionais de 1817 e 1824⁸⁹, eventos que além de terem ocorrido confrontos em vilas e cidades tiveram, como já citado anteriormente, em suas fileiras muitos indivíduos negros livres pobres. Eis mais um aspecto da Cidade da Parahyba no mapa que abaixo segue:

Figura 3: Planta da Cidade da Parahyba, 1868 – Cândido Mendes.



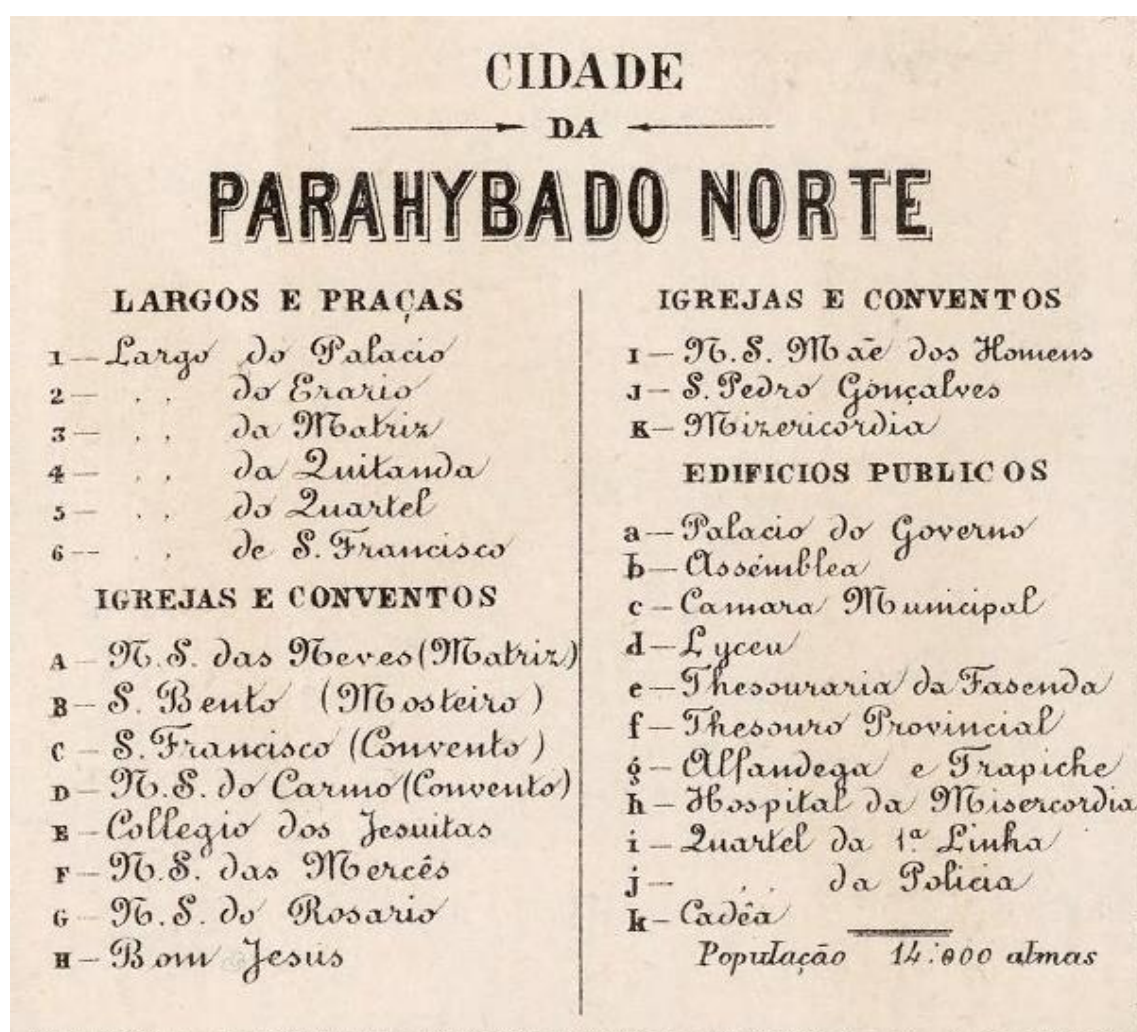
⁸⁸ O livro do memorialista Walfredo Rodrigues, em *Roteiro Sentimental de uma Cidade* (1994), destaca a existência destas residências simples, mesmo próximas ao bairro alto. A cidade era um palco de segregação social, no entanto, a população simples transitava por todas as suas áreas. A vigilância era constante.

⁸⁹ Uma compreensão maior deste período, pode ser encontrado na tese de doutorado da professora Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano, *Gente Opulenta e de Boa Linhagem*.

Fonte: ALMEIDA, Cândido Mendes. Atlas do Império do Brazil. Rio de Janeiro: Typographia do Instituto Philomatico, 1868⁹⁰.

Ao observar este mapa da cidade, podemos perceber destacados em negrito, os locais que, para o autor, eram relevantes. Eles vão desde as construções administrativas da província, os lugares religiosos até os espaços públicos de convivência. Aqui, cabe destacar especialmente, os largos, praças, igrejas e conventos que, possivelmente, eram as áreas de maior circulação da população negra livre pobre. Nestes locais, desenvolviam-se grandes redes de sociabilidade e solidariedade entre estas pessoas. Os locais pontuados acima estão evidentes na imagem abaixo, e fazem parte da documentação completa.

Figura 4: Planta da Cidade da Parahyba, 1868 – Cândido Mendes.



Fonte: ALMEIDA, Cândido Mendes. Atlas do Império do Brazil. Rio de Janeiro: Typographia do Instituto Philomatico, 1868⁹¹.

Novamente, devemos enfatizar que o mapa apresentado acima, apresenta regiões nos arredores da área urbanizada (construções) que estão vazios, áreas de mata fechada, charcos e rios, muito provavelmente os locais de evasão, fuga, e moradia da população negra livre pobre à época. Um indivíduo que viesse por terra, ao chegar em Cidade da Parahyba em meados do século XIX deveria, obrigatoriamente transitar por dois locais: a rua das Trincheiras, passando pela Igreja do Bom Jesus dos Martyrios, para os que vinham da província de Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia ou, através da Ponte do Sanhauá, para os viajantes oriundos do interior da província, do Rio Grande do Norte ou mesmo do Ceará. José Américo nos conta que:

A estrada que a unia a Pernambuco e por onde chegavam os recursos para a defesa e a estabilidade do núcleo nascente tinha o seguinte traçado: partindo de Olinda, passava por Igarassu, e depois por Goiana e, penetrando em nosso território através de Taquara, Alhandra e Jacoca, entrava na capital, primeiro pelas Marés, e afinal, por Cruz das Armas (ALMEIDA, 1994, p. 342).

Para as províncias do Rio Grande do Norte e do Ceará, essa estrada prolongou-se ao longo do litoral. Passando por suas ruas estreitas, pouco calçadas, iria deparar-se em primeiro lugar, com várias propriedades agrícolas em seu caminho. Tratavam-se de sítios e de chácaras que existiam nos arredores da área urbana, e que ajudavam a abastecer a cidade com gêneros de primeira necessidade⁹², frutas, legumes e pequenas criações.

Ao mesmo tempo, outras pequenas propriedades existentes nos arredores e mesmo nos quintais da área urbanizada eram habitados por muitas pessoas. A massa de negros e pardos livres pobres que residia em Parahyba do Norte vivia nestas residências, muitas delas, casas de palha, palhoças e de taipa. A pesquisa nos proporcionou demonstrar a intensa participação destas pessoas negras livres pobres na produção de alimentos e no comércio de Parahyba, uma atividade que não era exclusiva dos médios e grandes latifundiários.

Nos cartões-postais produzidos na Paraíba na virada dos séculos XIX e XX, podemos observar alguns resquícios do que poderíamos supor ser Cidade da Parahyba poucas décadas antes. Como exemplo, apresentamos a seguir um cartão-postal que

⁹¹ Disponível em:

<https://www.davidrumsey.com/luna/servlet/detail/RUMSEY~8~1~305754~90076433:IX--Provincia-da-Parahyba-do-Norte> Acesso em: 08 mar. 2019.

⁹² Sobre estes sítios, Coriolano de Medeiros e Walfredo Rodrigues citam os do Rogers, do Paul, dos Jesuítas, do Boi-Só, entre outros. Este último, segundo ele, abasteceu a cidade com frutas e legumes durante anos, e era uma espécie de “celeiro” local, até sua decadência já na década de 60 do século XIX.

também é uma fotografia datada do ano de 1904, apenas três anos após o fim do século anterior. Nela, observamos a ausência de pavimentação na Rua do Rosário. O leitor e a leitora também notarão que existe grande quantidade de vegetação mesmo que se tratasse de uma área urbanizada.

Figura 5: “A Rua do Rosário – Parahyba do Norte – Brazil”. - 1904



Fonte: Cartão-Postal da Parahyba do Norte produzido pela L. de Rennes e C^a Ourives – Nº 31 – Rio de Janeiro⁹³.

Mais acima, quase no centro da imagem, se observa a torre do antigo convento dos jesuítas, que fica ao lado do Palácio do Governo. Nos arredores, muita vegetação e pequenos sítios e quintais com coqueirais. Comparando-se tanto com o mapa produzido na época de Alfredo de Barros Vasconcelos em 1858⁹⁴, como o de Cândido Mendes, ainda em 1868, apresentam áreas vazias (em branco), especialmente nas entradas Sul e Leste da cidade. Estas regiões são “invisibilizadas” pois, se não tratavam-se de grandes propriedades ou de áreas de floresta, charcos, etc, ali residiam pessoas pobres com suas casas humildes. Na documentação dos presidentes de província por toda a década de 50 e 60, e nos jornais da província que circulavam na cidade, as elites provinciais quase sempre tratavam as casas de palha como um grande problema. As justificativas para

⁹³ Disponível em: <https://www.levyleiloeiro.com.br/peca.asp?ID=338576> Acesso em: 16 jan. 2020.

⁹⁴ Capítulo 2, página 31.

mantê-las longe do “bairro alto” eram várias: locais de gente indesejada, suspeita e de insalubridade. Quanto mais estivessem longe das moradias das “famílias distintas”, melhor seria. Ao que pudemos constatar, as inúmeras tentativas de coibir sua construção eram em vão, e para o pesadelo do presidente de província, elas estavam bem próximas, como demonstrado no relato a seguir:

A câmara municipal da capital para informar com a possível brevidade com que licença se está **edificando uma casa de palha junto ao oitão do Sul do palácio da Presidencia**, e desde que tempo existe uma outra na mesma qualidade no mencionado lugar: assim como por consentimento de quem existem no recinto da cidade ruas inteiras de casas de palha contra as posturas, declarando quaes os fiscaes que lhe teem dado cordeamento (O GOVERNISTA PARAHYBANO, 1851, p. 3) (Grifos nossos).

As posturas municipais não visavam apenas a proibição da construção de casas indesejáveis, mas da mesma maneira, alertavam sobre o cumprimento das normas para construção e asseio das mesmas. Em 1858, o Relatório da Provedoria de Saúde da província da Paraíba forneceu ricas informações sobre as estruturas de parte das residências que existiam na capital. As orientações aos moradores, com o fim de se evitar a propagação de doenças como a febre amarela e a *cholera morbus*, eram a de que houvesse cuidado não apenas com a limpeza dos domicílios, mas dos matos nas ruas. Diz ainda, da presença de várias casas com quintais, e que (com exceção de algumas), possuíam esterquilínios⁹⁵, vistos como focos de doenças infecciosas. As recomendações, da mesma maneira, orientavam para que as casas fossem caiadas e seus espaços internos, ampliados para uma maior ventilação⁹⁶.

As doenças que, segundo as autoridades médicas acometiam a população litorânea, haviam atingido com grande intensidade as localidades de Cruz do Espírito Santo, de Santa Rita⁹⁷ e da capital, fazendo segundo consta, “poucas vítimas entre as classes indigentes e os escravizados”⁹⁸. Se um viajante estivesse chegando do interior da província, transitaria primeiramente por estas duas vilas, antes de ultrapassar a ponte sobre o Rio Sanhauá. Desta perspectiva, iria deparar-se em primeiro lugar, com a chamada rua da Ponte, paralelo ao prédio da cadeia pública da capital. Se seguisse para Leste, pela rua da Imperatriz, subindo, encontraria o Palácio do Governo da província (cidade Alta). Caso fosse para o Norte, o transeunte teria que passar pela rua do

⁹⁵ Local de despejo de dejetos humanos e animais.

⁹⁶ Relatório da Provedoria de Saúde da Província da Paraíba, 1858, p. 25-27. CX.03 – APMA.

⁹⁷ Cruz do Espírito Santo e Santa Rita eram vilas localizadas bem próximas de Parahyba do Norte no caminho para o interior da província, a Oeste, seguindo o curso do Rio Paraíba.

⁹⁸ Relatório da Provedoria de saúde da província da Paraíba, 1858, p. 26. CX.03 – APMA.

Sobradinho, descendo para a rua das Convertidas, chegando até a Gameleira e o Porto do Capim. Esta região da cidade, o Varadouro ou cidade baixa, era local de intenso movimento de pessoas, devido ao seu comércio. As tropas de vaqueiros, marchantes, mascates e outros que vinham das vilas e povoações do interior da Paraíba e demais províncias vizinhas, negociavam parte seus produtos ali, no cais da alfândega e proximidades. Abaixo, em mais um cartão-postal colorizado a partir de uma fotografia vemos a área da Cidade Baixa em 1910 decorridos apenas nove anos da virada do século. Aqui chamamos a atenção do leitor e a leitora para a parte central da imagem onde observa-se as embarcações atracadas no Porto do Capim e próximo a ele, vários sobrados e casarões de residência e comércio.

Figura 6: Panorama da Cidade baixa, vista do convento de São Bento, no início do século XX. Fotografia de cartão-postal colorida datada de 16 de janeiro de 1910⁹⁹.



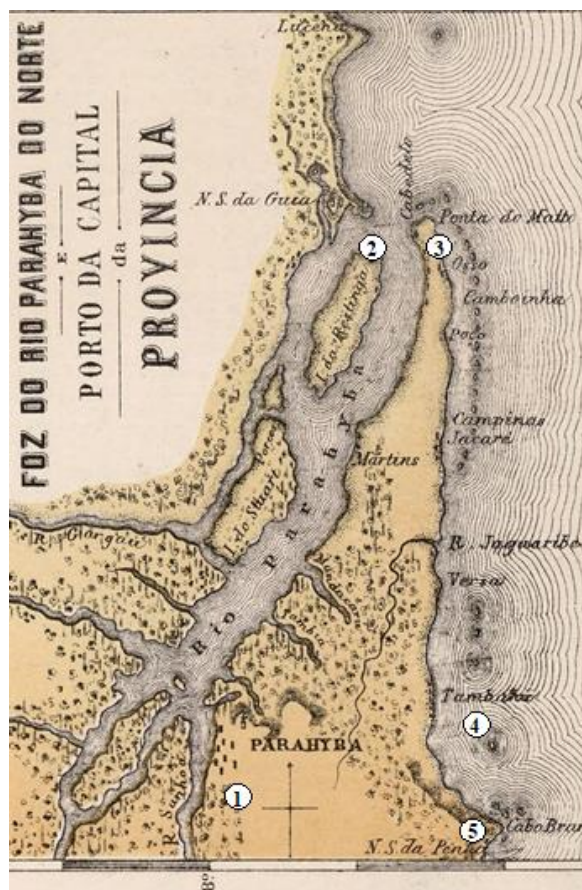
Fonte: GERODETTI, João Emílio; CORNEJO, Carlos. Lembranças do Brasil: as capitais brasileiras nos cartões postais e álbuns de lembranças. São Paulo: Solaris Edições Culturais, 2004.

⁹⁹ Observando atentamente, é possível ver, no meio da imagem, as embarcações no rio Sanhauá atracadas no porto do Capim. Na extrema direita, a Igreja de São Frei Pedro Gonçalves. No centro, diversos casarões e demais casas de comércio. Nesta área da cidade, no século XIX, as ruas mais movimentadas eram a rua das Convertidas (atual Maciel Pinheiro) e a rua da Alegria (atual Rua da Areia).

A terceira via de contato com Cidade da Parahyba era o próprio rio de mesmo nome e que está representado na imagem acima. Nascido na Serra da Borborema, na região de Monteiro, no interior, o rio Paraíba segue seu curso descendo a região do brejo, fazendo o trajeto Oeste-Leste, até desaguar no Oceano Atlântico. O seu trecho entre a foz em Cabedelo até Cidade da Parahyba, no século XIX, era navegável para embarcações de médio porte. Ao visitar o lugar em 1817, o viajante francês Louis-François Tollenare deu o seguinte depoimento que confirma a movimentação de navios à época.

Parahyba, capital de uma capitania particular, contém de 2.000 a 3.000 habitantes; o collegio dos jesuítas serve de palácio do governador; encontram-se ali franciscanos, carmelitas e beneditinos. Dizem que o rio Parahyba só permite a entrada de navios de 150 toneladas; entretanto sou informado que um brigue do Porto, de 200 toneladas, veio refugiar-se ali depois de haver perdido a mastreação por um golpe de vento, e sei que as casas inglesas carregam ali varios brigues directamente para a Europa (1906, p. 149).

Figura 7: Planta da Foz do Rio Parahyba do Norte e Porto da Capital da Província, 1868 – Cândido Mendes. Nele, podemos observar a distância da foz (nº 2), na então Povoação do Cabedello (nº 3) até a capital da província (nº 1)¹⁰⁰. Em destaque no mapa, estão também as povoações de Tambaú (nº 4), Cabo Branco e Penha (nº 5).



¹⁰⁰Disponível em:

<https://www.davidrumsey.com/luna/servlet/detail/RUMSEY~8~1~305754~90076433:IX--Provincia-da-Parahyba-do-Norte> Acesso em: 15 abr. 2019.

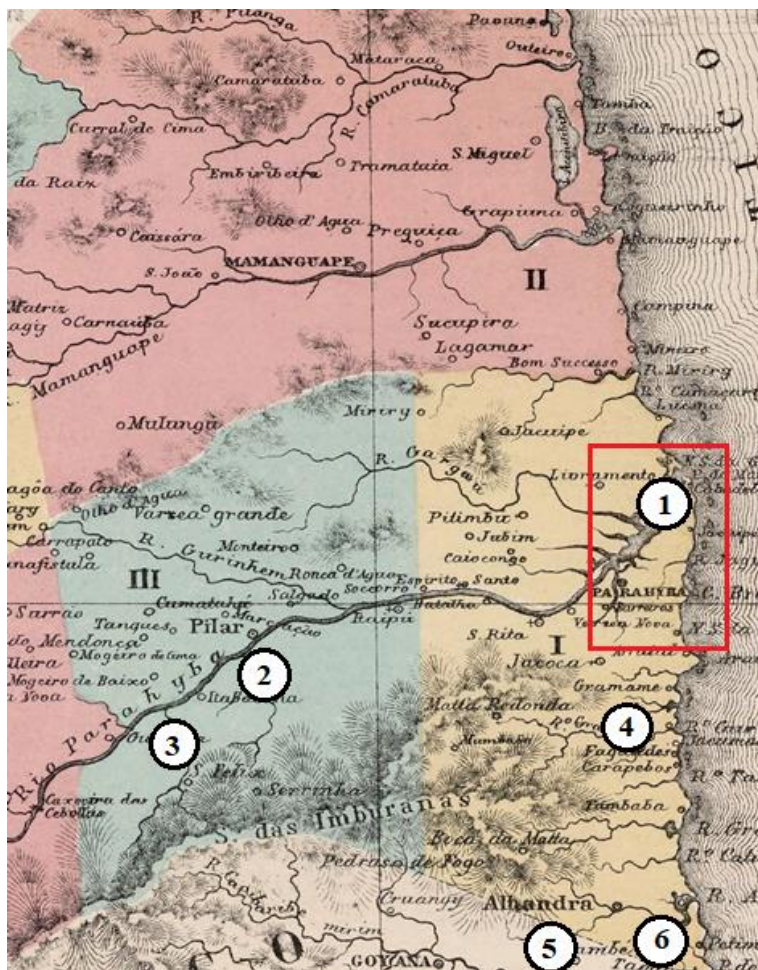
No mapa acima exposto, podemos ter ideia do espaço geográfico existente e apresentado neste trabalho. O número 1 representa a localização exata da capital da província (Cidade da Parahyba). Observar a proximidade da capital com as demais localidades exibidas no mapa, que correspondem aos números entre 3 até o 5 (no mapa acima exposto) e que respectivamente representam os locais das povoações do Cabedello, Tambaú e Cabo Branco. Observará o leitor e a leitora como o rio Paraíba e o oceano se encontram entre os números 2 e 3, entre a Ilha da Restinga e Cabedello.

O rio Paraíba não possui grande fluxo de água a partir de sua nascente, e muitos dos seus leitos só eram transitáveis nos períodos de inverno¹⁰¹, época em que as chuvas tornam-se mais frequentes. Na medida em que desce até o litoral, o rio banha diversas vilas e cidades do interior paraibano. Consequentemente, nos períodos de cheia, ele se tornava navegável em determinados trechos, e estes eram explorados pela população, facilitando as vias de comunicação entre a zona litorânea e o brejo. Procuramos, através da exibição do mapa abaixo, dar uma ideia ao leitor e a leitora da localização geográfica da região litorânea da província em relação ao restante das cidades e vilas.

O quadrado vermelho representa a área do mapa que foi exibida na figura 7 (p. 58), no mapa anterior. Agora, vemos o caminho que o rio Paraíba percorre antes de desaguar no Oceano Atlântico. Importante frisar a importância da proximidade geográfica entre estas localidades, fosse por terra ou rio tornavam-se caminhos, elos de contatos entre as pessoas negras livres pobres.

¹⁰¹ Tollenare, escrevendo em 1817, afirmou que todos os rios indicados nas suas cartas secavam durante o verão, mesmo o Parahyba.

Figura 8: Recorte do Mapa de Cândido Mendes de 1868, mostrando a extensão navegável do Rio Paraíba de sua foz (nº 1) até a cidade de Pilar (nº 2) e a Vila de Itabaiana (nº 3), na região do brejo¹⁰². As demais localidades destacadas no mapa, são as povoações da Jacóca (nº 4), vila de Alhandra (nº 5) e a povoação de Pitimbu (nº 6).



A pesquisa revelou algumas das rotas utilizadas pelos barqueiros, canoieiros, tripulantes de sumacas¹⁰³ e demais pequenas embarcações que faziam esse trajeto e, consequentemente, criando uma interessante rede de trocas comerciais por via fluvial. Para confirmar esta informação, atentemo-nos a um interessante relato de viagem feito por um norte-americano, James Henderson, que de passagem por aqui no ano de 1820, assim descreveu a capital:

Parahiba, denominada cidade, em um estado de mediocridade e população, está situada acima da margem direita, dez milhas acima da embocadura do rio de mesmo nome, próximo da confluência com o pequeno rio Unhaby. É ornamentada com uma casa de misericórdia e seu hospital; um convento de Franciscanos, outro de Carmelitas e o terceiro, de Beneditinos; cinco

¹⁰² Disponível em:

<https://www.davidrumsey.com/luna/servlet/detail/RUMSEY~8~1~305754~90076433:IX--Provincia-da-Parahyba-do-Norte> Acesso em: 15 mar. 2019.

¹⁰³ Embarcação utilizada para transporte de pessoas e trocas comerciais que podia navegar em rios e pela costa atlântica.

monastérios, de Bom Jesus dos Soldados, Santa Cruz, São Pedro Gonçalves, Nossa Senhora do Rosário para os Negros e Mãe dos Homens para os Mulatos; também tem duas bonitas fontes de água. [...] (HENDERSON, 1820, p. 399).

A riqueza deste relato apresentado acima não se encontra apenas na estrutura física urbana, mas de como podemos perceber que já em princípios do século XIX, as igrejas se apresentavam como espaços de sociabilidade da população livre pobre negra e parda. Outros dois aspectos interessantes no relato de viagem são explicados mais adiante, por exemplo, da presença de uma comunidade jesuíta atuando na povoação de Tambaú, segundo o autor, distante cinco milhas, onde havia “casa de repouso e entretenimento” (1820, p. 399). Da mesma forma, Henderson descreveu o movimento do comércio do interior para o litoral da província que, segundo ele, não se fazia apenas por terra com tropas de cavalos, mas pelo Rio Paraíba, que em determinados períodos chuvosos, seria navegável com sumacas até o porto da capital e canoas até a vila do Pilar (1820, p. 396). O relato de Henderson é confirmado por Daniel Kidder. Ao passar pela margem do Rio Paraíba, na cidade baixa, em 1839, afirmou que o rio era por demais sinuoso e que a navegação não ia além do atual ancoradouro, mas que as canoas subiam-no até grande distância, ficando seu leito seco no verão por mais de vinte léguas (1943, p. 114-21). Uma das vilas que também abastecia a capital de produtos, a exemplo do azeite de mamona para exportação e consumo interno, era a de Ingá. Diz o jornal:

[...] este município não é agrícola em sua máxima parte. A maioria dos habitantes é **creadora de gados**. 2º De **cannas** há uma única lavra em todo o município, que é o engenho Serra Redonda: e de **algodão** se ocupam quazi que unicamente os habitantes, que demoram ao N. e alguns dos de L. do município. [...] uma cultura, de que principalmente se occupa a gente de Ingá, a **mamona**. **Não ha na Parahyba quem ignore que a Villa do Ingá, e a povoação do Mogeiro são os pontos da Província que abastecem de azeite a Capital** (O REFORMISTA, 1850, ed. 50) (Com grifos nossos).

Como atestado aqui, destaca-se o abastecimento da capital (Cidade da Parahyba) que era, segundo consta, proporcionado por gêneros da terra cultivados no interior e enviados até a capital, inclusive pelo rio Paraíba. Vale lembrar que a então vila do Ingá fica localizada logo após Pilar e Itabaiana, localidades citadas no mapa da Figura 8. Os dados aproximados sobre o grande comércio de exportação da província que saíam pelo porto do Capim para o exterior são mais precisos e já foram catalogados em outros trabalhos sobre o tema¹⁰⁴. No entanto, existia uma intensa participação da população

¹⁰⁴ Uma perspectiva interessante para abordar a capital da província no século XIX seria observar com atenção, a presença de embarcações (saídas e entradas) e de indivíduos estrangeiros que por aqui chegavam, saíam e viviam, participando ativamente da vida cotidiana da cidade da Parahyba. Apesar deles aparecerem na documentação pesquisada, decidimos não adentrar tanto neste universo, dando ênfase maior aos homens e mulheres livres e pobres, de naturalidade brasileira.

negra livre pobre no comércio interno de gêneros de alimentos, matérias-primas para vestimentas, madeira, óleos, subprodutos da cana-de-açúcar e dos gados, etc. Uma vez no porto da cidade, um indivíduo que estivesse próximo da bifurcação entre a rua da Alegria, a rua das Convertidas e da rua da Viração, iria deparar-se com várias residências, casas de comércio, sobrados de primeiro andar, entre outras construções próximas, como a Alfândega, o Tesouro Provincial, Consulado, etc. O grande comércio era liderado por alguns prósperos comerciantes da Paraíba e de outras províncias, e outra parte, por portugueses e seus descendentes. Uma destas casas comerciais nos idos de 1850, lançou o seguinte anúncio no jornal *O Reformista*:

Preciza-se para uma caza de Commercio d'esta cidade **de um caixeiro activo e diligente para o serviço de rua e armazem**: quem tiver as habilitações precisas, e recommendações convenientes de sua conducta pôde entender-se na Typographia d'esta folha, que so dirá quem precisa de seus serviços (O REFORMISTA, 1850, ed. 32).

“Um caixeiro activo e diligente” portanto, teria que ter as recomendações necessárias para o serviço nesta casa e de várias casas de comércio em Cidade da Parahyba, sendo alguém requisitado para serviços tanto nas ruas da cidade como fora. As pessoas que não tinham o privilégio de possuir um estabelecimento criavam um pequeno comércio urbano, no qual os negros livres pobres participavam. Nas ruas estreitas, becos ou travessas, bem próximas da região portuária, coexistiam junto ao grande comércio. Algumas menções a lugares como a “rua das Ganhadeiras” ou mesmo, o “becco da Quitandinha”¹⁰⁵, paralelo ao largo da Viração, o chamado “Largo da Quitanda”¹⁰⁶, entre outros são uma possível amostra da participação das mulheres negras no comércio das ruas da capital da província. Ao subir a ladeira em direção à cidade Alta (bairro alto), passando pelas ruas Nova e rua Direita, se passaria inevitavelmente pelo largo da Matriz (Catedral de N.S. das Neves, padroeira da cidade), pelo Mosteiro de São Bento e pela rua do Carmo¹⁰⁷. Mais adiante, encontraria uma outra área movimentada de Cidade da Parahyba: a casa do Mercado Público. Ao referir-se a ela, nos traz o relato abaixo citado:

Este edificio de um só pavimento, acha-se collocado na praça do Commendador Silvino da Cunha, tem a frente principal para oeste e em frente do Paço Municipal. Foi edificado em 1854 na administração do Ex^{mo} Dr. Flavio Clementino da Silva Freire (hoje Barão de Mamanguape) é ali que se

¹⁰⁵ Monographia da Cidade da Parahyba do Norte por Vicente Gomes Jardim, 1911-1912, p. 97. - RIHGP.

¹⁰⁶ Na planta da Cidade da Parahyba de 1868 (Figura 3), na página 53, há menção a este local (nº 4 na legenda).

¹⁰⁷ Tinha este nome, pois ficava exatamente em frente à Igreja de N.S. do Carmo (convento dos Carmelitas). Atualmente, é conhecida como “Praça do Bispo”, local bastante movimentado durante o carnaval e a festa da padroeira.

põe a venda os generos alimentícios. Está a guarda da Camara Municipal, por cujo cofre entram os rendimentos (R.I.H.G.P, 1911-1912, p. 104).

Este ponto específico da cidade também tem uma ligação forte com a gente negra livre pobre. Tratava-se de um grande espaço de sociabilidade do povo, onde além da distribuição, venda e compra de alimentos constante, especialmente de peixes vindos das praias, ocorriam outros encontros, negociatas, barulho, conflitos, detritos e o mal cheiro que afluíam daquele local. A casa do Mercado e o Matadouro, eram locais bastante vigiados pela provedoria de saúde, suspeitos de serem focos de disseminação de doenças. Pequenos lavradores e agricultores, pescadores e tantos outros trabalhadores transitavam por ali o tempo todo, cada qual com objetivos diferentes.

Da mesma maneira que a área urbana da capital, as povoações com as quais tivemos contato com a documentação são as do Cabedello, Tambaú, Cabo Branco, Jacóca e a Taquara¹⁰⁸. Procuramos dar ênfase a estas localidades, que durante muito tempo, a historiografia paraibana, ao tratar especificamente da capital, as ignorou ou não deu a elas a devida importância. Eram lugares de morada, sociabilidade e produção, onde a população negra livre pobre residia. Foi possível perceber alguns aspectos físicos destas localidades, bem como suas produções econômicas, voltadas em sua maior parte à pesca e ao plantio de pequenas propriedades agrícolas e aspectos de sua religiosidade com a importante presença católica estruturada nas igrejas e capelas aspectos estes que apresentaremos no próximo tópico.

3.1 “PELOS HABITOS E COSTUMES DA NAVEGAÇÃO”: As Povoações Litorâneas e seu cotidiano

Anteriormente, apresentamos a capital da província como um importante espaço de sociabilidade, comércio e demais formas de vivência da população negra livre pobre, com parte de sua estrutura urbana em meados do século XIX, suas ruas, construções e demais espaços. Iremos dissertar aqui acerca dos povoados costeiros e seus habitantes em seu cotidiano. As povoações próximas de Cidade da Parahyba pertenciam ao território da 1ª comarca (da capital). Menções a estes locais remontam a períodos bem anteriores, desde os conflitos ocorridos entre os séculos XVI e XVII. Irineu Joffily, em 1890, fez alguns apontamentos acerca destas localidades.

A um kilometro pouco mais ou menos de **Cabedello**, no outro lado da península, a beira-mar está o aprazível povoado de **Ponta de Matto**, estação

¹⁰⁸ Procuramos, neste caso, sempre utilizar as nomenclaturas da documentação à época pesquisada.

balnearia, actualmente muito frequentada pelos habitantes da capital. [...] Seguindo a praia em direção do Sul estão as **povoações ou agregados de casas de Ponta de Campina e Bessa**, onde tem sua **foz o rio Jaguaribe**; depois **Tambaú**, maior povoação, com uma capella; e do outro lado do **cabo Branco e da Penha**, com uma poetica ermida em elevado barranco donde se descortina magnifica vista (JOFFILY, 1890, p. 256). (grifos nossos).

Nestes “agregados de casas”, residiam várias pessoas negras livres pobres, sendo lugares de morada e pouso. A povoação de Tambaú é mencionada no trabalho de Maximiano Lopes Machado, como lugar de repouso, onde existiam as igrejas de Santo Antônio e da Conceição (MACHADO, 1977, p. 495). Já Cabedello é outra povoação há muito mencionada em documentos, devido à presença da fortaleza de Santa Catarina¹⁰⁹, fortificação militar importante durante o período colonial e que no século XIX, continuava servindo de base militar e de ponto de apoio para os navios que adentravam o rio Paraíba em direção à capital. Este cartão-postal/fotografia datado do final do século XIX, vemos a povoação de Cabedello, com as residências simples da população pobre e presença de natureza exuberante ao redor.

Figura 9: Casas de taipa e palha da Povoação de Cabedello no final do século XIX, em 1899.



Fonte: Cartão-Postal de Cabedello produzido por Verl. V. Albert Lust – Serie Sudamerika, datado de 22 de Março de 1899 – Hamburgo, Alemanha¹¹⁰.

O primeiro aspecto comum a estes povoados litorâneos é o de que, até então, tinham uma população não muito numerosa. Em 1817, ao visitar a Paraíba, o viajante francês Louis-François de Tollenare, atestou que, no litoral sul, na aldeia indígena de Alhandra, existiam entre 500 a 600 habitantes (RIHAGP, 1906, p. 149). Dados recentes

¹⁰⁹ Na documentação Oitocentista, aparece nomeado como o “Forte ou Fortaleza do Cabedello”.

¹¹⁰ Disponível em: https://produto.mercadolivre.com.br/MLB-1446029497-raro-carto-postal-antigo-cabedelo-paraiba-1899-JM#position=3&type=item&tracking_id=28bbd01d-e707-4fe8-93cf-d141c37df0b1 Acesso em: 06 jul 2020.

obtidos revelaram que a população da povoação do Cabedello, no ano de 1828, era de 714 pessoas¹¹¹. Em 1859, os dados populacionais da povoação de Cabedello apontavam para a existência de cerca de 800¹¹² pessoas. Notar aqui que os dados não diferenciaram as condições, se livres ou se escravizados e que houve um crescimento baixo da população naquela povoação, até onde podemos confiar nas informações obtidas. Mais adiante no tempo, os dados populacionais aproximados dos livres e escravizados da Jacóca¹¹³, Tambaú e Taquara, até o presente momento, não puderam ser obtidos.

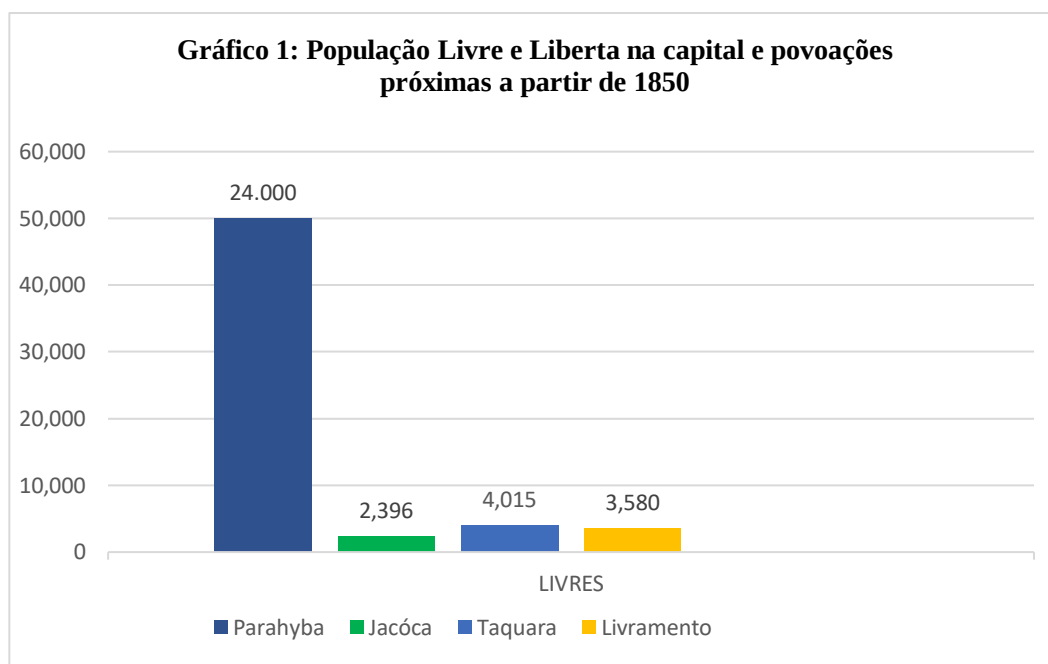
Dados populacionais mais precisos e confiáveis das povoações mais ao sul do litoral da província, poderão ser encontrados posteriormente a partir de 1850 em diante. Neste período, ao que indicam as fontes, a população livre tinha um número de habitantes considerável nestas regiões. Desta forma, conseguimos obter dados populacionais da Cidade da Parahyba, do Livramento e da Jacóca. Em relação à povoação (freguesia) da Taquara, números foram obtidos a partir de 1856, em ocasião da epidemia de *cholera morbus* ocorrida naquele lugar. Dos 4.200 habitantes da Taquara naquele ano, 4.015 (95,4%) eram livres, e 185 escravizados (4,06%). A epidemia de cólera ceifou a vida de 380 pessoas, sendo a maioria das vítimas, da população livre, com 331 vítimas e 49 vítimas entre os escravizados¹¹⁴.

¹¹¹ Arquivo da Câmara Municipal de João Pessoa – 10 de Março de 1828. – ACMJP.

¹¹² ALMEIDA, Maurílio Augusto de. Presença de D. Pedro II na Paraíba. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1982, p. 82.

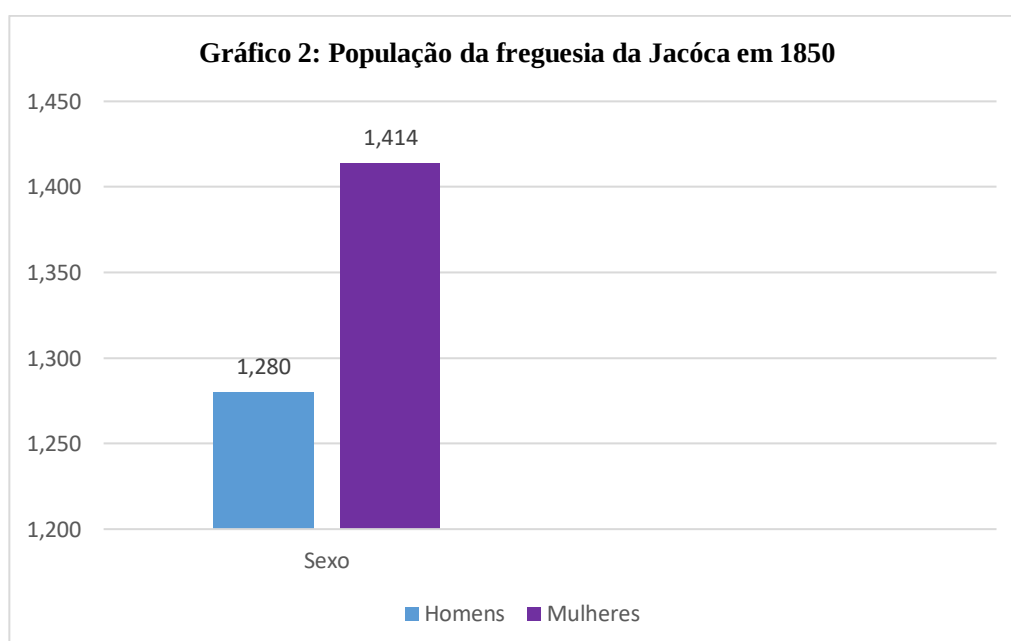
¹¹³ A Povoação ou Freguesia da Jacóca refere-se à atual cidade do Conde, no litoral Sul paraibano. Na época, também chamada de Freguesia do Conde.

¹¹⁴ Período Imperial, Documentos Manuscritos – 7 de Maio de 1856. CX.034 – AHWBD.



Fonte: Produção própria do Autor baseado nos dados populacionais destas localidades na década de 1850.

Apesar de não termos conseguido obter dados mais precisos acerca de números gerais da quantidade de livres pobres em todos os locais, pudemos atestar a disparidade entre homens e mulheres livres e de escravizados, a exemplo da povoação da Jacóca, que possuía 2.396 (87,5%) livres para 298 (12,4%) escravizados¹¹⁵. Em relação ao sexo dos indivíduos, não houve discriminação quanto à condição jurídica.

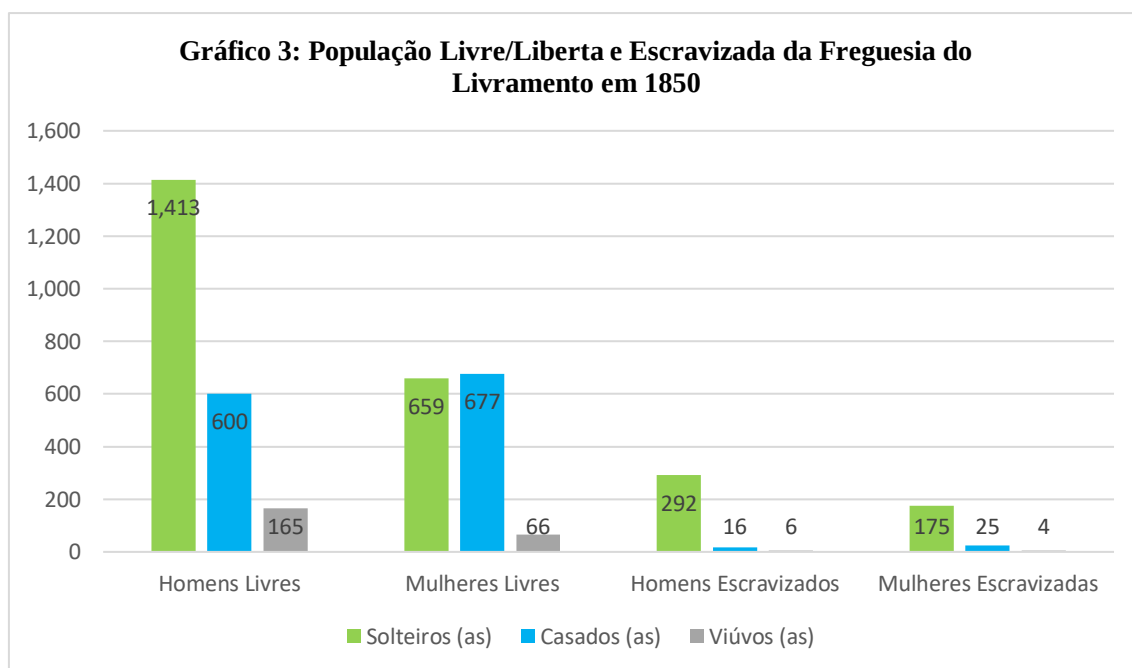


¹¹⁵ “Mappa geral dos habitantes da freguesia do Conde, 28 de Junho de 1850”. – AHWBD.

Fonte: Produção própria do autor, baseado nos dados populacionais coletados em 1850.

Ao apresentar estes dados, o vigário da Jacóca incluiu entre as pessoas solteiras, casadas e viúvas livres, os escravizados homens e mulheres. Logo, não conseguimos obter dados mais precisos para compará-los. Dos 2.694 habitantes daquela localidade, 654 eram casados (as), 165 declaravam-se viúvos (as) e 848, solteiros (as). Os restantes 1.027 não foram levados em consideração por serem muito novos, provavelmente crianças.

Em comparação, a freguesia do Livramento, localizada à margem direita do Rio Paraíba, e portanto, vizinha de Cidade da Parahyba e povoações, tinha uma população livre mais numerosa. Já vimos que este local era passagem obrigatória para quem adentrasse a capital, e por se tratar-se de uma localidade em contato direto com o rio e com o mar, seus habitantes estavam ligados tanto à agricultura e comércio, como pescadores e catadores de crustáceos. Levando-se em conta os dados obtidos acerca da Cidade da Parahyba e da povoação da Jacóca, no caso da população livre, aqui podemos distinguir, da mesma maneira mais precisa, diferenciações quanto à condição jurídica e de sexo.



Fonte: Produção própria do autor, baseando-se nos dados coletados da população do Livramento em 1850.

Portanto, se levarmos em consideração estes dados apresentados, existiam 3.580 (85,5%) pessoas de condição jurídica livre para 518 (14,4%) de pessoas escravizadas¹¹⁶. No que diz respeito especificamente à população livre, percebe-se que a maioria dos homens eram solteiros, em comparação aos casados. A mesma situação não ocorre em relação às mulheres livres, cujo número de casadas é maior. Curioso registrar que, dentro desta freguesia, a quantidade de mulheres que se declaravam casadas é relativamente maior que a dos homens. Comparando-se com os dados da freguesia da Jacóca, vemos que ao contrário desta, a maioria das pessoas livres da freguesia do Livramento eram homens, 2.178, para 1.402 mulheres.

O leitor e a leitora irão perceber que os dados numéricos aproximados da população Livre não distinguem os indivíduos por cor/origem étnica. Mais à frente, um perfil mais específico em relação à cor e à etnia será demonstrado. Em todas estas localidades litorâneas¹¹⁷, a população livre pobre constituiu sua religiosidade, estabelecendo seus locais de culto, e conseqüentemente, celebrações e casamentos. A presença majoritária da religião católica é atestada pela grande presença de capelas. Dentre as 22 igrejas e capelas existentes nesta parte do litoral da província na década de 1850, sete delas estavam localizadas nas áreas próximas às praias, como apresentado na tabela que abaixo, segue:

Denominação	Lugar	Propriedade	Ordens 3 ^{as} e Confrarias	Observações	
N.S. da Penha	Povoação da Penha	Dos devotos da Senhora			
S.S ^{mo} . Coração de Jesus	Povoação de Tambaú	Dos devotos		Acha-se em ruínas	
N.S. da Conceição	Praia do Bessa	De Ant ^o . da Costa Rego Moura			
N.S. do Monte-Serrat	Ponta de Campina	Herd ^{os} . do P ^e . Luiz Ant ^o . Nogr ^a .			
S.S ^{mo} . Coração de Jesus	Pov ^{am} . do Cabedello	Da Irmand. do S.S ^{mo} . Cor ^{am} . de Jezus	Irmandades do S.S ^{mo} . Cor ^{am} . de Jezus = N.S. do Rozário		
Santo Antônio	Pov ^{am} . de Tambaú	Dos religiosos Franciscanos			
S ^{ta} . Catharina	Na Fortaleza do Cabed ^{lo} .	Do governo			

¹¹⁶ “Mappa da População da mesma Freguesia com declaração de suas idades, sexo, condição e estado”. Freguesia do Livramento, 2 de Agosto de 1850. – AHWBD.

¹¹⁷ Especificando aqui as povoações mais próximas às praias: Cabedello, Jacóca, Alhandra, Penha.

Tabela 1: “Mappa das Igrejas, Capellas, Ordens Terceiras e Confrarias existentes na Freguesia de N. S. das Neves da Cidade da Parahyba do Norte” – 1854¹¹⁸.

Dentre as capelas citadas aqui, três delas, localizadas respectivamente na Penha, em Tambaú e no Cabedello, eram administradas pelos próprios devotos, sem interferência das grandes ordens monásticas ou do estado. A capela de S.S^{mo}. Coração de Jesus do Cabedello, tinha sua própria irmandade, sendo igualmente administrada pela irmandade do Rosário. A Igreja de N.S. do Rosário, também conhecida como N.S. do Rosário dos Pretos, localizava-se em Cidade da Parahyba, no bairro alto¹¹⁹. Tratando-se de espaços de sociabilidade da população negra livre pobre, as capelas e igrejas destas irmandades tinham diversas funções. Os irmãos da irmandade auxiliavam-se mutuamente, mantendo uma estrutura administrativa organizada¹²⁰. De acordo com os dados levantados por Alves (2006) sobre esta Irmandade do Rosário dos Pretos de Cidade da Parahyba em 1867, dela poderiam participar livres ou libertos, que pagassem 500 réis e os escravizados que pagassem 320 réis, sendo que nenhum escravizado seria admitido na Irmandade sem que mostrasse declaração que provasse a entrada por vontade do seu senhor (ALVES, 2006, p. 51).

Em 1859, Trajano José Machado, provedor da Irmandade o S. S^{mo}. Senhor Bom Jesus dos Martyrios¹²¹ apelou ao então presidente da província, o engenheiro Henrique de Beaurepaire Rohan, para que o governo provincial ajudasse a irmandade com o lançamentos de loterias. O montante arrecadado seria usado para reparos da igreja, sede da dita irmandade:

A irmandade do Senhor Bom Jesus dos Martyrios d'esta Cidade, representada por seu actual Provedor **Trajano José Machado, pobre como é notório, pois que não possui património algum, além das esmolas dos verdadeiros Christãos**, e porisso acurvada com a impossibilidade d'ocorrer á urgente precisão de reparar as ruínas do tecto da sua capélla, que ameaça hum desabamento completo, pelo estado ruinoso em que se ácha, além de muitas outras precisoens que sente para se afformosear a dita Capélla, e leva-la ao perfeito estado de podêr celebrarse o Culto Divino, vem submissa perante ésta Ilustrissima, e Cathólica Assemblêa implorar para aquelle fim a concessão de

¹¹⁸ Período Imperial, Documentos Manuscritos. CX.032 – AHWBD.

¹¹⁹ Esta igreja foi, lamentavelmente, demolida no início do século XX, para abertura da praça Vidal de Negreiros, local hoje conhecido pela população como “ponto de 100 réis”.

¹²⁰ Alves (2006) afirma que na província da Paraíba, além de Cidade da Parahyba (capital da província), outras localidades possuíam suas próprias Irmandades dedicadas a N.S do Rosário: Vilas de Sousa, Alagoa Grande e a povoação da Taquara. Na povoação de Sousa (sertão da Paraíba),

¹²¹ Atualmente, é uma das poucas igrejas de irmandades negras da capital cuja estrutura arquitetônica colonial se preservou. Localiza-se hoje, na Av. João Machado, no bairro das Trincheiras e ainda é muito frequentada pelos fiéis católicos da capital paraibana.

trinta loterias, sendo de hum conto de réis | 1:000\$000 | cada hua, que deverão corrêr n'esta Cidade [...] ¹²².

O fato de Trajano declarar-se “notoriamente pobre, sem patrimônio algum”, dá a entender das origens sociais dos membros da irmandade. Em 18 de Dezembro de 1863, a lei nº 117 aprovada durante a gestão do então presidente de província, Francisco de Araújo Lima, dava como oficial o compromisso desta organização. Dela, só poderiam participar na organização, pessoas pretas e pardas livres, uma vez que professassem a religião oficial do estado ¹²³. Os demais membros da irmandade poderiam incluir ainda, brancos, pardos e negros libertos. No entanto, não poderiam exercer nenhum cargo. Em certas datas, iam às ruas colher esmolas para benefício da irmandade, e em diversas questões, como auxílio a irmãos e irmãs doentes, para aquisição de alimentos para os famintos, compra de alforria de escravizados, reparos da estrutura das capelas, entre outros. Eram responsáveis, da mesma maneira, pela organização das festas da padroeira ¹²⁴, um evento no qual a população negra livre e liberta pobre participava em grandes números. As chamadas ladainhas ocorriam nas ruas durante o dia e a noite, com música e colorido. Levantamos a hipótese de que a mesma manifestação deveria ocorrer nas capelas praianas, mais distantes da cidade, e faziam parte do cotidiano daquela gente. As relações entre as irmandades da cidade e das povoações praianas levam-nos a crer que os irmãos e irmãs destes locais mantinham laços sociais muito estreitos.

¹²² 15 de Setembro de 1859 – AHWBD. (Grifos nossos).

¹²³ Relatórios de Presidente de Província – CX02 – 1861 – 1863 – APMA.

¹²⁴ Em se tratando da socialização de parte da população negra nas proximidades do sagrado, há as informações de Ademar Vidal, em escritos da década de 1930, no qual ele informa que nas apresentações de maracatu na capital ocorriam na frente da igreja de Nossa Senhora do Rosário, a santa de devoção de negros (ROCHA, 2007, p. 94).

Figura 10: Maceió de Tambaú. Aspecto daquela povoação fotografada aqui nas primeiras décadas do século XX.



Fonte: ALMEIDA, José Américo de. *A Paraíba e seus Problemas*. 4ª ed., 1994, p. 465.

As relações entre estas pessoas residentes nas várias regiões da Cidade da Parahyba são demonstradas em eventos como o batizado de crianças. No dia 15 de Agosto de 1855, o pardo livre Silvano batizou-se na Matriz de N.S. das Neves, localizada no bairro alto da capital. Era filho legítimo de Luís Lopes Beltrão e de Cândida Maria Joaquina, cuja residência localizava-se na praia de Tambaú¹²⁵. O caminho percorrido pela população negra livre pobre entre a Cidade da Parahyba e as povoações de Tambaú, Cabedello ou mais ao Sul, para a Penha e a Jacóca se fazia por estrada de terra e trilhas penosas pelas matas e sítios. Em 1855, o relatório do então presidente de província, Francisco Xavier Paes Barreto, dava conta dos reparos da estrada em direção a Tambaú, nas quais estavam sendo empregados índios¹²⁶ vindos da Baía da Traição¹²⁷. No meio do caminho, uma pessoa iria deparar-se inevitavelmente, com pântanos e charcos que existiam ao redor dos rios Mandacaru e Jaguaribe. No século XIX, ainda com bastante

¹²⁵ Consta ainda neste documento, que os padrinho e madrinha eram o Alferes Vicente do Rego Toscano de Brito e Dona Aquilina Achioles de Albuquerque Brito. *Livros de Batismo – Freguesia de N.S. das Neves de 1833 – 1860*, f. 6.020 – AEPB.

¹²⁶ Os povos indígenas são parte importante da população livre e pobre que habitava a província da Paraíba no século XIX, e em vários momentos, aparecem nas fontes. Conviviam junto aos negros, especialmente nas povoações do litoral Norte e Sul da província.

¹²⁷ *Relatórios de Presidente de Província*, CX.01, 1855, p. 21. – APMA.

mata atlântica fechada, e sem grandes deslocamentos ou intervenção humana, a paisagem deveria ser deslumbrante para qualquer indivíduo que por ali passasse. Outro rio que dificultava o acesso às povoações do litoral Sul era o rio Gramame. Para facilitar a passagem de pessoas e de animais, foram construídas pontes nestes locais, construídas em madeira, e que constantemente, apresentavam problemas estruturais, informação revelada no quadro que abaixo segue.

Quadro 3: Demonstração da Industria, Estradas e Pontes da Parahyba do Norte por municípios¹²⁸.

Municípios	Indústria	Pontes, Estradas e seus melhoramentos
Cidade (da Parahyba).	Distingue-se pela cultura das canas de assucar, pelo que é ornado com 51 Engenhos, todo o seu limite, e da plantação de legumes.	Tem diversas estradas e pontes , precisando todas tanto estradas como pontes de melhoramentos e concertos grandes, e necessita a factura de mais uma ponte no Rio Jaguaribe, na passagem do sítio – Macaco – de Victorino Pereira Maia. A ponte do Sanhauá é a principal, a qual acha-se collocada sobre o rio que serve de ancoradouro pela parte do sul.
Alhandra	Distingue-se pela cultura de mandioca, canas e o pescado, por isso é ornado todo o seu limite com 7 Engenhos, curraes de pescar, etc.	Tem uma ponte no rio da Villa, outra no rio Cupissura, outra no rio Camussim, e outra no rio Popoca; os 2 primeiros rios occupão a estrada geral da Villa para differentes lugares, e os ultimos occupão a estrada que segue da Villa para as praias. Os melhoramentos que precizão estas estradas estão a cargo dos proprietários.

A vila de Alhandra,¹²⁹ que está sendo citada acima, não era um lugar de fácil acesso, porém, não impedia a passagem das pessoas. A pé ou com a ajuda de animais de carga, ao adentrarem estas povoações, encontrariam engenhos, engenhocas, casas de farinha, pequenas propriedades com plantio de mandioca, legumes e árvores frutíferas, tal como está relatado abaixo.

Vende-se um sitio denominado Lagoinha na estrada da Jacóca, com **excelente fruteiras como sejam coqueiros, laranjeiras, limeiras, condeceiras, jambeiros, ananaseiros, calezeiros, goabeiras, um açude permanente, casa de telha aviamentos para farinha** etc. etc. quem o pretender dirija-se ao mesmo sitio, ou nesta Typ. (A REGENERAÇÃO, 1861, ed. 30, p. 4). (com grifos nossos).

¹²⁸ Relatórios de Presidente de Província, CX.01, 1855. – APMA.

¹²⁹ Atualmente, município do estado da Paraíba, cujo território abrange as antigas freguesias da Taquara e da Jacóca (Conde).

Portanto, a gente negra livre e pobre ajudava a alimentar a cidade principal (Cidade da Parahyba) com gêneros de primeira necessidade, que eram diariamente levados até o mercado principal ou comercializados na rua pelas quitandeiras e em feiras livres noutros locais da cidade ainda não catalogados. As vilas e povoações litorâneas, com suas produções, tornavam a capital da província relativamente autônoma de gêneros alimentícios, criando uma importante rede de trocas e transporte nesta região do litoral paraibano. Um dos caminhos principais para este contato, era a estrada de Cruz do Peixe, elo de ligação de Cidade da Parahyba com a Povoação de Tambaú, como é mostrado na imagem abaixo, um cartão-postal feito a partir de fotografia datado do começo do século XX, em 1914. Neste período, ainda havia predominância de matas, charcos, sítios e chácaras nos arredores de Parahyba e dá para termos uma noção da exuberância natural destas localidades à época para quem as percorria. Porém, é preciso que se entenda que estes espaços também eram vistos como “obstáculos” ao trânsito da população pobre.

Figura 11: Cruz do Peixe e estrada rumo à povoação de Tambaú¹³⁰.



Fonte: GERODETTI, João Emílio; CORNEJO, Carlos. Lembranças do Brasil: as capitais brasileiras nos cartões postais e álbuns de lembranças. São Paulo: Solaris Edições Culturais, 2004.

¹³⁰ Cartão-postal fotocromado datado de 13 de Julho de 1914.

O leitor e a leitora podem a princípio, estranhar a presença no postal acima, no centro da imagem, de um trilho com um bonde de tração animal. Trata-se de uma iconografia do começo do século XX. Nossa intenção ao utilizar tal imagem objetiva mostrar a estrada que servia de elo de contato com a povoação praiana, existente desde meados de 1850. Usualmente se pensa na cidade, com sua estrutura portuária, como um meio para exportar os frutos da cultura do *plantation*, entre outras palavras, o açúcar e o algodão que eram produzidos no interior da província (regiões do Brejo e do Sertão), sendo assim, seria, em tese, completamente dependente desta produção. O porto da Paraíba não apenas exportava, como importava certos gêneros alimentícios, inclusive da região do brejo da província, como observado anteriormente. As povoações contribuíam assim, para complementar a diversidade deste rico mercado interno. Não apenas as fontes pesquisadas reforçam esta informação, como os trabalhos de outros autores, analisando contextos urbanos semelhantes no Brasil oitocentista, caso de Richard Graham em Salvador na Bahia, atestam a magnitude da participação da gente negra livre e liberta pobre neste processo.

Somando-se aos gêneros alimentícios produzidos na terra, ainda havia a gente negra livre pobre que vivia nos estuários próximos ao oceano. Esta “gente do mar” é constantemente citada nas fontes sobre a população litorânea da Paraíba. Também encontramos denominações como gente “de agricultura e de pesca”, ao referir-se especificamente à população da Taquara. Viviam da pesca de peixes e coleta de crustáceos nas praias, mangues e nos estuários dos rios. Alguns deles, quando não saíam ao mar em jangadas¹³¹, canoas e outras pequenas embarcações, construía currais para captura de peixes nas praias. Toda sorte de pessoas negras livres pobres deveriam obter sua subsistência a partir desta atividade, e se não possuíam seu próprio curral, ofereciam seus serviços para algum dono de terras que os tinham em suas propriedades à beira-mar.

Sobre esta atividade pesqueira específica, o decreto imperial de nº 2.756 de 27 de fevereiro do ano de 1861 coibia a construção destas estruturas em determinados locais destinados à navegação. No relato que abaixo segue, o presidente da província à época estava demonstrando grande preocupação com o fim desta atividade, que poderia, segundo ele, prejudicar a economia da região.

¹³¹ Em determinado momento, criou-se impostos sobre o uso de pequenas embarcações nas áreas de praia da província. Isso atesta a grande mobilização popular em torno desta atividade, da qual a população livre pobre tirava seu sustento.

Ha, porém, uma indústria, a pesca, que, com quanto se conserve sem o desenvolvimento de outros paizes, se mantém com alguma vantagem. Ella se faz nesta provincia bem como na de Pernambuco, e parte do Rio Grande do Norte, pelos curraes das costas, e redes. [...] sendo pôsto em execução, durante a minha administração, este Decreto Imperial, contra elle representaram à S.M. o Imperador os proprietários de curraes residentes na povoação de Lucena e de Gurugi, cujo único meio de subsistencia é a pesca. [...] As minhas informações, portanto, foram em auxilio das justas reclamações d'esses indivíduos (APMA – Relatório de Presidente de Província, 18 de Maio de 1861).

O Barão de Mamanguape saiu em defesa dos proprietários de currais por entender que esta era uma atividade econômica que gerava grandes lucros para eles, além de abastecer o mercado de Parahyba de gêneros tão necessários à sobrevivência das pessoas negras livres pobres. O grande comércio de peixes e crustáceos envolvia muitas pessoas, exigindo pessoal para extrair, armazenar, salgar e realizar o transporte para as áreas de venda e troca.

Em meio a esta complexa relação, poderiam aparecer atravessadores, que compravam parte para revender no próprio mercado da cidade ou em simples tabuleiros pelas ruas as povoações e da capital. Um outro aspecto acerca da importância desta atividade foi a criação de impostos sobre esta atividade. Em 1861, o relatório de presidente de província afirmava que os impostos sobre jangadas de pescaria, redes de três malhas e de 40rs sobre cada pé de coqueiro frutífero, haviam rendido em arrematação cerca de 403\$000 réis aos cofres da província (APMA, 1861, p. 6). O projeto orçamentário da província para o ano de 1862 previa cobrança de impostos para vários produtos, visando arrecadação para o tesouro. Entre os produtos e equipamentos taxados, três deles estavam diretamente ligados à atividades realizadas nas áreas ribeirinhas e de praia.

Art. 17. O governo da província é autorizado a arrecadar no mesmo anno financeiro provincial de 1863 a 1864 para satisfazer a despesa fixada nos arts. Antecedentes as rendas especificadas no SS seguintes, e que constituem a receita da província na importância de Rs. [...] S 5.º Dez por cento sobre os toros e achas de lenha de mangue, e outras madeiras. [...] S 39. 5\$000 rs. Sobre cada jangada de pescaria do alto-mar. S 40. 3\$000 rs. Sobre rede de arrasto e tres malho [...] (APMA – 7 de Julho de 1862).

A população negra livre pobre residente nestes locais, pelo conhecimento que possuía na sua vivência cotidiana no mar, era constantemente requisitada aos serviços da armada imperial.

A distribuição feita ao mesmo tempo dá lugar à que vá mais d'accordo com as conveniências do serviço publico. Por exemplo a freguesia – A – que é marítima, e tem de dar 4 recrutas para marinha e exercito, melhor será que sejam todos elles para a marinha, do que metade para a marinha, e outra metade

para o exercito. V. Exc. Não desconhece a vantagem de serem tirados os recrutas de marinha da **população do littoral, pelos hábitos e costumes da navegação**, e serviços de bordo (APMA – 18 de Maio de 1861, p. 9). (Grifos nossos)

“Hábitos e costumes da navegação” arremete diretamente a uma série de grupos de trabalhadores negros livres e libertos pobres que viviam nas áreas de praia dedicando-se a tirar seu sustento do mar, como Pescadores, Catadores de crustáceos, Barqueiros, Agregados e “Lavouras” que trabalhavam em fazendas de coqueirais, entre outros. Este trecho, do relatório apresentado em 1861 pelo Barão de Mamanguape, demonstra a importância que esta gente negra livre pobre tinha para o império. Os corpos policiais, do exército, da armada e da guarda nacional de baixa patente eram formados, em sua imensa maioria, por pessoas pobres. Este alistamento era em muitas ocasiões, forçado, levando pessoas a fugirem do serviço militar, considerado penoso e humilhante. Diante desta complexidade social que era o litoral da província no oitocentos, tentamos, até onde as fontes puderam nos apoiar, traçar um ou mais perfis de indivíduos livres pobres que viviam nestas regiões.

3.2 PERFIS DA GENTE NEGRA LIVRE E FORRA EM PARAHYBA: Cores, Sexo e Condições jurídicas

Argumentando a partir das condições de vida específicas da população negra livre e pobre na Cidade da Parahyba para além do seu cotidiano, no que diz respeito a suas condições de moradia e de situação econômica e ocupacional, existem a questão da cor, do sexo e a questão jurídica. Por tratar-se de uma população negra livre e forra (liberta) pobre, estas pessoas viviam quase sempre sob o estigma da cor, e mais: os negros livres e os libertos estavam à mercê do risco da “reescravização”. Sendo uma parcela da sociedade que estava em constante contato com os escravizados e por se encontrarem no mesmo universo de condições, não era difícil que se confundissem facilmente com eles, sobretudo nas cidades, onde as possibilidades de esconderijo, ganho e acobertamento eram grandes¹³².

¹³² Clarissa Nunes Maia (2006) ao tratar acerca da população negra na cidade do Recife no século XIX, fala acerca da repressão policial e da legislação provincial que visava coibir os ajuntamentos de negros. Lima (2013) e Rocha (2007) trazem diversos casos de “reescravização” de pessoas negras livres e forras pobres na província da Paraíba.

A população livre, portanto, sofria igualmente, grandes restrições, vivendo sob constante vigilância. Durante o século XIX, diversos mecanismos foram construídos com o objetivo de tentar manter essa parcela da sociedade sob controle. Vimos anteriormente que se tratava de um grupo social atuante, tendo participado ativamente de várias revoltas populares. Então, o que significava, em Parahyba, ser um “livre” ou um “liberto” (forro)? Se levarmos em conta a questão da cor/etnia destas pessoas, este quadro se multiplica de forma bastante significativa. O que era ser um pardo ou negro livre ou um pardo/crioulo/cabra¹³³ liberto? Ao analisarmos a documentação do período em questão relativa à capital da província, temos ainda outras categorias nas quais as pessoas pobres se enquadravam em relação à cor de pele, as quais apresentaremos mais adiante. No Brasil Império, a heterogeneidade da cor da pele dos indivíduos era utilizada de maneira depreciativa. No espectro político das primeiras décadas do século XIX, as designações utilizadas pelos *conservadores* contra os *liberais exaltados*, por exemplo, eram prova disso. Lima afirma que

As cores dos cidadãos mantinham-se, porém, como **estigma e marca de inferioridade** quando usadas contra os exaltados em panfletos de retórica ultraconservadora. Principalmente, contudo, as velhas designações **dos homens livres de cor (pardo, caboclo, cabrito, cabra, bode, mulato, entre tantas outras)** passavam a circunscrever um cidadão de cor que lutava pelos mesmos direitos constitucionais que os cidadãos brasileiros brancos, combatendo o tráfico negreiro e buscando desracializar a existência legal da escravidão no país, que deveria se manter apenas em nome do direito de propriedade (LIMA, 2013, p. 14). (Grifos nossos).

Tendo em vista as várias cores citadas acima, e inseridos neste universo “multiétnico” de indivíduos, as autoridades provinciais tinham uma grande dificuldade em identificar os escravizados que se passavam por forros ou por livres. Discussões profundas acerca da ação dos escravizados não são objeto de análise desta dissertação. Contudo, no que tange às pessoas negras livres pobres, estas tiveram, muitas vezes, de buscar meios para evitar serem escravizadas, ou no caso de serem forras, de retornarem ao cativeiro. As diversas categorizações da população negra na Parahyba do Norte, foram

¹³³ Sobre a terminologia *Cabra*, afirma Reis: Na troca de insultos, freqüentemente se lançava mão da linguagem racial como dispositivo de combate. Para os portugueses, todos os baianos eram cabras 'indignos da Costa da África', conforme queixava-se o ofendido branco baiano Bento de França, filho do deputado às cortes, senhor de engenho e marechal de campo Luís Paulino. 'Cabra' significava, no vocabulário racial da época, alguém de pele mais escura que um mulato e mais clara que um negro. Brancos reais, brancos sem dúvida, só eles portugueses. Talvez por isso os manifestantes baianos os chamassem de 'caiados', gente exageradamente branca como a cal. Ser branco demais virava assim um estigma no discurso patriótico popular, e 'caiado' seria, mesmo após a Independência, o insulto racial predileto de negros contra brancos (REIS, 1989 p. 85 apud LIMA, 2013, p. 62).

elucidadas por Barros (2018). A autora atesta que a semântica racial do período era muito mais elaborada. Diz ela que

Apesar das diferenças entre ser *preto*, *pardo*, *mulato*, ou *africano*, e das consequências em ser *mais escuro* ou *mais claro*, por exemplo, esses indivíduos se aproximavam e viviam situações que os distanciavam dos considerados *brancos*. A experiência da escravidão (direta ou vivida pelos antepassados) era o principal elemento a aproximar *negros*. (BARROS, 2018, p. 486).

Segundo Barros, a diferença entre nascer livre e nascer liberto, não dizia respeito apenas ao reconhecimento social, mas também às normas que infligiam interdições aos últimos (BARROS, 2018, p. 487). Cita como exemplo a constituição de 1824, que determinava que apenas os libertos nascidos no Brasil seriam considerados cidadãos¹³⁴ do império. A lei de 7 de Novembro de 1831¹³⁵, declarava como livres todos os escravizados vindos de fora do império. Estes ficaram conhecidos aqui como “africanos livres”, criando mais uma qualidade. As terminologias *Negro* ou *Preto/Crioulo* como usualmente visto na documentação, poderiam estar associadas diretamente à condição de escravizado, mas esta não era uma via de regra.

O passaporte de nº 5, emitido pela polícia da província da Paraíba no dia 6 de Julho de 1850, dava permissão ao marítimo, José de Santana da Cruz, *Crioulo Liberto*, para embarcar para a província da Bahia, fazendo escala por Pernambuco¹³⁶. No entanto, ao analisar as características físicas descritas de José, percebemos que a sua cor fora descrita como *preta*. Neste caso, a terminologia *crioulo* dizia respeito à sua origem étnica, e não à cor da pele especificamente.

José declarava ter 23 anos, em 1850, o que significa que supostamente, havia nascido em 1827. Era alto, rosto regular, cabelos carrapinhos, olhos pardos e bem barbado. A condição de *liberto* indicava que era filho de escravizados. Libertado por influência de seus pais ou parentes? Benevolência de seu senhorio? Não sabemos ao certo. Mas José de Santana, assim como muitos outros, era, provavelmente, mais um dentre os vários negros livres e libertos que transitavam entre a província da Paraíba e as demais partes do Império. Naquele mesmo dia, através da aquisição de um outro passaporte, o de

¹³⁴ Não temos pretensão de realizar uma profunda discussão neste trabalho acerca da questão do “ser cidadão” ou do conceito de *Cidadão* e *Cidadania*. No entanto, é preciso que se diga que este conceito variou muito de acordo com a época e o lugar.

¹³⁵ Coleção de Leis do Império do Brasil - 1831, Página 182 Vol. 1 pt I.

¹³⁶ Lista de Passaportes da Delegacia de Polícia da Parahyba do Norte – 1850 – 1857. - Série – Justiça e Segurança; Datas limite: 1800 - 1895 – Quantidade: 261. – APMA.

nº 4, outro homem embarcou junto a José rumo à província da Bahia, talvez no mesmo navio. Seu nome era Bernardino José Barbosa, 29 anos, profissão de marítimo. Suas características físicas se diferenciavam das de José, pois ele era mais baixo. No entanto, o passaporte o distinguia por *brasileiro*, ou seja, era considerado pela legislação do império, um indivíduo nascido livre, ao contrário de José, que havia nascido escravizado. O que chama atenção é que Bernardino teve a cor denominada como *Trigueira*¹³⁷, uma denominação não muito comum nos passaportes ou nos jornais que analisamos. Mas seriam José e Bernardino nascidos e criados nas áreas costeiras e portanto conhecedores dos “hábitos e costumes da navegação” como vimos anteriormente? O fato de estarem rumando de navio para as províncias do Sul abre um leque de possibilidades. Poderiam ter sido alistados para o serviço obrigatório da armada imperial, ou seriam marujos contratados de uma companhia de navegação mercantil, que operava entre Salvador e Cidade da Parahyba. Esta “gente do mar” era apenas uma categoria dentre as várias existentes nesta região da província.

A análise dos passaportes relativos ao ano de 1850 permitiu observar um padrão na descrição destes indivíduos livres e negros pobres. Dez dias depois, outros dois indivíduos foram descritos da mesma maneira que José. No dia 16 de Julho, um homem e uma mulher solicitaram passaporte na delegacia de polícia. O primeiro, tratava-se do pedreiro Joaquim José Fernandes Costa de 20 anos. A segunda chamava-se Theodora Maria de Jesus, costureira, de 25 anos. Em comum, apresentavam-se como *Crioulos Libertos*, e suas cores também foram descritas como sendo *Preta*. Ambos solicitavam 30 dias de livre trânsito para a cidade do Recife¹³⁸. Theodora fora descrita como tendo o rosto “descamado”, o que talvez dê pistas do estado árduo da natureza do seu trabalho, tendo que andar bastante por vários lugares em busca de trabalho. Ou pior, seria fruto de castigo anterior imposto pelo seu senhorio nos dias de cativo. Ambas as hipóteses neste caso, são válidas, já que ela era uma ex-escravizada. Nestes três casos, a condição de *Crioulo Liberto* estava associada à cor *Preta*. E em outros documentos analisados, percebe-se um padrão em relação a esta descrição. *Crioulo* ou *crioula* designavam o nascimento no Brasil, diferente dos que eram indicados por sua origem africana (BARROS, 2018, p. 489).

¹³⁷ *Trigueira* é uma categoria de cor que aparece, segundo Lima (2003, p. 59), em um trecho do jornal *O Sentinela da Liberdade* (ed. 8, 20 de Dezembro de 1832). Talvez fosse usado para definir uma das diversas categorias de *Pardo*, fruto da miscigenação entre negros (ou indígenas) e brancos.

¹³⁸ Lista de Passaportes da Delegacia de Polícia da Parahyba do Norte – 1850 – 1857. Série – Justiça e Segurança; Datas limite: 1800 - 1895 – Quantidade: 261. – APMA.

Encontramos mais uma dentre tantas mulheres negras na província da Paraíba, natural da capital da província do Maranhão. Seu nome era Margarida Roza Mello. Margarida declarava ter 34 anos no dia 17 de Outubro de 1854. Tinha altura regular, rosto comprido e cabelos carrapinhos. Nariz grosso e boca regular. Sua cor fora descrita como *Preta*. No entanto, juridicamente fora descrita como sendo uma *Preta Forra*¹³⁹, uma nomenclatura não muito comum nesta fonte. Ter apresentado passaporte com selo daquela província demonstra que a Paraíba era o destino final de Margarida. Infelizmente, não obtive informações sobre o ofício dela, pois daria uma ideia dos possíveis objetivos de sua viagem. O fato de ter apenas 30 dias de estadia levaram-nos a crer que ela possivelmente vinha, ou a serviço de alguém para o qual ela trabalhava. Ou, na melhor das hipóteses, poderia ter vindo até aqui para encontrar parentes ou conhecidos, livres, talvez libertos ou escravizados cujos vínculos sociais deveriam ser próximos.

Mais adiante, encontramos outras categorias de cores e condições e assim, podemos constatar a existência de uma variabilidade delas entre a gente livre e liberta pobre. Levando-se em conta os passaportes emitidos entre os anos de 1850 a 1854, dos descritos como sendo brasileiros (nascidos livres), a maioria são de *brancos*, *morenos* e *pardos*. Nesta análise, desconsidere os portugueses, ingleses e outros estrangeiros que moravam na província. Mas em relação aos nascidos livres, existiam outras denominações como cor de *aluar* (luar) possivelmente usado para descrever os homens e mulheres com peles de tonalidades mais claras. Já outros, como o almocreve¹⁴⁰ Miguel José de Barros de 30 anos, brasileiro (livre), eram descritos como tendo *cor de índio*. Em 29 de Agosto de 1850, ele pedia permissão para dirigir-se à povoação de Natuba, no interior da província da Paraíba. Mas o que seria exatamente *cor de índio*?

A primeira impressão de que temos, era de que essa nomenclatura era usada para certas categorias de *pardos* ou de *morenos*. Mas uma grande possibilidade, assim como a dos *crioulos*, era a de que este nome estivesse associado à sua origem étnica, e não exatamente à cor da pele em si. Ou seja, possivelmente, Miguel era de origem indígena. E levando-se em consideração que a época, na Paraíba, existiam ainda muitos aldeamentos, é possível que ele fosse originário de um deles. Em 1817, Tollenare afirmava que a então aldeia de Alhandra era formada por índios, e que eram admitidos

¹³⁹ Lista de Passaportes - Delegacia de Polícia da Parahyba do Norte – 1854 - CX 032 – Período Imperial – Documentos Manuscritos. – AHWBD.

¹⁴⁰ Indivíduo que, por ofício, conduz animais de carga.

entre eles, alguns mestiços e mamelucos¹⁴¹. A presença indígena no litoral da província naquela época era predominante, especialmente na Taquara e na Jacóca.

Os Assentos de Batismo das paróquias litorâneas da Freguesia de N.S das Neves entre 1848 a 1854, permitem-nos ver outras diversas categorias com as quais podemos classificar os indivíduos livres pobres. De antemão, constatamos que a imensa maioria dos batismos de crianças livres ou forras ocorridos fora da Matriz de N.S. das Neves (Cidade da Parahyba), eram realizados na capela do Santíssimo Coração de Jesus, da povoação do Cabedello. Esta análise das cores e condições jurídicas concentrou-se principalmente nas capelas localizadas nas praias e, em alguns casos, em oratórios particulares localizados em Engenhos e demais propriedades próximas. Na documentação analisada, em vários casos, as cores e a condição jurídica, infelizmente, não constam, mas em relação ao último caso, quando assim aparece, podemos supor que a criança havia nascido livre, já que ao ser liberta ou escravizada, a informação estava explícita no documento. Outra evidência importante ocorre quando a condição jurídica dos pais da criança não constam no documento, levando-nos a crer que eles também eram livres.

Tabela 2: Registro de Assento de Batismo de crianças livres e libertas (forras) das Capelas e Oratórios da freguesia de N.S. das Neves – 1848 – 1854¹⁴².

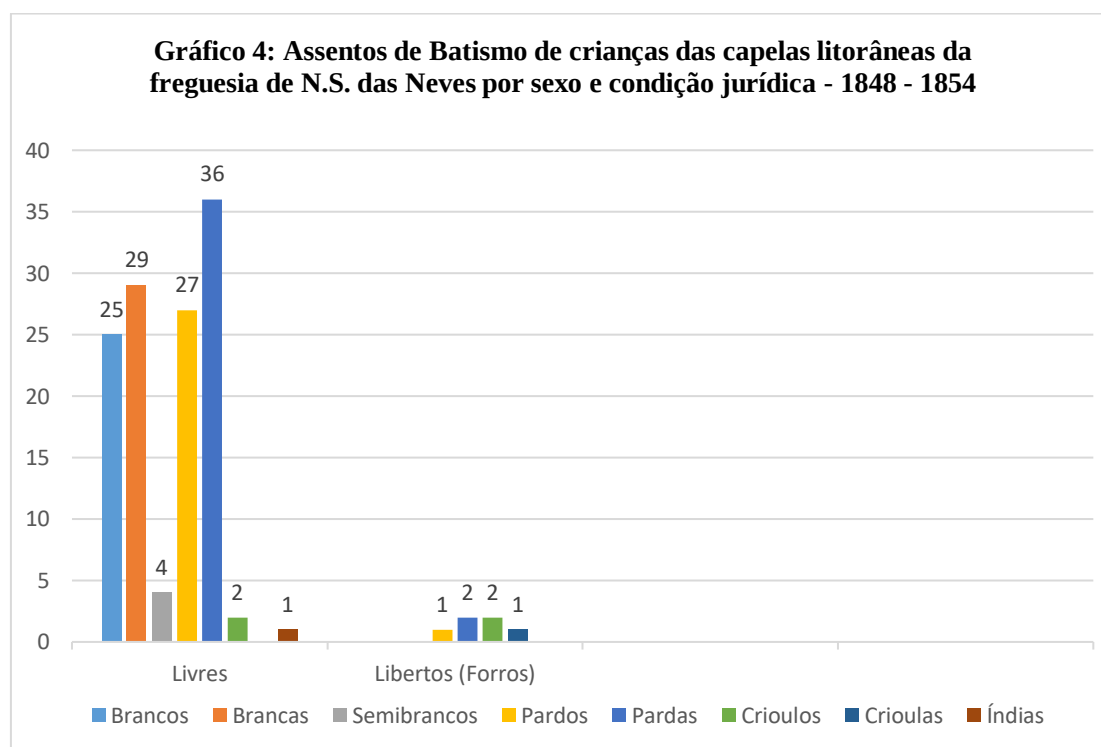
Capelas e Oratórios	Branco (as)	Semibranco (as)	Pardo (as)	Crioulo (as)	Cabras	Índios (as)	N/C
Capela do Santíssimo Coração de Jesus (Povoação do Cabedello)	40	2	25	2	1	-	21
Capela do Santíssimo Coração de Jesus (Povoação de Tambaú)	-	-	1	-	-	-	-
Capela de N.S. da Penha do Cabo Branco	8	-	12	-	-	1	1
Capela de S. Antônio (Povoação de Tambaú).	-	-	6	-	-	-	-
Capela de N.S. da Conceição da Praia do Bessa	1	-	6	-	-	-	-
Capela de Sta. Catharina da Fortaleza do Cabedello.	3	1	-	-	-	-	-
Capela da Batalha	-	-	1	-	-	-	-

¹⁴¹ 1906, p. 149 – RIHAGP.

¹⁴² Livros de Batismo da Freguesia de N.S. das Neves de 1833 – 1860, f. 3297 – 5724 – AEPB.

Capela de N.S. da Graça (Engenho da Graça).	-	-	2	-	-	-	-
Igreja (Matriz) de N.S. da Conceição (Povoação da Jacóca).	-	1	3	1	-	-	-
Oratório Particular de Herculano Elias de Figueiredo (Ponta de Mato, Povoação do Cabedello).	-	-	-	2	-	-	-

A tabela apresentada acima mostra os números totais dos batismos de crianças nestas localidades apontadas, levando-se em consideração as cores registradas pelos párocos das capelas. Se dividirmos por sexo e por condição jurídica, conseguimos ampliar significativamente esta análise dos perfis da população da freguesia.



Fonte: Produção própria do autor, baseando-se em dados coletados dos Assentos de Batismo da Freguesia de N.S. das Neves entre 1848 – 1854.

Percebe-se a predominância dos pardos e pardas nascidas livres em sua totalidade sobre os brancos batizados nestas capelas. Somando-se às demais categorias como semibrancos, pardos, crioulos e índios¹⁴³, esta somatória tende a crescer. De acordo com

¹⁴³ No censo geral do Império de 1872, os indígenas foram classificados com a nomenclatura *Caboclos*. No entanto, é possível que muitos deles possam ter sido classificados como *Pardos*. Pesquisas mais aprofundadas neste sentido podem revelar quais eram as condicionantes para a classificação dos indígenas como *Pardos* ou *Caboclos*. Antes do censo de 72, como já observamos, as nomenclaturas e demais

Barros, o termo mais frequente que denunciava a origem negra ou indígena e, ao mesmo tempo, indicava miscigenação ou contato com a cultura branca era *pardo/parda*. (BARROS, 2018, p. 492). Mais ainda, se levarmos em consideração os indivíduos cujas cores ou condição jurídica infelizmente, não constavam (um total de 22, na análise das capelas acima citadas). A predominância das mulheres sobre os homens é mínima, 67 para 61, independente da condição jurídica. A partir dos assentos de batismo, pudemos verificar alguns dos laços de parentesco destas famílias de livres/libertos pobres. No dia 28 de Outubro de 1849, batizou-se na capela de S. Antônio da povoação de Tambaú, João, *pardo liberto*, filho legítimo de José Antônio Pereira e de Luisa Maria da Anunciação, ambos também pardos libertos, e residentes na povoação daquela praia¹⁴⁴.

Além dos próprios pais libertos, João teve como padrinho Francisco Fernandes Lima, casado com Dona Luísa Calistina da Rocha Lima. O título de “dona” da esposa leva a crer que os dois poderiam ser proprietários de terras em Tambaú, e talvez, podem ter sido os antigos donos desta família, ou como usualmente ocorria, a família deveria viver próxima ou agregada à propriedade dos padrinhos, tendo com eles relações mais próximas. Outro caso especial envolvendo pais libertos, ocorreu em 28 de março de 1852. Neste dia, na capela de N.S. da Graça, no engenho do mesmo nome, localizado nos arredores da Cidade da Parahyba, no caminho para o Sul, batizou-se Luís, *pardo livre*, filho natural de Caetana Maria, uma *crioula liberta*. O padrinho da criança era filho do proprietário do engenho da Graça, Joaquim Luís Pereira Lima, e a madrinha do menino, sua esposa, Anna Leocádia de Lima¹⁴⁵.

Podemos supor que a mãe de Luís, sendo *crioula liberta*, poderia ter sido uma ex.escravizada deste mesmo engenho, ou mais, que fosse uma agregada dele, e lá, desenvolvesse íntimas relações sociais com outros negros libertos e escravizados da dita propriedade. Sabemos que o dono do Engenho da Graça, em meados de 1850, possuía uma razoável escravaria, sendo negociante de regiões rurais e na própria Cidade da Parahyba¹⁴⁶. A partir destes dados que apresentamos anteriormente, podemos perceber

classificações de cores/etnias eram bem diversificadas. Pode-se supor também que *Pardos ou Caboclos* pudessem designar indivíduos que eram fruto da miscigenação entre brancos e negros, como de brancos e indígenas, ou na melhor das hipóteses, entre indígenas e negros.

¹⁴⁴ Livros de Batismo da Freguesia de N.S. das Neves de 1833 – 1860, f. 3724 – AEPB.

¹⁴⁵ Livros de Batismo da Freguesia de N.S. das Neves de 1833 – 1860, f. 4595 – AEPB.

¹⁴⁶ Para mais detalhes sobre os escravizados e as relações de parentesco e espirituais no engenho da Graça e na freguesia do Livramento (Santa Rita) entre 1833 a 1870, Rocha (2007) apresenta dados complexos obtidos a partir dos assentos de Batismo. José Luís Pereira Lima, como muitos outros ricos donos de engenho da várzea do Rio Paraíba, procurou incrementar a ausência de escravizados tentando realizar

que a população negra livre e pobre era bem diversificada quanto à cor/etnia e situação jurídica, e tecia grandes redes de sociabilidades em toda a freguesia. A maior mobilidade dos livres e dos libertos, mesmo na condição de agregados das propriedades, proporcionava algumas vantagens das quais os homens e as mulheres usufruíam. As práticas cotidianas da população negra livre pobre eram, com efeito, bastante complexas.

3.3 SOCIABILIDADES E COTIDIANO: ofícios, lazer, consumo e tensões sociais

Em 22 de Julho de 1850, Jerônimo Emiliano, crioulo liberto, solicitou passaporte na delegacia de polícia da Cidade da Parahyba do Norte para ir a Recife, na vizinha província de Pernambuco. O documento de nº 16 lhe foi concedido por um período de 30 dias. Por este período, teria permissão das autoridades para circular pelas vilas, povoações e cidades que encontrasse pelo caminho até o destino final. Neste mesmo ano, dezenas de outras pessoas negras livres e libertas pobres estavam deslocando-se constantemente pela cidade, povoações e além, com vários fins. Naqueles dias, o mesmo documento foi requisitado por outras pessoas, como Manoel José de Paiva, moreno, 32 anos, que assim como José Pereira do Rosário¹⁴⁷, tinha ofício de sapateiro. Outra solicitante foi a crioula liberta Dionísia de 32 anos, ofício de costureira e por José Antônio da Silva, também crioulo liberto, com a avançada idade de 70 anos, e que ainda trabalhava com plantação¹⁴⁸.

O deslocamento constante das pessoas livres pobres na Cidade da Parahyba estava intimamente ligado com seu ofício e por diversas outras razões. Muitas de suas experiências deveriam ser tortuosas, especialmente para os que eram trabalhadores de plantação, lavoura, almocreve, e pescaria, pois trabalhavam sob o calor intenso do clima da zona da mata paraibana ou nos perigosos deslocamentos por estradas, rios, áreas alagadas e florestas. Havia também, os trabalhadores e as trabalhadoras ligados a atividades de natureza mais artesanal, caso de Dionísia, que trabalhava com costura e de Manoel Paiva, sapateiro. Existia uma grande variedade de outros ofícios¹⁴⁹ que poderiam

reprodução endógena, uma estratégia comum após a diminuição do tráfico atlântico em meados do século XIX.

¹⁴⁷ José Pereira do Rosário era artesão sapateiro e fornecia calçados para o Corpo de Polícia da cidade (P. 40).

¹⁴⁸ Lista de Passaportes da Delegacia de Polícia da Parahyba do Norte – 1850 – 1857. Série – Justiça e Segurança; Datas limite: 1800 - 1895 – Quantidade: 261. – APMA

¹⁴⁹ Trabalhadores do Matadouro Público, Mercado, e Açougues.

ser exercidos pelos livres e libertos. Os jornais da Cidade da Parahyba exibiam corriqueiramente anúncios, onde procura-se serviços de determinados profissionais. Dentre alguns dos que conseguimos encontrar, estavam os ofícios de *feitor*¹⁵⁰, *caixeiro*, de *pintor*, de *carpina* (carpinteiro), de *calafate*¹⁵¹, entre outros. Os proprietários de terras, especialmente dos engenhos, também se utilizavam dos jornais para contratar trabalhadores livres e libertos, tal como no relato que segue.

No Engenho Torrinha precisa-se de trabalhadores para serem empregados em plantações, e mais trafico do Engenho, e paga-se 480 por dia ao bom jornaleiro, a quem convier entenda-se com o Tenente Coronel Antônio José Rodrigues Chaves, morador no mesmo Engenho. (A ORDEM, 1850, ed. 3, p. 4).

Portanto, a contratação de trabalho livre para engenhos não era nenhuma novidade em meados do século XIX, mas a tendência, a partir de 1850, foi o aumento da presença dos trabalhadores livres e forros em relação aos de escravizados nestas propriedades. Nos passaportes, verificam-se diversos outros ofícios exercidos por trabalhadores livres e libertos com profissão de *plantação*, de *lavoura*, *lavradores*, a maioria indo em direção a propriedades rurais.

No caso dos que trabalhavam no cultivo e venda de alimentos, vendiam suas produções no mercado, que era localizado no bairro alto da cidade, como já vimos anteriormente, ou em diversas travessas, becos e vielas pela cidade nas quitandas. A matéria-prima de artesãos e artesãs (lã/algodão e couros) vinham em parte do interior da província, das vilas e povoações próximas ou do sertão. É possível que fossem adquiridas no Varadouro, local onde o pequeno e o grande comércio fervilhavam. Ali, os produtos chegavam por terra ou pelo rio, e assim, Dionísia e Manoel poderiam estabelecer redes de sociabilidade com outros trabalhadores livres pobres, tais como marchantes, almocreves, tropeiros, caixeiros e demais pessoas ligadas ao transporte de mercadorias. Vale ressaltar que existiam diversos atravessadores que negociavam esta produção que vinha do interior da província por fora, e eram o pesadelo dos grandes produtores. As constantes interferências das autoridades imperiais sobre as vivências da classe trabalhadora nesse período podem ser em parte, explicadas pela atuação das Câmaras Municipais.

¹⁵⁰ Em 1850, Manoel Florentino Carneiro da Cunha anunciava no jornal *A Ordem* que precisava de um feitor para seu Engenho Abiaí.

¹⁵¹ Profissional que trabalha na construção de embarcações. Em 1861, procuravam-se rapazes de 10 a 14 anos para serem admitidos como aprendizes destes ofícios. *A Regeneração*, 1861, ed. 44, p. 4.

Elas estavam presentes em praticamente todo o território do Império do Brasil, e zelavam pela manutenção da ordem nas cidades, vilas e povoações próximas a elas. A lei de 1º de Outubro de 1828 dava nova forma às câmaras municipais, marcando suas atribuições, o processo eleitoral e os juízes de paz. Cabia às câmaras, a criação das *posturas*, uma série de leis de caráter local que visavam acima de tudo, manter sob controle a população do lugar e estabelecer outros parâmetros organizacionais que objetivavam interferir na estrutura da cidade, na regulamentação do seu comércio, segurança, estabelecer a arrecadação de impostos, as maneiras de como as instituições locais deveriam funcionar, estabelecer limites, entre outras atribuições. Importante frisar que as câmaras municipais não possuíam completa autonomia para ditar suas próprias leis, pois poderiam sofrer interferência direta dos projetos de leis e decretos da Assembleia Provincial, Geral ou do Poder Moderador se assim fosse necessário.

Um dos elementos sociais que mais sofriam intervenção da câmara municipal de Cidade da Parahyba, por exemplo, eram os marchantes, condutores de gado que viviam deslocando-se constantemente do interior para o litoral da província. Segundo Graham (2015), eram encarregados de conduzir o gado das feiras ou fazendas no interior da província, até o matadouro público na cidade. Por fim, a carne do matadouro chegava até os consumidores finais no açougue. Em Cidade da Parahyba, vendiam os gados para serem abatidos no matadouro público. As reclamações em torno destes trabalhadores eram várias. Eram acusados de vender carne de péssima qualidade, revendendo a carne boa antes de alcançar a capital, como segue no relato a seguir:

[...] os marchantes. Estes meleantes esfolão nossas algibeiras, como esfolão aos pobres bois, e sem consciência encommoção nosso palador com carne magra, cançada, simipodre e empestada...Quem for ao açougue, a esse lugar onde se destribue veneno a humanidade, envolvo em pessima e negra carne, julgará achar-se em um paiz médio entre o inferno e o purgatório [...] (A ORDEM, 1851, ed. 58, p. 2).

Os atravessadores agiam não apenas sobre o gado, mas sobre os diversos produtos que eram exportados pela província pelo porto da cidade e por fora dela. A crítica dos conservadores do jornal *A Ordem* não era direcionada apenas aos marchantes, mas também aos açougueiros do mercado público. Diz o jornal:

[...] o carnicheiro, tinto de sangue, cabellos hirtos, e olhos fulminantes representa bem o deos Plutão, e a cohorte de moscas e bicharia, que o cerca, seu estado maior de fúrias, serpes harpyas, e outros divertimentos do antro infernal. Posso asseverar, sem temôr de errar, que do açougue, ou para melhor dizer dos marchantes nascem os dous terços das enfermidades, que ceifão nossa população (A ORDEM, 1850, ed. 58, p. 2).

O ataque aos marchantes e açougueiros, com efeito, vinha também devido às suas origens étnicas. “Tinto de sangue” e “cabelos hirtos” referem-se a características físicas de pessoas negras, ou seja, a pele escura e de cabelos crespos. No fim, o jornal culpava estes trabalhadores livres pobres pelas epidemias que acometiam a população da cidade devido à falta de higiene dos locais. Os problemas relacionados à insalubridade pública são recorrentes em todo o período oitocentista na Cidade da Parahyba.

E’ de publica notoriedade o prejuízo, que causa à saúde publica a permanencia do matadouro publico no lugar, onde actualmente existe. Pouco aceio, nenhuma condição de bem estar para os gados, que veem para o consumo da Cidade: pequenez de edificio e de área para solta dos gados” [...] ¹⁵²

Daí os esforços os anos subsequentes das autoridades para manter o asseio destes locais de compra e venda de alimentos. Segundo Graham, os Marchantes eram, em sua maioria

“...mulatos, convocados juntamente com seus colegas brancos para aplicar suas regras e, apesar disso, como elas, às vezes eram descritos como meras criaturas do donos de cortume e exportadores de couro. Já os *negros livres* que trabalhavam no matadouro eram mal pagos e vistos como perigosos para a sociedade – até mesmo revolucionários violentos (GRAHAM, 2015, p. 189).

Em Parahyba, os gados que vinham do interior permaneciam em pequenos cercados, e em seguida, eram levados ao matadouro público, amarrados em postes e mortos a cacete às 6 para 7 da manhã de um dia. Em seguida, as carnes eram conduzidas em cavalos para os açougues e neles, era vendida até as 9 da noite do dia seguinte. As carnes não vendidas eram salgadas, secas ao Sol e em seguida expostas à venda novamente ¹⁵³. A população negra livre pobre convivia com o mal cheiro e à imundice resultante deste processo. Carente de redes de esgotamento sanitário, inexistentes na província em meados daquele século, a população, em especial a mais pobre, sofria com a falta de higiene. As ruas da cidade, em sua maioria não calçadas, eram empoeiradas e em períodos de chuva, o trânsito era dificultado pela lama. Para piorar a situação, o lixo comum junto aos dejetos humanos eram descartados, como explicito no relato a seguir, sem nenhum pudor, pelas ruas.

[...] queixa-se, e com razão, contra certos *aromas*, que exação alguns beccos, e ladeiras d’esta Cidade, sobre os ques muito convém, que a Illm^a. Lance seus olhos de misericórdia. Que se derramasse n’aquelles lugarejos boas garrafas de colônia, Ungria, ou outro qualquer odorífero suave, e delicioso, pouco nos importaria, e antes os iríamos saborear; mas não podemos tolerar, que n’elles

¹⁵² Assembleia Provincial da Parahyba do Norte, 1º de Outubro de 1864 – AHWBD.

¹⁵³ Relatório da provedoria de saúde da província da Paraíba – 1858 – APMA.

vão os tigres despejar suas entranhas, sem o menor embaraço ou empecilho por parte da Illustrissima (A ORDEM, 1850, ed. 49, p. 3).

Como viviam em sua maioria em casas de taipa, palha com chão de terra batida, podemos imaginar o quão difícil seria para essa gente lidar com esses problemas. Para limparem-se, e mais importante, matar a sede, Jerônimo, Dionísia e Manoel Paiva certamente recorriam às fontes de água espalhadas pelas partes alta e baixa da Cidade da Parahyba. Chegar até elas, com tantos caminhos de terra e ladeiras para subir e descer devia ser um desafio, e ao chegar no local, certamente enfrentariam filas e se deparariam com brigas entre a gente pobre e escravizada que iam até aquele local. A tarefa de transportar e vender água na cidade, estava a cargo das aguadeiras e aguadeiros. Homens e mulheres que a pé ou no lombo de animais de carga, enchiam vários toneis e os vendiam para as residências.

Não apenas as fontes de água, mas as cacimbas¹⁵⁴, poços e mesmo as águas dos rios eram usadas com este fim. Das fontes de água mais famosas e muito citadas, estavam: a do Tambiá, dos Milagres, a do Gravatá e a “Cacimba do Povo¹⁵⁵”. As autoridades municipais precisavam manter vigia constante destes locais não apenas para evitar os confrontos, mas para manter a sua salubridade, especialmente na fonte do Tambiá. Os banhos eram proibidos, e o despejo de matérias pútridas por pessoas mal intencionadas ocorria na calada da noite¹⁵⁶. A água também era fundamental para as casas, pois por serem de palha em sua maioria, as residências dos negros livres pobres corriam constante risco de incêndio, especialmente em épocas festivas quando havia balões e fogos de artifício, como relatado abaixo:

Participa o delegado d’este termo que no dia 2 do presente incendiarão-se 17 cazas de palha na Povoação do Conde sendo semelhante desastre motivado por alguns foguetes do ar soldos por ocasião da festa do orago da Freguesia¹⁵⁷.

Medeiros (1994) também menciona um episódio de incêndio, ocorrido em fins do século XIX na Rua da Palha¹⁵⁸, localizada na cidade baixa, também em ocasião de uma

¹⁵⁴ Entre as cacimbas de Cipriano e Eduardo, estava o trecho mais movimentado da rua: de manhã à tarde, um vai-e-vem de aguadeiras abastecendo casas no centro da cidade (MEDEIROS, 1994, p. 126).

¹⁵⁵ As fontes principais de água da cidade foram construídas respectivamente nestes anos: Gravatá (1781), a do Tambiá em 1782 e a dos Milagres (1849). Destas citadas, as duas últimas ainda podem ser vistas na cidade nos dias atuais.

¹⁵⁶ *O Governista Parahybano*, 1850, ed. 18, p. 2.

¹⁵⁷ Secretaria de Polícia da Parahyba – 1858 – AHWDB.

¹⁵⁸ É impossível definir, com exatidão, onde os indivíduos negros livres pobres residiam na Cidade da Parahyba, no sentido de afirmar que existiam determinadas áreas onde eles assentavam suas casas. No entanto, os nomes das ruas, como “da Palha”, “da Macaíba”, “do Melão”, etc. são indícios da presença

feita religiosa. Esta rua não havia sido denominada desta forma a toa. Estas residências eram por excelência, a morada da imensa maioria da classe trabalhadora na Cidade da Parahyba. Medeiros, em seus testemunhos de infância vivida no século XIX, nos dá novamente informações valiosas destes locais, onde possivelmente, Jerônimo, Dionísia, Paiva e tantos outros homens e mulheres livres pobres, residiram. Nos diz Medeiros que:

Mais tarde, permitiram que a pobreza ali armasse suas cabanas e então surgiram as ruas da Macaíba, do Jardim e da Palha. Tornou-se esta a mais importante: verdadeira rua de casas de tapume rebocado, caiado, embora as cobertas continuassem de palha de pindoba ou Coqueiro. Uma população alegre, diligente e ordeira ali sediou-se. Nos dias festivos, por lá não se ouvia o estalido ritmando a melodia monótona do quebra-coco, mas se dançavam polcas, valsas e schottisch aos acordes de realejos, de violões e de flautas”. (MEDEIROS, 1994, p. 145).

Já vimos que as residências dos negros livres pobres se encontravam em todas as partes da cidade, inclusive na região Alta, incomodando as elites provinciais. Estas residências eram, muitas vezes, extensões do mundo rural, e eram caracterizadas por possuírem também, quintais e ser anexas a pequenas propriedades, onde se cultivavam frutas, legumes e criavam-se animais. Em 1850, recomendava-se a criação de uma postura para coibir a criação de carneiros e de bodes soltos nas ruas, excetuando-se as ovelhas e cabras que serviriam para a alimentação das crianças¹⁵⁹. Estes gêneros criados nos arredores da cidade, a exemplo das demais povoações e vilas próximas, eram então, vendidos no mercado municipal ou através das quitandeiras nas ruas.

“...Não as quis emporcalhar (as mãos) mettendo-as no samburá do pescador, nem no taboleiro de uma quitandeira”, dizia o jornal *O Publicador* em crônica publicada no dia 21 de Março de 1864. A grande presença destas mulheres, negras em sua maioria, eram uma constante nas ruas, becos e travessas de Parahyba. Em *O Cortiço*, Aloísio de Azevedo traz referência a estas trabalhadoras, ao destacar a figura de Bertoleza, uma *crioula escravizada*, que com o fruto de seus ganhos pela cidade. Como escrito a seguir, ela almejava a compra de sua alforria.

A comida arranjava-lha, mediante quatrocentos réis por dia, uma quitandeira sua vizinha, a Bertoleza, crioula trintona, escrava de um velho cego residente em Juiz de Fora e amiga com um português que tinha uma carroça de mão e fazia fretes na cidade. Bertoleza também trabalhava forte; a sua quitanda era a mais bem afreguesada do bairro. De manhã vendia angu, e à noite peixe frito e iscas de fígado; pagava de jornal a seu dono vinte mil-réis por mês, e, apesar

destas residências simples. Estes nomes poderiam ser originários do vocabulário popular da cidade, ou seja, das pessoas pobres que ali estavam, e passaram a ser oficializados.

¹⁵⁹ *O Governista Parahybano*, 1850, ed. 4.

disso, tinha de parte quase que o necessário para a alforria (AZEVEDO, 1997, p. 1).

Percebe-se aqui a complexidade das relações com as quais Bertoleza tecia no contexto do seu trabalho: a sociabilidade com os clientes na taverna, a amizade com o caixeiro português (seu patrão) para o qual trabalhava e finalmente com o próprio João Romão, que tornar-se-ia posteriormente, o intermediador da compra da sua liberdade, ainda que por meios ilícitos. Em Cidade da Parahyba, existiram muitas mulheres como Bertoleza, que vendiam especialmente gêneros alimentícios, legumes, frutas e doces. Um ofício árduo, que exigia delas bastante disposição e esperteza para confundir as imposições das autoridades. Esta fotografia feita no começo do século XX (década de 1900) mostra uma mulher transeunte que passa à esquerda ao lado da Igreja de N. S da Mãe dos Homens em Tambiá. Note a vestimenta longa e um imenso balaio sob sua cabeça. Uma vendedora de doces? Uma lavadeira? A nós mais de um século depois da fotografia ter sido feita, cabe apenas o exercício da imaginação.

Figura 12: Mulher, provavelmente uma quitandeira ou lavadeira, ao lado da Igr. N.S. da Mãe dos Homens (Tambiá), Parahyba do Norte.



Fonte: Cartão Postal produzido pela Photocollour Jayme Seixas & Cia – Parahyba do Norte, datado do início do século XX¹⁶⁰.

¹⁶⁰ Disponível em: https://produto.mercadolivre.com.br/MLB-882615906-paraiba-igreja-me-dos-homens-25061756-_JM Acesso em: 23 jan. 2020.

Dos trabalhos mais comuns exercidos pelas mulheres negras livres e libertas pobres, estavam os de artesãs costureiras, como Dionísia, amas e criadeiras¹⁶¹, lavadeiras¹⁶², aguadeiras e os de quitandeiras. Segundo Medeiros (1994), várias africanas velhas e libertas que residiam no bairro de Tambiá em fins do século XIX, ainda ocupavam-se durante o dia, em vender hortaliças e doces pelas ruas da cidade, quando não o faziam na Quitanda¹⁶³. O grande movimento destas mulheres quitandeiras pela cidade não passou despercebido. Em 1862, passou-se a cobrar sobre cada taboleira exposta na cidade ou que andava a vender-se, uma taxa de 50\$000 (cinquenta mil réis)¹⁶⁴ anuais, valores caros para uma população já tão carente de recursos. Ao cair da noite, a Cidade da Parahyba do Norte revelava-se um ambiente repleto de possibilidades. Na sua busca pela sobrevivência, as estratégias da gente livre pobre para escapar aos olhos dos fiscais da câmara e da polícia diversificavam-se, e este fato fica explícito ao lermos as imposições das posturas.

As quitandeiras faziam parte deste processo, e para escapar da fiscalização da câmara municipal, utilizavam-se das mesmas artimanhas do açougueiros, vendedores de peixes e outros gêneros, comercializando em horários proibidos. A câmara municipal estabelecia o horário máximo para venda de oito horas da noite. Os açougueiros contraventores, quer públicos ou particulares, seriam multados em 20\$000 réis e receberiam oito dias de prisão. O peixe possuía uma tolerância um pouco maior, sendo sua venda era permitida até às nove horas. Além desse horário, seus vendedores seriam punidos com 10\$000 réis de multa¹⁶⁵. Uma das imposições da câmara visava punir especificamente a população negra livre e escravizada. Dizia-se:

Art. 4 – Fica igualmente proibida a **venda de massas, doces e outras quaesquer substâncias alimentícias, por pretos**, depois das nove horas da noite. Os contraventores soffreraõ quatro dias de prisão e oito mil reis de multa (8\$) que será paga pelos seus senhores, sendo escravos. (A REGENERAÇÃO, 1861, ed. 6, p. 1-2). (grifos nossos).

Aqui fica demonstrada a intensa participação da gente negra livre pobre no comércio de rua da cidade, sendo realizada em horários não permitidos, visando muito

¹⁶¹ Segundo relatório de presidente de província datado de 18 de Março de 1861, a Santa Casa de Misericórdia precisava de amas e criadeiras para alimentar as crianças expostas acolhidas naquela instituição. – CX. 1 – APMA.

¹⁶² Medeiros (1994, p. 159) em seus relatos, menciona uma pobre mulher, que vivia honestamente de *costura e de lavagem de roupas*, e mesmo de engomados.

¹⁶³ MEDEIROS, 1994, p. 30.

¹⁶⁴ Relatório de Presidente de Província da Parahyba do Norte 1862 – Receita Provincial, p. 4-5. – APMA.

¹⁶⁵ *A Regeneração*, 1861, ed. 6, p. 1-2.

provavelmente escapar das taxas cobradas pela câmara, ou mesmo, coibir os ajuntamentos de *pretos*¹⁶⁶ livres, libertos e escravizados. Os encontros noturnos eram uma prática social bastante corrente entre eles. Ali, não ocorriam apenas vendas de gêneros alimentícios, mas trocas de ideias, pequenas negociatas, inclusive de objetos frutos de roubos de escravizados de seus senhores, que eram comercializados com os negros e negras livres e os libertos. Naquela época, a iluminação a gás era exclusividade da Corte e a energia elétrica, um sonho distante. Para manter Parahyba iluminada, especialmente na cidade alta, existiam postes de iluminação a óleo de mamona. No geral, a cidade cobria-se de escuridão, sendo iluminadas apenas algumas casas de abastados, as igrejas, algumas ruas da cidade alta e demais estabelecimentos públicos.

Figura 13: Uma venda em Recife, século XIX. Notar a presença das mulheres negras quitandeiras. (RUGENDAS, 1986 (1835)¹⁶⁷.



Fonte: RUGENDAS, Johann Moritz. *Malerische reise in Brasilien* (1802-1858).

Era durante a noite que ocorriam, com bastante presença popular, as chamadas *ladainhas*. Em todas as igrejas da cidade nas quais as irmandades católicas negras estavam estabelecidas, ocorriam várias celebrações noturnas. Na Igreja de N.S da Mãe dos Homens, localizada no populoso bairro de Tambiá, por exemplo, a irmandade era responsável pela celebração da festa do patriarca São José¹⁶⁸. Na Igreja de N.S. das

¹⁶⁶ A nomenclatura *Preto ou Preta* aqui foi usada aqui na postura da câmara e publicada no Jornal para designar tanto os livres como os escravizados. Nos passaportes, *Preto* só foi utilizado até o presente momento para se referir apenas a escravizados, caso de Margarida, *preta escrava*, citado anteriormente.

¹⁶⁷ Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/227417> Acesso em: 08 abr. 2019

¹⁶⁸ *A Regeneração*, 1861, ed. 3, p. 4.

Mercês, localizada no bairro alto, próximo ao palácio do governo da província, celebrava com missa cantada e ladainha noturna, a festa do divino Espírito Santo¹⁶⁹. A religiosidade da classe trabalhadora mais uma vez ganhava destaque, e tornava possível as sociabilidades entre a gente negra. Na igreja de N.S. Bom Jesus dos Martyrios, a irmandade organizava a procissão e festa com a imagem do padroeiro que percorria as ruas da cidade alta e baixa. Nestas ocasiões, rogava-se aos moradores que limpassem as ruas e calçadas, e era solicitado ao governo provincial uma guarda de honra formada pelo corpo policial para acompanhar o cotejo. Esta festa religiosa ocorria no dia 11 de Março, com grande presença popular dos negros e pardos, livres e libertos das demais irmandades.

Figura 14: Pátio e Igreja de N.S. das Mercês. Cartão-postal colorido datado de 1913¹⁷⁰.



Fonte: GERODETTI, João Emílio; CORNEJO, Carlos. Lembranças do Brasil: as capitais brasileiras nos cartões postais e álbuns de lembranças. São Paulo: Solaris Edições Culturais, 2004.

Os membros da irmandade dos Martyrios eram obrigados, pela legislação da mesma, a comparecer todos, nos dias de celebrações e festas ou quando seus irmãos viessem a falecer e deveriam organizar os ritos fúnebres. A morte, ao mesmo tempo que

¹⁶⁹ *A Regeneração*, 1861, ed. 11, p. 4.

¹⁷⁰ Esta igreja, datada do período colonial, foi lamentavelmente demolida nos anos 20 do século XX para dar lugar à Praça 1817. Atualmente, existe uma igreja de mesmo nome, que foi construída próxima a este local, e localiza-se na rua Padre Meira, no centro da capital paraibana.

era uma ocasião de tristeza, era uma outra forma de socialização. A câmara municipal também interveio nestas ocasiões. Em 1850, denunciava-se que após o toque de recolher noturno, estavam sendo realizados enterros. Segundo consta, os indivíduos entravam nas igrejas pelas portas laterais ou pela sacristia, iludindo a ordem presidencial¹⁷¹. As igrejas, assim como os demais estabelecimentos, deveriam ser fechados a partir das oito horas.

A estas horas da noite, aparecia um outro aspecto cotidiano que se manifestava com frequência: o consumo de bebidas alcoólicas e de outras substâncias, a prostituição, o jogo e as festas. Nas tavernas, reuniam-se toda sorte de pessoas. Ao que indicam as fontes nos jornais, estes ambientes eram insalubres, barulhentos e muito frequentados por gente negra livre pobre e inclusive, por escravizados. No dia 27 de Março de 1850, Simplício José Corrêa, taverneiro, fora preso por não querer fechar o espaço depois do toque de recolher estabelecido pela câmara¹⁷². O toque de recolher geral ocorria às nove horas da noite, e era anunciado através das badaladas do sino da igreja (mosteiro) de São Bento, na cidade alta. Após esse horário, todas as casas de comércio deveriam ser fechadas, excetuando-se as boticas¹⁷³. Ainda assim, as ordens da câmara continuavam a ser descumpridas.

Ao Dr. Chefe de Policia, que é lisonjeira a noticia do seu officio n.152 de 11 do corrente, de nada haver occorrido nesta Capital, que alterasse a tranquillidade pública, constando o mesmo dos mais pontos da província, e que fica a Presidencia sciente das prisões effectuadas no dia 9 do corrente, por motivos de perturbações do soccego a horas de silêncio (A ORDEM, 1850, ed. 31, p. 1).

Estas “perturbações às horas de silêncio” abrem espaço para diversas interpretações. Ao falar em prisões, possivelmente tratavam-se de ajuntamentos de pessoas, talvez uma taverna, prostíbulo ou outro estabelecimento em algum beco ou travessa dentro da área urbana da cidade funcionando fora do horário, com música alta, vozerias e excesso de consumo de álcool. Ou, poderia tratar-se de um ajuntamento de pessoas negras livres pobres e escravizadas em alguma rua ou nas matas próximas da cidade, onde igualmente, havia consumo de álcool, e onde ocorriam as *capoeiras*, os *batuques*, *sambas*, *cocos* e outras danças próprias da gente negra. Sobre estes últimos, trataremos com cuidado mais adiante. A proximidade do Porto do Capim com as demais áreas da cidade levam a crer que, neste caso, é mais provável que tratava-se de uma taverna ou prostíbulo. Neles, além da gente negra livre e liberta pobre e escravizados,

¹⁷¹ A *Ordem*, 1850, ed. 36, p. 1.

¹⁷² A *Ordem*, 1850, ed. 39, p. 1.

¹⁷³ A *Ordem*, 1850, ed. 31, p. 1.

poderiam reunir-se brancos pobres, de classe média e outros profissionais das camadas médias da sociedade de Cidade da Parahyba, viajantes de outras províncias em busca de pouso e os tripulantes dos navios brasileiros¹⁷⁴ e estrangeiros que chegavam todos os meses ao porto¹⁷⁵. Ali, divertiam-se com bebidas, jogo e prostitutas¹⁷⁶.

A Camara Municipal, para mandar com a brevidade possível, que sejam feixadas as portas das casas inhabilitadas, ou em construcção, onde se podem ajuntar pessoas mal intencionadas para commeter crimes, ou praticar actos indecentes; assim como demolir aquelas casas, muros ou paredes, que estiverem a desabar em manifesto perigo dos que transitão pelas ruas (A ORDEM, 1850, ed. 36, p. 2).

É possível que estas “casas inhabilitadas” onde se praticavam “actos indecentes”, estivessem descrevendo as tavernas e prostíbulos existentes nas ruas da área portuária, como as da Gameleira e do Varadouro. Em Dezembro de 1858, o vice-cônsul geral britânico apelou à autoridade da província para que medidas cabíveis fossem tomadas para coibir a ida de marujos de embarcações inglesas atracadas no porto do Capim sem autorização de seus comandantes para a terra. O motivo seriam dos distúrbios e desordens causados por estes homens, especialmente nos períodos das festas natalinas¹⁷⁷. Como não havia efetivo suficiente do corpo policial para tal, o chefe de polícia da Paraíba, Manoel Clementino Carneiro da Cunha apelava ao presidente de província, Henriques de Beaurepaire Rohan, para que o efetivo da guarda da Alfândega fosse utilizado com este fim. Mais ainda, a vigia deveria ser feita sempre após as 18:00hrs da tarde, demonstrando mais uma vez que era a noite o período predileto dos boêmios. Não podemos dizer com precisão quais tipos de *sociabilidades* os estrangeiros e demais brasileiros tinham com a gente negra livre e liberta pobre em Parahyba nestes espaços de lazer da cidade, mas é certo que eles estabeleciam íntimos contatos uns com os outros.

O excessivo consumo de álcool era motivo constante de prisões nestes ambientes. A recorrência de detenções efetivadas entre marujos é grande, tanto brasileiros, como estrangeiros por embriaguez e brigas. Analisando parte da documentação da Secretaria

¹⁷⁴ A *Companhia Brasileira de Vapores* e a *Companhia Pernambucana de Vapores* eram as empresas de navegação nacional com maior frequência de atracagens no porto do Capim.

¹⁷⁵ Eram principalmente oriundos da Inglaterra e dos Estados Unidos, principais parceiros comerciais do Brasil, além de outras nações como o Império Austríaco, a França e as cidades livres da Alemanha, como Hamburgo e Bremen.

¹⁷⁶ No Relatório de Inspeção de Saúde da província da Parahyba do ano de 1871, o médico Abdon Felinto Milanez afirmava que, dentre as doenças que predominavam na população, “uma outra ordem de moléstias mais graves” estavam grassando pela Província, sendo a *febre amarella*, a *varíola* e a *syphiles* as principais (TARGINO & MARIANO, 2018, p. 853).

¹⁷⁷ Secretaria de Polícia da Paraíba, 21 de Dezembro de 1858. – Período Imperial – Documentos Manuscritos. CX.35 – AHWDB.

de Polícia da Paraíba no ano de 1858, relativo ao termo da capital (Cidade da Parahyba), encontram-se várias ocorrências, resultando na prisão de homens e mulheres, livres e escravizados (as). No entanto, os documentos policiais possuem certas limitações das quais não nos foi possível saber a exatidão de seus crimes, ou os motivos que levaram estes indivíduos à punição. No dia 24 de Abril de 1858, foram presos Manoel Simplício do Nascimento, e os escravizados Mathias, José, Braz e Antônio. Segundo consta, o motivo seria por “infração das posturas municipais”¹⁷⁸. Teriam sido presos por excederem o horário permitido pelas posturas para vendas? Ou teriam sido presos por estarem em algum local tarde da noite, regado a bebidas e a música? Possivelmente, tenha sido um ajuntamento de negros *livres, libertos e escravizados*, mas podemos apenas supor.

Da mesma maneira, os relatórios de prisão só especificam a condição jurídica quando o indivíduo era um *escravizado*, mas nunca um *livre* ou um *liberto*. No dia 5 de Janeiro de 1858, o relatório de Polícia dava conta de que um *preto escravizado* havia morrido devido a uma “congestão cerebral”, proveniente de uma grande porção de aguardente que haviam lhe dado para beber¹⁷⁹. Neste caso, há uma grande probabilidade de que na chamada rua do Boi Choco, localizada nos subúrbios da capital, fosse um espaço de lazer da população negra, onde corriam *bebedeiras, sambas e cocos*, e onde libertos e escravizados teciam suas *sociabilidades*.

Os motivos principais das prisões destas pessoas eram para que se realizassem “averiguações”. Outra grande maioria refere-se a “sem declaração de motivo”. Em alguns casos, sendo mais sérios, são especificados, como crimes de ferimento, brigas e assassinatos. Em outras situações, vemos que alguns indivíduos presos tem o motivo especificado em lei, tais como Manoel Francisco dos Santos, preso na Taquara e autuado no artigo nº 193 do Código Criminal do Império¹⁸⁰. Estabelecido no dia 29 de Novembro de 1832¹⁸¹, este artigo dizia respeito aos *Crimes contra a segurança da pessoa e vida*. Manoel foi preso por homicídio, e seria punido na forma da lei.

¹⁷⁸ Secretaria de Polícia da Paraíba, 26 de Abril de 1858 – Período Imperial – Documentos Manuscritos. CX.35 – AHWDB.

¹⁷⁹ Secretaria de Polícia da Paraíba, 12 de Janeiro de 1858 – CX.36 – Período Imperial – Documentos Manuscritos – AHWDB.

¹⁸⁰ “Relação dos criminosos que acompanham o officio desta data derigido ao E^{xmo}. Sr. Presidente da Província”. – Secretaria de Polícia da Paraíba, 22 de Agosto de 1858. – CX. 36 – Período Imperial – Documentos Manuscritos – AHWBD.

¹⁸¹ “Código criminal do Império do Brasil: anotado com as leis, decretos, avisos e portarias publicados desde a sua data até o presente...” [...] p. 80. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/221763> Acesso em: 09 abr. 2019.

Art. 192. Matar alguém com qualquer das circunstancias agravantes mencionadas no art. 16, ns. 2, 7, 10, 11, 12, 13, 14 e 17. Penas – de morte no grão máximo, galés perpetuas no médio; e de prisão com trabalho por vinte annos no mínimo.

Art. 193. Se o homicídio não tiver sido revestido das referidas circunstancias aggravantes. Penas – de galés perpetuas no grão maximo; de prisão com trabalho por doze annos no médio; e por seis no mínimo.

O mesmo caso não se sucedeu em relação a Joaquim José de S. Anna, conhecido como “Joaquim Candeia”, que também fora preso na Taquara e fora pronunciado no artigo nº 201 do código penal¹⁸². Este artigo referia-se a “*Ferimentos, e outras offensas physicas*”.

Art. 201. Ferir ou cortar qualquer parte do corpo humano, ou fazer qualquer outra offensa physica, com que se cause dôr ao ofendido. Penas – de prisão por um mez a um anno, e multa correspondente á metade do tempo¹⁸³.

Pior do que as multas impostas pela câmara municipal certamente era a humilhação de ser enviado ao calabouço da prisão. A cadeia pública da Cidade da Parahyba era um lugar terrível, para onde centenas de indivíduos da classe trabalhadora, especialmente homens *livres, libertos pobres e escravizados* tinham destino. Ambiente sujo, claustrofóbico e violento, que a qualquer momento poderia gerar rebeliões ou mortes. As irmandades católicas da cidade, especialmente a da Santa Casa de Misericórdia, coletava esmolas direcionadas especialmente para os presos pobres desta cadeia, que eram remetidas ao chefe de polícia¹⁸⁴. As esmolas serviam para complementar a já pobre dieta dos condenados, que além de mal nutridos, também eram vestidos com simples trapos, ceroulas de algodão ou linho. Esta situação agravante levava a ações desesperadoras por parte dos presos.

Das três para as quatro horas da tarde do dia 9 de Janeiro de 1858, na cadeia pública da cidade, um homem, cujo nome não se registrou para a posteridade, buscando um certo conforto para a situação de seu pai que se encontrava preso, ofereceu a ele uma “porção de aguardente” que fora-lhe dada escondida no lugar da comida. O comandante da guarda, flagrando a cena, tomou-lhe a força e a jogou fora. A reação do filho do preso foi imediata. Completamente insatisfeito, lhe direcionou palavras injuriosas. Logo em

¹⁸² Secretaria de Polícia da Paraíba, 10 de Abril de 1858 – CX.36 – Período Imperial – Documentos Manuscritos – AHWDB.

¹⁸³ IBDEM. p. 82. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/221763> Acesso em: 09 abr. 2019.

¹⁸⁴ *O Publicador*, 1864, ed. 469, p. 2.

seguida, o carcereiro junto a mais seis guardas da prisão, adentraram o xadrez para pôr o rapaz a ferros. Mas, segundo consta, ele resistiu à prisão. Munido de uma faca e juntando-se a ele, além do pai, outro preso daquele recinto partiram para cima dos guardas. No fim, os três foram imobilizados e ficaram gravemente feridos, junto a outros dois guardas da cadeia, que também saíram molestados. Todos os envolvidos, no fim, foram tratados pelo médico e postos fora de perigo¹⁸⁵. Imagino a situação posterior destes indivíduos, que após o fim da hospitalização, seriam novamente remetidos à cadeia e processados, sendo punidos conforme a lei vigente. Situações como a deste pai e filho pobres anônimos eram muito comuns, e refletem o estado de fragilidade, temor e revolta pela qual uma parcela da população livre e liberta pobre encontrava-se cotidianamente. Estes indivíduos não eram isentos dos castigos físicos. As chamadas “correções” que ocorriam na cadeia dão prova disso, e a ausência do status jurídico das pessoas, homens e mulheres, nos relatórios policiais concluímos que as chibatadas não eram exclusividade dos escravizados.

Nenhuma occurencia notavel houve nesta Capital depois da minha ultima participação. De ordem do delegado deste Termo foi recolhido a Cadea no dia 6 do corrente um escravo de nome João por briga. Hontem forão recolhidas a Cadea para correcção por ordem do Subdelegado deste Districto, Maria do Céu Mendes da Silva, e Anna Maria do Rosário¹⁸⁶.

A criminalidade era portanto, um fenômeno constante e os motivos para as prisões, diversos. Neste sub tópico em específico buscamos apresentar muitos dos aspectos cotidianos que pessoas negras, pardas, livres e libertas experimentaram e vivenciaram na capital paraibana no século XIX, procurando dar ênfase aos ofícios, o trânsito, ao comércio, os hábitos de morar, a religiosidade, os vícios e outros prazeres, as imposições das posturas da câmara que atingiam essas pessoas diretamente, levando-as a criar várias estratégias em busca de conforto e sobrevivência. Mas nem todas as experiências destes indivíduos foram ruins: os divertimentos, as festas, a música, e as danças ocorriam a todo o momento, criando novos espaços de *sociabilidade*, lazer e onde preservou-se grande parte das manifestações culturais tanto africanas, como indígenas.

3.4 “ESTE POVO SE ALVOROÇOU COMO MARIBONDOS AÇANHADOS”:

Repressão e Resistência da População Negra livre pobre

¹⁸⁵ Secretaria de Polícia da Paraíba, 11 de Janeiro de 1858. CX.36. Período Imperial – Documentos Manuscritos - AHWDB.

¹⁸⁶ IBDEM, 8 de Março de 1858.

No início dos anos 60, a povoação (freguesia) da Taquara no litoral Sul da província da Paraíba foi palco de um verdadeiro escândalo. O jornal *A Regeneração* em publicação do dia 5 de Outubro de 1861¹⁸⁷, denunciava, com detalhes, crimes que teriam sido cometidos pelo vigário interino daquela localidade, o padre Manoel Vicente dos Santos. O povo da mesma povoação havia entrado com representação ao Bispo Diocesano, sendo esta devidamente deferida. Os casos vieram à tona após uma farsa executada no dia 10 de Agosto daquele ano. Após uma “orgia” realizada em uma taverna, um tiro havia sido disparado, causando pânico geral. Sendo denunciados e chamados a depor sobre o caso, os amigos e aliados poderosos do padre tentaram em vão, defende-lo, alegando que o disparo havia sido efetuado contra ele, quando na verdade, foram eles próprios os autores. Um deles era o ex. juiz municipal de Mamanguape, o Tenente-Coronel João de Sá Cavalcanti de Albuquerque, rico proprietários de terras da região.

As acusações ao padre eram antigas. Desde 1859, o mesmo, junto ao seu protetor, haviam sido acusados de causar desordens de várias naturezas contra a população pobre da localidade, a exemplo de João Anastácio, descrito como um “pobre quinquagenário”, que fora espancado mortalmente a mando do mesmo vigário. Em Março de 1860, o mesmo fora acusado de invadir a casa de Joanna de Tal e violentar sexualmente a sua filha menor, Anna, na povoação de Pitimbú¹⁸⁸, no extremo Sul do litoral da província. Dentre as outras acusações feitas a ele, estavam a de andar armado com armas brancas com seus comparsas pelas ruas da Cidade da Parahyba em dias de celebração na Matriz de N.S. das Neves e de ter utilizado de licor de rosa no lugar do vinho nas celebrações realizadas na Capela de Pitimbú. A população pobre da freguesia ainda denunciava o dito padre por outros dois fatos: o de não socorrer as pessoas espiritualmente e o de ter faltado à celebração religiosa que deveria ter ocorrido na noite do dia anterior. O motivo: o padre encontrava-se em um “samba ou batuque” ocorrido a noite na região do Guagirú¹⁸⁹.

Área relativamente distante da capital da província, algumas léguas ao Sul na fronteira com a província de Pernambuco, o Guagirú, junto a outras localidades era uma área de praia e relativamente deserta. Um espaço ideal para tornar-se esconderijo para o padre Manoel Vicente. No entanto, acabava por ser um refúgio para que a população negra livre pobre pudesse manter uma parte de suas práticas cotidianas há muito

¹⁸⁷ *A Regeneração*, 5 de Outubro de 1861, ed. 40, p. 3.

¹⁸⁸ A povoação do Pitimbú atualmente compreende o município do mesmo nome, localizado no litoral Sul da Paraíba.

¹⁸⁹ Povoado localizado no extremo Sul da província da Paraíba, na fronteira com Pernambuco.

perseguidas pelas autoridades provinciais. Este caso exposto acima demonstra, em primeiro lugar, a insatisfação da população pobre com a ausência de dignidade e moral de um homem que deveria exercer o sacerdócio devidamente, auxiliando na manutenção da fé e guiando os ritos católicos naquela região da província, uma vez que eram eventos tão importantes para a gente livre pobre. Mas o fato de existir um *Samba e batuque* neste local demonstra a capacidade desta população em transitar por dois mundos: um no qual encontrava legitimidade dentro da esfera da lei para exercer a sua religiosidade e fé, e, por outro lado, uma parcela da população que mantinha em suas manifestações festivas, cores, sons e demais tradições, suas raízes, seu passado africano. Eram nestas ocasiões que ele deveria aflorar-se com mais intensidade, no som ritmado, do movimento da dança, somado ao consumo de bebidas alcóolicas.

O *Samba e Batuque* do Guagirú é apenas um dos vários espaços de cultura negra que deveriam existir nesta parte do litoral da província no século XIX. Local que deveria atrair muitas pessoas, não apenas negras livres e forras, mas escravizados das propriedades locais, pardos, crioulos, indígenas e brancos pobres livres. O *Samba e o Batuque* era uma ocasião que abria diversas oportunidades.

A população negra livre e forra pobre não era a única a sofrer perseguições e restrições a seu modo de vida. Os livres pobres de descendência indígena que viviam aldeados no litoral Sul da província continuavam a ter suas terras, ainda que estivessem demarcadas, invadidas por ricos proprietários. Em parte já muito miscigenados com os demais grupos sociais pobres, como *negros, pardos e brancos*, eles ainda mantinham muito de sua cultura. Um caso registrado no dia 22 de Janeiro de 1859 é emblemático neste sentido. A população indígena residente na freguesia da Jacóca, tendo como representação os indivíduos Francisco Luís, casado, Maria Antônia, viúva, Eugênia Maria, viúva e seus filhos menores, João Máximo, Damásio Gomes, Luíza Maria, viúva com filhos menores, Manoel Antônio, José Francisco e Pedro da Silva, todos indígenas, por intermédio do escrivão José Luiz Nogueira e Moraes, solicitavam ajuda ao imperador D. Pedro II para que por eles intercedesse diante das perseguições que sofriam. A denúncia partia contra um proprietário de terras na Jacóca, o tenente-coronel da Guarda Nacional, Antônio L. de Souza.

[...] o mesmo não tem deixado de se mostrar violento, e caprichoso para com os suplicantes, e outros índios = O suplicado conseguiu aforar perpetuamente o sítio Utinga do patrimônio dos índios, onde estes plantarão, e cultivaram lavouras, para suas sustentações, e de suas famílias sempre sem contestação,

ou oposição de pessoa alguma, até que o suplicado ultimamente, para afim de repelir os índios e especialmente os suplicantes, mandou derrubar a casa de fazer farinha com todos as suas enstâncias da suplicante viúva Maria Antônia, mandando derrubar a casa de farinha do suplicante Francisco Luíz; mandou mais arrancar as lavouras de seus roçados de mandioca d'este, e um da suplicante a viúva Maria Eugênia¹⁹⁰ [...]

Juntando vários homens armados de espingardas e o mesmo de um bacamarte, o coronel Antônio de Souza realizou um verdadeiro espetáculo de horrores nesta parte do litoral da província, e aproveitando-se, segundo consta, da incapacidade e desprezo da Assembleia Provincial em não resolver a questão. A mesma, segundo consta, passou a responsabilidade para a câmara municipal, que não intercedeu com a devida forma pelos indígenas. A câmara dera, ilegalmente, o aval para o proprietário aforar perpetuamente o sítio pertencente aos pobres moradores.

Infelizmente, até o presente momento, não conseguimos encontrar que fim levou a resolução deste caso, se a dita apelação dos indígenas chegou às mãos do Imperador. No entanto, é notório que houve por parte deles grande perspicácia ao utilizar-se, diante de uma situação clara de perseguição e violência, da justiça em benefício da causa daqueles indígenas. Este é apenas um dentre vários casos de indivíduos livres pobres que ousaram denunciar e ir às instâncias possíveis em busca ao menos, de uma voz que intercedesse por eles. Os indígenas, assim como os negros livres e libertos, constituíam, como já constatado anteriormente, uma das várias importantes categorias étnicas que faziam parte do universo dos indivíduos livres pobres. Assim como os negros, sofriam várias privações, especialmente relativas à sua origem étnica e da cor da sua pele. Mesmo que não estivessem tão sujeitos ao risco da reescravização, outros fatores como a fome, a destruição de suas moradias e o temor pela perda da legitimidade da suas terras os colocava sob constante temor¹⁹¹.

Casos como o citado acima também ocorreram no litoral Norte da província da Paraíba, na região da freguesia de Mamanguape¹⁹². Neste lugar, existiam diversos

¹⁹⁰ Relatório de Presidente de Província da Parahyba do Norte, 22 de Janeiro de 1859 – Período Imperial; Documentos Manuscritos – CX.37 – AHWDB.

¹⁹¹ A luta pela legitimidade da posse da terra continua sendo uma das principais bandeiras de luta, tanto dos povos indígenas pela demarcação, como das comunidades negras quilombolas por todo o território nacional.

¹⁹² Esta importante Freguesia também dava nome à cidade principal desta região (Mamanguape), que abrangia ainda outras localidades, tais como a vila de Monte Mór (Rio Tinto), importante área de cultivo agrícola, centro comercial e porto. A população livre pobre nesta região da Paraíba (litoral Norte) ainda carece de estudos mais aprofundados, espaço a ser explorado por futuros pesquisadores e pesquisadoras.

aldeamentos indígenas onde houve perseguições e tomadas ilegais de terras¹⁹³. O problema em questão, especificamente, foi uma consequência da chamada Lei de Terras, de 18 de Setembro de 1850¹⁹⁴. A partir de então, vários proprietários puderam tomar conta de terrenos outrora, ocupados por pessoas livres e forras pobres, mas que no entanto, não tinham como provar a posse do mesmo, ao contrário dos ricos que possuíam meios até mesmo de forjar as cartas de sesmaria da época colonial. Com isso, milhares de pessoas foram expulsas de suas terras por todo o território do império. E na província da Paraíba, não foi diferente. As camadas livres pobres da sociedade oitocentista estavam, portanto, sujeitas a toda a sorte de privações, especialmente a população negra. Vista constantemente sob suspeição, recaía sobre os livres a suspeita de serem escravizados passando-se por forros. Ademais, os vários espaços de sociabilidade que eles construía dentro da cidade e nos arredores eram lugares de “fuga” das tarefas árduas do dia-a-dia. As *congadas*, *capoeiras*, *sambas*, *batuques*, *maracatus*, e demais manifestações festivas da população negra foram muito constantes nesta região do litoral da província. Concorriam junto a elas, as festas das irmandades de negros e pardos, ocasiões onde a cultura africana aparecia com grande fervor.

Uma das grandes justificativas utilizadas para reprimir estes lugares era o fato de que estes espaços poderiam reunir o que se chamava por “gente vadia e desocupada”. A vadiagem¹⁹⁵ era um grande problema para as autoridades imperiais, e as tentativas de emprega-los em obras públicas e enquadra-los aos alistamentos obrigatórios no Corpo de polícia, Guarda Nacional e Armada imperial eram insuficientes para contê-los. Os chamados vadios e mendigos eram indivíduos, homens e mulheres, sem ocupação fixa, que aliás, era característica marcante da população livre pobre: sua extrema fluidez e instabilidade, trabalho incerto e aleatório.

No contexto de uma sociedade escravista, em que o controle dos senhores no máximo abrangia escravos e agregados, a **criminalização da vadiagem** se

¹⁹³ Um estudo acerca dos povos indígenas no século XIX na Paraíba ainda é uma possibilidade. Existem documentos do período que demonstram a permanência desta população, sua cultura e perseguições a seu modo de vida, tanto no litoral Norte como no Sul da província, mas que no entanto, não serão abordados com maior profundidade neste trabalho.

¹⁹⁴ Vivia-se o momento do fim do tráfico africano, o que levava à convicção de que a população escrava do país diminuiria nos anos seguintes, provocando escassez de oferta de trabalho à agricultura. Ademais, o fato de doravante o acesso à terra ocorrer apenas por compra dificultaria que homens livres pobres continuassem a ocupar terrenos e se estabelecer como pequenos posseiros, furtando-se assim ao trabalho nas grandes propriedades (Coleção de leis do Império do Brasil, decreto nº 601, 18 Set. 1850) (CARVALHO, 2012, p. 66).

¹⁹⁵ O artigo 295 do Código Criminal do Império previa pena de prisão com trabalhos forçados de 8 a 24 dias para qualquer pessoa que “não tomasse uma ocupação honesta e útil”.

constituiu em poderoso recurso de controle extra econômico utilizado pelas autoridades para **constranger os homens livres pobres ao trabalho**. (FILHO, 1996, p. 77).

Estes “desocupados”, viviam transitando pela Cidade da Parahyba e nos seus arredores. O jornal *A Regeneração* (1861) apresenta alguns dos lugares por onde eles esmolavam e tinham repouso: largo do Palácio, no pátio da Igreja das Mercês, nas calçadas do colégio, e em “áreas adjacentes”¹⁹⁶. Muito provável que eles esmolassem nestes locais pelos auxílios que deveriam receber, tanto das irmandades das Mercês, do Rosário e da Misericórdia, como da caridade das pessoas mais ricas que residiam naquela área da cidade. É possível que fizessem parte dos “ajuntamentos ilícitos” nas áreas mais distantes da cidade Alta. As festas e demais reuniões eram importantes não apenas pela “fuga do cotidiano” do qual proporcionava, mas lugares de negociações, trocas de ideias e encontros. Para os africanos e seus descendentes, a festa

[...] servia para **preencher as poucas horas de folga** ou para acolher o que faziam das horas de trabalho. A partir e em torno dela, muita coisa se tornava possível: rituais de identidade étnica, **reunião solidária de escravos e libertos**, competição e conflito entre os festeiros, ensaios para levantes contra os brancos (REIS, 2005, p. 101).

Homens e mulheres negras, pardas, crioulas e cabras, bem como brancos pobres poderiam encontrar-se nestes locais estabelecendo laços. Este movimento abria possibilidades para a formação de redes sociais com pessoas livres ou escravizadas¹⁹⁷, pobres e ricos (ROCHA, 2007, p. 88-89). Apreendemos aqui, o termo *Festa* para um contexto mais generalizante, ao tratarmos da festa religiosa, por exemplo, na tradição católica fosse ela das irmandades de negros e pardos ou simplesmente do santo ou santa padroeiro do dia, originava na ocasião profana, um espaço de sociabilidade importante, em que pessoas das camadas livres pobres confraternizavam-se e defenderiam o direito de manifestar-se.

Durante as festividades de São João ocorridas na Vila de Alhandra, em 1861, apesar do rigoroso inverno ocorrido de acordo com o jornal *A Regeneração*, a população realizou a celebração, havendo “tiros, foguetes do ar, mastros embandeirados, fogueiras,

¹⁹⁶ *A Regeneração*, ed. 3, 27 de Abril de 1861, p. 4.

¹⁹⁷ ROCHA (2007) cita o caso do escravizado Marcelino, morador no Engenho da Graça, nos arredores da Cidade da Parahyba. Chamado de “rebelde” e “arrogante”, entrara em conflito com várias pessoas, segundo o jornal *O Tempo* (1865). Possivelmente com ajuda de seus companheiros de senzala e de outras pessoas livres e libertas, conseguiu deixar o cativeiro. “Pela descrição de sua vida, parece que tinha autonomia, e circulava pela Cidade da Parahyba, sobretudo, para desfrutar momentos de lazer, e mantinha amizades com pessoas não-escravas (ROCHA, 2007, p. 87-88).

milhos verdes e canjicas¹⁹⁸”. No entanto, a festança logo deu lugar a desgosto e desavenças. O motivo: o vigário da dita vila publicou um auto no dia anterior às festividades, avisando de que não iria celebrar a missa na Matriz do padroeiro por “dívidas contraídas do anno passado”. Não apenas fez isso, como celebrou os ritos católicos em um oratório privado de algum engenho ou propriedade próxima, causando enorme mal estar entre o povo. A insatisfação do denunciante, que publicava no jornal *A Regeneração*, era a de que quando episódio semelhante ocorrera no ano anterior, o povo havia “se alvoroçado como maribondos açanhados, e quase brotado em excesso”. Entre outras palavras, a revolta da população da vila era grande e exigira de todas as formas que a missa de São João fosse realizada. Mas naquele ano, diante da mesma situação, o povo não incorrera da mesma maneira, “sofrendo callado, como um cordeiro”, nas palavras do cronista anônimo. Este relato torna-se importante por não apenas apresentar aspectos cotidianos das festas dedicadas aos santos católicos, diga-se de passagem muito semelhantes às atuais, mas ao observarmos como a questão da fé era preponderante para o povo. Ou seja, a *Festa* não tinha a mesma importância se não houvesse a celebração na Matriz de Alhandra. O aspecto profano da festa não era o mesmo, sem o religioso, o que explica a revolta popular contra o vigário, em 1860.

Ao contrário das festas das irmandades ou do padroeiro, as demais manifestações que envolviam a população negra livre pobre como os *Sambas e Batuques*, eram proibidas pelas autoridades, e era a escuridão da noite o momento predileto para estas reuniões, regadas a música, bebidas, e danças. O artigo 2º da lei de 6 de Junho de 1831 era bastante incisivo em relação ao horário.

Art. 2. – E’ proibido todo **ajuntamento nocturno de cinco ou mais pessoas nas ruas, praças e estradas**, sem algum fim justo e reconhecido, debaixo da pena de um a tres mezes de prisão. Art. 3. – Toda a pessoa, que por alguma circumstancia se tornar suspeita, **quer de dia, quer de noite**, será observada pelas rondas e Officaes de Justiça, para se conhecer se traz armas; e tendo-as, será conduzido á autoridade competente para proceder na forma da Lei¹⁹⁹.

Maia (2006) assevera que os chamados “batuques” ocorriam não apenas fora da área urbanizada, mas em casas de comércio, casas particulares ou mesmo em casas chamadas especificamente de “casas de batuque” ou “casa de sambas”. (MAIA, 2006, p. 102). A autora define o “batuque” da seguinte maneira.

¹⁹⁸ A REGENERAÇÃO, 1861, ed. 50, p. 4.

¹⁹⁹ Código Criminal do Império, 1858, p. 115-116. (Grifos nossos).

“Batuque” era como as danças e músicas dos negros eram designadas de forma depreciativa pelo uso que faziam dos tambores. O termo “samba” só veio a ser usado como sinônimo em fins do século XIX. (MAIA, 2006, p. 103).

A Festa Negra contemplava diversas manifestações culturais de origem africana, tanto cerimônias religiosas quanto divertimentos de negros como tambores (LIMA, 2003, p. 49). As manifestações festivas eram uma forma de sobrevivência de seus costumes, mesmo que tivessem sofrido adaptações ao longo de gerações. Para se ter uma ideia da repressão e das estratégias de sobrevivência da população negra livre pobre, mais uma vez, recorremos às Posturas Municipais. Junto ao corpo de polícia, eram responsáveis por perseguir e punir as manifestações culturais negras. O *modus operandi* do cumprimento da lei envolvia desde o Chefe de polícia aos Juízes municipais, Delegados, Subdelegados e Inspetores de quarteirão. Estes últimos eram as figuras repressoras mais temidas e presentes na cidade e povoações. É importante ressaltar que os policiais e inspetores eram recrutados em meio à gente livre pobre, e muito provavelmente, viviam entre o dever de cumprir a lei ao mesmo tempo em que deviam ser permissíveis, fazendo vista grossa em diversas situações. As rondas policiais tinham por função

Instruir e fiscalizar os quarteirões que lhe eram destinados, para **reprimirem bêbados, vadios e prostitutas**, prenderem os transgressores apanhados em flagrante delito, a exemplo dos escravizados que andavam à noite sem o bilhete do senhor, e outros, que **transgrediam as Posturas**. Eram, também, responsáveis diretos por **reprimirem os ajuntamentos** de pessoas em número de três ou mais, que mostrassem indícios de que praticavam crimes, como também que **se reunissem em festejos proibidos ou por qualquer outro motivo** (LIMA, 2003, p. 58). (Grifos nossos).

A repressão das autoridades à população negra livre pobre portanto era constante. No entanto, a festa negra e demais manifestações culturais continuariam a existir e não apenas na Cidade da Parahyba e em seus entornos, mas por todo o território da província. As “perturbações às horas de silêncio”, como já apresentamos no capítulo anterior, poderiam incluir certamente os batuques, as vozerias ou cantilenas. Nas posturas municipais da capital da província, existia punição no valor de 20\$000rs (vinte mil réis) de multa, além de dez dias de prisão (LIMA, 2013, p. 67). A continuidade da festa negra por todo o século XIX, mesmo com a repressão das câmaras municipais e da assembleia, pode ser explicada pelas estratégias empregadas pelos escravizados e negros livres pobres para que pudessem manter vivas as suas tradições. Afora o Gurugi, outra região litorânea onde o *Samba* e *Batuque* ocorria, era na freguesia do Livramento, na margem esquerda do Rio Paraíba²⁰⁰. Distante cerca de seis léguas da Cidade da Parahyba, existia um local

²⁰⁰ Ver mapa da página 58.

denominado Jacuípe. Na madrugada entre os dias 17 e 18 de Março de 1867, ocorreu ali uma batida policial comandada pelo então Tenente-coronel comandante do batalhão da freguesia do Livramento, Antônio Camillo de Holanda, com o objetivo de prender um praça da Guarda Nacional que havia desertado. Segundo consta, o Tenente-Coronel estava em companhia de vinte homens, “todos desarmados”. Chegando ao local,

[...] pôz debaixo de cerco uma casa, em que havia uma dansa, denominada *samba*. E onde se achava o tal guarda, e mais um mano. Dizem-nos, que esses dois indivíduos pertencem a uma família de antigo mau nome, que para aquellas bandas existe, intitulada dos *Parolas*, da qual tem sahido varios criminosos (O PUBLICADOR, 1864, ed. 1354, p. 1 - 2). (Grifos nossos).

Os indivíduos em questão chamavam-se respectivamente Manoel Pereira Parola e Francisco Pereira²⁰¹. Quando a escolta chegou ao local, o “parola”, Manoel Pereira, na tentativa de romper o cerco, munido de uma faca, atacou e feriu a um dos soldados. Mesmo ferido, o soldado golpeou o parola com uma coronhada, e pediu imediatamente aos demais companheiros de farda que corressem para prender o segundo, Francisco Pereira. Aí vem o caso curioso deste relato: pois diz o jornal que “ou por covardia, ou por outro motivo, os soldados deixaram evadir-se essa fera”. Francisco, que fugira dos guardas, retornou armado de bacamarte, tendo sua mãe do lado, implorando para que ele nada fizesse. No entanto, além de ignorá-la, o indivíduo voltou a intimidar a escolta para que “soltasse o irmão, ou então disparava a arma”. A escolta da Guarda Nacional procurou proteger-se em uma casa próxima. Em seguida, o desertor realizou uma série de disparos, atingindo inclusive ao tenente-coronel. Desarmada e desprotegida, a escolta não teve outra escolha senão a de soltar o “parola”²⁰². Este relato torna possível a compreensão de alguns aspectos relativos às relações sociais complexas que eram estabelecidas entre pessoas negras livres pobres à época e as autoridades provinciais. Não se tem absoluta certeza do parentesco entre Manoel e Francisco (ou Francelino) tal como são apresentados na fonte, ou seja, se eram de fato irmãos de sangue ou de caserna. O ponto chave deste relato é o de que muito provavelmente, tratava-se de “irmãos”, estabelecendo-se entre eles, solidariedade na sua origem étnica e social, e que por este motivo, tinha proximidades dentro daquele contexto.

Marginalizados de forma distinta pela sociedade, escravos e homens livres pobres encontravam entre si algo em comum: uma insatisfação permanente, que se transformava em violência contra a sociedade que lhes fechava as portas. [...] Assim, as relações entre os dois grupos oscilavam entre o conflito,

²⁰¹ O PUBLICADOR, 1867, ed. 1355, p. 1.

²⁰² O PUBLICADOR, 1867, ed. 1354, p. 1-2.

e a crescente necessidade de convivência, e mesmo de solidariedade (ALGRANTI, 1988, p. 134).

O fato de, no momento da abordagem, terem os guardas sido permissivos com Francisco, permitindo sua breve fuga, indicam uma possível relação de proximidade entre eles, tanto por cor como por condição social, indivíduos cuja experiência fora construída fora e dentro da mesma instituição, ou seja, ocupando o posto de praça da Guarda Nacional, aspecto comum a negros e pardos livres pobres. Devido ao fato de não se especificar se eram forros ou escravizados, podemos supor que tratavam-se de dois negros ou pardos livres, que encontravam-se em um lugar de sociabilidade, ou seja, na casa de *Samba*, e faziam deste local um refúgio, tanto do cotidiano árduo, como uma fuga do recrutamento forçado. Distante seis léguas da Cidade da Parahyba, o lugar Jacuípe era uma região de difícil acesso, com rios, matas e canaviais próximos²⁰³, um ambiente perfeito para que sambas, batuques, maracatus, cocos e outras festas negras mantivessem-se com alguma discrição.

Ao contrário do Jacuípe, que localiza-se em uma região rural, a rua da Matinha (Tambiá)²⁰⁴ na Cidade da Parahyba, estava dentro de uma área urbanizada, bastante habitada e sob o olhar vigilante dos guardas e inspetores de quarteirão. No entanto, mesmo estado próximo da vigilância policial, nada impedia que ali o Samba e o Batuque fosse frequente. No dia 6 de Fevereiro de 1867, Manoel da Cunha Leal, guarda de polícia, fora preso porque “se achava n’um Samba”²⁰⁵. Nos dois casos que citamos acima, tanto em regiões mais distas como na área urbanizada da capital da província, a festa negra continuava, e muitas vezes, sob a vista grossa de muitos elementos das camadas livres pobres que não apenas eram parte das forças repressoras do estado (guardas e policiais) como por possuir laços de parentesco, religioso ou de amizade com seus “irmãos e irmãs”, eram igualmente frequentadores destes espaços de sociabilidade. Estas relações estabelecidas entre os negros livres pobres, pardos, crioulos, africanos, e escravizados era com efeito uma constante em toda a província da Paraíba e em outras regiões do Império. As possíveis *experiências* dos negros livres pobres foram além da própria Cidade da Parahyba, vilas e povoações próximas, tal como será apresentado no capítulo seguinte.

²⁰³ O Jacuípe é uma região entre os atuais municípios de Santa Rita e Lucena e próximo da Igreja de N.S. da Guia.

²⁰⁴ Ver o Mapa da Cidade e Legenda, nas páginas 35 e 36.

²⁰⁵ O PUBLICADOR, 1867, ed. 1319.

4 “*APRESENTOU PASSAPORTE COM Q VEO D’AQUELA PROV^A*”. A Gente negra livre pobre da Cidade da Parahyba nas vizinhas províncias do Norte

No decorrer deste trabalho, o leitor e a leitora depararam-se com distintos relatos acerca da população negra livre pobre presente nos passaportes. O passaporte era um documento de caráter interprovincial e intermunicipal, elaborado nas repartições de polícia de todas as províncias do império. No entanto, a sua aquisição não era obrigatória a todos. Analisando a legislação imperial, tivemos contato com o regulamento nº 120, datado de 31 de janeiro de 1842, que regularizava a execução da parte policial e criminal da lei nº 261 de 3 de dezembro de 1841. No capítulo 5, sessão I deste regulamento, trata-se especificamente da concessão dos passaportes, que deveriam ser organizados em todas as províncias. A partir desta lei, pudemos ter noção das formas de aplicação e as exceções.

A lei especificava que todos os cidadãos brasileiros poderiam viajar pelo território do império, porém, estariam sujeitos às indagações dos delegados e subdelegados de polícia caso fossem considerados pelo que ele chama de “suspeitos”. Por se tratar de um grupo social que era visto sob constante suspeição, é muito provável que estas “suspeitas” recaíssem quase sempre sobre a população negra. No art. 68 do documento, se diz que não se exigiriam passaportes quando:

1º Quando o **viajante, livre ou escravo**, fôr conhecido por alguma autoridade do lugar.

2º Quando duas **pessoas de conceito** do mesmo lugar o conhecem e abonarem.

3º Para o **transito habitual e frequente de umas fazendas para outras**, e destas para as **povoações, e de umas povoações para outras, que mantenham relações frequentes**²⁰⁶.

Este trecho da legislação é bastante revelador, uma vez que remove a obrigatoriedade da posse do passaporte baseado em laços de solidariedade e amizade. Caso um negro escravizado ou um negro livre ou liberto fosse conhecido das autoridades policiais, poderia transitar livremente. O artigo dois também revela um outro aspecto da interpretação da lei: caso um negro escravizado ou livre/liberto fosse conhecido pelo que se chama de uma “pessoa de conceito”, ele poderia transitar livremente. Uma pessoa de conceito poderia ser uma autoridade local, um membro pertencente às elites do império

²⁰⁶ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Regulamentos/R120.htm Acesso em: 27 jun 2020. (grifos nossos).

que poderia também por sua vez, ser influente no meio social do lugar: um proprietário de terras, um rico negociante, um bacharel, entre outros.

No terceiro trecho deste ponto do artigo, há outra informação importante, que diz respeito ao “trânsito habitual e frequente” de determinados locais para outros. Esta informação pode explicar por exemplo, os motivos pelos quais não temos tantos passaportes registrados entre povoações da mesma província. Ao contrário, notaremos que a maioria deles era elaborado para o trânsito para fora dela. Este trecho da lei também nos ajuda a explicar o porque do grande trânsito de pessoas negras livres pobres entre Cidade da Parahyba e as povoações de Cabedello, Jacóca, Tambaú, Taquara e outras não ser registrado nos documentos policiais: a proximidade entre elas e a grande frequência desta mobilidade. Mais adiante, o artigo nº 70 complementa a informação anterior. Nele, diz-se o seguinte:

Art. 70: Os escravos e **Africanos livres, ou libertos**, ainda que vão em companhia de seus senhores, ou amos, são obrigados a apresentar passaporte, salvos os casos do art. 68²⁰⁷.

Aqui, estabelecem-se os princípios para a obrigatoriedade do documento do passaporte pelos negros livres pobres que tiveram suas informações e possíveis experiências analisadas neste trabalho. Junto a eles, os negros escravizados e africanos livres estavam enquadrados. Ainda que estivessem em companhia de seus senhores ou “amos”, tinham que apresentar o documento. Como perceberemos mais a frente, parte dos que transitaram entre a província da Paraíba e as demais não possuem explícito na documentação que estavam sob a tutela de um senhor ou amo. Uma categoria social que também necessitava de passaporte pela lei, eram os estrangeiros:

Art. 71. Os estrangeiros não poderão viajar sem passaporte, exceptuão -se: 1º Os que forem empregados no serviço publico do Imperio, aos quaes bastarão os titulos ou diplomas respectivos, na fórma do art. 69. 2º Os Agentes Diplomaticos e Consulares das Nações Estrangeiras, e os individuos que forem addidos ás Legações e Consulados, emquanto seguirem para o seu destino. Se depois de estarem residindo na Côrte, ou em qualquer Cidade ou Villa do Imperio, no desempenho dos seus deveres, pretenderem viajar dentro do Imperio, lhes será preciso o passaporte, o qual lhes será dado na Côrte pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros, e nas Provincias pelos Presidentes. 3º Os que fizerem parte da tripolação de qualquer navio²⁰⁸.

²⁰⁷ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Regulamentos/R120.htm Acesso em: 27 jun 2020. (grifos nossos).

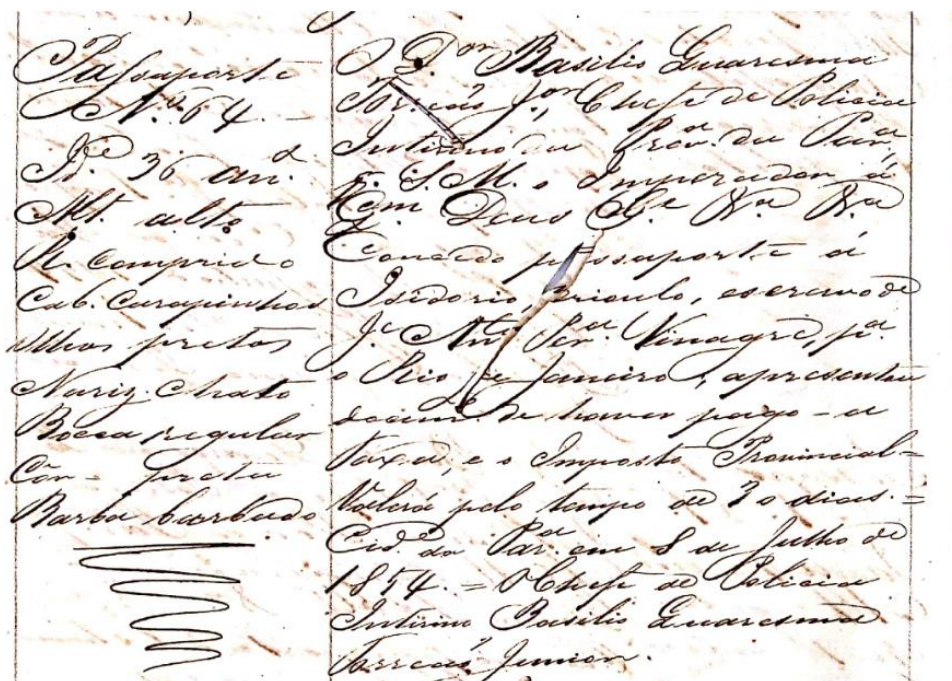
²⁰⁸ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Regulamentos/R120.htm Acesso em: 27 jun 2020.

Com efeito, uma autoridade diplomática estrangeira não poderia transitar pelo império sem documento. Um exemplo prático da sua utilidade encontra-se no relato a seguir, extraído do jornal *A Regeneração*:

O presidente da província (da Paraíba), autorizado ao Sr. vice consul de S. M. Fidelíssima, n' esta província, Francisco Ferreira de Novaes, para ir à província de Pernambuco, como requisitou. (A REGENERAÇÃO, 1861, ed. 20, p. 30).

Observamos aqui o uso do passaporte pelo vice cônsul, uma autoridade política do império para dirigir-se a outra província. Este documento não era adquirido de graça: custava um determinado valor, e a depender da situação poderia tornar o trânsito entre as localidades mais caro ou não. Um exemplo de valor atribuído a um passaporte pode ser encontrado em um relato descrito no jornal *A Regeneração* em 1861. O negociante João Chrisostomo Pires, 36 anos, negociante, desejava ir de Cidade da Parahyba até Recife. Para tal, pagou a quantia de 240 réis²⁰⁹. Para que o leitor e a leitora tenham ideia de como era a aparência de um passaporte, segue o documento abaixo e sua transcrição.

Figura 15: Passaporte de Isidório, crioulo escravo – 1854.



Fonte: Lista de Passaportes da Chefia de Polícia da Parahyba do Norte. Coleção documentos coloniais imperiais e republicanos. Série: Justiça/Segurança – 1800-1895 – CX.03 – APMA.

O passaporte acima foi emitido no dia 8 de julho de 1854 a Isidório, crioulo escravizado. Segue a transcrição do documento:

²⁰⁹ A Regeneração, 1861 – ed. 34 – p. 4.

O Dr. Basílio Quaresma Torreão, senhor Chefe de Polícia Interino da Província da Paraíba, por sua majestade o Imperador, á que Deus Guarde a Vossa Excelência, concede passaporte á Isidório, crioulo escravo de José Antônio Pereira Vinagre, para o Rio de Janeiro; apresentou documento de haver pago a taxa, e o Imposto Provincial = Valerá pelo tempo de 30 dias = Cidade da Parahyba em 8 de Julho de 1854 = O Chefe de Polícia Interino Basilio Quaresma Torreão Junior.

Passaporte Nº 64. Idade: 36 anos. Altura: Alto. Rosto: Comprido. Cabelos: Carapinhos. Olhos pretos. Nariz: chato. Boca: regular. Barba: barbudo²¹⁰.

Assim, podemos observar que, como atestado na lei, escravizados como o crioulo Isidório, mesmo acompanhado de seu senhor até a Corte, tinha que possuir passaporte. O mesmo documento também deveria ser portado pelos negros livres pobres e alguns deles, serão apresentados mais adiante.

4.1 Em viagem pelo Norte do Império e Além: os caminhos percorridos pela população negra livre e pobre no século XIX

A população negra livre pobre não era imóvel. Ao contrário de seus irmãos escravizados, que necessitavam de permissão de seu senhorio para locomover-se entre as partes²¹¹, os forros e livres, fossem eles homens ou mulheres, tinham a possibilidade de ir para onde quisessem (e pudessem) por todo o Império²¹². Mas como veremos mais à frente, o deslocamento dos livres pobres não poderia ser feito de livre espontânea vontade. Ao contrário, até mesmo nestes momentos, eles estavam condicionados às imposições do Estado Imperial.

Nos dois primeiros capítulos desta dissertação, vimos algumas das experiências cotidianas dos negros livres pobres na Cidade da Parahyba e de como eles exerciam um papel fundamental na constituição social, econômica e cultural desta região da província, não apenas da área urbana da capital, mas nos povoados ao redor. Vimos anteriormente que já havia um grande deslocamento de pessoas nesta região, entre a capital da província e povoações e vilas próximas. No entanto, os deslocamentos iam muito além das áreas litorâneas. A vastidão do território assim como as dificuldades impostas pela natureza eram um desafio a ser superado. Estes trajetos poderiam acarretar em riscos e o principal

²¹⁰ Lista de Passaportes da Chefia de Polícia da Parahyba do Norte. Coleção documentos coloniais imperiais e republicanos. Série: Justiça/Segurança – 1800-1895 – CX.03 – APMA.

²¹¹ No dia 7 de Junho de 1854, a *Parda Escrava* Jovita, pertencente a João da Cruz Cordeiro, residente na Cidade da Parahyba, se dirigia para a cidade do Recife, com taxas pagas, válido por trinta dias de estadia. Coleção documentos coloniais imperiais e republicanos. Série: Justiça/Segurança. CX.03 – APMA.

²¹² No entanto, precisavam declarar às autoridades imperiais para onde se deslocavam.

deles eram os roubos, o sequestro e por conseguinte, caso ele fosse um negro forro, a reescravização.

Desde o período colonial, a ocupação do que hoje conhecemos pelo território brasileiro ocorreu em diferentes épocas e diversas localidades, com certos objetivos e especificidades, desde a Amazônia até a região do Prata. Esta exploração e ocupação de um imenso território resultou na consequente expulsão e destruição de muitas tribos indígenas que eram os habitantes originais destas áreas, tendo muitos deles permanecido em resistência constante durante séculos ou sendo aldeados e convertidos para a religião católica, ora adaptando-se ou não à nova realidade e miscigenando-se com brancos e negros. Deste processo, resultou a criação de povoados e vilas, incluso a ocupação do interior da Paraíba e das demais localidades do Norte. Na virada do século XVIII para o século XIX, as comunicações entre as regiões habitadas do interior do Brasil e as áreas litorâneas continuavam difíceis, porém, isso não impediu que milhares deles percorressem longos caminhos. Os deslocamentos pelas estradas, trilhas, rios e matas não eram exclusividade dos comerciantes e praticantes de ofícios. Desocupados, criminosos e escravizados em fuga procuravam afastar-se o máximo que pudessem dos grandes centros em busca de esconderijo para escapar das vistas das autoridades policiais²¹³. As tentativas de controle pelas autoridades do império em relação a estes viajantes forros e livres pobres se explicam pelas origens étnicas e as condições sociais destes indivíduos. Por serem negros, viviam sob o estigma da cor e esse fator já era motivo suficiente para que fossem vistos sob suspeição. Um negro livre ou forro viajando pelo interior do Norte poderia ser capturado a qualquer momento e vendido como um escravizado.

Se levarmos em consideração os anos entre 1850 a 1870, período que representou o auge do tráfico interprovincial veremos que muitos forros tiveram este destino. Os negros forros portanto, precisavam ter posse de dois documentos com os quais deveriam estar sempre consigo para onde fossem: a Carta de Alforria e o Passaporte. E ainda assim, a posse destes documentos não os isentava dos riscos, pois mesmo os negros livres estavam sujeitos a esse tratamento. A historiografia mais recente revelou muitas das ações judiciais levantadas por negros livres e forros no sentido de buscar provar através das

²¹³ Os presidentes das províncias do Norte estavam quase sempre a par do que ocorria nas províncias vizinhas. Uma vez que criminosos evadiam-se de uma província, imediatamente as autoridades policiais das demais eram informadas, e as características do indivíduo e até mesmo os hábitos dele eram informados para auxiliar na sua captura.

instâncias jurídicas sua condição de livre após terem sido presos de forma injusta²¹⁴. No entanto, não nos cabe aqui adentrar com profundidade este aspecto específico da vivência deles.

Buscamos aqui apresentar quem eram alguns destes indivíduos negros livres pobres, homens e mulheres, que se deslocavam da província da Paraíba para outras partes do Império. Analisando os Passaportes, procuramos apresentar os indivíduos negros livres pobres a partir dos ofícios, sua origem étnica e suas condições de trabalho. No Passaporte, os estigmas da cor e a preocupação com a vigilância em cima deste grupo social fica evidente quando olhamos mais adiante, por exemplo, a forma como os indivíduos negros, homens e mulheres, eram descritos.

Naquela sociedade escravista, mestiça e desigual, marcavam-se trajetórias, origens e distinções. **Uma das formas de estigmatizá-los foi impor-lhes a fórmula de identificação nome + "qualidade" + "condição" jurídica. Assim, na documentação aparecem exemplos como "Josefa, preta forra" e "Custódio, mulato forro".** Não obstante as dificuldades encontradas para alcançarem a alforria e para **viverem como libertos em sociedade escravista**, os forros setecentistas se multiplicaram e formaram famílias, inclusive mistas. Muitos, principalmente entre mulatos e pardos, até foram deixando de ser identificados dessa maneira. O que se verificou no século XVIII continuou ocorrendo durante o XIX, mesmo depois de 1822. (SCHWARCZ & GOMES, 2018, p. 99) (Grifos Nossos).

De acordo com as informações coletadas nestes documentos, conclui-se em primeiro lugar que o lugar de maior ocorrência de deslocamentos era para a vizinha província de Pernambuco, mas especificamente, a cidade do Recife. Fatores como a proximidade geográfica entre as duas províncias podem explicar esta maior quantidade de viagens, uma vez que a maior parte dos Passaportes eram válidos por trinta dias, ou seja, não tardariam a voltar para a Paraíba. Outros dois fatores podem explicar essa grande quantidade de viagens entre essas duas províncias seriam o poderio econômico da vizinha província do Sul, que levava inevitavelmente à busca por possibilidades de trabalho e lucro por parte dos negros livres pobres da Paraíba²¹⁵ e os laços de parentesco, compadrio e solidariedade que existiam entre os moradores das duas províncias. Este último fator pode ser explicado por exemplo, nos relatos de fuga de escravizados, que quando evadiam do cativeiro, fugiam para áreas, inclusive propriedades rurais em locais mais distantes onde poderiam buscar auxílio de seus “manos”, familiares ou reencontrar pessoas com as

²¹⁴ Para provar que eram Livres, os Africanos trazidos no período pós-1831 também utilizaram-se da justiça para provar sua liberdade.

²¹⁵ Comerciantes portugueses viviam em constante fluxo entre a Cidade da Parahyba e a cidade do Recife, onde constituíam negócios ou exerciam ofício de Caixeiro.

quais possuíam laços íntimos. Quando conseguiam a liberdade (no caso dos forros), estes laços permaneciam fortes.

A mesma situação deveria ocorrer em relação aos negros livres pobres e com maior frequência. Além da cidade do Recife, povoados e vilas da província de Pernambuco eram locais de destino. No dia 7 de Julho de 1851, o Passaporte de nº 150 foi solicitado e concedido a Luís de França da Silva para deslocar-se da Cidade da Parahyba até a Vila de Inhanhum, na província de Pernambuco. O povoado ou Vila de Inhanhum como descrito na documentação trata-se atualmente da cidade de Santa Maria da Boa Vista, localizada no alto sertão de Pernambuco, às margens do Rio São Francisco, o que pode explicar o motivo para que o Passaporte tivesse valia de três meses. Luís, que tinha ofício de pescador, tinha 42 anos à época, ou seja, fora nascido em 1809, ainda durante o período colonial. É descrito como sendo um *Crioulo Liberto*. Era alto, tinha pele e olhos pretos, cabelos carapinhos, rosto comprido e barba no queixo²¹⁶.

Apesar da idade avançada na época, Luís decidiu viajar para o sertão, muito provavelmente utilizando-se de cavalo ou mula, uma vez que um trajeto a pé levaria muito mais tempo e seria extremamente penoso. Levando-se em conta que deslocava-se para o sertão no mês de Julho (período de Inverno nesta parte do Norte), talvez enfrentasse chuva e frio na região da Borborema por onde deveria transitar para chegar lá. Não sabemos se estes deslocamentos eram feitos de forma solitária, no entanto é preciso que lembremos que o movimento de tropas de Almocreves, Marchantes, Vaqueiros, entre outros eram constantes entre o litoral e o interior. Luís poderia aproveitar-se destes grupos e juntar-se a eles, por segurança. Ainda assim, ser um *Crioulo Liberto* o deixava exposto, como já enfatizamos ao risco de ser apreendido.

Como veremos nos demais casos, não encontramos o registro de retorno dos passaportes tais como o de Luís. Mas se é que ele chegou ao seu destino final, lá certamente encontrou-se com pessoas com as quais tinha vínculos de amizade, parentescos ou espirituais ou estabeleceu novas relações sociais. A antiga povoação ou Vila de Inhanhum nos dias atuais, trata-se ainda uma região que possui uma antiga e forte tradição Quilombola e onde ainda é celebrado o chamado Reisado de Inhanhum²¹⁷, festa

²¹⁶ Listagem de Passaportes emitidos pela Chefia de Polícia da Cidade da Parahyba do Norte em 1951 - CX 029. Período Imperial, Documentos Manuscritos. – AHWBD.

²¹⁷ Herança da colonização portuguesa, o reisado agrega músicas, cantos, danças e encenações dramáticas conhecidas como entremezes – ou entremeios – nos quais se destacam personagens cômicos como o Mateus e os caretas, e ainda representações de animais como a borboleta. A memória coletiva do Inhanhum aponta

que mescla tradições portuguesas e africanas. Será que Luís deslocou-se para aquela região com o intuito de reencontrar seus irmãos de Irmandade, celebrantes do dito Reisado? As possibilidades são grandes.

Em 3 de Setembro de 1850, quase um ano antes, outro *Crioulo Liberto*, José Antônio da Silva, profissão de *Plantação* (agricultor), tomara o rumo contrário ao da maioria, solicitando passaporte para ir ao Rio Grande do Norte. O destino da viagem era a recém-criada cidade de Assú²¹⁸, localizada no interior desta província. Assim como Luís, Antônio faria uma longa viagem, mas o que mais nos surpreendeu foi a idade de Antônio, que realizou esta “aventura” com cerca de 70 anos, idade bastante avançada para uma época em que a expectativa de vida no Brasil não deveria ultrapassar as quatro primeiras décadas. De acordo com o documento, Antônio nascera no século anterior, por volta de 1780. Através destes exemplos percebemos que nem as autoridades, a natureza e muito menos a idade, representavam obstáculos para os negros livres e forros pobres.

Ainda sobre Pernambuco, descobrimos que outros indivíduos deslocavam-se para lá não apenas para exercer seus ofícios nas cidades e vilas, mas para trabalhar em propriedades rurais. Três Passaportes emitidos pela chefia de Polícia da Cidade da Parahyba em Outubro de 1854 revelaram os lugares de destino de dois *pardos* livres, Januário Carneiro do Nascimento e José Francisco de Oliveira. Ambos eram jovens, com 20 anos de idade e agricultores. Em 9 de Outubro de 1854, os dois tomaram a estrada rumo à povoação de Pasmado, na zona da mata de Pernambuco²¹⁹. O objetivo era chegar até o Engenho d’Água²²⁰, localizado naquela região. Uma viagem curta e uma estadia igualmente breve, pois o período de ausência da província da Paraíba, conforme constava no Passaportes dos dois tinha valia de trinta dias.

que a brincadeira por lá começou na segunda metade do século XIX, tendo como importante referência um homem negro chamado Nazário Mateus, que aprendeu sozinho a tocar viola e chegou a criar seu próprio reisado, o Reisado de Palma ou Reis de Batuque. Disponível em: <http://www.cultura.pe.gov.br/canal/patrimonio/reisado-de-inhanhum-e-patrimonio-em-busca-de-renovacao/> Acesso em: 30 ago. 2019.

²¹⁸ Assú, localizada na região do Seridó, interior da então província do Rio Grande do Norte, chamava-se anteriormente Vila Nova da Princesa e emancipou-se cidade através da lei provincial nº 124 de 16 de Outubro de 1845.

²¹⁹ Listagem de Passaportes emitidos pela Chefia de Polícia da Cidade da Parahyba do Norte em 1954 - CX 032. Período Imperial, Documentos Manuscritos. – AHWBD.

²²⁰ Talvez seja referente ao Engenho Olho d’Água, localizado na povoação de Pasmado, província de Pernambuco.

Ao contrário de Januário e José, Manoel Filippe da Silva, *Moreno*, também com ofício de Agricultor, solicitou e teve passaporte concedido, porém por quatro meses até a Cidade do Recife, no dia 15 de Outubro de 1854. O deslocamento destas pessoas livres pobres para estas áreas de cultivo, se por razões de trabalho, podem ser explicadas a partir da necessidade que os senhores de Engenho tinham para a contratação de braços livres para a complementação do trabalho. O cultivo da Cana-de-Açúcar era um trabalho árduo, exercido geralmente pelos negros escravizados. Por outro lado, ao que atestam algumas das fontes, havia uma ideia de que a população livre pobre tinha “aversão ao trabalho pesado”. É fundamental compreendermos esta visão, tendo em vista também o fato de que aqui nos encontrávamos num período em que a mão-de-obra escravizada já encontrava-se escassa nas províncias do Norte. Esta ideia de uma população livre adversa ao trabalho pesado nas lavouras de cana é endossada no relato que segue:

Ninguém ignora o contraste que se deve observar entre os escravos applicados á cultura do algodão, e os de um engenho de assucar. Os primeiros, facil e abundantemente alimentados com os legumes e cereaes produzidos no mesmo roçado, onde simultaneamente alvejam os casulos do algodão, os tentam-se robustos, nédios, prolíficos, ao passo que os segundos, alimentados com grande despeza de carne de charque, ou bacalhao, enlarguecem e mirram-se ao peso e natureza do serviço. Estas circunstancias trazem a **facilidade do emprego de braços livres aos diversos misteres de uma fazenda de algodão**, entretanto que todos sabemos da **invencível repugnância da nossa gente fôrta para os de um engenho de assucar**. E’ por isto tambem que a cultura do algodão forma a nossa pequena lavoura, proporcionando a qualquer homem trabalhador recursos fáceis para viver com independência, **em quanto que o pobre lavrador de cana é quasi como um servo adstricto ao senhor de engenho [...]** (A REGENERAÇÃO, 1861, ed. 43, p. 3) (grifos nossos).

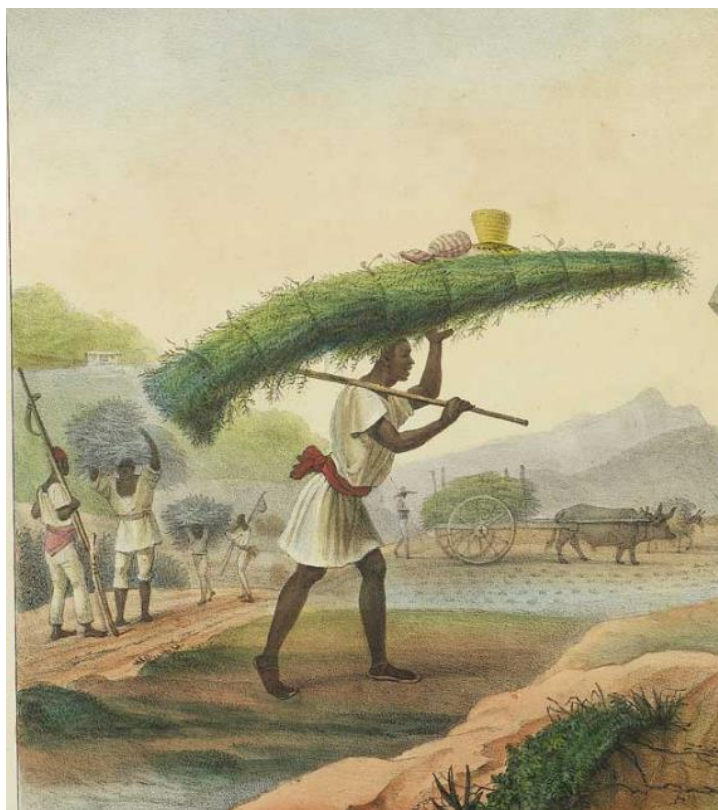
O cronista atesta que a “gente forra” ou seja, os libertos teriam aversão ao trabalho pesado nos engenhos, enquanto que o mesmo não ocorria nas propriedades de cultivo de algodão, utilizando-se inclusive do argumento da alimentação: os negros livres pobres agregados das propriedades de algodão teriam direito a roçado para cultivar legumes e verduras, enquanto que nos engenhos ocorreria o contrário. Importante frisar que neste momento a produção de Cana-de-açúcar encontrava-se em crise, enquanto a produção de Algodão estava começando a crescer²²¹. Seria uma maneira de argumentar o incremento do uso da população negra livre pobre para o trabalho nas fazendas de algodão?

O leitor e a leitora devem ficar cientes da mesma maneira que ao contrário dos engenhos, as fazendas de algodão eram uma realidade do interior da província da Paraíba

²²¹ Este “boom” da produção algodoeira nas províncias do Norte se deu especialmente devido à Guerra Civil Americana (1861-1865), quando a produção dos Estados Unidos diminuiu consideravelmente, fazendo com que o principal comprador, a Inglaterra, demandasse mais algodão brasileiro. Nos jornais paraibanos do período (década de 1860) existem diversas discussões sobre estas questões.

enquanto que a região litorânea que é a que estamos até então destacando aqui possuía engenhos de açúcar desde o período colonial. Seria uma tentativa de atrair mão-de-obra livre do litoral da província para o interior? Fato é que independentemente desta situação, os engenhos continuavam a ser importantes locais de trabalho para a população negra livre pobre. A ida de Januário e José sendo ambos *Agricultores*, pode ser explicada a partir da necessidade dos dois em adquirir além de uma oportunidade de trabalho, moradia temporária e alimentação, e em segundo lugar, a vontade do senhor de engenho em ter “cabras” de confiança a seu serviço, braços para cultivo de outros gêneros que serviam para alimentar os moradores do engenho d’Água, ou seja, Mandioca, legumes, frutas e outros tubérculos cultivados em hortas próximas. Dos vários indivíduos com ofícios ligados à produção de gêneros agrícolas, são comuns os *Agricultores*, *Lavradores* “*de Lavoura*” ou “*d’Agricultura*”, como são encontrados nos Passaportes. Além destes, haviam diversos outros trabalhadores negros livres pobres que trabalhavam em propriedades rurais próximas de vilas e cidades. A iconografia Oitocentista nos dá uma ideia da presença destes negros livres exercendo diferentes tipos de trabalhos sendo portanto uma mão-de-obra importante no processo produtivo, tal como demonstrado nesta obra de arte de Debret:

Figura 16: Negro Livre vendedor de Capim, trabalhador de uma propriedade rural na província do Rio de Janeiro. Jean-Baptiste Debret, 1839.



Fonte: <http://bndigital.bn.gov.br/projetos/escravos/galeriagravuras.html>²²²

Em 22 de Fevereiro de 1855, o lavrador Antônio de Barros d'Araújo, 20 anos, solicitou passaporte para ir até à cidade do Recife pelo tempo de 30 dias²²³. Este foi um dos poucos casos em que nós não conseguimos identificar a cor, o que permitiria ao menos supor acerca origem étnica dele. Mas, assim como os demais indivíduos que citamos anteriormente, Antônio se dirigia a Recife e sendo lavrador, podemos supor que fosse trabalhar em alguma fazenda ou engenho ou encontrar-se com seus familiares ou páreas. Há outro caso existente quase na mesma época, em que outro agricultor se dirigia até a vizinha província de Pernambuco, porém, com passaporte para três meses e sem especificar a cidade ou vila para a qual estava destinado. Trata-se do *Moreno* João Gomes de Lima, 31 anos, que deixou a Cidade da Parahyba em 12 de Janeiro de 1855.

As viagens destas pessoas negras livres pobres citadas anteriormente mostram como, apesar da riqueza da fonte e dos detalhes sobre eles, nem sempre conseguimos analisá-las como mais profundidade. Outros perfis de negros livres pobres que viajavam da Cidade da Parahyba para outras partes eram dedicados como já vimos a atividades artesanais. O censo de 1872 classificou esta população de artesãos e artesãs como “Operários”, de profissões “manuais ou mecânicas”.

Tabela 3: Negros e Negras Livres Pobres Artesãos que solicitaram Passaporte da Cidade da Parahyba para outras localidades entre 1850 a 1854.

Ano e nº do Passaporte	Nome	Ofício	Idade	Cor/Etnia	Sexo	Destino	Tempo de permanência
Nº 8, 15 de Julho de 1850	Manoel José de Paiva	Sapateiro	24	Pardo/Moreno	M	Recife	2 meses
Nº 10, 16 de Julho de 1850	Joaquim José Fernandes Costa	Pedreiro	20	Preto/Crioulo Liberto	M	Recife	30 dias
Nº 21, 10 de Agosto de 1850	Dionísia	Costureira	32	Preta/Crioula Liberta	F	Recife	30 dias
Nº 162, 16 de Agosto de 1851	Paulo José Fernandes Costa	Carpina (Carpinteiro)	44	Pardo Livre	M	Abreu e Lima	3 meses
Nº 57, 12 de Junho de 1854	Francisco Antônio do Nasc.	Sapateiro	31	Pardo Livre	M	Recife	30 dias
Nº 80, 6 de Setembro de 1854	Manoel J ^o . de S. Anna	Sapateiro	22	Crioulo Livre	M	Centro da Província (Paraíba)	3 meses

²²² Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon393053/icon393053_090.jpg
Acesso em: 11 nov. 2019.

²²³ Listagem de Passaportes emitidos pela Chefia de Polícia da Cidade da Parahyba do Norte em 1955 - CX 032. Período Imperial, Documentos Manuscritos. – AHWBD

Nº 84, 16 de Setembro de 1854	Manoel Per ^a . de Souza	Alfaiate	25	Moreno	M	Ceará	4 meses
Nº 182, 12 de Março de 1855	Fran ^{co} . Carneir ^o . Torres Brasil	Pedreiro	24	Pardo Livre	M	Bahia	30 dias

Fonte: Tabela produzida pelo autor baseada nas informações coletadas da lista original de Passaportes da Chefia da Delegacia de Polícia da Parahyba do Norte entre 1850 – 1854²²⁴.

Observando a tabela 3, nota-se que grande parte dos negros livres pobres tinham ofícios ligados ao artesanato. Sendo forros (libertos), muitas vezes esses ofícios eram ensinados a eles ainda no período de cativo. Percebemos que o principal destino deles é a província de Pernambuco, a exceção de três indivíduos que rumaram respectivamente para o interior da província da Paraíba, Ceará e Bahia. A presença de mulheres livres e libertas é mais difícil e durante a pesquisa, conseguimos encontrar três, todas *Crioulas Libertas* com ofícios ligados ao artesanato (costureiras). É possível que a análise de fontes relativas aos anos subsequentes, ou seja de 1860 em diante, venha a revelar novas trajetórias de mulheres negras livres e libertas.

Figura 17: Negras Livres nas ruas da Corte – Jean Baptiste Debret, 1839.



²²⁴ Listagem de Passaportes emitidos pela Chefia de Polícia da Cidade da Parahyba do Norte. 1850-1855 - CX 032. Período Imperial, Documentos Manuscritos. – AHWBD/Coleção documentos coloniais imperiais e republicanos. Série: Justiça/Segurança. CX.03 – APMA.

Fonte: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon326377/icon326377_111.jpg²²⁵

Uma vez que neste trabalho tratamos em grande parte do litoral da província da Paraíba no século XIX, não poderíamos deixar de tratar das categorias de trabalhadores que retiravam seu sustento dos mares e rios, ou seja, os pescadores, coletores de crustáceos entre outros. Tratando especificamente dos Pescadores, estes construíam diversos caminhos entre a Paraíba e outros locais. Perguntamo-nos os motivos destes deslocamentos tão recorrentes. Novos locais para moradia? Locais mais propícios à pesca? O censo de 1872 registrou um total de 678 deles vivendo por todo o litoral da província²²⁶, sendo a imensa maioria deles homens livres (e forros).

As informações a respeito de mais detalhes acerca de suas vivências, portanto, só podem ser obtidas através de outras fontes, caso aqui dos Passaportes. Entre 1850 a 1856, registramos a ida de alguns deles para a província de Pernambuco, a exemplo do já citado Luís de França da Silva. O perfil dos pescadores que encontramos nos anos referentes a esta pesquisa são semelhantes: idade avançada, longas distâncias a percorrer, mesmo local de destino, longa estadia (três meses) e o fato de serem negros livres e libertos pobres. Francisco Joaquim Vieira, *pardo* livre, 40 anos de idade, em 7 de julho de 1851, viajou da Cidade da Parahyba até um povoado distante, localizado na fronteira entre as províncias de Pernambuco e Alagoas: a vila de Sirinhaém. Esta localidade estava distante aproximadamente 46 léguas da capital da Paraíba e por tratar-se de uma área fronteiriça entre as províncias, seria um importante ponto de pouso para viajantes que andavam por estas partes do Norte, talvez vindos da Bahia ou de Sergipe. O rio Sirinhaém percorre esta região até desaguar no Oceano Atlântico, criando um local propício para a prática da pesca, tal qual deveria fazer Francisco. Uma estadia de três meses poderia permitir a ele muitas coisas, desde estabelecer vínculos sociais estreitos, de amizade ou familiares como acumular pecúlio na venda de seus peixes ou crustáceos naquela vila em relação com outros pescadores, mas inúmeros outros fatores podem explicar a ida dele para aquela região tão distante do seu local original de morada.

Das inúmeras experiências, pessoas, condições, vivências que pudemos apurar, damos destaque a outras duas a fim de que fique evidente para o (a) leitor (a), esta complexidade. A primeira, era a frequência com que alguns dos Passaportes omitiam o

²²⁵ Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/projetos/escravos/galeriagravuras.html> Acesso em: 11 nov. 2019.

²²⁶ Recenseamento Geral do Brasil em 1872, Censo de 1872.

ofício de seus possuidores, ou seja, se ainda não haviam, por diversas razões, adquirido um ofício com o qual poderiam usufruir. Mais uma vez, o destino da maioria deles, é a província de Pernambuco, sendo a cidade do Recife o local de preferência. Eis o Passaporte do *pardo* Felismino Pereira da Silva, emitido em 1855.

O Dr. João An^{to} de Ar^o. F. Henriq^{es}, Chefe de Pol^a. da Par^a.do Norte por S. M. o Imperador, á quem = D. G. a Vs^a. Ex^a. Concedo passaporte a Felismino Per^a. da S^a. ,Brazileiro, **profissão por ora nenhuma**, p^a. a Cid^e. de Recife = Valerá pelo tempo de 30 dias = Cid^e. da Par^a, 29 de Dezembr^o. de 1855 = O Chefe de Pol^a. = J^o. An^{to}. de Ar^o. F. Henriques²²⁷.

O jovem Felismino tinha apenas 16 anos de idade e seria considerado à época um “desocupado”, “vadio”, sem ofício e mesmo livre, poderia ser posto na prisão caso não comprovasse que estava procurando trabalho. Lembremo-nos que havia a criminalização da “vadiagem”, e o Passaporte seria um documento importante caso houvesse dúvidas acerca de suas intenções naquela cidade. Uma outra situação vista nos Passaportes, era a de pessoas livres pobres indo para outras localidades em companhia de familiares. Foi o caso deste casal, que em 1855, solicitou passaporte para dirigir-se até Tiúma²²⁸, na província de Pernambuco.

O Dr. João Na^{to}. de An^e. F. Henriq^{es}., Chefe de Pol^a. da Prov^a. da Par^a. por S. M. o Imperador a Quem = D. G^e. Vs. Ex. Concedo passaporte a João Bizerra de Menezes, sapateiro, p^a. o lugar Tiúma, na Prov^a. de Pern^{co}. **levando em sua comp^a. sua m^{er}** [...] ²²⁹

O *pardo* João, livre, tinha 41 anos, era oficial de sapateiro, e tinha como características físicas “altura regular, rosto idem, cabelos crespos e olhos negros”. Das trajetórias que conseguimos apreender através dos passaportes sobre as diversas vivências cotidianas dos Negros Livres Pobres, existem outras situações nas quais surgem e nos fazem pensar na complexidade das relações existentes entre eles e o conjunto geral da população, a exemplo dos estrangeiros e demais pessoas do Império, brancos, semibrancos ou mesmo pardos, pertencentes às elites latifundiárias ou não, ou aos que faziam parte do que podemos chamar pelas “camadas médias” urbanas.

²²⁷ Lista de Passaportes da Delegacia de Polícia da Parahyba do Norte – 1855 – Período Imperial – Documentos Manuscritos – Nº 234, CX. 032 – AHWDB. (Grifos nossos). O documento foi transcrito como em seu formato original pelo autor.

²²⁸ Esta localidade nos dias atuais, pertence ao município de São Lourenço da Mata, zona da mata de Pernambuco.

²²⁹ Lista de Passaportes - Delegacia de Polícia da Parahyba do Norte – 1855, Período Imperial, Documentos Manuscritos, nº 222, CX32 – AHWBD. (Grifos nossos). O documento foi transcrito como em seu formato original pelo autor.

4.2 PARDOS, MULATOS E FULAS: Negros e Negras Livres e Forras pobres no trabalho doméstico entre as províncias da Paraíba, Pernambuco e a Corte

Em 1855, Joaquim Francisco Antônio transitava entre a Cidade da Parahyba e a cidade do Recife, com 16 anos de idade. Ele era um *cabra*²³⁰, que trabalhava como criado do Capitão Epaminondas de Souza Gouveia. Muitos negros e negras livres pobres e escravizados serviam como criados em residências ou casas de comércio na capital, e acompanhavam seus patrões para onde quer que eles fossem, ou em algumas ocasiões, iam eles sozinhos a serviço do mesmo. Atividade costumeira, fossem eles homens ou mulheres, livres ou escravizados, os negros livres e libertos criados de residências ou casas de fazendas tinham como destino em geral, a cidade do Recife, pois era lá onde se realizavam as principais negociações.

Esta convivência doméstica com seus empregadores, sendo Donas, “Senhoras Moças” ou Senhores, pode em princípio revelar a possibilidade da existência de uma proximidade forte entre eles, uma vez que o indivíduo que estivesse sob a condição de criadagem seria uma pessoa de grande confiança. Neste caso em específico, o Passaporte inclui a informação de quem Joaquim era empregado, ou seja, servia à Epaminondas de Souza Gouveia e sua família. Foi possível descobrir a identidade de seu patrão analisando-se os bancos de dados relativos aos Assentos de Batismo da Freguesia de N.S. das Neves na segunda metade do século XIX.

A patente de Capitão foi verificada na ocasião do batismo de Manoel, *pardo* Livre, filho natural de Justina Maria da Conceição, ocorrido em 21 de Junho de 1849. Sua mãe era uma *parda* Liberta, tendo Manoel sido batizado na Matriz de N.S. das Neves, sob testemunha de seu padrinho, Capitão Epaminondas de Souza Gouveia e Dona Theresa Raymunda de Jesus Gouveia, sua esposa e madrinha de Manoel²³¹. A proximidade entre os apadrinhados e empregados com o senhor poderia revelar uma outra relação: a de que muitos escravizados, uma vez concedida sua liberdade, tinham certas “condições” das quais deveriam seguir e uma das mais comuns seria a companhia até a hora da morte. Teria sido este o caso do jovem Joaquim e do pequeno Manoel?

²³⁰ O documento descreve o *cabra* Joaquim como tendo “cabelos carrapinhos, olhos avermelhados e nariz chato”, traços característicos da fisionomia da população negra. Lista de Passaportes - Chefatura de Polícia da Parahyba do Norte – 1855, Período Imperial, Documentos Manuscritos, CX32 – AHWBD.

²³¹ Consta que Dona Theresa foi madrinha por procuração apresentada pelo Capitão Epaminondas. Informações obtidas através do Banco de Dados com os Assentos de Batismo da Freguesia de N.S. das Neves – 1833 – 1860. N. 3606 – 21 de Junho de 1849.

Nos anos subsequentes, o Capitão Epaminondas aparece em outras ocasiões também participando do rito do batismo de outras pessoas negras livres pobres e quase sempre no mesmo local, a igreja Matriz. Outro trabalhador que acompanhava o capitão em suas idas para Recife era Honorato da Silva, 20 anos de idade²³². Em 10 de Abril de 1855, o patrão solicitou o seu passaporte para ir até a vizinha província do Sul, uma permanência que duraria dois meses. Honorato era oficial de Sapateiro, e da mesma maneira que Joaquim, trabalhava para o referido Capitão. Descrito como tendo “cabelos carapinhos, olhos pretos e nariz chato”, apresenta características físicas que o identificam como pertencente ao povo negro. Estas descrições da fisionomia do indivíduo são comuns a muitos *Pardos*, *Crioulos*, *Morenos* e outros indivíduos que vimos até então. Mas Honorato também pertencia a um grupo social cuja nomenclatura se distingue de todas as outras que vimos: ele era um negro *fula*.

O fato da identidade de Honorato ser *fula* seria uma evidência forte de sua ascendência direta com a África, ou seja, seria ele um Africano Livre vivendo na Paraíba? Teria sido ele um dos inúmeros indivíduos trazidos ilegalmente da África para o Brasil após 1833 ou 1850? Segundo Barros (2018) e Lima (2003), esta palavra é tratada pela historiografia da escravidão como sinônimo de indivíduos oriundos de uma região da África Ocidental (LIMA, 2003, p. 124). Esse termo poderia designar africanos originários da Guiné, “de cabelos encarapinhados e de cor mais ou menos baça”, ou ainda, no uso brasileiro, o “mestiço de negro e mulato, pardo”. Seria esse o caso de Honorato? Ainda sobre a palavra *fula*, Clovis Moura, comenta que ao cabra não raro se chama também de *pardo*, *fula*, ou *fulo*, ou *bode*, ou *cabrito* (MOURA, 2004, p. 75 apud FONSECA, 2007, p. 120). Esta terminologia também poderia indicar, segundo Barros (2018, p. 492), não apenas a cor da pele, mas um fruto da mestiçagem de africanos com indígenas. Na documentação em questão, *fula* referia-se especificamente à cor de Honorato, porém ela também pode demonstrar, como já constatamos, a sua origem étnica. O fato do termo em questão não ser comum em relação aos demais negros livres e forros reforça esta hipótese, pois nenhum outro passaporte analisado até então entre 1850 e 1856, apresentou este nome em específico.

Um aspecto importante para entendermos as origens de Honorato pode ter relação com o fato de que o nome *Fula* poderia estar associado possivelmente à linguagem ou

²³² Lista de Passaportes da Delegacia de Polícia da Parahyba do Norte - 1855. Nº 190. Período Imperial, Documentos Manuscritos – AHWBD.

dialeto utilizado por ele na época, oriundo de suas origens africanas, como atestado a seguir:

O desenvolvimento de grandes reinos e impérios sudaneses, tais como **Gana, Mali, Songai os estados Hausá e Kanem-Bornu em torno das fronteiras sul do Saara** tiveram várias consequências importantes para a história da **África Ocidental** como um todo. Por exemplo, proveu o cenário para a expansão dos **Fulani**, o único povo pastoril Africano desta porção ocidental (também conhecidos como **Fulbe, Fula, Fellata e Peul**). O fato de serem unicamente um povo pastoril nesta região levou a hipóteses de que eles seriam originalmente um povo Saariano [...]²³³

Os *Fulas* do ponto de vista étnico e religioso, também são apontados como sendo de origem muçulmana. Seria o caso do passado de Honorato ou de sua família? Se levarmos a documentação em questão, e supondo que ele fosse um Africano Livre, teria nascido na África Ocidental por volta de 1835 e vindo parar no porto do Recife²³⁴ ou no da Parahyba do Norte neste mesmo período. Um aspecto importante para entender alguns pontos que podem distinguir do ponto de vista étnico os Negros livres e Forros é o termo *Crioulo*, geralmente designando um negro que nascera no Brasil. Os *Crioulos* Libertos como vimos, tinham uma forte presença em Cidade da Parahyba, logo, o aparecimento de um termo como *Fula* que não era comum, poderia representar uma distinção de origem ou condição.

No documento, não há referência sobre a condição jurídica de Honorato (se Liberto ou Forro), ou seja, era um negro *Fula* Livre. Sendo artesão sapateiro, tinha habilidades especiais que seriam muito úteis a ele e ao seu patrão, Epaminondas. Uma ida de dois meses ao Recife poderia implicar em diversas experiências, dentre as quais a produção/venda/aquisição de matéria-prima ou mesmo de produtos para serem revendidos em Parahyba. Devemos nos lembrar das constantes idas e vindas entre as duas províncias e das relações econômicas de dependência estreitas entre elas. Honorato por ser habilidoso e de confiança, desempenharia portanto este papel. Por ora, podemos apenas supor.

O ofício de empregado de um particular era corriqueiro em Cidade da Parahyba, sendo os serviços prestados realizados de diversas maneiras. Diferentemente de seus

²³³ Disponível em: <https://www.britannica.com/place/western-Africa/The-wider-influence-of-the-Sudanic-kingdoms#ref516298> Acesso em: 25 nov. 2019. (Grifos nossos).

²³⁴ Um dos maiores portos de desembarque de escravizados desta parte do Brasil assim como Salvador na Bahia, o porto do Recife foi porta de entrada de muitos escravizados (depois forros) e Africanos Livres após a proibição do tráfico, inicialmente em 1833 e em seguida em 1850 com mais força. Mas o Porto da Parahyba do Norte também pode ter sido ponto de desembarque do *Fula* Honorato.

pares que viajavam com certa autonomia ainda que em grupos, estes negros livres e libertos pobres estariam sob uma tutela mais constante e muito mais próximos do ambiente “íntimo” se seus senhores ou donas, especialmente no convívio doméstico. Estes ambientes privados poderiam variar desde os sobrados e casas de Cidade da Parahyba ou nas casas grandes dos engenhos próximos da capital da província, uma situação que também poderia acarretar de certa maneira alguns privilégios que os demais livres pobres não possuíam, como alimentação e acomodações melhores. A complexidade desta relação entre os Negros Livres Pobres e as camadas médias e as Elites, pode ser mais uma vez apreendida quando analisamos as vivências dos negros e negras livres pobres que trabalhavam para a família Monteiro da Franca. De linhagem que arremete ao século XVII, os Monteiro da Franca foram uma das famílias de latifundiários de maior destaque no século XIX na Paraíba, participando intensamente de sua vida política e social.

Um dos muitos criados de José Vicente Monteiro da Franca era Inácio José, identificado como um *mulato* Forro. Tinha 20 anos de idade, cabelos carapinhos, olhos negros, sem barba no rosto. O passaporte de número 32 emitido em 9 de Fevereiro de 1856 dava-lhe permissão a ir acompanhar seu patrão até a Corte para realizar seu trabalho como serviçal, carregador, cuidador de animais, entre outras tarefas que deveriam ser típicas de um empregado de interior de residência tal qual era seu caso. Assim como Honorato, o *mulato* Inácio José trazia consigo uma identidade étnica até então não fora demonstrada em outro documento de passaporte. Apesar de ser um termo muito comum utilizado durante todo o período Colonial, a terminologia *Mulato*, de acordo com Vainfas (2000), é uma palavra

Herdada do castelhano e consagrada no português, ainda no século XVI, para designar os **filhos de brancos e negros**, ou vice-versa. Dizia respeito portanto, à **ascendência e não à cor**, embora com o passar do tempo acabasse designando, vaga e imprecisamente, **a cor entre o branco e o negro**, daí o vocábulo *pardo*, por vezes usado como sinônimo de mulato do período colonial. A nomenclatura usada para ludir às mesclas resultantes da união de brancos e negros, e aos próprios negros, sempre foi, aliás, repleta de sutilezas e variou muito ao longo do tempo (VAINFAS, 2000, p. 413). (Grifos nossos).

Para além da questão da origem étnica e da cor, ainda havia uma outra possibilidade: a de que o termo *Mulato* seria usado para definir um indivíduo de ascendência negra que seria de acordo com documentos da época, fruto de seu comportamento cotidiano, neste caso, sua resistência talvez aos seus antigos donos ou donas ou às autoridades da província, “valentia, atrevimento, insubmissão” (VAINFAS,

2000, p. 413). Poderia ter sido este o caso de Inácio? Tendo conseguido sua carta de alforria tão novo, com apenas vinte anos de idade, nos indagamos se o pecúlio acumulado de seus serviços pode ter sido fundamental na obtenção de sua liberdade, ainda que em tão pouco tempo. Existem ainda outras duas possibilidades: benevolência de seus antigos senhores enquanto cativo ou auxílio de parentes ou irmãos de Irmandade. E mais: a promessa da alforria caso servisse o senhor e sua família até a morte deste, que era muito comum.

A mestiçagem e a crescente possibilidade de obtenção de alforria conduziram à formação de novos segmentos sociais, como os dos **pretos forros** que conquistaram sua liberdade através da **acumulação de pecúlio** (pela brecha camponesa, nas áreas agrícolas, ou pelo trabalho extra, entre os escravos de ganho das áreas urbanizadas); e os **de pretos, mulatos ou pardos livres (como os descendentes de escravos que obtiveram a liberdade na pia batismal, ou da parte de senhores cheios de culpa, que os alforriavam ao fazer seu testamento)**. Tais grupos puderam ter destino fúnebre diferente devido às estratégias criadas em vida, a exemplo da associação a irmandades religiosas de "homens de cor", que serviram como redes protetoras para os momentos de doença e na morte. (SCHWARCZ e GOMES, 2018, p. 341). (Grifos nossos).

Sendo um dos tantos criados *forros* dos Monteiro da Franca, poderia existir uma relação próxima entre eles e uma grande chance de esta ter sido a razão pela qual ele os servia. Certamente, Ignácio tinha também suas vontades e desejos próprios, sendo alforriado e estando a serviço de uma família como os Monteiro da Franca, poderia existir uma relação de proteção e outros benefícios pelo fato de estar a serviço destes.

Não apenas criados homens eram presenças comuns no ambiente privado das famílias da Elite. Trataremos da relação entre duas mulheres negras, Silvéria e Josefa Maria da Conceição e a família Monteiro da Franca, representada aqui na figura do Major José Vicente Monteiro da Franca²³⁵. Em 9 de Fevereiro de 1856, dois passaportes foram emitidos para as duas acompanharem a família Monteiro da Franca até a Corte, no Rio de Janeiro. Uma viagem feita de navio, saindo do porto da Cidade da Parahyba e que duraria, a depender das condições climáticas, marés e a quantidade de portos em que iriam atracar, uma semana ou mais²³⁶. Silvéria era *Crioula Livre*, Costureira e Criada²³⁷. Tinha 25 anos,

²³⁵ Filho de Francisco Xavier Monteiro da Franca e de Dona Francisca Leopoldina Monteiro da Franca, era casado com Dona Virginia Alexandrina Bastos da Franca. O Casal Monteiro da Franca era morador da Freguesia do Engenho Velho, corte do Rio de Janeiro. Em 1856, ao que consta, residiam na corte, e no ano seguinte, em 1857, estavam novamente na Freguesia de N.S das Neves.

²³⁶ Neste período, a principal empresa de navegação atuante no transporte de pessoas e comércio de cabotagem no litoral do Império era a Companhia Pernambucana de Vapores.

²³⁷ Lista de Passaportes da Delegacia de Polícia da Parahyba do Norte - 1856. Nº 31. Período Imperial, Documentos Manuscritos – CX.32 - AHWBD.

era baixa, cabelos carapinhos, rosto redondo, olhos negros. No mesmo navio, seguia para a Corte, Josefa Maria da Conceição.

Seguem para o Rio de Janeiro, desembarçados por esta Repartição, **Josefa Maria da Con^{cei}, parda**, e seus quatro filhos de nomes José, de 18 na^{os}, de idade, Belarmina, de idade de 14 annos, Maria, de 12 na^s, e Avelino de 10 annos de idade, **todos livres, e criados** de José Vicente Mont^e. da Franca, em cuja companhia vão = Secrer^a da Pol^a da Par^a. 9 de Fev^o de 1856 = O chefe de Policia = João Ant^o d' Andr^e Freitas Henriques²³⁸.

Josefa ia em companhia de seus filhos, todos *pardos e livres* e criados dos Monteiro da Franca. Ter tantas pessoas a seu serviço era um dos indicativos de opulência das famílias das elites durante o Império e era este o caso do major e sua família. O fato de residirem no Rio de Janeiro e no ano seguinte estarem de volta à Paraíba pode ser um indicativo de que Silvéria, Josefa e seus filhos tenham ido até lá para participar deste processo de mudança. Antes de seu retorno à província da Paraíba, o major José Vicente teve uma de suas filhas, Maria, batizada na capela de Santo André, na freguesia do Engenho Velho, Rio de Janeiro. É provável que este local tenha sido o destino de Silvéria e Josefa, de onde tinham propriedade²³⁹. Teria também José Vicente apadrinhado os filhos e filhas de Josefa?

Ao verificarmos os Assentos de Batismo, não conseguimos localizar referências acerca de relações de compadrio entre as crianças de Josefa e seu patrão. As duas mulheres eram livres e não forras, assim como eram livres todos os filhos e filhas de Josefa, o que nos leva a pensar sobre certas questões. Ao que as fontes podem indicar, as relações entre estas mulheres negras livres e seu patrão eram estreitamente ligadas ao trabalho. Teriam elas oferecido seus serviços/habilidades em troca de pecúlio? Ou eram elas a muito agregadas, descendentes de antigos escravizados dos Monteiro da Franca, e, portanto, antigas residentes de seus engenhos? Silvia Telles, ao estudar as experiências das amas de leite, afirma que estas mulheres negras domésticas se incumbiam da prestação dos serviços mais íntimos e pessoais à família senhorial, vivenciada nos espaços internos das casas (SCHWARCZ & GOMES, 2018, p. 101). As relações tecidas entre pessoas Negras Livres Pobres e de outras camadas sociais não eram apenas a de dependência, mas podiam ser de confiança, auxílio mútuo e proteção.

²³⁸ A nota mencionada aqui segue exatamente como consta na documentação pesquisada. Lista de Passaportes da Delegacia de Polícia da Parahyba do Norte - 1856. Período Imperial, Documentos Manuscritos – CX.32 – AHWBD (Grifos nossos).

²³⁹ Banco de dados dos Assentos de Batismo da Freguesia de N.S. das Neves – nº 6814 – 04-08-1857.

Esses mesmos **pretos livres** viviam numa posição intermediária entre os dois extremos: a liberdade e a escravidão, a existência de outro universo diferente do mundo do senhor e do mundo do escravo, sugerindo aos “indivíduos de cor” a possibilidade de **relações alternativas à interação de senhor e escravo** (Klein, 1978, p. 3). Como se vê, **as relações sociais, no contexto da escravidão, tendem a ser mais complexas do que sugeriam, por exemplo, as abordagens econômicas.** (ROCHA, 2007, p. 399). (Grifos nossos).

É justamente esta complexidade da relação de trabalho entre elas e seu patrão que podem nos levar a uma aproximação mais efetiva de como era seu cotidiano. Silvéria e Josefa eram oriundas de uma sociedade imensamente empobrecida, marcada em grande parte pela sistemática exclusão e pela hierarquização de grande parte da população. Elas viveram nos estratos mais baixos daquele período, vivendo subordinadas e excluídas. Os arranjos políticos, sociais e administrativos permitiram a famílias como os Monteiro da Franca, caso do major José Vicente, a obtenção de espaço nos locais mais importantes da política local. Suas atividades como comerciante, militar e político reproduziam a sua presença no jogo político, e a posse de escravos bem como a presença de uma grande criadagem era fundamental nesse processo, pois o habilitava no mercado, conferindo-lhe um status social mais elevado. Um caminho para compreender mais acerca da vivência cotidiana destas mulheres poderia ser alcançada descobrindo-se onde ficavam as propriedades da família Monteiro da Franca. Segundo Rocha (2007),

Em **Livramento**, dois sobrenomes são recorrentes: o da família Vidal de Negreiros e o da família Gomes da Silveira, cujos antepassados participaram da consolidação da conquista da Paraíba. Outros, como os Carneiro da Cunha, fundadores do partido Conservador na província, e os Toscano de Brito e os **Monteiro da Franca**. Os dois últimos, representantes do partido liberal na Paraíba, também foram encontrados com bastante frequência, sobretudo, nos livros de batismos, tanto da **freguesia urbana quanto nas “rurais”**, visto que esses políticos eram **donos de propriedades rurais e de escravos** (ROCHA, 2007, p. 399) (Grifos nossos).

Os registros, portanto, constam que os Monteiro da Franca eram proprietários de engenhos tanto na região do Livramento (várzea do rio Paraíba), como do rio Mandacaru²⁴⁰, a Leste da Cidade da Parahyba. Silvéria, Josefa e filhos, portanto, deveriam viver transitando constantemente entre estes espaços, o Engenho, a Cidade da Parahyba, as cidade do Recife e a Corte a trabalho. Os “diversos mundos” pelos quais elas transitavam transcendiam a realidade de grande parte de seus irmãos e irmãs ainda presos ao cativeiro ou a trabalhos que os deixavam limitados aos seus locais de residência. O trabalho doméstico de mulheres negras livres e forras em Cidade da Parahyba, poderia ir

²⁴⁰ Dona Joana Monteiro da Franca seria uma das proprietárias, tendo residência em engenho localizado no rio Mandacaru. (ROCHA, 2007, p. 99 apud SANTANA, 1989, p. 168).

além dos ambientes privados das residências na cidade ou das casas grandes dos engenhos, ultrapassando as fronteiras das províncias. As redes de sociabilidades estabelecidas por estas mulheres deveriam ser grandes, estabelecendo-se contatos com diferentes e distintos grupos da sociedade oitocentista. Uma das amostras destas sociabilidades que se estabeleciam entre mulheres negras livres forras e pessoas de fora da província ainda na Cidade da Parahyba eram os locais de pouso de viajantes, conhecidos como “casas de pasto”. Um viajante, fosse ele homem ou mulher recém-chegado à capital da província após longa viagem, poderia estabelecer-se em um destes lugares, que serviam de dormida, local para alimentação e bebida, descanso para os animais e fornecimento de alimento para estes. A existência destes locais de sociabilidade da população negra livre pobre é verificada no anúncio a seguir.

Precisa-se de uma **mulher forra ou escrava**, para **cozinhar** em casa de pasto, que faz **comidas para matutos**; a tratar na rua da Ponte, n. 37. (O PUBLICADOR, 1864, ed. 640, p. 4). (Grifos nossos). (Grifos nossos).

Localizada estrategicamente na Rua da Ponte²⁴¹, ou seja, uma das portas de entrada para a capital da província, esta Casa de Pasto buscava empregar mulheres cozinheiras para servir aos vários “matutos”²⁴² que ali chegavam, ou seja, Almocreves, Marchantes, Caixeiros, Vaqueiros, Pequenos Comerciantes, Pescadores, Agricultores, e outros indivíduos livres pobres ou escravizados praticantes de vários ofícios recém-chegados do interior à cidade. A presença destas mulheres negras livres e forras pobres em meio à sociedade escravista nos permite visualizar um pouco mais acerca da complexidade dos vários “mundos do trabalho” na Paraíba oitocentista. Como asseverou, Silvia Telles:

Refletir acerca da escravidão e das relações de gênero na história do Brasil requer considerar as **experiências de mulheres africanas e suas descendentes nos mundos do trabalho**, em particular o local da escravidão doméstica. Apesar de minoritárias no tráfico africano e nas grandes fazendas, mulheres africanas e crioulas atuaram no interior das casas-grandes e sobrados urbanos desde a implantação da escravidão nas Américas. Os esforços necessários à subsistência – limpeza da casa, lavagem de roupas, provimento de água, artesanato doméstico, processamento de alimentos – destacaram-se como o principal modo de inserção das mulheres escravas, **mas também libertas, livres e brancas empobrecidas, no mundo do trabalho urbano**

²⁴¹ No mapa da página 39, a Rua da Ponte está indicada no número “12”, por estar ao lado da Ponte sobre o Rio Sanhauá, ligado a parte Oeste da Cidade da Parahyba do Norte até a estrada que seguia rumo ao interior da província.

²⁴² Termo pejorativo utilizado para descrever os habitantes que eram oriundos do interior da província. O termo “matuto” já era falado nas províncias do Norte desde 1816, como atestam os diários do inglês Henry Koster.

enquanto durou este regime. (SCHARWCZ & GOMES, 2018, p. 101). (Grifos nossos).

Analisar as diversas experiências mostradas no decorrer deste capítulo nos permitiu, portanto, construir os cotidianos destes “andarilhos e andarilhas” negras livres pobres. No item a seguir, observaremos as histórias de dois homens que seguiram caminhos distintos para fora de Cidade da Parahyba. Tentaremos analisar, até onde foi possível, as suas respectivas trajetórias longe de seus lugares de origem.

4.3 JERÔNIMO EMILIANO E ROBERTO MARINHO FALCÃO: Um crioulo liberto e um pardo livre no Norte do Império.

As frequentes idas e vindas de viajantes entre as províncias do Império revelam muitos caminhos, paisagens e possíveis experiências pelas quais a população negra livre pobre vivenciava. Pessoas – homens, mulheres e crianças – que tinham como destino povoados, vilas e cidades por todo o Norte e além dele. Os negros livres pobres transcendiam as fronteiras estabelecidas, as condições que lhes eram impostas, independentemente de suas qualidades e origens. Dos vários perfis e das várias (e possíveis) experiências da gente negra que conseguimos descobrir, há outras duas que nos chamaram atenção, em primeiro lugar pelos ofícios que exerciam e pela distância que percorreram da Cidade da Parahyba até as outras províncias para exercê-los. O (a) leitor (a) deve recordar-se de Jerônimo Emiliano, que apareceu pela primeira vez no capítulo anterior²⁴³. Agora, analisaremos o seu passaporte com mais cuidado, com o objetivo de tentar alcançar até onde as fontes puderam nos levar, um pouco de sua vivência cotidiana.

Jerônimo Emiliano era um crioulo *Liberto*. Nascido em 1829, tinha 21 anos. Possuía altura regular, rosto comprido, cabelos carapinhos, olhos pardos, cor preta e nenhuma barba²⁴⁴. Ao solicitar o passaporte, Jerônimo pretendia ir para o lugar de destino de muitos negros livres pobres que saíam da Cidade da Parahyba à época: a cidade do Recife. Um trajeto por terra era calculado, segundo valores da época em aproximadamente 28 léguas de distância²⁴⁵, nos quais atravessaria diferentes paisagens

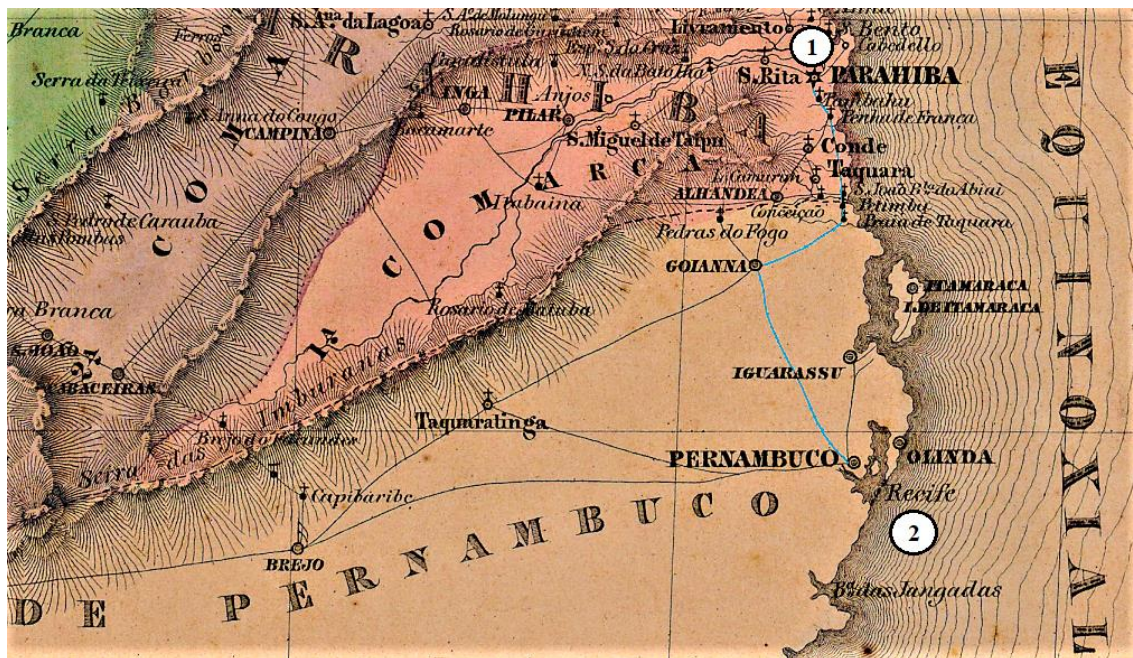
²⁴³ Capítulo 3, p. 81.

²⁴⁴ Lista de Passaportes da Delegacia de Polícia da Parahyba do Norte – 1850 – 1857 – CX: Série – Justiça e Segurança – Datas Limite – 1800 – 1895 – Quantidade 261. – Passaporte Nº 16, APMA.

²⁴⁵ Segundo documento datado de 1811, a distância em léguas entre a Cidade da Parahyba do Norte e a Vila de Goiânia, na província de Pernambuco, era de 15 léguas. Dali para Recife, era de 13 léguas. Fonte: Memória sobre o “Itinerário da Paraíba do Norte à Villa do Recife de Pernambuco, buscando a melhor

entre rios, riachos, engenhos e povoados. Através do mapa abaixo, procuramos apresentar o possível caminho entre as províncias percorrido por Jerônimo.

Figura 18: Provável rota terrestre utilizada entre as capitais das províncias da Paraíba (nº 1) e Pernambuco (nº 2), baseada em mapa do ano de 1848.



Fonte: “Carta topográfica e administrativa das províncias do Rio Grande do Norte e Paraíba erigida sobre documentos mais modernos” – 1848²⁴⁶.

Lá chegando, exerceria seu ofício, o de Barbeiro. A presença destes práticos nas áreas urbanas em grande parte do território brasileiro no século XIX é constatada em muitos documentos. Tais trabalhadores tinham uma grande proximidade com os demais setores da sociedade, especialmente entre os escravizados os quais lhes tinham grande estima e confiança. Segundo Schwarcz e Gomes,

Na maioria das regiões do mundo, até o século XX as cidades apresentavam normalmente taxas de mortalidade muito mais altas do que as áreas rurais. No entanto, alguns estudiosos sugerem que não existia diferença entre as áreas rurais e urbanas. Não há dúvida de que, em todos os lugares, os barbeiros e os curandeiros eram os principais meios utilizados pelos escravos para cura das suas doenças (SCHWARCZ & GOMES, 2018, p. 201).

Levando-se em conta o quão insalubres eram os aglomerados urbanos no século XIX e da confiança que era depositada pela população nestes “práticos da cura”, Jerônimo

estrada e as povoações mais notáveis” – 1811 – 1825, p. 5. BR RJANRIO U1.0.0.77 – AN. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/> Acesso em: 08 jan. 2020.

²⁴⁶ BR RJANRIO F2.0.MAP.88 – Dossiê – AN. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/> Acesso em: 08 jan. 2020.

deveria ser alguém muito requisitado e respeitado em meio a negros livres, forros e escravizados, tanto na Cidade da Parahyba como em Recife e talvez também o fosse em outras localidades.

A atuação dos barbeiros e outros práticos da cura na década de 1850 são mencionados ainda que esparsamente, em algumas fontes das quais tivemos contato, a exemplo dos relatórios da provedoria de saúde da província da Paraíba. Em uma delas, o médico José Innocência Poggi chama a atenção sobre a questão da saúde da população pobre. Dizia ele em seu relatório que na província “fazia sentir-se a falta absoluta de facultativos em quase todas as localidades, de modo que os habitantes morriam ao abandono, quando doentes, ou entregavam-se às mãos de pessoas caridosas ou especuladoras que lhes proporcionavam remédios”²⁴⁷. Entre estas pessoas “caridosas e especuladoras”, encontravam-se os curandeiros e os barbeiros. No Brasil do século XIX, não havia ninguém mais apto a desempenhar as atividades de “sarjar, sangrar e aplicar sanguessugas e ventosas” do que escravizados e libertos (SCHWARCZ & GOMES, 2018, p. 208), ou seja, eram da mesma maneira profissionais no manuseio de instrumentos, lâminas e, conseqüentemente, “agentes da estética”²⁴⁸. Na prática da sangria, o barbeiro:

[...] friccionava a veia com os dedos, dava-se um corte rápido e raso para que não atingisse nenhum nervo ou artéria. Após a saída da quantidade de sangue desejada, o barbeiro estancava a ferida com pano, envolvendo o corte com uma atadura. Os instrumentos normalmente utilizados eram: a lanceta, a sanguessuga e a ventosa (de vidro ou ossos) (SANTOS, 2005 apud DANTAS, 2016, p. 248).

Além destas atividades, um barbeiro poderia indicar o uso de remédios e fabricar chás ou insumos com eles. Um relato de 1862 parece confirmar o uso de algumas plantas por esses barbeiros. Na ocasião em que um médico da província²⁴⁹ visitava a povoação de Cruz do Espírito Santo²⁵⁰, constatou que ali, na tentativa de medicar a população local contra “moléstias diferentes mas próprias da estação”, disse não haver remédios “de qualidade alguma, nem ao menos aquelas drogas vulgares, que parece que devem haver

²⁴⁷ Relatório da Provedoria de Saúde da Província da Parahyba – 1858, p. 27. Relatórios de Presidente de Província. CX. 03 – APMA.

²⁴⁸ Os barbeiros eram também requisitados pela população negra livre pobre para cortes em cabelos e barbas.

²⁴⁹ A historiografia brasileira no tocante à Paraíba tem feito discussões acerca das relações entre os práticos da cura (barbeiros, curandeiros, etc) e os farmacêuticos, boticários e médicos da província (profissionais autorizados pelo estado para a prática da medicina científica). Estas relações não são objeto de discussão deste trabalho.

²⁵⁰ Localidade distante poucas léguas a Oeste da Cidade da Parahyba, seguindo o curso do Rio Paraíba, próximo a Santa Rita. Ver mapa da página 59.

em todos os povoados, como óleo de ricião, flores de sabugueiro e de lília, etc²⁵¹. Percebemos que aqui, apesar do médico relatar que não havia remédios segundo ele “de qualidade alguma”, não deixava de fazer uso das “drogas vulgares”, ou seja, remédios que eram encontrados pela população negra livre e forra pobre na natureza e que eram receitados a eles, possivelmente por práticos tais como curandeiros, barbeiros e outros.

Jerônimo devia ser um deles. No tocante à nomenclatura que encontramos em seu passaporte, ele era definido apenas como “Barbeiro”, sem no entanto, especificar se ele era de fato um “sangrador”. Por ora, trabalhamos com a hipótese de que ele seria mesmo um “prático da cura” e da estética, uma vez que até então, não encontramos nenhum outro passaporte semelhante entre 1850 a 1860 que possa estar especificada a função de barbeiro. Fato, é que Jerônimo ia para Recife, onde teria direito a permanecer durante 30 dias antes do retorno à Paraíba. Estaria ele indo para lá realizar seus serviços, prestando auxílio a muitos negros, fossem eles escravizados mas também livres e forros pobres?

Provavelmente, uma vez lá, ele divulgaria seu trabalho nos jornais do Recife. Para tal, seria necessário ajuda de pessoas influentes ou com dinheiro. Em alguns passaportes, existe escrito que o indivíduo em questão havia “Apresentado annuncio”. Trata-se de um termo presente em alguns passaportes entre a Paraíba e Pernambuco, mas nesta pesquisa, só o encontramos associado a pessoas brancas, entre eles brasileiros caixeiros e comerciantes portugueses que viajavam de uma província para outra para vender seus produtos. O exercício das “artes de curar” foi bem documentado pelo viajante e pintor francês Jean Baptiste-Debret, quando capturou diversas cenas cotidianas da Corte na década de 1830, acabou por registrar a ação dos barbeiros, como demonstrado abaixo:

²⁵¹ A REGENERAÇÃO, 7 de Fevereiro de 1862, ed. 72, p. 2.

Figura 19: “Barbeiros Ambulantes” – Jean Baptiste Debret, 1839.



Fonte: DEBRET, Jean-Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil, 1816-1831*. São Paulo: Melhoramentos, 1971.

A ausência de um possível anúncio dos serviços prestados por Jerônimo nos levou a pensar que ele poderia ser um barbeiro andarilho que viajava entre as capitais das províncias. Imagine o (a) leitor (a) o ambiente no qual ele se estabeleceria, ou seja, a cidade do Recife no ano de 1850, um lugar bastante povoado, insalubre, repleto de cores, vozerias, comércio de rua e da presença de diferentes etnias, culturas e línguas de origem americana, africana e europeia. Um lugar cujo porto era dos maiores desta parte do Império. Ali, ele exerceria seu ofício, criando suas próprias redes de sociabilidade, estabelecendo vínculos, reencontrando conhecidos, irmãos e irmãs, familiares e tendo o cuidado de não ser pego pelas autoridades da província sem seus documentos e de outros indivíduos mal intencionados que poderiam leva-lo de volta ao cativeiro. O mundo de Jerônimo e o de tantos outros negros livres e forros era perigoso, porém como já vimos, eles tinham suas maneiras próprias de resistirem ao *status quo*. Exercer o ofício de barbeiro poderia levar Jerônimo a acumular pecúlio suficiente para sua sobrevivência e melhoria de sua vida, e o Recife oitocentista parecia ser o lugar perfeito para tal atividade.

Se, por um lado, o caráter mecânico da arte de sangrar e a sua limitação a atos cirúrgicos menores ajudam a explicar o porquê de grupos mais abastados da sociedade relegarem o exercício de sangrador a populações mais pobres e a escravizados, **havia, por outro lado, interesse de cativos e libertos,**

incluindo-se nessa conta muitos africanos, pelo ofício. Esse grupo, provavelmente, via em tal atividade, pelo menos nos centros urbanos, uma oportunidade de acumular pecúlio; ou seja, enxergava o aumento potencial da possibilidade de comprar a liberdade e de melhorar suas condições de vida (SCHWARCZ & GOMES, 2018, p. 208) (Grifos nossos).

O conhecimento das “artes de curar” também poderia apresentar-se como uma das muitas formas de resistência da população negra. É possível que as competências de Jerônimo tenham sido herdadas de seus antepassados africanos, cujos conhecimentos agora lhe eram úteis, ou mesmo aprendido aqui no Brasil, com negros crioulos ou indígenas. Freyre (2013, p. 400) afirma que neste período no Recife, os doentes geralmente eram cuidados por físicos, barbeiros e curandeiros com ervas da terra ou remédios tradicionais da Península Ibérica²⁵², segundo o autor, “sobrevivências da cultura africana representadas por curandeiros” (FREYRE, 2013, p. 400). A trajetória de Jerônimo Emiliano, cujo destino as fontes ainda não analisadas estão por revelar, foi portanto única em nossa pesquisa, uma vez que trata-se do único homem negro que encontramos exercendo este ofício, em meio a tantos outros profissionais. E mais: revela mais uma vez a predominância dos Negros e Negras Libertos (as) como um dos grupos sociais que estavam em movimento constante entre as províncias do Norte.

O ano seguinte revelou mais uma das várias trajetórias da população Negra Livre Pobre da qual nos chamou atenção, e neste caso não apenas pelo ofício que era único nesta pesquisa, mas da distância percorrida pelo mesmo. Em 26 de Julho de 1851, o *pardo* Roberto Marinho Falcão de 32 anos, solicitava passaporte. Roberto foi descrito como tendo “altura regular, rosto descarnado, cabelos carapinhos, olhos negros e barba no queixo²⁵³”. A validade de seu passaporte que era de quatro meses, tinha um motivo especial: ele se dirigia a uma localidade distante, mais ao Sul do que os destinos usuais. Tratava-se da província de Sergipe, com escala por Pernambuco e Alagoas. O destino final de Roberto muito provavelmente seria São Cristóvão²⁵⁴, na época a capital daquela província.

O fato de estar dirigindo-se a esta província pode explicar-se a partir do ofício exercido por ele, que era de mestre de açúcar. A província do Sergipe, assim como a da

²⁵² Gilberto Freyre cita em *Sobrados e Mocambos* o caso do preto Manoel que à época, foi protagonista principal na disputa entre os médicos brasileiros e estrangeiros da província e os Barbeiros e Curandeiros pela preferência da população.

²⁵³ Lista de Passaportes da Delegacia de Polícia da Parahyba do Norte – 1850 – 1857 – CX: Série – Justiça e Segurança – Datas Limite – 1800 – 1895 – Quantidade 261. – Passaporte Nº 159, APMA.

²⁵⁴ No ano de 1855, a capital da província de Sergipe foi transferida de São Cristóvão para Aracaju, que permanece até os dias atuais.

Paraíba tinha na produção de Cana-de-Açúcar²⁵⁵ um dos principais produtos de exportação daquela parte do Império à época. Na região da várzea do rio Vaza-Barris, Roberto Marinho Falcão muito provavelmente teria seu destino final, e ali chegando encontraria pouso em um dos vários engenhos existentes naquela área. Diferentemente de alguns dos lavradores que vimos anteriormente, Roberto não se dirigia especificamente a uma propriedade, ou ao menos a informação foi omitida no momento em que se apresentou às autoridades provinciais na Paraíba. Estaria ele indo até aquela província oferecer os seus serviços de Mestre a algum rico dono de engenho sergipano?

Na função de Mestre açucareiro, Roberto fazia parte do complexo procedimento da etapa de transformação da cana no produto final, o açúcar. Seus domínios das técnicas de produção o tornavam fundamental para o processo, sendo figura requisitada nestas propriedades. Nenhum engenho de açúcar funcionava sem sua destreza, e mesmo com o Açúcar adentrando o século XIX em declínio – com as baixas dos preços cada vez maiores no mercado externo - eles continuariam a existir. Nascido em 1819, teria Roberto muito provavelmente nascido e criado em engenho na Paraíba antes de aventurar-se para terras mais distas? Tendo nascido livre, tinha relativas vantagens sobre seus semelhantes negros escravizados e libertos, no entanto, suas origens étnicas e sociais ainda o deixavam exposto.

No seu passaporte, ele é descrito como tendo a pele “descarnada”, uma informação importante, que nos leva a pensar diversas questões. Poderia ter sido fruto de maus tratos de seus patrões, porém, também teria sido um acidente de trabalho em um engenho sob sua tutela? Um dos processos pelos qual o mestre de açúcar seria responsável, era o de inspecionar o cozimento do caldo, etapa demorada que era feita com auxílio de outros trabalhadores. Mesmo não agindo diretamente sob o processo, acidentes nos engenhos eram corriqueiros, especialmente entre os escravizados que realizavam as etapas mais duras do processo. Finalmente, trabalhamos com a hipótese de que o rosto de Roberto poderia carregar as marcas de doenças que o acometeram no passado.

Doenças como a varíola ou lepra poderiam deixar marcas em todo o corpo que poderiam perdurar por toda a vida do indivíduo. Teria sido este seu caso? De toda forma,

²⁵⁵ De acordo com dados obtidos dos Relatórios de Presidente da Província de Sergipe no ano de 1852, na Comarca de São Cristóvão, representando a capital mais os municípios de Socorro e Itabaiana, existiam 82 engenhos de açúcar, que produziam desde o açúcar branco ao mascavo. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/190#?c=0&m=22&s=0&cv=72&r=0&xywh=-41%2C-764%2C4607%2C3250> Acesso em: 07 jan 2020.

fazer aquele trajeto da Paraíba até Sergipe por terra, exigiria de Roberto boas condições físicas e de saúde, o que pode diminuir as chances de que as suas marcas fossem recentes. No trajeto da Paraíba até Sergipe, ele passaria por vilas e povoados de outras duas províncias. Deveria buscar pouso nelas ou mesmo na estrada, seguindo viagem cruzando lugares como a Serra de Palmares entre Pernambuco e Alagoas, atravessando mais adiante, o Rio São Francisco, alcançando enfim, a província de Sergipe. Longos percursos tais como o de Roberto demonstram muita força e determinação destes indivíduos em alcançar seus objetivos, fossem eles por vontade própria ou a mando, as idas e vindas de negros livres e libertos pobres por toda esta parte do Norte do Império fazia com que houvesse o desenvolvimento de uma ampla rede de sociabilidades que se formava desde a Cidade da Parahyba até as mais próximas ou distantes regiões.

A complexidade destas relações desenvolvidas foi de suma importância para o desenvolvimento destas regiões, pois os intercâmbios econômicos e culturais advindos destas relações estabelecidas entre estes negros livres pobres e demais grupos sociais tornou possível o crescimento em diferentes aspectos, não apenas na província da Paraíba, como das demais aqui citadas. Mais fontes documentais estão por revelar novos destinos, trajetórias e perfis destes indivíduos cujas vivências procuramos apresentar aqui neste trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho procurou apresentar diferentes trajetórias, experiências e espaços de vivência e sociabilidade da população negra livre pobre na capital da província da Paraíba e em outras localidades próximas em meados do século XIX e foi possível graças a pesquisas realizadas em arquivos físicos na capital paraibana e através da internet pelas fontes digitais. Compilamos informações suficientes para apresentar a importância que a população negra livre pobre na Cidade da Parahyba do Norte tivera no desenvolvimento desta sociedade. No que diz respeito aos objetivos que nortearam a pesquisa, procuramos demonstrar a importância que este espectro social específico teve em todo o território nacional, não apenas na Paraíba, demonstrando através da historiografia brasileira sua atuação em diferentes movimentos sociais ocorridos no período em diferentes cidades do Brasil e na historiografia brasileira particularmente no tocante à Paraíba.

Apresentamos dados populacionais que atestam seu crescimento e sua presença nos núcleos urbanos nas regiões litorâneas em todo o Império. Comparando-se os dados gerais da população da província da Paraíba obtidos no censo de 1872 e observando os dados populacionais relativos à população livre das cidades e povoados do litoral da província da Paraíba a partir da segunda metade do século XIX, constatamos haver crescimento deles, sendo os grupos apresentados em destaque o dos negros e dos pardos Livres. Os dados populacionais relativos à capital (Cidade da Parahyba) e povoações próximas a partir da década de 1850 foram catalogados e em alguns deles, foi possível comparar com os dados da população escravizada, revelando diferenças significativas entre ambos, a exemplo das povoações da Jacóca (Conde) e do Livramento, cuja população livre supera os números dos escravizados.

Os dados relativos às povoações de Cabedello, Alhandra (Taquara) apresentam números relativos à totalidade da população (não especifica se é livre ou escravizada) ou apenas à população livre e ainda estão por serem obtidos. Estes dados foram entrecruzados com as informações relativas aos assentos de batismo realizados nesta freguesia (N.S. das Neves) em diferentes capelas católicas desta parte litorânea: as capelas de Cabedello, da praia do Bessa, da Penha, do Gramame, da Jacóca (Conde), e Taquara (Alhandra). Através destes registros de batismo, foi possível começar a compilação de dados aproximados acerca das etnias, cores, condições das crianças livres e libertas

(Forras) que nasceram entre 1848 e 1854 nestas capelas litorâneas, sendo predominantes as nomenclaturas *Pardo*, *Índio*, *Cabra*, *Semibranco* e *Crioulo*. Os dados de 1854 até 1867 não puderam ser catalogados ainda devido ao tempo curto da pesquisa, que poderá ser feita posteriormente.

Além dos Assentos de Batismo, os dados obtidos dos Passaportes também revelaram outros aspectos das condições, da etnia e da cor destes indivíduos. Em seguida, apresentamos como era o espaço da Cidade da Parahyba do Norte em meados do século XIX e as povoações próximas da capital. A descrição do espaço urbano e as paisagens naturais onde a pesquisa se desenvolveu foram possíveis graças ao cruzamento de diferentes fontes, como os jornais da província que circulavam à época entre 1850 a 1867, até os próprios Relatórios de Presidente de Província, Relatórios da Provedoria da Saúde e os Diários de Viagem de estrangeiros e brasileiros que na Paraíba estiveram na primeira metade do século XIX, alguns traduzidos do inglês pelo próprio autor deste trabalho. Ainda no capítulo dois, apreendemos algumas das experiências desta população negra livre pobre dentro do espaço urbano da Cidade da Parahyba, em relação às fugas dos escravizados que tinham participação da população Negra Livre pobre, bem como a presença de espaços de fuga e esconderijo nos arredores de Parahyba do Norte, cuja população negra residente ali aparentemente acobertava seus irmãos e irmãs escravizados em fuga.

Estes dados foram obtidos através de informações dos jornais que circulavam na província nos anos de 1850. Dentro destes espaços, as diversas vivências cotidianas dos Negros Livres Pobres foram apresentadas: seus lugares de morada, trânsito, de trabalho, asseio, coleta e como apresentado no capítulo três, observamos muitas de suas estratégias de resistência diante das autoridades da província, os quais conseguimos informações entrecruzando dados dos jornais impressos, dos relatórios de presidente de província e analisando-se algumas das Posturas Municipais, que atestavam proibições e as violações destas proibições relativas a questões como o trabalho, a venda de gêneros alimentícios e aos horários de proibição. Nelas, constata-se a presença da cultura negra sendo reprimida na capital paraibana e em seus entornos, como as festas religiosas, os cocos, sambas e batuques e as casas de divertimento, espaços de sociabilidade da população negra de Parahyba do Norte, sendo portanto palco de conflitos tais como os que conseguimos apresentar nesta dissertação.

No último capítulo, analisamos com maior profundidade os Passaportes e como eles puderam nos ajudar a traçar diversos perfis aproximados desta população negra livre pobre. Dados como a aparência física, a idade, a etnia e a cor tornaram possível imaginar e visualizar como eram estes homens e mulheres em sua época. Das diferentes denominações encontradas, nos chamaram a atenção: Semibranco, Cor de Índio, Mulato, Cabra, Fula, entre outras usadas para descrevê-los. Comparando-se os dados dos Passaportes, pudemos atestar os destinos destas pessoas. Constatamos que a população Negra Livre Pobre, com destaque especial para os *Crioulos e Crioulas Libertos (as)*, eram um grupo bastante móvel, que circulava em grande parte do tempo entre a Cidade da Parahyba do Norte e outras povoações, vilas e cidades de outras províncias do Império, em especial para a província de Pernambuco, mas da mesma forma, para as províncias do Rio Grande do Norte, do Ceará, do Maranhão, Alagoas, Sergipe, Bahia e a Corte (Rio de Janeiro).

O Passaporte era um documento que visava criar uma rede de controle desta população, uma prática de vigilância que ocorria em todo o Império e que atingia diretamente a população Negra Livre Pobre, constantemente vista sob suspeição das autoridades. Acreditamos que uma pesquisa com maior profundidade em arquivos em outros estados vizinhos da Paraíba podem vir a revelar os seus Passaportes de retorno ou mesmo, o de encontrar novos perfis destes indivíduos. Os Passaportes destes andarilhos revelaram também informações que nos levaram a pensar em como se davam as relações entre os indivíduos deste grupo social com os de outras classes, a exemplo de membros das Elites latifundiárias e comerciantes da província, uma vez que diversos perfis de criados, criadas domésticas e costureiras foram encontrados, acompanhando seus patrões ou patroas em suas viagens.

Esta pesquisa revelou também que a mobilidade da população negra livre pobre não se limitava apenas aos vaqueiros, marchantes, almocreves e outros trabalhadores que viviam do transporte e comércio de gêneros como algodão, açúcar e gado. Os praticantes de diferentes ofícios, da mesma forma, circulavam entre as províncias em um movimento constante. Eram eles pescadores, lavradores, carpinas (carpinteiros), calafates, caixeiros, pedreiros, alfaiates, barbeiros, trabalhadores de engenho, entre outros. As mulheres negras livres pobres exerciam ofícios diversos, como costureiras, criadas, amas de leite, criadeiras, quitandeiras, aguadeiras, lavadeiras, cozinheiras de casas de pasto, donas de taverna, entre outras apresentadas no decorrer desta pesquisa. Observou-se uma

multiplicidade de ofícios exercidos por estes (as) trabalhadores (as) na Parahyba do Norte, sendo portanto um aspecto importante apresentado nesta pesquisa.

Os Anúncios de fuga nos jornais, os Assentos de Batismo e os Passaportes, como todas as fontes, são documentos ricos em informações, no entanto, limitados a aquilo que apresentam a nós. Nem sempre é possível definir com precisão, por exemplo, quais eram os objetivos destas viagens ou aventuras obtidos nos Passaportes. A ausência destas informações é compensada entrecruzando-se com os dados de outras fontes relativas aos destinos dos indivíduos. Quando o cruzamento de fontes não foi possível, a análise detalhada dos dados contidos nos passaportes²⁵⁶ nos ajudaram a ter uma ideia, ainda que esparsa, de quem eram estes indivíduos e de suas possíveis experiências cotidianas.

Um destes aspectos principais tem relação com sua etnia, a exemplo das terminologias *Cor de Índio* e *Fula*. Descritas como sendo a “Cor” dos indivíduos em questão, na verdade, revelam muito mais de quem eles (elas) eram e de suas possíveis origens Étnicas, ou seja, indígena e africana. As especificidades as quais procuramos apresentar nesta dissertação foram cumpridas, abrindo leques para diversas outras possibilidades, tendo em vista a diversidade da população negra livre pobre na Paraíba. É preciso lembrar que aqui, o enfoque se deu apenas nas populações de uma parte da província, sendo necessário que as demais cidades e povoações especialmente no Sertão recebam atenção de outros estudiosos. Preferimos neste trabalho dar enfoque às experiências de outros trabalhadores negros livres pobres em outros espaços de sociabilidade. Durante a pesquisa percebemos que o grupo social dos marchantes, dos almocreves, açougueiros, vaqueiros e outros já citados que participavam ativamente do abastecimento da província, também ainda demandam uma pesquisa maior, sendo um grupo importante por terem entre eles muitos negros e pardos livres pobres, como apresentado de forma breve nesta pesquisa.

Com efeito, na tentativa de responder a um dos questionamentos iniciais deste trabalho, pensamos que “ser” um negro ou pardo livre ou forro pobre na Cidade da Parahyba Oitocentista apresentava-se como um desafio diário que era enfrentado e muitas vezes, superado na experiência cotidiana através da construção de diferentes estratégias

²⁵⁶ Se a pessoa era livre ou liberta, se tratava-se de um criado de um proprietário ou autônomo, o seu destino em propriedades rurais ou cidade/povoação, o trabalho/ofício exercido, a sua idade, detalhes do físico e da fisionomia (cicatrices, escarificações?), sinais de doenças, acidentes ou maus tratos entre outros detalhes que por vezes são revelados nos passaportes.

que os levavam a diversos destinos. Esta pesquisa veio no sentido de dar destaque às experiências vividas e percebidas por estes homens e mulheres negros e negras livres pobres, que por muito tempo foram quase que totalmente ignorados pela historiografia e de abrir novos caminhos, contribuindo com a construção da historiografia brasileira no tocante à população negra livre pobre na Paraíba e nas demais partes do Nordeste brasileiro. Os dados quantitativos e qualitativos apresentados vêm no sentido de contribuir para que haja a construção de novas interpretações da atuação dos negros livres pobres na Paraíba oitocentista, uma vez que por muito tempo, reproduziu-se na historiografia brasileira, a ideia de que os livres pobres eram “marginalizados” diante de um sistema que privilegiava o trabalho dos escravizados, quando não de sua ausência e decadência do sistema escravista a partir de 1850, requeria-se (e era preferível) o trabalho do imigrante branco europeu.

A mão-de-obra livre (e liberta) de origem nacional teve sua importância nesta parte do Norte do Império e esta pesquisa demonstra que estavam longe de serem “marginalizados”. Havia, como demonstrado nesta pesquisa, demanda pelo trabalho livre nas áreas rurais e na cidade nesta parte do litoral paraibano. Concomitantemente, nas províncias do Sul, dada a grande imigração europeia, este mesmo movimento de alternativa ao trabalho dos escravizados não ocorreu em larga escala nesta parte do Norte, fator que torna a atuação destes trabalhadores negros livres pobres ainda mais importante. Ademais, esperamos que este trabalho colabore com pesquisas que nos últimos anos, através das atividades realizadas por grupos na graduação e da pós-graduação na UFPB e em outras instituições, tem contribuído e muito para a construção do conhecimento acerca das experiências, vivências e estratégias de resistência deste grupo tão importante e numeroso.

Estudos posteriores em outros locais de pesquisa ainda pouco explorados na capital paraibana podem vir a revelar novas fontes de dados que aprofundem os entendimentos sobre o mundo particular destes indivíduos. É o caso dos arquivos que podem ser encontrados nos cartórios, e que infelizmente, estiveram inacessíveis para nós, a exemplo de inventários post mortem. Recentes descobertas de documentos manuscritos relativos à Câmara Municipal da Cidade da Parahyba do Norte no início do século XIX, bem como em Cruz do Espírito Santo a partir da segunda metade do referido século apresentam-se como novas e ricas fontes de informações para novos historiadores e historiadoras debruçarem-se acerca destas vivências e resistências destes negros e negras

livres pobres: *Destemidos e Rebeldes*: em suas formas peculiares de ousar desafiar o sistema escravista e racista, construindo seus próprios espaços, tecendo suas redes, seu cotidiano, agindo por meio ou não da força contra seus opressores e *Andarilhos*: corajosos viajantes e aventureiros, que ousavam ir mais longe mesmo diante de um espaço que lhes era em grande parte, hostil.

REFERÊNCIAS

Fontes primárias manuscritas

- Arquivo Histórico Waldemar Bispo Duarte – AHWDB.
- Arquivo da Câmara Municipal de João Pessoa – ACMJP.
- Arquivo Privado Maurílio de Almeida. – APMA.

Fontes digitais

Sistema de Informações do Arquivo Nacional – SIAN

“Itinerário da Paraíba do Norte à Villa do Recife de Pernambuco, buscando a melhor estrada e as povoações mais notáveis” – 1811 – 1825. BR RJANRIO U1.0.0.77 – Dossiê, p. 5. Disponível em:

http://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1009749&v_aba=1 Acesso em: 08 jan. 2020.

Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional – HDBN.

Jornal O Reformista.

Parahyba do Norte, 16 de Março de 1850. Ed. 32, p. 4. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 17 abr. 2019.

Parahyba do Norte, 02 de Setembro de 1850. Ed. 50, p. 3. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 17 abr. 2019.

Jornal A Ordem.

Parahyba do Norte, 03 de Setembro de 1849. Ed. 3, p. 4. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 17 abr. 2019.

Parahyba do Norte, 12 de Março de 1850. Ed. 31, p. 1. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 17 abr. 2019.

Parahyba do Norte, 31 de Março de 1850, ed. 36, p. 1. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 17 abr. 2019.

Parahyba do Norte, 23 de Abril de 1850, ed. 39, p. 1. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 17 abr. 2019.

Parahyba do Norte, 22 de Junho de 1850, ed. 49, p. 3. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 17 abr. 2019.

Parahyba do Norte, 07 de Julho de 1851, ed. 58, p. 3. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 17 abr. 2019.

Jornal O Governista Parahybano.

Parahyba do Norte, 01 de Julho de 1850, ed. 4, p. 1. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 17 abr. 2019.

Parahyba do Norte, 07 de Setembro de 1850, ed. 18, p. 2. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 17 abr. 2019.

Parahyba do Norte, 15 de Fevereiro de 1851, ed. 41, p. 3. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 17 abr. 2019.

Jornal A Regeneração.

Parahyba do Norte, 1861, Ed. 03, p. 4. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 17 abr. 2019.

Parahyba do Norte, 8 de Maio de 1861, Ed. 06, p. 1-2. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 17 abr. 2019.

Parahyba do Norte, 1861, Ed. 11, p. 4. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 17 abr. 2019.

Parahyba do Norte, 1861, Ed. 23, p. 3. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 17 abr. 2019.

Parahyba do Norte, 1861, Ed. 30, p. 4. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 17 abr. 2019.

Parahyba do Norte, 1861, Ed. 34, p. 2. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 17 abr. 2019.

Parahyba do Norte, 1861, Ed. 37, p. 1. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 17 abr. 2019.

Parahyba do Norte, 1861, Ed. 44, p. 4. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 17 abr. 2019.

Jornal O Publicador.

Parahyba do Norte, 21 de Março de 1864, ed. 466, p. 4. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 17 abr. 2019.

Parahyba do Norte, 26 de Março de 1864. ed. 469, p. 2. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 17 abr. 2019.

Diários de viagem

- Biblioteca Digital Luso-Brasileira – BDLB.

CARVALHO, Alfredo de. Notas dominicaes: tomadas durante uma residencia em Portugal e no Brasil nos annos de 1816, 1817 e 1818; parte relativa a Pernambuco. Jornal do Recife, 1905. Disponível em: <http://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/36360> Acesso em: 18 abr. 2019.

- Biblioteca Nacional de Portugal – BNP.

HENDERSON, James. A History of the Brazil, comprising its geography, commerce, colonization, aboriginal inhabitants, &c. Londres: Longman, Hurst, Rees, Orme and Brown Paternoster-row, 1821. Disponível em: <http://purl.pt/17169>

- Senado Federal

KIDDER, Daniel Parish. Brazil and the brazilians : portrayed in historical and descriptive sketches. Boston : Little, Brown and Co, 1879. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/518756> Acesso em: 18 abr. 2019.

Legislação

Regimento das Câmaras Municipaes, ou, Lei de 1. de Outubro de 1828 : anotada com as leis, decretos, regulamentos e avisos que revogão, ou alterão suas disposições e explicão sua doutrina; [...] Rio de Janeiro B.L. Garnier – Livreiro – Editor, Rua do Ouvidor, 1885. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/227296> Acesso em: 17 abr. 2019.

Regulamento nº 120, de 31 de Janeiro de 1842. “Regula a execução da parte policial e criminal da Lei nº 261 de 3 de Dezembro de 1841” Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Regulamentos/R120.htm Acesso em: 27 jun. 2020.

Coleção de Leis do Império do Brasil - 1831, Página 182 Vol. 1 pt I - Lei de 07 de Novembro de 1831. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37659-7-novembro-1831-564776-publicacaooriginal-88704-pl.html Acesso em: 17 abr. 2019.

Código Criminal do Império do Brasil. Annotado com as leis, decretos, avisos e portarias publicados desde a sua data até o presente, e que explicaõ, revogaõ ou alteraõ algumas das suas disposições, ou com ellas tem immediata connexaõ; [...] Recife, Typographia Universal, 1858. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/221763> acesso em: 17 abr. 2019.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, João Capistrano de. **Capítulos de História Colonial (1500-1800) & Os Caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil**. 5ª. ed. Brasília, UnB, 1963, 337 p. (1ª ed. 1907).

AGUIAR, Wellington; MELLO, José Octávio de Arruda. **Uma cidade de quatro séculos: Evolução e Roteiro**. 1ª Ed. Campina Grande: Governo do Estado da Paraíba, 1985.

ALGRANTI, Leila Mezan. **O Feitor Ausente**: estudos sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro – 1808 – 1822. Rio de Janeiro: Vozes, 1988.

ALMEIDA, Horácio de. **Brejo de Areia**: Memórias de um município. 2ª ed. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1980.

ALMEIDA, Horácio de. **História da Paraíba**: Tomo II. 2ª ed. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1978.

ALMEIDA, José Américo de. **A Paraíba e seus problemas**. 4ª ed. Brasília - DF: Senado Federal, 1994.

ALMEIDA, Maurílio Augusto de. **A Presença de D. Pedro II na Paraíba**. Recife, Mousinho Artefatos de Papel, 1975.

ARAÚJO, C.E. MOREIRA et. al. **Cidades Negras: Africanos, Crioulos e Espaços Urbanos no Brasil Escravista do século XIX.** São Paulo: Alameda, 2006.

ARAÚJO, Magno Erasto de. **Água e Rocha na definição do sítio de Nossa Senhora das Neves, atual cidade de João Pessoa** – Paraíba. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo – UFBA, 2012.

AQUINO, Aécio Villar de. **Filipéia, Frederica, Paraíba: Os cem primeiros anos de vida social de uma cidade.** João Pessoa, Editora Universitária/UFPB, 1988.

AZEVEDO, Aluísio. **O cortiço.** 30. ed. São Paulo: Ática, 1997.

BARROS, José D'Assunção. **Cidade e história.** Petrópolis: Vozes, 2007.

BARROS, Surya Aaronovich Pombo de. **Ser Negro na Parahyba do Norte: cores, condições, qualidades e universo letrado no século XIX.** Estudos Ibero-americanos. Porto Alegre, v.44, n. 3, p. 484-500, set. Dez. 2018.

BOTELHO, Tarcisio R. **Censos e construção nacional no Brasil Imperial.** In: Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 17, n. 1 pp. 321-341, 2005.

BURKE, Peter. **História e Teoria Social.** 2ª ed. São Paulo: UNESP, 2002.

BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

CAMPELLO, André Barreto. **Manual Jurídico da Escravidão.** São Paulo: Paco Editorial, 2018.

CÂNDIDO, Antônio Sérgio. **Sérgio Buarque de Holanda: vida e obra.** São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1988.

CÂNDIDO, Antônio Sérgio. Introdução. In: BARBOSA, Francisco de Assis (Org.). **Raízes de Sérgio Buarque de Holanda.** Rio de Janeiro: Rocco, 1989.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs). **Domínios da História: Ensaio de Teoria e Metodologia.** 5ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARVALHO, José Murilo de. (Org). **A Construção Nacional 1830-1889.** v.2. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

CASTRO, Hebe Maria Mattos de. **Ao sul da história: lavradores pobres na crise do trabalho escravo.** São Paulo: Brasiliense, 1986.

CHALHOUB, Sidney. **A Cidade Febril.** Cortiços e Epidemias na Corte Imperial. 4.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

CHALHOUB, Sidney. **A Força da Escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista.** São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da Liberdade: Uma História das últimas décadas da escravidão na corte.** 1ª ed. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.

CHALHOUB, Sidney, SILVA, Fernando T.. **Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980.** Cadernos AEL, Campinas, UNICAMP, v.14, n.26, 1º semestre 2009

CHRISTILLINO, Cristiano Luiz. O homem livre e pobre no Brasil oitocentista. In: OLIVEIRA, TB., org. **Trabalho e trabalhadores no Nordeste: análises e perspectivas**

de pesquisas históricas em Alagoas, Pernambuco e Paraíba. Campina Grande: EDUEPB, 2015, pp. 57-84.

DANTAS, Rodrigo Aragão. **Barbeiros-sangradores**: as transformações no ofício de sangrar no Rio de Janeiro (1844-1889). In: GOMES, Flávio da Silva; PIMENTA, Tânia Salgado (org.). *Escravidão, doenças e práticas de cura no Brasil*. Rio de Janeiro: Outras Letras, 2016.

DIAS, Maria Odila Leite Silva. **Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo, Brasiliense, 1984.

DINIZ, Leandro Neves. Os homens livres pobres na transição do trabalho escravo para o livre na Paraíba Oitocentista. Dissertação (Mestrado em História) – PPGH, UEPB. Campina Grande, 2015.

DOURADO, Larissa Bagano. **Mulheres cativas na província da Paraíba do Norte**: Tráfico Interno e Conquista da Liberdade (1850 - 1888). Dissertação (Mestrado em História) - PPGH, UFPB, João Pessoa, 2017.

FILHO, Walter Fraga. **Mendigos, Moleques e Vadios na Bahia do Século XIX**. São Paulo, HUCITEC; Salvador, EDUFBA, 1996.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: Kairós, 1983.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mocambos**: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento urbano. 1ª ed. Digital. São Paulo: Global editora, 2013.

GERODETTI, João Emílio; CORNEJO, Carlos. **Lembranças do Brasil**: as capitais brasileiras nos cartões postais e álbuns de lembranças. São Paulo: Solaris Edições Culturais, 2004.

GONÇALVES, Regina Célia. **Guerras e açúcares**: política e economia na Capitania da Parahyba, 1585-1630. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2007.

GRAHAM, Richard. **Alimentar a cidade**: das vendedoras de rua à reforma Liberal (Salvador, 1780 – 1860). São Paulo: Schwarcz, 2015.

GUIMARÃES, Matheus Silveira. **Diáspora Africana na Paraíba do Norte**: trabalho, tráfico e sociabilidade na primeira metade do século XIX. Dissertação (Mestrado em História) - PPGH, UFPB, 2015.

HERCKMANS, Elias. **Descrição geral da Capitania da Parahyba**. Revista do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano tomo V, n. 31, p. 239-288. Recife: Typographia Industrial, 1886.

HOBSEBAWM, Eric J. **A Era do Capital**. 15 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

HOBSEBAWM, Eric J. **Os trabalhadores**: estudos sobre a história do operariado. 5 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.) **O Brasil Monárquico**: Reações e Transações in História Geral da Civilização Brasileira 7ª Ed. São Paulo: Bertrand Brasil, 1992.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

- JOFFILY, Irineu. **Notas sobre a Parahyba**. Brasília: Thesaurus Editora, 1977.
- LAGO, Luiz Aranha Corrêa do. **Da escravidão ao trabalho livre**. Brasil, 1550 - 1900. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- LIMA, Ivana Stolze. **Cores, Marcas e Fala**. Sentidos da mestiçagem no Império do Brasil. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.
- LIMA, Luciano Mendonça. **Sombras em Movimento: os Escravos e o Quebra-Quilos em Campina Grande**. Revista Afro-Ásia. 31. ed. 163-196, 2004.
- LIMA, Maria da Vitória Barbosa. **Liberdade interditada, liberdade reavida: escravos e libertos na Paraíba escravista (século XIX)**. Brasília: Fundação cultural Palmares, 2013.
- LARA, Silvia Hunold. **Blowin' in the wind: E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil**. In: Proj. História: São Paulo: (12), out. 1995.
- MACHADO, Maximiano Lopes. **História da província da Paraíba**, 2ª ed. João Pessoa: Editora Universitária, 1977.
- MAIA, Clarissa Nunes. **Sambas, Batuques, Vozerias e Farsas públicas: O controle social sobre os escravos em Pernambuco no século XIX (1850 - 1888)**. São Paulo: Annablume, 2008.
- MARIANO, Serioja Rodrigues Cordeiro. **Gente Opulenta e de boa linhagem: Família, Política e Relações de poder na Paraíba (1817 - 1824)**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2013.
- MARIZ, Celso. **Apanhados Históricos da Paraíba**. 2ª Ed. João Pessoa, editora universitária, 1980.
- MATTOS, Hebe. O olhar do historiador: territórios e deslocamentos na história social da escravidão no Brasil. In: HEINZ, Flavio M.; HARRES, Marluza Marques (orgs.). **A história e seus territórios**. São Leopoldo: Oikos, 2008, p. 49-61.
- MATTOSO, Kátia Maria de Queirós. **A Bahia Século XIX: uma província no Império**. Nova Fronteira, 1992.
- MATTOS, Marcelo Badaró. **A classe trabalhadora: uma abordagem contemporânea à luz do materialismo histórico**. In: Revista Outubro, n. 21, 2º semestre, 2013.
- MATTOS, Marcelo Badaró. **Escravizados e livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca**. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008.
- MEDEIROS, Coriolano D. **Tambiá da minha Infância**. João Pessoa: Conselho Estadual de Cultura/SEC, 1994.
- MEDEIROS, Maria do Céu; SÁ, Ariane Norma de Menezes. **O Trabalho na Paraíba: das origens à transição para o trabalho livre**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1999.
- MELLO, José Octávio de Arruda. **História da Paraíba**; 11ª ed. João Pessoa, União, 2002.

MOURA, Ana Maria da Silva. **Cocheiros e Carroceiros**: homens livres no Rio de senhores de escravos. São Paulo: Hucitec, 1988.

NEGRO, Antônio Luigi. **E. P. Thompson no Brasil**: recepção e usos. Revista Crítica Marxista, n. 39, p. 151 – 161, 2014.

NEGRO, Antônio Luigi; GOMES, Flávio dos Santos. **As greves antes da “grève”**: as paralisações do trabalho feitas por escravos no século XIX. In: Artigos Ensaio (42) 01, 19 de abril de 2013.

NORONHA, Andrius Estevam. **Uma análise da historiografia urbana brasileira**. Revista Contemporantes, 2018.

OLIVARES, Guillermo de Jesus Palacios y. **Revoltas camponesas no Brasil escravista**: a 'Guerra dos Maribondos' (Pernambuco, 1851-1852). Almanack Braziliense, nº 3, p. 9-39, maio 2006.

OLIVEIRA, Elza Régis de. **A Paraíba na crise do século XVIII**: Subordinação e autonomia. 2ª ed. João Pessoa: Editora Universitária, 2007.

OLIVEIRA, Leandro Vilar. **Guerras Luso-Holandesas na Capitania da Paraíba (1631-1634)**: um estudo documental e historiográfico. Dissertação (Mestrado em História) - PPGH, UFPB, 2016.

OLIVEIRA, Luiza Iolanda Pegado Cortez de. **Entre Casas, Ruas e Igrejas**: crianças abandonadas na cidade da Paraíba oitocentista. (Dissertação/Mestrado). PPGH/UFPB, 2014.

RAMINELLI, Ronald. **História Urbana**. IN Domínios da História. Ensaio de teoria e metodologia. 5ª Edição. Editora Campus. Rio de Janeiro. RJ. Brasil.1997.

REIS, João José. **Rebelião Escrava no Brasil**: a história do levante dos malês (1835). São Paulo: Editora brasiliense, 1986.

REIS, João José; SILVA, Eduardo (orgs). **Negociação e Conflito** - A resistência Negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ROCHA, Solange Pereira da. **Gente Negra na Parahyba Oitocentista**: população, família e parentesco espiritual. São Paulo: UNESP, 2009.

SALLES, Ricardo. **A Segunda Escravidão**. In: Revista Tempo, vol. 19 n. 35, Jul. – Dez. 2013: 249-254.

SILVA, Bruno César Santos da. **Entre defesa e ordem: os Corpos Militares da Paraíba na Trama da Subordinação à capitania de Pernambuco (1755-1799)**. Dissertação (Mestrado) PPGH/UFPB, 2013.

SOARES, Elza Régis. **A Paraíba na Crise do século XVIII**: subordinação e autonomia (1755-1799). 2ª ed. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2007.

SCHWARTZ, Stuart. **Segredos Internos**: Engenhos e escravos na sociedade colonial. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SCHWARTZ, Stuart. **Escravos, roceiros e rebeldes**. Tradução Jussara Simões. Bauro: EDUSC, 2001.

SHARPE, Jim. A História vista de Baixo. In: BURKE, P. (Org.). **A Escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992.

SOUSA, Anicleide de. **Nas veredas negras do sertão: histórias de vida familiar de escravizados no sertão brasileiro (Vila de Catolé do Rocha/Paraíba, 1836-1866)** (Dissertação/Mestrado), PPGH/UFPB, 2018.

SOUZA, Jessé. **A Construção da subcidadania**. Para uma sociologia política da modernidade periférica. Belo Horizonte, editora UFMG, 2006.

SOUZA, Laura de Mello. **Desclassificados do Ouro: a pobreza mineira no século XVIII**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 2004.

SOUZA, Lucian Silva. **Nada mais sublime que a Liberdade: o processo de abolição da escravidão na Parahyba do Norte (1870 – 1888)**. (Dissertação/Mestrado em História) PPGH/UFPB, 2016.

TARGINO, Elyonara de Brito Lyra; MARIANO, Serioja Rodrigues Cordeiro. **A atuação do médico Abdon Felinto Milanez na Parahyba na segunda metade do oitocentos**. e-ISSN: 2359-2796, v.18, n.1, 2018. XVIII Encontro Estadual de História - ANPUH-PB, 2018.

TOMICH, Dale. **Pelo prisma da escravidão**. Trabalho, Capital e Economia Mundial. São Paulo: Edusp, 2011.

THOMPSON, Edward Palmer. O termo ausente: Experiência. In **A miséria da Teoria ou um planetário de erros – Uma crítica ao pensamento de Louis Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum: estudos sobre cultura popular tradicional**. 8ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

THOMPSON, Edward Palmer. **A Formação da Classe Operária Inglesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

THOMPSON, Edward Palmer. **As Peculiaridades dos Ingleses e outros Artigos**. NEGRO, Antônio Luigi; SILVA, Sérgio (org.). Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. **Sonhos africanos, Vivências ladinas: Escravos e forros em São Paulo (1850-1880)**. São Paulo: Editora Hucitec História Social, USP, 1998.